



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo

AUCEIA MATOS DOURADO



VIVER E PERTENCER:
IDENTIDADES E TERRITÓRIOS NOS ASSENTAMENTOS
RURAIS DE SERGIPE



São Cristovão/SE
2014

AUCEIA MATOS DOURADO

**VIVER E PERTENCER:
IDENTIDADES E TERRITÓRIOS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE
SERGIPE**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Augusta Mundim Vargas, como requisito à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional.

São Cristovão/SE
2014

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

D739v Dourado, Auceia Matos.
Viver e pertencer: identidades e territórios nos assentamentos rurais de Sergipe / Auceia Matos Dourado; orientadora Maria Augusta Mumdim Vargas. – São Cristóvão, 2014.
292 f.: il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

1. Geografia humana. 2. Territorialidade humana. 3. Identidade. 4. Assentamentos humanos. 5. Reforma agrária – Sergipe. 6. Poder (Ciências sociais). I. Vargas, Maria Augusta Mumdim, orient. II. Título.

CDU 911.373(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



AUCEIA MATOS DOURADO

VIVER E PERTENCER: IDENTIDADES E TERRITÓRIOS NOS
ASSENTAMENTOS RURAIS DE SERGIPE

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr.^a Maria Augusta Mundim Vargas
Orientadora - UFS

Prof. Dr. Damião de Lima – Examinador Externo - UFPB

Prof^a. Dr.^a Maria Lúcia da Silva Sodré - Examinadora Externa - UFRB

Prof^a. Dr.^a Marleide Maria Santos Sérgio – Examinadora Interna - UFS

Prof^a. Dr.^a Josefa de Lisboa Santos - Examinadora Interna - UFS

São Cristóvão/SE
2014

ATA DE DEFESA

DEDICO...

Morava na roça, numa casinha de barro cru e chão batido, sem água encanada, sem luz elétrica, à beira da estrada... Quase sempre faltava alguma coisa: açúcar, café, sal e quase sempre recorriamos aos tios que também moravam perto de nós. Então minha mãe dizia: “Pegue um candeeiro, segure firme para iluminar a estrada e vá à casa do seu tio buscar. Não corra, se correr a chama se apaga e aí é mais difícil o caminho”. Escutava atenta e às vezes dizia: E se eu ficar com medo? Um dia ela me respondeu: “Você é pequena, mas aprenda uma coisa, amor e medo a gente faz do tamanho que a gente quer... Vá!”.

Passei por este e por outros caminhos, nunca corri, nunca deixei minha chama se apagar, nunca deixei que me dissessem que eu não podia, sempre achei que a maior certeza que se poderia ter na vida era a crença nas possibilidades, no devir...

Ao longo da vida somo vitórias, somo bons encontros, somo amores. Somo a cada dia um amor imenso pela minha família, pelos meus amigos e pelo conhecimento na figura meus professores, da escola e depois da universidade, como aluna e como professora. Aprendi que só sou completa com essas três coisas...

E os medos? Deixei lá no primeiro caminho, eles não me acompanharam, subtrai...

Por isso **dedico** este trabalho aos meus pais **Maria Elza Sena Dourado e Alcides Dourado Matos**, vocês são a concretude de um amor intenso e imenso e são a inspiração para as minhas poesias. Somo a cada dia mais amor por vocês e esse amor é o que tenho de mais suave, mais terno e mais infinito...

Às minhas irmãs queridas **Lidiane, Tiara e Samara** e aos meus irmãos, **Humberto e Roberto**, por vocês, renovo sempre e a cada dia, a fé na vida e o desejo de continuar sonhando e pensando... Vocês são minha história, crescemos juntos dividindo as mesmas dificuldades e os mesmos sonhos.

Aos meus sobrinhos **Sérgio Júnior, Sara Luna e Aila**, que preenchem de alegria o meu coração, me fazem leve, me fazem feliz.

Dedico também este trabalho aos meus professores, que me ensinaram a ver o mundo... A conhecer histórias e a desvelar paisagens. Vocês serão sempre meus exemplos... A universidade é meu mundo, a escola sempre foi meu lugar... Desde cedo, desde sempre... É onde gosto de estar, é onde me sinto feliz, é onde posso expressar o que sinto... O que penso e o que desejo...

AGRADEÇO...

A hora de agradecer é sempre um momento de emoção, de rememoração sobre fatos e pessoas que fazem parte de nossa história.

Por isso agradeço aos meus familiares que sempre torcem pelo meu sucesso e se alegram com as minhas conquistas. Pai, mãe, irmãos, tios, tias, primos e primas... Os Cazés, os Dourados, os Matos, os Senas...

A minha orientadora Maria Augusta Mundim Vargas, que me abriu as portas do seu grupo de pesquisa, me acolhendo nessa nova caminhada que é a Geografia. Obrigada não só pela orientação precisa e segura deste trabalho, mas pelo carinho e afeto. Guta certamente é uma daquelas pessoas que aparecem na vida da gente somente para somar. Obrigada por me proporcionar a oportunidade de fazer parte da História de sua Geografia.

A Damião de Lima, que esteve comigo durante a maior parte da minha vida acadêmica, nos bons tempos vividos em terras paraibanas. Hoje, mesmo distante fisicamente, você esta sempre presente, como amigo e como referência na minha formação profissional. Você foi quem primeiro me mostrou o caminho das possibilidades... O caminho da rebeldia que só o conhecimento nos permite encontrar. Obrigada por tudo.

A Maria Lúcia da Silva Sodré, pela amizade e incentivo na realização desse doutorado. Construímos juntas uma história de companheirismo e confiança. Minha empatia por Maria foi instantânea, meus agradecimentos são para toda a vida. Obrigada pelo apoio de sempre.

As professoras Josefa de Lisboa Santos e Marleide Maria Santos Sérgio pela solicitude e pelas preciosas contribuições e reflexões.

Aos professores da minha banca de qualificação Maria Lúcia da Silva Sodré, Maria Geralda de Almeida e Josefa de Lisboa Santos pela leitura atenta e pelas contribuições e reflexões.

Aos professores do NPGeo/UFS, Maria Augusta Mundim Vargas, Alexandrina Luz Conceição, Maria Geralda de Almeida, Celso Donizete Locatel, Josefa de Lisboa Santos, Marco Antônio Mitidiero Júnior e José Eloízio da Costa.

Cada um ao seu modo e ao seu método me mostram os caminhos da Geografia, caminhos que busco trilhar a cada dia...

Aos servidores da secretaria Everton Ferreira Santos e Francy Robertson Pereira, que sempre me atenderam com prestatividade e atenção.

Aos amigos do grupo de pesquisa Sociedade e Cultura, pessoas que fazem parte de minha história e que guardo com carinho no meu coração. Levarei comigo a alegria da convivência com Roseane, Jorgenaldo, Daniella, Angela, Rodrigo Herlles, Solimar, Vanessa, Ivan, César, Daniele, Aline, Eliete, Ronilse, Rodrigo Lima, Benizário, Marister, Maryane, Adriane, Glauber, Evandro, Gabriela e Isabela.

A Daniele Luciano pela ajuda essencial na revisão final deste texto e a César França pelo empenho na organização dos dados.

A Rodrigo Lima, nosso cartógrafo oficial, pela elaboração dos mapas.

Aos amigos que somei durante a pesquisa de campo nos assentamentos. Em especial a Normélia Silva, Maria Madalena de Santana, Almiro Amaro, Eraldo Silva, Jeilma Batista, Maria Renilde Vieira, João Soares Ribeiro, Juvenal de Sá Novais e Andréa Silva. Obrigada pela atenção e pelo carinho.

Aos trabalhadores e trabalhadoras, que vivem e que constroem nos assentamentos um espaço de vida e trabalho e que a cada dia são testemunhas que um novo tempo é possível, com igualdade e justiça.

Aos funcionários dos INCRA, Silvana Souza e Edson Júnior, pela prestatividade e pelo empenho no fornecimento dos dados sobre os assentamentos rurais de Sergipe.

Aos “abidos”, Solimar, Angela, Rodrigo Herlles e Daniella, a quem tive o privilégio de conhecer e desfrutar da companhia. Vocês são fruto dos bons encontros que a vida nos proporciona. Espero contar com a amizade de vocês por muitos anos e continuar dividindo momentos de alegria, nas viagens, nas conversas, nos encontros nos do dia a dia.

A Angela Fagna pela amizade, pela troca de ideias e por todos os momentos dedicados a este trabalho, desde as viagens de campo, até a leitura final deste texto. Muito obrigada de coração.

Enfim aos meus amigos de A a Z, os de perto e os de longe, os novos e os de sempre, que se alegraram com minhas conquistas e torcem por mim. Em especial a Edilma Moreira Gabriel, Deisy Vital dos Santos, Marilva Batista Cavalcanti, Lucileide David, Ivanete Gomes Pereira, Sérgio Alex Brito e Almeida, Antônio Carlos dos Santos, Luciene Raposo Leite, João Luiz do Nascimento, Geraldo Júnior, Benizário Júnior e Rosana Batista. Paraibanos, baianos, sergipanos... Vocês completam o mapa do meu coração.

Ao meu amor Hérmani Melo Mecnas, que nas nossas diferenças preenche o meu coração e que me faz entender que não se pode ser feliz sozinho.

“Quem um dia irá dizer...

Que existe razão...

Nas coisas feitas pelo coração?

E quem irá dizer...

Que não existe razão?”

A cada um que a sua maneira, tornou possível a realização desse projeto de vida... Agora é começar tudo de novo... Novos caminhos... Novos desafios... Novas Histórias... Outras Geografias...

Essa terra significa o retrato da minha luta. Por isso não tem preço, não tem troca. (Assentado 02 – 54 anos - PA Cruiri).

Quando passou a dizer assim “essa terra é sua de papel passado”, meu Deus!!... Aqui é meu. Tô nas mãos de Deus e daqui ninguém me tira. Eu nasci aqui, lutei pela aqui, morro aqui e me sepultem aqui. (Assentado 05 – 59 anos - PA Santana dos Frades).

Essa terra significa tudo de bom, porque o que a gente quer mais? Significa muita coisa boa pra gente... já pensou hoje nós tá aqui e no que é dos outros amanhã diz assim (...) manda ir embora. Aqui significa muita coisa, eu não sei nem comparar o que é que significa esse pedaço de terra pra gente. Até o dia da gente viver tem que agradecer a Deus, primeiramente a Deus, pra depois ser aos homens. (Assentada 05 – 55 anos - PA Vitória da União).

Agradei muito a Deus e ainda hoje eu agradeço, porque no ano que ganhei, eu trabalhei num pedaço de terra de um fazendeiro ali até ganhar esse galego [se referindo ao filho] que vai fazer 28 anos, eu pagava o serviço pra o fazendeiro, ele cavava e eu semeava e o fazendeiro só aceitava fazer a plantação da gente, depois de fazer a dele. (Assentada 04 – 56 anos - PA Pedras Grandes).

Minha fia, eu falar a verdade, eu dormia e acordava pedia tanto a Deus que arranjasse uma terra, que Deus abriu as porta e eu fiquei alegre, n/é?... sério mermo, alegre mermo, nós tudo aqui, isso eu gostei bastante. (Assentada 06 – 53 anos - PA Mangabeira).

*O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e de um conjunto de sistema de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, **o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.** O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele flui... (Grifo nosso).*

Milton Santos

RESUMO

DOURADO, Auceia Matos. **Viver e pertencer:** identidades e territórios nos assentamentos rurais de Sergipe. 292 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia/NPGEO, Universidade Federal de Sergipe/UFS, São Cristóvão/SE, 2014.

A criação dos assentamentos rurais no Brasil é um processo histórico e relacional, um espaço conquistado e produzido e que pela apropriação funcional e simbólica é transformado em território. Esta tese tem como objetivo principal analisar os referenciais que norteiam a construção da identidade territorial nos assentamentos rurais do estado de Sergipe, tendo em vista as múltiplas configurações na formação dos mesmos. Delimitou-se como *locus* de investigação cinco assentamentos, dentre os vinte e dois, classificados pelo INCRA na fase sete, que para o órgão corresponde aos assentamentos consolidados. Tomou-se como caminho metodológico a pesquisa qualitativa, ancorando-se em três questões basilares: a construção do território do assentamento, o significado do território: o assentamento como espaço de referência e o sentido de ser assentado. A pesquisa desenvolveu-se em níveis transversais de caracterização e análise. Procedeu-se uma discussão sobre a categoria território e suas características, para compreensão dos assentamentos rurais, assumidos como territórios, produto e condição da territorialização das lutas pela terra no Brasil. A questão agrária no Brasil e em Sergipe foi analisada de modo a contextualizar o objeto de estudo e os assentamentos estudados foram tomados como espaço de vivência e espaço de referência para compreensão de suas identidades. A delimitação da pesquisa guiou-se a partir da compreensão de que a construção das identidades e das territorialidades nos assentamentos é histórica e relacional, pois os assentados ao se fixarem no território constroem relações sociais e estabelecem vínculos de pertencimento e de identificação com o mesmo. O sentido de ser assentado se revela tanto com conteúdo institucional quanto simbólico, pois denota não só uma categoria territorial, mas a construção de uma consciência socioespacial de pertencimento, que se expressa nas traduções e nas tradições. É neste envoltório que demarcamos o processo de construção identitária nos assentamentos. Uma dialética que inclui funcionalidade e simbologia, memória e cotidiano, símbolos e marcas, objetividade e subjetividade.

Palavras-chaves: território, identidade, assentamentos rurais, relações de poder, territorialidades.

ABSTRACT

DOURADO, Auceia Matos. **Living and belonging:** identities and territories in rural settlements in Sergipe. 292f. Thesis (Doctoral in Geography). Post Graduation Program/NPGEO, Universidade Federal de Sergipe/UFS, São Cristóvão/SE, 2014.

The creation of rural settlement in Brazil is a historical and relational process, a conquest and produced space that the symbolic and functional appropriation is turned into territory. The main objective of this thesis is to analyze the referential that guides the construction of a territorial identity in rural settlements in Sergipe, to obtain multiples configurations of themselves. It was delimited as *locus* of investigation five of twenty two settlements, and classified by INCRA in phase seven, that the body corresponds to the consolidated settlements. The methodological way used was the qualitative research, based in three points: the construction of the territory, the meaning of territory and the settlement as a space of reference and the sense of being settled. This research was developed in transversal levels of characterization and analysis. A discussion was held about the territory category and its characteristics to comprehend the rural settlements, considered as territories, product and conditions of fights territorialization for lands in Brazil. The agrarian problem in Brazil and Sergipe was analyzed in a way to contextualize the object of study and the settlements studied was taken as a space of experience and reference to comprehend their identities. The delimitation of this research was guided from the comprehension that the construction of identities and territorialities in settlements is historical and relational, because the settled ones build social relations and establish link. The sense of being settled reveals itself as institutional and symbolic content and means not only a territorial category, but also the construction of social and spatial consciousness, that expresses in traditions and translations. This is the process of identity construction in settlements. A dialect that includes functionality and symbology, memory and daily routine, symbols and marks, objectivity and subjectivity.

Key words: territory, identity, rural settlements, relation of territorial power.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária.

ASDAPAM - Associação de Desenvolvimento Agropecuário do Projeto de Assentamento Mangabeira.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BSFS - Baixo Sertão do São Francisco.

CAI - Complexo Agroindustrial.

CDJBC - Centro Dom José Brandão de Castro.

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base.

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

CNA - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros.

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

CUT - Central Única dos Trabalhadores.

CODEVAFS - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

COHIDRO - Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra.

EAESP - Escola de Administração e Economia/São Paulo.

EMDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe.

FGV - Fundação Getúlio Vargas.

IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

ITR - Imposto Territorial Rural

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens.

MEB- Movimento de Educação de Base.

MESECON - Mestrado em Economia.

NEF - Núcleo de Engenharia Florestal

NPGeo - Núcleo de Pós-graduação em Geografia.

OCB - Organização de Cooperativas Brasileiras.

PA- Projeto de Assentamento.

PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural.

PCA - Projeto de Assentamento Casulo.

PCB - Partido Comunista Brasileiro.

PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PE - Colônia Agrícola.

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

PIIC - Programa Institucional de Iniciação Científica.

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária.

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento.

PRHOCASE - Promoção do Homem do Campo de Sergipe.

POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste.

PROCANOR - Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste.

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária.

PT - Partido dos Trabalhadores

MRAM - Modelo de Reforma Agrária de Mercado.

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SERAGRO - Sergipe Industrial Ltda.

SIPRA - Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária

SRB - Sociedade Rural Brasileira.

SSSF - Sertão sergipano do São Francisco.

TDA - Títulos da Dívida Agrária.

TFP- Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade.

UDR - União Democrática Ruralista.

UFGC- Universidade Federal de Campina Grande.

UFS - Universidade Federal de Sergipe.

UNESP - Universidade Estadual Paulista.

UNICAMP - Universidade de Campinas.

PPGSOCIO - Programa de Pós-graduação em Sociologia.

PPGCP - Programa de Pós-graduação em Ciência Política.

UFPR - Universidade Federal do Paraná.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Espacialização dos assentamentos na fase 07. Sergipe (2014).	48
Figura 02 -	Realização de entrevista. Assentado e sua esposa. Assentamento Cruiri, município de Pacatuba (Baixo São Francisco/SE). Sergipe (2012).	61
Figura 03 -	Realização de entrevista. Assentado, esposa e vizinhos. Assentamento Pedras Grandes, município de Poço Redondo (Alto Sertão Sergipano/SE). Sergipe (2012).	62
Figura 04 -	Fluxograma dos aspectos considerados na análise das falas dos entrevistados.	66
Figura 05 -	Localização dos assentamentos estudados por município. Sergipe. 2014.	167
Figura 06 -	Igreja Nossa Senhora Santana. Assentamento Santana dos Frades, município de Pacatuba (Baixo São Francisco/SE).	168
Figura 07 -	Atividade de “riscar” a palha do adicuri. Assentamento Santana dos Frades, município de Pacatuba (Baixo São Francisco/SE).	168
Figura 08 -	Praça principal do assentamento. Assentamento Santana dos Frades, município de Pacatuba (Baixo São Francisco/SE).	168
Figura 09 -	Casa padrão (INCRA). Assentamento Santana dos Frades, município de Pacatuba (Baixo São Francisco/SE).	169
Figura 10 -	Casa de taipa ocupada por filhos de assentados. Assentamento Cruiri, município de Pacatuba (Baixo São Francisco/SE).	179
Figura 11 -	Igreja Nossa Senhora da Paz. Assentamento Cruiri, município de Pacatuba (Baixo São Francisco/SE).	179
Figura 12 -	Atividade de fabricação de redes de pesca. Assentamento Cruiri, município de Pacatuba (Baixo São Francisco/SE).	179
Figura 13 -	Agrovila. Assentamento Cruiri, município de Pacatuba (Baixo São Francisco/SE).	180
Figura 14 -	Retorno da casa de farinha comunitária (Priapu II). Assentamento Vitória da União, município de Santa Luzia do Itanhy (Sul Sergipano/SE).	191
Figura 15 -	Agrovila (Priapu I). Assentamento Vitória da União, município de Santa Luzia do Itanhy (Sul Sergipano/SE).	191
Figura 16 -	Sede da Associação Comunitária (Priapu II).	191
Figura 17 -	Agrovila (Priapu II). Assentamento Vitória da União, município de Santa Luzia do Itanhy (Sul Sergipano) /SE.	192
Figura 18 -	Praça principal (detalhe). Assentamento Mangabeira, município de Umbaúba. (Sul Sergipano/SE).	204
Figura 19 -	Rua da agrovila. Assentamento Mangabeira, município de Umbaúba. (Sul Sergipano/SE).	204
Figura 20 -	Produção de laranja. Assentamento Mangabeira, município de	204

	Umbaúba. (Sul Sergipano/SE).	
Figura 21 -	Praça principal. Assentamento Mangabeira, município de Umbaúba (Sul Sergipano/SE).	205
Figura 22 -	Umbuzeiro, símbolo da luta pela posse da terra. Assentamento Pedras Grandes, município de Poço Redondo. (Alto Sertão Sergipano/SE).	214
Figura 23-	Retorno do trabalho de colheita do milho. Assentamento Pedras Grandes, município de Poço Redondo. (Alto Sertão Sergipano/SE).	214
Figura 24 -	Padrão de construção das casas (INCRA). Assentamento Pedras Grandes, município de Poço Redondo. (Alto Sertão Sergipano/SE).	214
Figura 25 -	Agrovila. Assentamento Pedras Grandes, município de Poço Redondo (Alto Sertão Sergipano/SE).	215

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Distribuição dos assentamentos de acordo as fases de implantação em %. Sergipe (2014).	44
Gráfico 2 -	Distribuição dos assentamentos na fase 07 de acordo com localização nos Territórios de Planejamento em %. Sergipe (2014).	45
Gráfico 3 -	Distribuição das famílias nos assentamentos da fase 07 por Território de Planejamento em %. Sergipe (2014).	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Assentamentos da amostra. Sergipe. 2012.	51
Quadro 2 -	Assentamentos visitados na fase de observação da pesquisa de campo (universo amostral). Sergipe (2012).	58
Quadro 3 -	Assentamentos visitados na fase de observação da pesquisa de campo (fora do universo amostral). Sergipe (2012).	59
Quadro 4 -	Número de entrevistas realizadas. Sergipe (2012).	64
Quadro 5 -	Normas utilizadas para transcrição das entrevistas.	65
Quadro 6 -	Pressupostos de análise do conceito de território e seus constitutivos.	69/70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Distribuição dos assentamentos rurais na fase 07, por município. Sergipe (2014).	47
-------------------	--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
CAPÍTULO 1 - CAMINHOS DA PESQUISA	30
1.1 Por que estudar os assentamentos rurais de reforma agrária na perspectiva identitária?	34
1.2 Estado da arte: ancoragens	37
1.3 Área de estudo.....	44
1.4 Olhar... Observar... Compreender: o encontro com o objeto e com os sujeitos ..	55
1.5 No campo e em campo: o desenvolvimento da pesquisa	61
1.6 - Desvelando a realidade: os dados da pesquisa	64
CAPÍTULO 2 - MEDIAÇÕES TEÓRICAS: TERRITÓRIO, IDENTIDADE E ASSENTAMENTOS RURAIS	69
2.1 Os caminhos do território	72
2.2 Território e poder	82
2.3 As expressões do território: identidade(s) e territorialidade(s)	89
2.4 Território dos Assentamentos Rurais: espaço de identidade(s).....	97
CAPÍTULO 3 - MEDIAÇÕES HISTÓRICAS: QUESTÃO AGRÁRIA, REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS.....	105
3.1 Questão Agrária e Reforma Agrária: aspectos históricos e conceituais.....	106
3.2 A Reforma Agrária na década de 1960/1970.....	112
3.3 Reforma agrária e redemocratização: novos projetos... Novos sujeitos... Outras lutas.....	128
3.4 Planos, programas e ações: a realidade da reforma agrária na atualidade	131
CAPÍTULO 4 - SUJEITOS, LUTAS E PROCESSOS EM SERGIPE.....	147
4.1 Assentamentos rurais: escalas e processos.....	147
4.2 A luta pela terra em Sergipe	152
4.3 A formação dos territórios dos assentamentos rurais em Sergipe	160

CAPÍTULO 5 - “(...) O FATO E O SENTIMENTO DE PERTENCER ÀQUILO QUE NOS PERTENCE”: EXPRESSÕES DA IDENTIDADE	229
5.1 Assentamentos rurais: territórios construídos.....	232
5.2 Identidade territorial: território, territorialidades e pertencimento	240
5.3 O sentido de ser assentado	255
CONSIDERAÇÕES FINAIS	263
REFERÊNCIAS.....	273
APÊNDICES	288
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista	288
APÊNDICE B – Roteiro de Observação.....	291
APÊNDICE C – Termo de Concessão de Informações.....	292

INTRODUÇÃO

A tarefa de dialogar com conceitos e a realidade é talvez a mais árdua encarada pelos pesquisadores. Como traduzir o real pelos conceitos? Como explicar o que é dinâmico, tendo como referência, algo criado, posto num determinado contexto histórico e que carrega em si a marca de quem produziu, de quem assina e assume um enunciado, uma proposição? Como utilizar corretamente a “caixa de ferramentas” na explicação de uma realidade¹? Como pensar territórios “reais” e que dimensões abarcar? Simbolismo ou materialidade? Objetivo ou subjetivo?

Os territórios pensados por Haesbaert (1997; 1999; 2004a; 2004b; 2007; 2009a; 2009b; 2012), Saquet (2009; 2010), Raffestin (1993), Souza (2006; 2009), Moraes (1990; 2002), Bonnemaïson (2002), Claval (1999), coaduna-se com a ideia de que o movimento histórico e multiescalar têm produzido territórios, espaço/temporalmente (temporários ou permanentes) pelo exercício do poder de um determinado grupo num processo de apropriação funcional e ideológico-cultural. O espaço é transformado em território pela apropriação dos sujeitos, e essa ação se manifesta nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. A gênese, a dinâmica e a diferenciação dos territórios vinculam-se a uma variedade de dimensões (física, econômica, simbólica, sociopolítica). Cada território é moldado a partir de condições e forças internas (dimensões) e externas (dinâmicas) (SAQUET, 2010). Nesse território desdobram-se relações, tecem-se histórias ressignificadas pelas relações de poder (RAFFESTIN, 1993), mas também por relações de pertencimento e identificação, significados e simbolismos.

Uma das características principais do conceito de território é a sua historicidade, que implica em movimento e mudança nas relações estabelecidas, pois o território é produto das relações do homem sobre determinado espaço. Embora a construção do território seja marcada por uma forte influência da matriz biológica, ou

¹ No livro *Microfísica do Poder*, especificamente no capítulo IV “Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze”, Deleuze utiliza a expressão caixa de ferramentas, em referência as teorias. “Uma teoria é uma caixa de ferramentas (...). É preciso que sirva, é preciso que funcione” (FAUCAULT, 1979). Á época buscava-se teorias e métodos capazes de explicar a realidade.

com base na atuação do Estado-Nação², as particularizações temporais e espaciais imprimiram ao conceito, ao longo do tempo, abordagens que valorizam os processos e as relações sociais. Nesse percurso histórico, o conceito se transforma, contudo reconhece-se como inerente ao território a apropriação, as relações de poder e os conflitos.

Nessa perspectiva, considerara-se que a criação dos assentamentos rurais no Brasil circunscreve-se nesse movimento histórico e multiescalar. Esse território que se forma é apropriado simbólica e funcionalmente, e essa apropriação se estabelece continuamente pelas forças internas e externas novas relações políticas, econômicas e culturais.

Deste modo, a apropriação desse espaço diverso, singular, implicará numa série de relações que serão estabelecidas entre os sujeitos e esse território, estabelecendo não só uma identidade social, mas, principalmente uma identidade territorial. E é nessa linha de raciocínio que esse trabalho se guia. Como pensar a construção de identidades numa realidade que é diversa, fragmentada? É possível construir uma identidade social e territorial neste cenário?

As identidades tratadas por Hall (2000; 2011), Almeida (2008), Claval (1999; 2001) e Castells (2008) sinalizam que, ao propormos a compreensão da identidade nos assentamentos rurais na territorialização da luta pela terra em Sergipe, tem-se a consciência de que essa compreensão insere-se em um debate amplo e ainda em curso. O caminho buscado por esta pesquisa parte do princípio de que não existe identidades unificadas ou fixas, devendo-se considerar a identidade como um fenômeno histórico e socialmente produzido a partir de uma dialética que envolve material/simbólico, objetivo/subjetivo.

Soma-se a esse pressuposto a relação estreita entre a identidade e o poder (caráter posicional e estratégico), poder esse que permeia todo o processo de luta, formação e desenvolvimento de um assentamento e que está presente no cotidiano dos assentados. A afirmação de uma identidade é uma forma de reconhecimento, o sentido de ser e de pertencer a um território. Cabe também ressaltar, ainda, a definição de

² O conceito de território com conteúdo geopolítico centrado na definição de Estado-Nação foi construído por Friedrich Ratzel.

Haesbaert (1999, p. 175) ao afirmar que, a identidade não deve ser compreendida como algo dado, acabado ou imutável, mas definida “(...) em relação a outras identidades, numa relação complexa de escalas territoriais e valorações negativas e positivas.”

Essa problemática, além de outras questões que circundam o universo da pesquisa, revela que diante da diversidade em torno da constituição dos territórios dos assentamentos e da complexidade de situações que envolvem a formação da identidade territorial, é necessário compreendê-los considerando o olhar da História, do tempo e suas significações e da Geografia, abrangendo também percursos e processos que incidem sobre a produção e organização do espaço e, conseqüentemente, sobre a constituição dos territórios.

Esse “olhar histórico-geográfico” considera que a(s) identidade(s) estão sempre em processo, sempre em construção, ao longo das práticas, mas também dos discursos. Os assentamentos constituídos transformam-se em território de vida e de trabalho e passam a conformar múltiplas identidades que são construídas como resultado da vivência e luta por um projeto de vida. Os assentamentos no estado de Sergipe também expressam diversidades que conformam aspectos identitários que precisam ser compreendidas em suas especificidades.

Ao propor a análise dos assentamentos enquanto território considerou-se os seguintes pressupostos:

- a) o território como portador de uma dupla conotação que conjuga aspectos da materialidade e do simbolismo (material/simbólico, objetivo/subjetivo);
- b) o território como resultado da apropriação e uso social;
- c) a configuração de um território é variável em função do tempo (contexto histórico), espaço, escalas e sujeitos (espaço geográfico);
- d) a identidade territorial tem como elementos constitutivos: *o espaço de referência identitária* e a *consciência socioespacial de pertencimento*. No estudo em questão considera-se o assentamento (espaço físico, social e simbólico) como *o espaço de referência identitária*, a partir do qual é construída a *consciência socioespacial de*

- pertencimento* (sentido de pertença, solidariedade, reconhecimento enquanto sujeitos ou grupo, apropriação) (CRUZ, 2006; 2007; 2011 – Grifo nosso);
- e) a construção das identidades nos assentamentos possuem uma natureza estratégica e posicional (HALL, 2011) e estão ligadas às relações de poder o que implica “(...) compreender as identidades como produtos e produtoras das lutas e conflitos sociais, políticos e culturais” (CRUZ, 2006, p. 32).
 - f) na construção da identidade territorial nos assentamentos deve-se considerar a relação entre o tempo histórico e tempo geográfico, situando o objeto de estudo numa perspectiva mais geral da questão agrária brasileira e seus rebatimentos na escala local.
 - g) as territorialidades construídas, expressam-se como manifestações subjetivas e objetivas, por meio do uso e apropriação do território (SAQUET, 2010).

Destarte, abriu-se um diálogo com diversos autores, que suscitaram os questionamentos sobre o objeto de estudo. Por que estudar as identidades no contexto dos assentamentos rurais? Como se constrói identidade(s) num assentamento rural? Se toda a identidade é construída, quais são os elementos responsáveis pela construção da(s) identidade(s) num assentamento rural? Tais elementos ancoram-se em Castells (2008), que concebe a identidade a partir dos processos de legitimação, resistência ou projetos? Como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece? Como analisar a construção de identidades numa realidade que é fragmentada? A identidade num assentamento é construída individualmente ou é influenciada pelas ideologias que permeiam os movimentos sociais? Se é construída sob a influencia dos movimentos sociais, como os sujeitos/atores internalizam essa identidade? Quais os critérios que norteiam as noções de pertencimento ao local, construtores da identidade das famílias assentadas? Quais são as referências culturais dos assentados? Quais as implicações culturais desta noção de pertencimento para a construção dessa(s) identidade(s)? Essa identidade é também uma identidade territorial? Como são construídas (determinadas) as territorialidades num assentamento? O que é o território do assentamento para população assentada? Qual a representação do território? Meio de subsistência; meio

de trabalho e produção; meio de produzir os aspectos materiais das relações sociais, “abrigo” “recurso”, elemento fundamental de identificação ou simbolização de grupos por meio de referentes espaciais? (CRUZ, 2006; HAESBAERT, 2005). O que substancializa a territorialidade das populações assentadas? É possível construir uma identidade social e territorial neste cenário? Na construção da identidade territorial num assentamento os elementos dessa construção são o espaço de referência identitária e a consciência socioespacial de pertencimento? Essa identidade possui natureza política, estratégica/posicional? (HALL, 2011).

A busca pelo desvelamento dos objetivos do trabalho guiou-se pelo entendimento de que a construção da identidade territorial num assentamento rural tem como espaço de referência identitária o assentamento, espaço físico, social e simbólico. Já a consciência socioespacial de pertencimento é construída pelas práticas e reapresentações espaciais que envolvem ao mesmo tempo o domínio funcional-estratégico sobre um determinado espaço (finalidades) e a apropriação (simbólico/expressiva do espaço, afinidades/afetividades)³.

A hipótese é que a condição de assentado tem como prerrogativa o processo de apropriação da terra e afirma-se numa nova base física, social e simbólica, um novo processo de construção de uma consciência socioespacial de pertencimento.

Como objetivo geral da pesquisa busca-se entender quais os referenciais que norteiam a construção da identidade territorial nos assentamentos rurais do estado de Sergipe, tendo em vista as múltiplas configurações na formação dos mesmos.

Para a operacionalização da pesquisa, o objetivo geral foi desdobrado em outros, de caráter secundário, quais sejam:

1. Discutir as características inerentes ao conceito de território (relações de poder, identidades e territorialidades) características estas essenciais para a compreensão dos assentamentos rurais expressos como territórios.

³ Esses elementos foram utilizados por Cruz (2006) quando o mesmo analisou o processo de construção das identidades territoriais das populações tradicionais na Amazônia, em sua dissertação de mestrado.

2. Analisar a questão agrária e seus elementos constitutivos, numa perspectiva histórica e geográfica, situando o objeto de estudo num contexto mais amplo, contudo atentando para as suas especificidades.
4. Examinar a demanda por terra em Sergipe e a formação dos assentamentos rurais, bem como a trajetória de luta das famílias assentadas.
5. Apreender as características dos assentamentos pesquisados, apresentando aspectos referentes à luta pela terra, as práticas e as vivências.
6. Analisar os referenciais que norteiam a construção da(s) identidade(s) nos assentamentos rurais estudados.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos além das considerações finais, bibliografia utilizada, apêndices e anexos. A estrutura do trabalho apresenta uma sequência histórica cronológica, como um recurso didático para situar o objeto de estudo espaço/temporalmente, contudo não possui filiação a ideia de linearidade.

O primeiro capítulo intitulado **“Os caminhos da pesquisa: teoria x objeto de estudo”** dedica-se a apresentação dos aspectos relevantes da pesquisa, tais como as motivações para o estudo da(s) identidades(s) nos assentamentos rurais de Sergipe, a problemática e as questões de pesquisas, objetivo geral e específicos, aproximação teórica com o objeto de estudo, além de uma exposição sobre a metodologia, apresentando os caminhos que possibilitaram alcançar os objetivos propostos.

O segundo capítulo do trabalho apresenta a perspectiva teórica e conceitual que respalda o objeto de estudo. **“Mediações teóricas: território, identidade e assentamentos rurais”**, é o título dessa seção, que busca estabelecer um diálogo entre a teoria e realidade estudada, por meio da discussão sobre o conceito de território e identidade e as adjetivações dos mesmos, essenciais para a compreensão dos assentamentos rurais expressos como territórios e as relações que são estabelecidas pela sua institucionalização.

“Mediações históricas: a questão agrária, reforma agrária e assentamentos rurais”, é a denominação do terceiro capítulo que apresenta aspectos teóricos e conceituais sobre a temática numa perspectiva histórica. Embora os fatos narrados se apresentem numa perspectiva cronológica, a ideia de tempo não é linear, pois se considera que ações e acontecimentos podem ser questionados, refutados ou mesmo

relativizados. O estudo sobre a questão agrária, seus desdobramentos e os sujeitos sociais envolvidos nessa trajetória, é importante para compreensão da formação dos assentamentos como um dos resultados da luta pela terra no Brasil.

O quarto capítulo é dedicado à apresentação da luta pela terra no estado de Sergipe e o processo de constituição dos territórios dos assentamentos rurais no Estado. Intitulado de **“Sujeitos, lutas e processos em Sergipe”**, esta seção do trabalho, objetiva, apresentar a criação dos assentamentos rurais como novos territórios, permeados e por disputas e por lutas. Territórios/assentamentos criados numa conjugação de sujeitos, indivíduos, grupos sociais, Estado, instituições e pelas ações dos movimentos sociais, resultando numa nova forma de produção do espaço geográfico. O capítulo também contempla a contextualização dos assentamentos abordados nesse trabalho, apresentando aspectos relativos à história específica de cada assentamento, bem como outros referentes a organização espacial, infraestrutura produtiva e social, relações institucionais, dentre outros. A contextualização foi realizada utilizando os dados coletados nas observações de campo, bem como nas entrevistas de modo a ilustrar a realidade em análise.

“(...) o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence’: expressões da identidade” é o título da última seção do trabalho e refere-se à análise dos resultados da pesquisa. Nessa seção objetiva-se estabelecer uma relação entre os aspectos empíricos, teoria e conceitos que embasam o objeto de estudo, a saber: território, identidades, pertencimento e territorialidades. Propõe-se realizar as discussões e apresentar os resultados da pesquisa em consonância com a teoria exposta. Deste modo as histórias, memórias, caminhos e trajetória desses sujeitos/atores serão apresentadas de forma a compor um quadro conceitual sobre a construção da(s) identidade(s) nos territórios dos assentamentos rurais sergipanos, objeto de estudo da pesquisa; identidades expressas pela vivência no assentamento.

E, por fim, serão tecidas algumas considerações sobre o estudo realizado, onde se procura articular os elementos estudados, buscando-se interpretar os processos que norteiam a construção das identidades nos assentamentos rurais de Sergipe.

A base teórica tem como objetivo principal a busca pelos significados que envolvem a luta pela terra, a condição de assentado, a(s) identidade(s) e as

territorialidades construídas nos assentamentos pesquisados, enquanto espaço vida e de trabalho.

Portanto, este estudo torna-se relevante por seu caráter inovador, ao propor a análise dos assentamentos rurais sob novas abordagens, nos permitindo outras leituras sobre o espaço.

Infere-se que guiar-se pela trilha conceitual do território foi essencial para conhecer os avanços e os recuos que o conceito enfrentou (e enfrenta) ao longo de sua história. As considerações apresentadas revelam que no caminho percorrido por essa tese, várias direções foram encontradas e por vezes alguns atalhos foram necessários, já que a escolha de um determinado caminho pressupõe a escolha de um método, sem, contudo distanciar-se, da assertiva que os assentamentos, são territórios construídos “(...) no jogo entre material e imaterial, funcional e simbólico” (SAQUET, 2010, p.37) e representam um espaço para além da simples moradia, pois os assentados desenvolvem uma identificação não só pelo uso e apropriação funcional, mas também uma valoração simbólica.



Assentamento Vitória da União – Santa Luzia do
Itanhy /SE.

Autora: SOUZA, Angela Fagna Gomes de.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

CAPÍTULO 1

OS CAMINHOS DA PESQUISA



Assentamento Cruiri – Pacatuba /SE.

Autora: SOUZA, Angela Fagna Gomes de.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

CAPÍTULO 1 - CAMINHOS DA PESQUISA

As discussões sobre o espaço rural, que fazem referência aos assentamentos de reforma agrária, sua complexidade e diversidade, vêm ocupando cada vez mais espaço no Brasil. Esse debate desponta com certa expressividade constituindo-se como prioridade das políticas públicas, ainda que muitas vezes condicionado pela ação da sociedade civil organizada e pelos movimentos sociais. Entende-se que é cada vez mais necessário observar as especificidades em que este meio rural está inserido.

O conhecimento destas especificidades, que os configura, tem fundamental implicação nas iniciativas que delimitam o campo de melhoria de vida das famílias assentadas, a sustentabilidade do assentamento e o desenvolvimento rural.

Em se tratando dos assentamentos rurais, aspectos como o contexto histórico; a luta pelo acesso a terra; a organização social; a diversidade econômico-produtiva; a trajetória de vida das famílias; as questões culturais; as estratégias de reprodução e a relação com o meio ambiente precisam ser compreendidas em cada caso particular. Entende-se que a diversidade que marca esses assentamentos rurais é feita de pluralidades, expressando-se em modos de vida e de cultura específicas. Cada território é resultado da forma como o homem se relaciona com o meio e exprime os jeitos, as vivências e as ações desses homens nesse território.

Os assentamentos rurais do estado de Sergipe necessitam ser estudados sob outros olhares e outras perspectivas, uma vez que existem especificidades decorrentes da forma como cada assentamento foi instituído e também em função da ocupação do espaço em que estão inseridos. Nesse sentido, ressalta-se a importância da visão multidisciplinar, que mesmo englobando visões diferentes, são complementares e necessárias neste trabalho.

Compreende-se que para análise do objeto de estudo em questão é essencial lançar mão de abordagens diversas no entendimento sobre a construção das identidades nos assentamentos rurais. Deste modo a Geografia, é a base sobre a qual se ergue toda a discussão teórica que envolve o espaço agrário brasileiro e suas

especificidades, além de fornecer o arcabouço teórico sobre as categorias e conceitos trabalhados na tese, a saber, território, relações de poder, identidades e territorialidades.

Além da visão da Geografia, soma-se a essa discussão as contribuições da Sociologia e também da História uma vez que a análise dos assentamentos rurais enquanto territórios e da identidade construída a partir desse território, são elementos tratados a partir da perspectiva relacional e histórica, considerando o tempo e suas implicações.

Pensar os assentamentos rurais considerando a identidade territorial, para além da descrição de fatos e das narrativas sobre modo de vida e das noções de pertencimento, é também refletir sobre o processo de formação desses assentamentos como parte da questão agrária brasileira, como um momento específico de produção e organização do espaço agrário, onde territórios são formados e as novas dinâmicas sociais são criadas. Essas dinâmicas sociais estabelecem outras formas de organização social e novas relações de poder, para além das institucionalizadas pelo Estado.

Nesse sentido o trabalho em questão guia-se, pela perspectiva da construção da identidade territorial adotada por Cruz (2007) que afirma que a construção de uma identidade territorial pressupõe dois elementos considerados fundamentais: o espaço de referência identitária e a consciência socioespacial de pertencimento, sob o ponto de vista relacional e histórico.

Outro elemento a ser considerado, diz respeito aos aspectos referenciados por Hall (2000) e também utilizados por Cruz (2007) em se tratando de identidades, que são as tradições e as traduções. Segundo Hall (2000) existe na atualidade uma oscilação entre a Tradição e as Traduções. Algumas identidades gravitam em torno da Tradição, tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como sendo perdidas. Outras aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença, ou seja, das Traduções. Considera-se que os processos de identificação e os vínculos de pertencimento se constituem por Tradições (“raízes”, heranças, passado, memórias...) e pelas Traduções (estratégias para o futuro, “rotas”, “rumos”, projetos...).

A identidade não se restringe a questão “quem somos nós”, mas também “quem nós podemos nos tornar” (...) a construção de identidades relaciona-se com “raízes” (ser), mas também com “rotas” e “rumos” (tornar-se, vir a ser) (CRUZ, 2006). As “traduções” (estratégias para o futuro, “rotas”, “rumos”, projetos, tornar-se, vir a ser), expressam, que os significados e os sentidos do processo de construção (“como, a partir de quê, por quem e para que.”), é o que nortearão as ações de cada grupo (em se tratando de identidades coletivas).

Esses significados de acordo com Castells (2008, p. 23) são construídos “(...) em torno de uma identidade primária (identidade que estrutura as demais), autossustentável no tempo e no espaço”. Somente a partir da internalização dessa identidade e da construção de seus significados é que a mesma poderá direcionar as ações desses sujeitos/atores, expressando a ideia da identidade para além da tradição. O processo de significação será responsável pela construção das representações que posicionam os sujeitos dentro de um grupo.

Ao criar condições para a continuidade de uma trajetória, a identidade reafirma o sentido de pertencer a algo, no qual o sujeito está inserido. Ao viabilizar essa possibilidade, a identidade revela seu caráter transformador e de mudança social, pois, para além da tradição e das “raízes”, a mesma pode favorecer a criação de estratégias futuras e possibilitar a criação de projetos, ações pelos sujeitos dentro de determinado contexto social. Outra referência utilizada encontra-se nas proposições de Haesbaert (2007), que utiliza o termo “processos de identificação” na dinâmica relacional das identidades.

Em relação à identidade territorial toma-se também como referência as considerações de Haesbaert (1999) que apontam uma estreita relação entre o território e os processos de construção identitária para além do campo das representações, uma vez que na visão do autor, o entendimento sobre a construção das identidades territoriais, deve-se considerar a base material que serve de referência para a construção de muitas identidades. Levou-se em consideração, os elementos que indicaram relação direta com o território construído, uma vez que a identidade territorial toma como referencial obrigatório o território, uma fração mais restrita do espaço.

Embora muitos autores desconsiderem a existência “concreta” da identidade concebendo-a somente no campo das representações, no caso específico das identidades territoriais, deve-se ressaltar a base material que serve de referência para a construção de muitas identidades. As discussões realizadas por Haesbaert (1999, p. 174) indicam que “(...) por mais que se reconstrua *simbolicamente um espaço, sua dimensão mais concreta constitui de alguma forma, um componente estruturador de uma identidade*” (Grifo do autor). Com relação a essa questão Cruz (2006, p. 32) destaca-se que é necessário superar:

(...) posições dualistas como: material/simbólico, objetivo/subjetivo. A identidade é construída subjetivamente, baseada nas representações, nos discursos, nos sistemas de classificações simbólicas, embora não seja algo puramente subjetivo e não se restrinja à “textualidade” e ao “simbólico”. Ela **não** é uma construção puramente imaginária que despreza a realidade material e objetiva das experiências e das práticas sociais como muitos afirmam, e **nem tampouco** é algo materialmente dado, objetivo, uma essência imutável, fixa e definitiva (Grifo nosso).

Deste modo, deve-se pensar a identidade na dialética que envolve material/simbólico, objetivo/subjetivo, pois “(...) na construção da identidade não é possível (...) pensar de forma dissociada sua natureza simbólica e subjetiva (representações) e seus referentes mais “objetivos” e “materiais” (a experiência social em sua materialidade)” (CRUZ, 2006, p. 32).

Pensar o território é adentrar um “terreno” movediço, revelado pela ambiguidade conceitual e pela polissemia que o persegue. Se alguns elementos que o identificam nos servem de apoio, a exemplo da apropriação, das relações de poder e das identidades, essas ancoragens, muitas vezes nos parecem frágeis diante da realidade dos objetos de estudos, ímpares enquanto realidades, exclusivos em seus problemas, singulares em seu espaço e tempo, tal como os assentamentos rurais.

Nesse entendimento, estruturar a metodologia dessa pesquisa, constituiu-se *a priori*, a busca por um “porto seguro” que possibilitasse desvelar as especificidades do objeto de estudo e descortinar aspectos que só a incursão na vivência cotidiana e a interdisciplinaridade são capazes de revelar. Os questionamentos explicitados e a realidade dos assentamentos estudados apontaram para a necessidade de se realizar

uma leitura singular sobre os mesmos, delimitados por suas identidades e territorialidades construídas.

O capítulo em questão tem por objetivo apresentar os caminhos metodológicos adotados no decorrer da pesquisa. Inicialmente, são apresentadas as motivações para o estudo dos assentamentos rurais na perspectiva identitária, bem como o estado da arte sobre o tema da investigação, destacando os principais autores que discutem os conceitos de território, identidades e assentamentos rurais.

Na sequência são descritos os procedimentos para a seleção da área de estudo, a amostra, a unidade de referência e os sujeitos pesquisados. Posteriormente, apresenta-se as técnicas e os instrumentos utilizados na coleta e análise dos dados, bem como as proposições adotadas para a interpretação dos resultados obtidos.

1.1 Por que estudar os assentamentos rurais de reforma agrária na perspectiva identitária?

Meu primeiro contato com um assentamento de reforma agrária ocorreu em 2002, quando da realização da pesquisa de campo⁴ para elaboração da dissertação de mestrado. A dissertação não tratava sobre assentamentos rurais, mas em função do recorte temporal e espacial e a expressividade do referido assentamento para o município, o mesmo foi incluído como área de estudo. Me “encantei” com o assentamento pela história de luta dos assentados e pela dinâmica que o mesmo possuía. A cada semana tinha sempre alguma coisa acontecendo, tinha sempre uma atividade que movimentava a vida dos seus moradores.

O Assentamento Acauã era considerado pelo Instituto Nacional de Reforma Colonização Agrária (INCRA) como um projeto modelo no estado da Paraíba, devido às ações desenvolvidas e pelos aspectos culturais e produtivos. Nesse período, em função da vivência com os assentados, algumas questões já me inquietavam, no que diz respeito à relação que os mesmos possuíam com o território

⁴ A pesquisa de campo foi realizada no município de Aparecida, localizado no sertão do estado da Paraíba, e tinha como objetivo realizar um levantamento sobre a composição da renda dos residentes da zona rural do município. O trabalho final teve como título “O novo rural paraibano: um estudo de caso sobre as ocupações rurais não agrícolas (ORNAs) em Aparecida/PB, defendida em 2003 (Mestrado em Economia/ Universidade Federal de Campina Grande – Campina Grande/PB).

do assentamento e a identificação positiva que possuíam com o status de assentado, ainda que enfrentando muitos preconceitos por parte da população local.

Essas inquietações ganharam corpo, quando em 2008, passei a integrar o corpo docente do Departamento de Engenharia Agrônômica da Universidade Federal de Sergipe, na condição de Professora Assistente, assumindo as disciplinas de Sociologia Rural, Extensão e Fomento Florestal e Estágio Supervisionado em Ciências Florestais no então Núcleo de Engenharia Florestal (NEF/UFS).

As leituras da Sociologia Rural e da Extensão Rural, o contato com o Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC) e as atividades realizadas em parceria com mesmo, me permitiram um contato mais pontual com os assentamentos rurais do estado de Sergipe, através de trabalhos de campo e visitas técnicas com os alunos. Por meio desses trabalhos, vislumbrou-se a possibilidade de estudar esses assentamentos na perspectiva da identidade territorial.

Alguns projetos de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC) e do Programa de Iniciação à Bolsas de Extensão (PIBIX) foram desenvolvidos em parceria com Departamento de Engenharia Agrônômica. Os projetos possibilitaram um melhor conhecimento sobre a temática da reforma agrária e dos assentamentos rurais e permitiram também uma melhor incursão no objeto de estudo da tese, como segue:

- a) Reforma agrária e identidade no Alto Sertão de Sergipe: um estudo do assentamento José Hunaldo de Oliveira;
- b) Produção, técnicas e distribuição de produtos agroecológicos: um estudo nos assentamentos de Reforma Agrária José Hunaldo de Oliveira e Nova Esperança em Porto da Folha/SE.
- c) Lógicas produtivas e estratégias de reprodução social: o caso do assentamento Caio Prado - Estância/Sergipe;
- d) Projeto Agroecológico de Integração Sustentável PAIS: potencialidades, limites e resultados em assentamentos rurais no Alto Sertão Sergipano;
- e) Agricultura Familiar e a viabilidade produtiva, socioeconômica, cultural e ambiental dos PAIS: uma análise no assentamento Moacir Wanderley/SE.

- f) A ação da Extensão Rural no fortalecimento e na potencialização da produção e da organização social no Alto Sertão Sergipano: o caso dos assentamentos rurais José Hunaldo de Oliveira e Nova Esperança
- g) Ações de Extensão Rural no campo sergipano: estratégias para melhoria das condições de produção e de vida do agricultor familiar

Somados a experiência prática, as discussões realizadas na condição de discente do Curso de Doutorado em Geografia (NPGeo/UFS), foram também importantes para situar melhor o objeto de estudo em relação à teoria existente. Dentre as disciplinas que possibilitaram esse intermédio merecem destaque a disciplina Teorias e Técnicas em Geografia Agrária, Tópicos Especiais: História do Pensamento Geográfico, Tópicos Especiais: Cultura, Natureza e Territorialidades e Identidade Cultural, Relações espaço-poder e Territorialidades.

A Geografia Agrária possibilitou o entendimento sobre a configuração do espaço rural brasileiro, com temáticas relacionadas à formação territorial, desenvolvimento rural, questão agrária, reforma agrária e assentamentos rurais. Nesse sentido, as discussões sobre a produção e organização do espaço rural, de caráter crítico, contribuíram para compor um quadro conceitual sobre as referidas temáticas.

A disciplina Tópicos Especiais: História do Pensamento Geográfico, organizada com conteúdo voltado para a discussão das categorias da Geografia (espaço, lugar, região, paisagem e território) foi sobremaneira importante, pois me permitiu uma maior incursão no universo da ciência geográfica, clarificando as categorias geográficas, suas correntes e filiações, e elucidando até mesmos as diferenças de interpretação e análise quando se trata de uma mesma categoria.

Foi assim que “descobri” o território, como categoria basilar de minha pesquisa, um território não mais com o conteúdo geopolítico centrado na definição de Estado-Nação, como pensado por Ratzel, mas um território que reflete as mudanças socioespaciais e as dinâmicas humanas.

Esse território, que “retorna” a Geografia (SANTOS, 1994), possui outras possibilidades de abordagem, outras formas de leitura e de interpretação. Território-

conceito que abarca uma perspectiva integradora, priorizando a interface entre o político, o econômico (dimensão material) e o cultural (imaterial).

Essa opção se justifica em função dos pressupostos teóricos que embasam a compreensão do objeto de estudo: o território com dupla conotação, conjugando aspectos da materialidade e do simbolismo (objetivo/subjetivo) e a construção da identidade territorial.

A disciplina Tópicos Especiais: Cultura, Natureza e Territorialidades também foi essencial no diálogo com o objeto de estudo, pois priorizou as discussões sobre o conceito de território e territorialidade(s), correlacionado teoria e aspectos empíricos.

Em relação à disciplina Identidade Cultural, Relações espaço-poder e Territorialidades, o aporte teórico que a disciplina contemplou, sedimentaram as discussões sobre os elementos inerentes a categoria território, tais como as identidades (sociais e territoriais), relações de poder e territorialidades. A diversidade de autores referenciados, as discussões temáticas e a apresentação de trabalhos empíricos, possibilitaram as mediações necessárias entre a teoria e o objeto de estudo. É nesta perspectiva de articulação entre a categoria território e seus elementos constitutivos, aportado nos aspectos qualitativos, que se delineou este estudo sobre a construção da(s) identidade(s) nos assentamentos rurais de Sergipe.

1.2 Estado da arte: ancoragens

Para embasar teoricamente o trabalho, buscou-se no exercício construtivo de ampla de uma revisão de literatura, os sedimentos substantivos para a construção do quadro analítico usado nessa pesquisa.

A temática sobre a questão agrária, reforma agrária e assentamentos rurais tiveram como referência os trabalhos de Sônia Maria Bergamasco (1996); Alberto Passos Guimarães (1979; 1981); Sérgio Leite (2004); José de Sousa Martins (1990; 1993; 1999); Bernardo Mançano Fernandes (1999; 2003; 2009); Leonildo Servolo de Medeiros (2003); Ignácio Rangel (1962; 2005); Caio Prado Júnior (1979); Antonio Thomaz Júnior (2010); José Eli Veiga (2007); Ângela Kageyama (1993); João Pedro Stedile (1997; 2005a; 2005b); Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991; 2001; 2009).

A análise sobre a questão agrária e seus desdobramentos no estado de Sergipe, foi realizada considerando sujeitos e processos, pois concorda-se com a proposição “(...) a questão agrária (...) essencialmente uma questão histórica” (MARTINS, 1999, p. 99), com continuidades e rupturas, avanços e recuos. Os assentamentos são resultado desse processo, territórios forjados pela apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico, permeado por disputas e conflitos sociais. Nessa empreitada, estabeleceu-se um diálogo com os autores Eliano Sérgio Lopes (1996; 2007; 2008a; 2008b; 2009a; 2009b); Neilza Barreto de Oliveira (1996); Núbia Dias dos Santos (2008); Júnia Marise Matos de Sousa (2009); Maria Neide Sobral (2006), dentre outros.

No que diz respeito à construção do arcabouço teórico sobre território, os autores de referência foram Rogério Haesbaert (1997; 1999; 2004a; 2004b; 2007; 2009a; 2009b; 2012); Joel Bonnemaïson (2002); Antônio Robert de Moraes (1990; 2002); Claude Raffestin (1993); Milton Santos (1976; 1994; 2000; 2002); Marco Aurélio Saquet (2009; 2010); Marcelo Lopes de Souza (2006; 2009), que construíram suas abordagens a partir de referenciais distintos (realistas, idealistas, absolutos, relacionais). Alguns autores privilegiaram o conceito numa perspectiva integradora do território, priorizando a interface entre o político, o econômico (dimensão material e imaterial) e o cultural. Contudo o traço comum dos mesmos é a concepção de território, como resultado da apropriação, quer seja pelas relações de poder, quer seja pela dimensão simbólica, atentando para a existência de diversos territórios (concretos e simbólicos) e territorialidades (individuais e coletivas) que se sobrepõe no espaço geográfico e que são multidimensionais e multiescalares.

Entre estes autores estão Claude Raffestin (1993) e Marcelo Lopes de Souza (2006; 2009) que concebem o território como relação. Claude Raffestin, ao esboçar suas ideias em “Geografia do Poder”, sob a influência de Michael Foucault, projetou o poder numa perspectiva multidimensional, em suas distintas variantes, desde a atuação do Estado até as relações que se estabelecem em outras situações da vida cotidiana. Os conceitos de poder, apropriação, serviram para um melhor entendimento sobre o conceito de território como chave analítica.

Também utilizou-se obras e autores que se dedicam ao debate sobre o conceito de identidade social, identidade territorial e territorialidades, dentre os quais se

destaca Maria Geralda de Almeida (2008); Manoel Castells (2008); Valter do Carmo Cruz (2006; 2007; 2011); Paul Claval (1999; 2001); Joel Bonnemaïson (2002); Stuart Hall (2000); Rogério Haesbaert (1999; 2007); Doreen Massey (2000); Rosa Maria Vieira Medeiros (2009); Claude Raffestin (1993) e Marcos Aurélio Saquet (2010). Esses autores centraram suas análises sobre a identidade considerando seu caráter histórico/contextual e relacional. Ressalta-se, dentre estes, as considerações de Rogério Haesbaert (1999; 2007) que discute o conceito de identidade territorial como: “(...) uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto”. (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Para delineamento da proposta metodológica e operacionalização da pesquisa de campo, foi essencial estabelecer um diálogo entre a abordagem qualitativa e quantitativa. Nesse sentido, para compreensão dos aspectos relativos à reforma agrária e sua territorialização em Sergipe, a análise quantitativa foi importante para o conhecimento sobre os resultados dessa política no Estado, sem, contudo se desviar da análise conteudista, ancorada na abordagem qualitativa.

Para Souza (2013) a pesquisa qualitativa vem sendo utilizada atualmente como um instrumento teórico metodológico importante em estudos nas Ciências Humanas e Sociais e, mais raro, nas Ciências da Natureza, rompendo o paradigma da “quantificação”, como método predominante de apresentação dos resultados das pesquisas, sem a qual haveria um suposto prejuízo à cientificidade da mesma. Nesse tipo de pesquisa, interessa-se pela:

(...) forma como as informações são coletadas, priorizando o contato direto do pesquisador com o objeto estudado, valorizando instrumentos como a entrevista, análise documental e as observações diretas (...) a abordagem qualitativa possui uma relevante estratégia de pesquisa, pois prioriza os aspectos descritivos perceptíveis e particulares de cada ambiente pesquisado, buscando reflexões por meio dos fatos comuns e rotineiros que se apresentam. (SOUZA, 2013, p. 101/102).

Embora se reconheça a existência de três bases teóricas possíveis para a pesquisa qualitativa: a estrutural-funcionalista, a fenomenologia e a materialista

dialética, “(...) o teor de qualquer enfoque qualitativo que se desenvolva será dado pelo referencial teórico no qual se apoie o pesquisador” (TRIVIÑOS 1987, p. 125). Considerando esses aspectos cabe ao pesquisador captar por meio da observação, análise e descrição o entendimento dos fenômenos.

A opção pela abordagem qualitativa e a base teórica que respalda esse trabalho, tem como objetivo principal a busca pelos significados que envolvem a luta pela terra, a condição de assentado, as identidades e as territorialidades construídas no assentamento enquanto espaço referência. Significados estes captados por meio da observação, análise e descrição sobre o entendimento do fenômeno.

Soma-se a essa justificativa, o delineamento dos objetivos da pesquisa que busca desvelar a construção da(s) identidade(s) nos assentamentos de rurais de Sergipe, tendo como referência a relação que os assentados constroem com seu território, ou seja, as lutas, práticas e vivências que são responsáveis pela construção da(s) identidade(s).

A identidade nesse trabalho é concebida como um fenômeno social, segundo as proposições de Triviños em referência a Lofland (1987, p. 126/127). Para o autor, todo fenômeno social estaria constituído por atos, atividades, significados, participação, relação e situação, como aponta a descrição:

Os *atos*. Seriam ações que se desenvolvem em uma situação cujas características principais, em relação ao tempo estariam representadas por sua brevidade (...).

As *atividades*. Estão representadas por ações em uma situação mais ou menos prolongada e que poderiam ser estudadas através de dias, semanas, meses.

Os *significados*. Manifesta-se através das produções verbais das pessoas envolvidas em determinadas situações e que comandam as ações que se realizam

A *participação*. É o envolvimento do sujeito ou adaptação do mesmo a uma situação em estudo.

As *relações*. Surgem no intercâmbio que se produz entre várias pessoas que atuam numa situação simultaneamente e toma as características de inter-relação.

As *situações*. Estão constituídas pelo foco em estudo, pela unidade que se pretende analisar (Grifo nosso).

Nesse sentido, a abordagem qualitativa desse estudo tem como base os pressupostos delineados por Triviños em referência a Bogdan (1987), como segue:

- a) *A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave.* Assevera-se a importância do ambiente na configuração da personalidade, problemas e situações de existência do sujeito. O chamado “ambiente natural” é observado numa perspectiva que o vincula a realidades sociais maiores. O pesquisador é importante à medida que considera essa visão ampla e complexa do real social.
- b) *A pesquisa qualitativa é descritiva.* A pesquisa qualitativa é essencialmente descritiva. Os resultados são expressos, em narrativas, ilustradas com declarações das pessoas para dar o fundamento concreto necessário, com fotografias etc., acompanhados de documentos pessoais, fragmentos de entrevistas.
- c) *Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e produtos.* No caso específico do objeto de estudo, a análise do processo e dos fenômenos não se limita as circunstâncias imediatas que envolvem o mesmo, mas busca descobrir suas relações e avançar no conhecimento de seus aspectos evolutivos.
- d) *Os pesquisadores qualitativos tendem analisar seus dados indutivamente.* Partem do fenômeno social, sem necessariamente verificar hipóteses empiricamente. Isso significa que a presença de uma teoria, uma concepção delimitada a priori. Os significados, a interpretação, surgem da percepção do fenômeno visto num contexto.
- e) *O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.* Um dos postulados da pesquisa qualitativa é a sua atenção preferencial pelos aspectos que servem de fundamento à vida das pessoas. O enfoque fenomenológico privilegiou esta análise porque considerou que os significados que os sujeitos davam aos fenômenos dependiam essencialmente desses aspectos culturais próprios do meio que alimentavam sua existência. Especialmente por meio de entrevistas semiestruturadas e da observação, aprofundaram o estudo a respeito do que pensavam esses sujeitos sobre suas experiências, sua vida,

seus projetos. Na busca pelo que estava muitas vezes, invisível, os pesquisadores procuraram detectar o significado que as pessoas davam aos fenômenos.

Como mencionado, em função das especificidades do objeto de estudo, busca-se também uma análise para além da compreensão dos significados, construindo um quadro mais amplo do sujeito como ser social e histórico.

Para definição da amostra, unidade de referência, sujeitos da pesquisa e aspectos relacionados à abordagem qualitativa, foram utilizadas as considerações de Turato (2003); Oliveira (2000); Gil (2008); Triviños (1987), Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002), além da consulta aos dados do INCRA e das informações colhidas na fase de observação (caderno de campo, registros fotográficos).

Na organização da pesquisa utilizou-se também dados de fontes primárias e secundárias. Os dados secundários relacionados à reforma agrária e aos assentamentos em Sergipe foram obtidos junto ao Instituto Nacional de Reforma Agrária e Colonização (INCRA - Superintendência de Sergipe - SR 23), por meio do Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.

Outros dados sobre a questão agrária em Sergipe e informações pontuais sobre os assentamentos foram levantados em trabalhos realizados por Eliano Sérgio Lopes (1996; 2007; 2008a; 2008b; 2009a; 2009b), Neilza Barreto de Oliveira (1996), Núbia Dias dos Santos (2008), Júnia Marise Matos de Sousa (2008; 2009), Maria Neide Sobral (2006), dentre outros, além da consulta ao banco de teses e dissertações do Núcleo de Pós-graduação em Geografia.

Em relação aos dados primários, os mesmos foram coletados em duas fases: visita aos assentamentos na fase de observação e realização das entrevistas semi-estruturadas. Na fase da observação, o tema da pesquisa foi introduzido, por meio da entrevista não estruturada descrita por Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p. 168), como o procedimento por meio do qual:

(...) o entrevistador introduz o tema da pesquisa, pedindo que o sujeito fale um pouco sobre ele, eventualmente inserindo alguns tópicos de interesse no fluxo da conversa. Este tipo de entrevista é geralmente usado no início da coleta de dados, quando o pesquisador tem pouca clareza sobre aspectos mais específicos a serem

focalizados, e é frequentemente complementada por entrevistas semi-estruturadas.

O roteiro de entrevista semiestruturado (Apêndice A) foi elaborado buscando responder os questionamentos explicitados na pesquisa, bem como os objetivos propostos. Organizado em blocos temáticos, o roteiro contemplou os seguintes aspectos:

- a) Os sujeitos (o eu, o lá): informações gerais sobre o entrevistado, a história de vida e as relações com a terra (pessoal e familiar), a história da luta pela terra;
- b) Os sujeitos (o meu, o nosso): a escolha do assentamento, as relações com o assentamento de uma forma geral; a vivência como assentado;
- c) Organização do assentamento: infraestrutura social;
- d) Formas de produção e trabalho: práticas sociais, caracterização geral do assentamento do ponto de vista da produção e das formas de organização do trabalho; as experiências com o trabalho coletivo;
- e) As vivências: o dia-a-dia dos assentados; a experiência da vida em comunidade; a solidariedade; as formas de relacionamento entre as famílias;
- f) Relações institucionais: como os assentados se relacionam com as instâncias do poder e como é o acesso a essas instâncias. Relação dos assentados com os movimentos sociais e com as instituições representativas dos mesmos.
- g) Sociabilidades: as relações de disputa e de poder entre assentados.
- h) Identidade territorial: relações dos assentados com o território construído; a valoração da terra enquanto espaço de luta e trabalho; os referenciais para construção da identidade territorial; as formas de acesso ao território.
- i) Pertencimento: o processo de luta, a apropriação do território, a valoração do assentamento enquanto espaço de vida, o sentido de pertença construído pelas práticas cotidianas, o território do assentamento como um espaço de identificação, lugar onde se “(...) ordena o meio de vida e se enraíza o grupo social” (BONNEMAISON, 2000, p. 128).
- j) As tradições: festas; ritos; manifestações culturais, lazer, valores.

- k) As traduções: expectativa em relação ao futuro do assentamento; o futuro dos filhos, a continuidade da luta pela permanência na terra, os desafios, as possibilidades.

1.3 Área de estudo

A presença de assentamentos como territórios institucionalizados no estado de Sergipe data da década de 1980, sendo o primeiro assentamento oficialmente criado em 1982. Atualmente (2014), o Estado possui 216 assentamentos rurais classificados em PA (Projeto de Assentamentos), PE (Colônia Agrícola), PCA⁵ (Projeto de Assentamento Casulo) e PDS⁶ (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) numa área de 183.240,4423 com 9.879 famílias assentadas (Anexo A).

Os assentamentos são classificados pelo INCRA, em fases que vão de uma escala de 01⁷ a 07, como segue:

- 01: Pré-projeto de assentamento;
- 02: Assentamento em criação;
- 03: Assentamento criado;
- 04: Assentamento em instalação;
- 05: Assentamento em estruturação;
- 06: Assentamento em consolidação;
- 07: Assentamento consolidado.

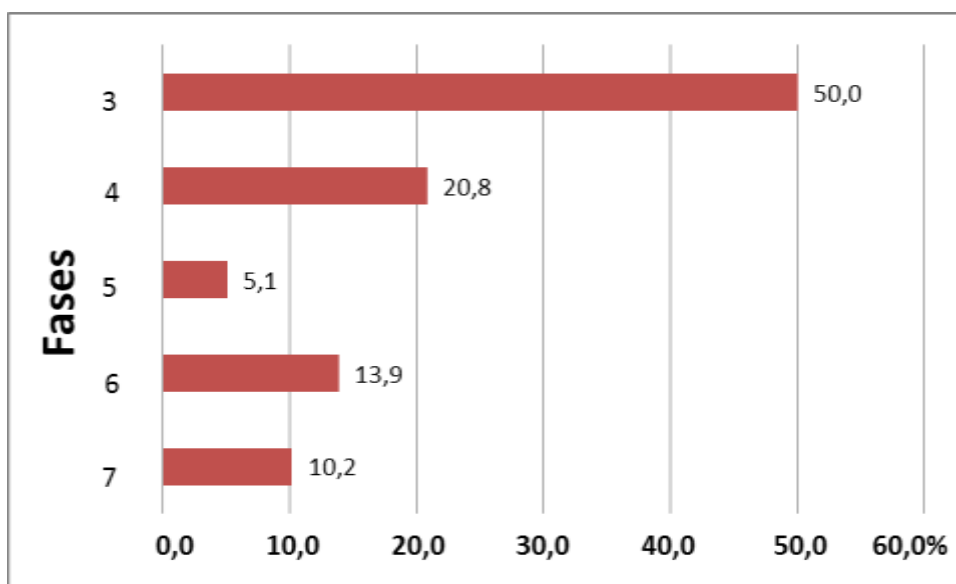
Essas fases classificam os assentamentos conforme a infraestrutura e os aspectos organizativos que os mesmos apresentam, conforme gráfico representativo (Gráfico 01):

⁵ Assentamentos de Reforma Agrária Periurbanos, são complementares ao modelo de Reforma Agrária executada pelos estados ou pelo governo federal, geralmente para atender a demanda de público de reforma agrária que se urbanizou e que vivem no entorno das cidades.

⁶ O estado de Sergipe possui somente um PDS, o Território Quilombola Mocambo, localizado no município de Porto da Folha no Alto Sertão Sergipano.

⁷ O estado de Sergipe não possui assentamentos classificados na fase 01 e 02.

Gráfico 01 - Distribuição dos assentamentos de acordo as fases de implantação em %. Sergipe (2014).



Fonte: Elaborado a partir dos dados do INCRA (2014).

Org.: DOURADO, Auceia Matos (Jan./2013.).

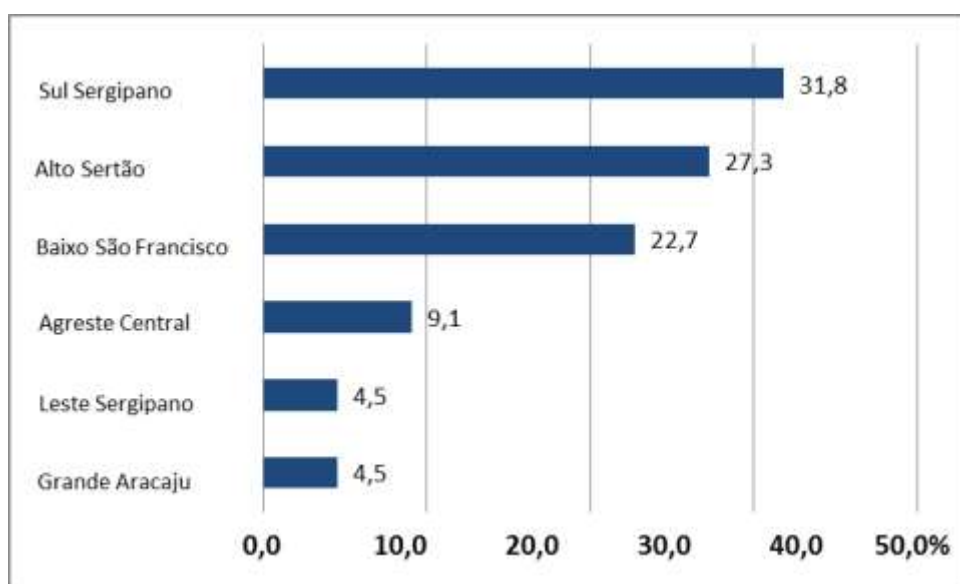
Pelo exposto, enfatiza-se que a maior parte dos projetos de assentamento estão classificados na fase 03 (assentamento criado) com 50 % dos PAs, correspondente a 108 assentamentos. São assentamentos que apresentam os maiores problemas de infraestrutura e de produção em função da burocracia que envolve especialmente a demarcação dos lotes e a aquisição dos recursos iniciais. Esse período inicial é marcado por muitas dificuldades para os assentados e pelos desafios de organizar o espaço social e produtivo. Na maioria dos casos os beneficiados não tem conhecimento real das condições gerais do solo, do clima, da topografia e do novo mercado local, acrescido da fragilidade da organização social. Para Zamberlan, muitas vezes (1994, p. 271) “(...) os recursos oficiais buscam implementar uma infraestrutura sem se preocupar com a dimensão econômica da unidade produtiva e sem contextualizá-la no desenvolvimento regional”.

O segundo grupo são os assentamentos em instalação (fase 04) com 20,8%. Esses assentamentos possuem uma infraestrutura básica (construção da agrovila, instalação de energia elétrica, água encanada ou perfuração de poços), para que os assentados possam se fixar no assentamento.

Os assentamentos em estruturação (fase 05) perfazem o menor número no Estado, com 5,1% e os assentamentos em consolidação (fase 06) somam 13,9%. Segundo informações do INCRA, a mudança nas fases, principalmente entre estratos 05, 06 e 07 depende da estrutura organizativa dos assentados, via elaboração de projetos para captação de recursos e ações desenvolvidas pelas associações e grupos de trabalho.

Os assentamentos consolidados representam 10,2 %, ou seja, 22 assentamentos que possuem entre 18 e 32 anos de criação, com infraestrutura social e produtiva já consolidada. Diante do universo total e levando em consideração as especificidades do objeto de estudo, a pesquisa em questão tem como foco os assentamentos na fase 07 (Gráfico 02).

Gráfico 02 - Distribuição dos assentamentos na fase 07 de acordo com localização nos Territórios de Planejamento em %. Sergipe (2014).



Fonte: Elaborado a partir dos dados do INCRA (2014).

Org.: DOURADO, Auceia Matos (Jan./2013.).

Para tal definição considerou-se aspectos como: infraestrutura, organização social, mediadores externos do processo de luta, aspectos relativos à forma de ocupação da terra e tempo de moradia dos habitantes. Essas características são essenciais para compreensão do processo de consolidação do território e da

construção da identidade territorial. Esses assentamentos estão distribuídos em seis dos oito territórios sergipano de Planejamento do Governo do Estado⁸.

A análise do gráfico 02 nos permite inferir que a maior parte dos 22 assentamentos de reforma agrária na fase 07 estão situados no Sul Sergipano (31,8%). Esses assentamentos foram criados pelas ações do MST que direcionou seu foco de luta para o sul do Estado e também pelas iniciativas do governo numa tentativa de conter os conflitos que se espalharam no campo sergipano no final dos anos 1980. Essas iniciativas assinalam a forte presença do Estado, com grande densidade e importância, tanto do ponto de vista político quanto econômico e social, “(...) seja ele representado pelo governo federal ou estadual, na formulação e execução de políticas de assentamentos, reforma agrária e colonização de novas áreas (...)” (LOPES, et. al, 2009a, p. 162).

O segundo estrato mais expressivo refere-se aos assentamentos localizados no Alto Sertão (27,3%), área de referência em Sergipe em relação aos conflitos pela posse da terra. O terceiro estrato abarca aqueles localizados no Baixo São Francisco (22,7%). O Baixo São Francisco foi a região onde os primeiros conflitos por terra se traduziram em torno de uma linguagem de reforma agrária, sob a influência da Igreja Católica, por meio das ações da Diocese de Propriá. É no Baixo São Francisco onde se localiza o assentamento mais antigo do estado, o Assentamento Santana dos Frades, no município de Pacatuba, criado oficialmente em 1982.

Nos demais estratos com 9,1% (Agreste Central), 4,5% (Leste Sergipano) e 4,5% (Grande Aracaju) respectivamente encontra-se assentamentos criados também como parte do crescimento das ações do MST no Estado. Registra-se a inexistência de

⁸ Em 2007, por meio do Decreto nº 24338 20/04/2007, o governo do Estado instituiu os Territórios de Planejamento, criando oito Territórios quais sejam: Alto Sertão Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano, Agreste Central Sergipano, Sul Sergipano, Grande Aracaju e Leste Sergipano, Médio Sertão Sergipano e Centro Sul Sergipano (VARGAS, 2011). Considerou-se nesse estudo o critério de regionalização adotado pelo Governo Estadual, apenas como recurso para situar cada assentamento. Os assentamentos na fase 07 estão distribuídos em seis dos oito Territórios Planejamento, exceto no Médio Sertão Sergipano e Centro Sul Sergipano. O conceito de território discutido nessa tese não se relaciona ao sentido de regionalização empreendida nos Territórios de Planejamento, sendo estes de controle e de uma política de planejamento, distante da abordagem da apropriação e dos processos identitários defendida por este estudo.

assentamentos na fase 07 nos Territórios de Planejamento do Médio Sertão e Centro-sul.

De modo mais específico, os 22 assentamentos classificados na fase 07 se distribuem por município, com destaque para os municípios de Pacatuba (13,6%) e Santa Luzia do Itanhy (13,6%), com maior percentual de assentamentos (Tabela 01, Figura 01):

Tabela 01 – Distribuição dos assentamentos rurais na fase 07, por município. Sergipe (2014).

Município	Nº de Assentamentos	Percentual
Pacatuba	3	13,6
Santa Luzia do Itanhy	3	13,6
Indiaroba	2	9,1
Poço Redondo	2	9,1
Canindé do São Francisco	1	4,5
Carira	1	4,5
Cristinápolis	1	4,5
Divina Pastora	1	4,5
Gararu	1	4,5
Japoatã	1	4,5
Monte Alegre de Sergipe	1	4,5
Nossa Senhora do Socorro	1	4,5
Pinhão	1	4,5
Porto da Folha	1	4,5
Propriá	1	4,5
Umbaúba	1	4,5
Total	22	100,0

Fonte: Elaborado a partir dos dados do INCRA (2014).

Org.: DOURADO, Auceia Matos (Jan./2013.).

A figura 01 a seguir demonstra a espacialização dos 22 assentamentos compreendidos na fase 07 no estado de Sergipe, com destaque para a delimitação territorial de cada um deles nos municípios.

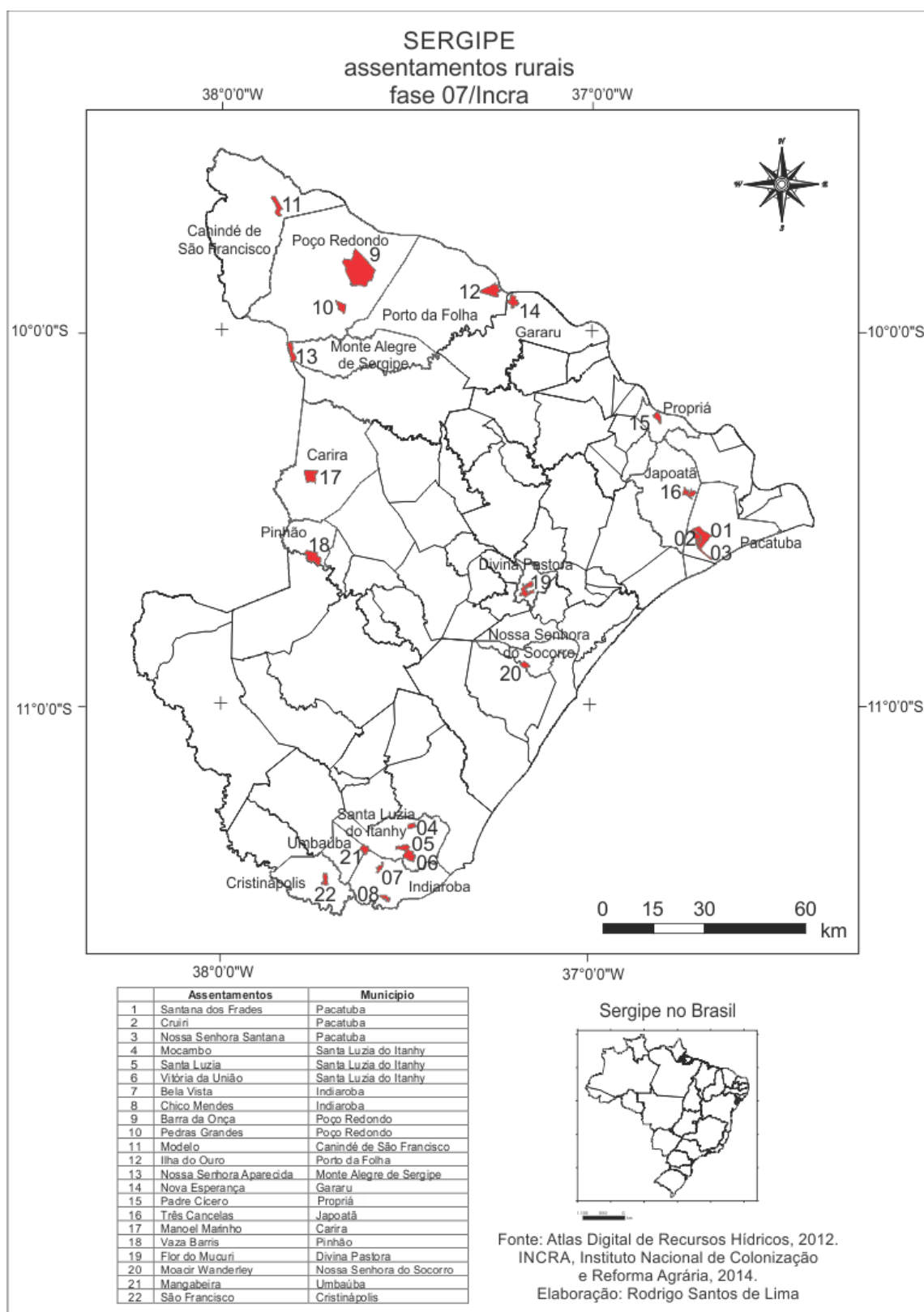


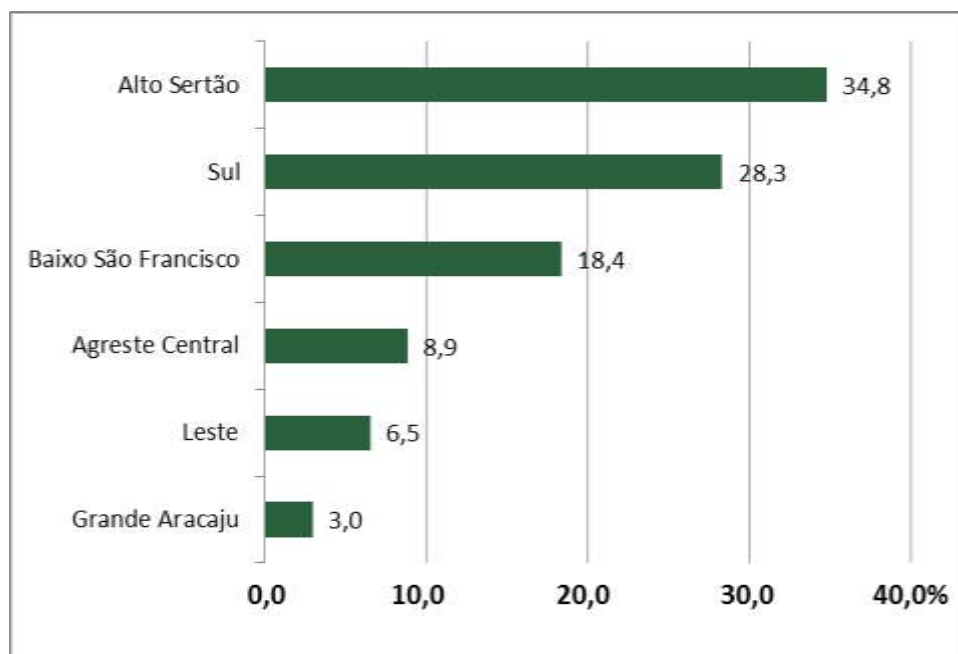
Figura 01: Espacialização dos assentamentos na fase 07. Sergipe (2014).

Fonte: Atlas digital de Recursos Hídricos (2012). INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2014).

Org.: LIMA, Rodrigo Santos de (Jun./2014).

No que diz respeito às famílias assentadas (Gráfico 03), nesses assentamentos vivem cerca de 1. 224 famílias de acordo com os dados do INCRA (2014).

Gráfico 03: Distribuição das famílias nos assentamentos da fase 07 por Território de Planejamento em %. Sergipe (2014).



Fonte: Elaborado a partir dos dados do INCRA (2014).

Org.: DOURADO, Auceia Matos (Jan./2013.).

Os assentamentos do Alto Sertão concentram a maior quantidade de famílias assentadas com 34,8% e também as maiores extensões de terra destinadas à reforma agrária, seguido do Sul e Baixo São Francisco com 28,3% e 18,4% respectivamente. Os demais estratos perfazem um total de 18,4% das famílias assentadas, que se justifica em função da quantidade de assentamentos e das áreas desapropriadas (pequena extensão das propriedades)⁹. Os Assentamentos do Alto Sertão são os maiores em área, o que justifica uma quantidade maior de famílias assentadas.

Para operacionalização da pesquisa foram selecionados 05 assentamentos distribuídos nos Territórios de Planejamento do Baixo São Francisco Sergipano, Alto Sertão Sergipano e Sul Sergipano, a saber: Santana dos Frades e Cruiri (Município de Pacatuba), Pedras Grandes (Município de Poço Redondo), Vitória da União (Município de Santa Luzia do Itanhy) e Mangabeira (Município de Umbaúba).

⁹ O Agreste tem como característica a organização do espaço em pequenas propriedades, desde o período colonial, com diversificação produtiva.

Considera-se que cada assentamento possui uma história específica que o singulariza em função do processo de luta pela terra, do tempo de existência de cada assentamento e também da localização no território. Para melhor compreensão sobre o critério de seleção dos assentamentos, considerou-se além da classificação do INCRA, a história da posse pela terra, o processo de luta e a participação (ou não) de entidades de apoio na mobilização dos trabalhadores para ocupar uma área de terra.

Soma-se a esses critérios a ação dos mediadores externos, entidades da sociedade civil e/ou política, pessoas isoladas ou grupos de pessoas que influenciaram ou interferiram no processo de luta pela posse da terra. Esses mediadores são de fundamental importância na formação dos assentamentos, bem como na definição de suas formas de organização social e econômica. Alguns assentamentos surgiram de forma espontânea, outros em função das ações dos movimentos sociais (mediadores externos) e outros foram criados pelo Estado para atender a demanda por terra.

Para de Oliveira (2011, p. 164):

(...) os mediadores têm um papel fundamental, pois reforçam a identificação dos participantes no campo de lutas, marcado por diversas relações de poder além de contribuir para a transformação de uma identidade de grupo ou até mesmo o favorecimento de elementos e símbolos que favorecem a transformação das identidades do grupo.

A eleição desses critérios tiveram como norte o pressuposto que a construção da (s) identidade(s) num assentamento rural se vale da história e da apropriação do território pelos sujeitos, identidades que não são fixas ou permanentes, mas que estão sempre em transformação, considerando-se sujeitos, escalas e processos. Para Haesbaert (2004b, p. 3), os territórios se distinguem:

(...) de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. Controla-se uma “área geográfica”, ou seja, o “território”, visando atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos.

Em se tratando dos assentamentos rurais de Sergipe, embora os mesmos sejam resultado de um conjunto de políticas visando distribuição de terras e consequente apaziguamento dos conflitos surgidos em função dessa luta, se configuram como territórios pelo esforço, resistência e luta desses assentados por um projeto de vida.

Acredita-se que nos territórios dos assentamentos as identidades e territorialidades construídas estão em constante mudança, por isso o mesmo será sempre inacabado e, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas, território apropriado que traz no seu bojo essas mediações. É um território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação e relações diversas (MOREIRA; TARGINO, 2007). Relações que são vividas, construídas, sentidas, percebidas e compreendidas diferentemente. O quadro a seguir (Quadro 01), apresenta os assentamentos da amostra constituídos pela desapropriação por interesse social apresentando, contudo, algumas singularidades, com relação aos mediadores:

Quadro 01 - Assentamentos da amostra. Sergipe. 2012.

Nome do assentamento	Município	Território	Mediadores	Data de criação	Forma de acesso a terra
Santana dos Frades	Pacatuba	Baixo São Francisco	Igreja Católica	13/09/82	Compra e doação
Cruiri	Pacatuba	Baixo São Francisco	MST	16/08/89	Desapropriação
Vitória da União	Santa Luzia do Itanhy	Sul Sergipano	MST	02/04/91	Desapropriação
Mangabeira	Umbaúba	Sul Sergipano	INCRA	10/03/97	Compra e doação
Pedras Grandes	Poço Redondo	Alto Sertão Sergipano	Ausência de mediadores	30/09/88	Desapropriação

Fonte: INCRA (2012).

Org.: DOURADO, Auceia Matos (Mar./2013).

O assentamento Santana dos Frades, foi criado em 1982 e localiza-se o no município de Pacatuba, no Território do Baixo São Francisco, foi o primeiro assentamento oficial de reforma agrária do estado, com 89 famílias assentadas.

Os moradores de Santana dos Frades são descendentes de posseiros que habitavam áreas desde o tempo da colonização. A luta dos posseiros de Santana dos Frades marca o início do processo de luta pela terra em Sergipe e teve como mediador a Igreja Católica, principal indutora e/ou apoiadora da criação de entidades de representação sindical rural e dos movimentos de organização de trabalhadores rurais. A “Diocese de Propriá (...) teve um papel fundamental na mobilização e organização dos trabalhadores rurais de Sergipe na luta pela conquista da terra” (LOPES, 2008a, p. 16).

Os conflitos que deram origem ao assentamento Cruiri, apresentam algumas singularidades em relação aos demais, ocorridos na época, pois decorreu de uma decisão política do MST e é um marco na história do MST em Sergipe, sendo o primeiro conflito sob a orientação direta do movimento, afirmando-se a partir desse momento como o principal responsável pela orientação política em torno da luta pela terra no Estado.

O assentamento Vitória da União surgiu a partir das lutas iniciadas com a ocupação do imóvel Santana do Cruiri e marca a territorialização das ações do MST no Estado ao ampliar sua área de influência em direção ao Sul Sergipano. A decisão de ampliar sua área de atuação foi parte de uma estratégia política do movimento, no sentido de se consolidar como uma organização de massa.

Em relação ao assentamento Mangabeira criado em 1997 e localizado no município de Umbaúba, no Sul Sergipano, as ações que levaram as institucionalizações não estiveram diretamente relacionadas aos conflitos de terra. A formação do assentamento resultou da ação do poder público (INCRA) por meio da compra e posterior doação aos agricultores sem-terra da região, uma iniciativa minoritária, não se configurando como uma política efetiva de reforma agrária no estado de Sergipe. A opção em estudar esse assentamento se configurou como uma possibilidade de analisar a construção da identidade territorial num território, onde a ocupação se deu de forma institucionalizada.

A ocupação e conquista do imóvel Pedras Grandes apresenta uma singularidade, pois ocorreu por iniciativa dos próprios trabalhadores, a maioria do Povoado Sítios Novos, localizado no município de Monte Alegre de Sergipe, que se organizaram e

ocuparam as terras, diante da solicitação do proprietário interessado em vender as mesmas.

O imóvel foi desapropriado em 1988 e no mesmo ano foi criado o projeto de assentamento Pedras Grandes com 27 famílias assentadas. Embora não se considere a ação direta dos mediadores externos, os conflitos em torno da ocupação do imóvel Pedras Grandes se deram em função das experiências vivenciadas pelos trabalhadores, em torno da questão da luta pela terra no Alto Sertão e a ação desses mediadores, com destaque para a Diocese de Propriá e os sindicatos rurais.

Convém destacar que embora se encontre uma grande diversidade de elementos atuando no processo que conduziu à criação dos assentamentos rurais, uma análise histórica da formação dos assentamentos sergipanos nos permite afirmar que o motor das desapropriações foram os conflitos e sob orientação dos movimentos sociais.

Silva e Lopes (1996, p. 21) assevera que no caso sergipano os conflitos se configuraram:

(...) a partir de uma ocupação de terra, realizada coletivamente, por pessoas necessitadas desse bem para nela morar e produzir e também pela expulsão ou tentativa de expulsão de antigos ocupantes de uma área de terra, por “grileiros” ou proprietários. Não se trata, portanto, de um ato individual e sim de uma ação social no sentido sociológico do termo.

Segundo Leite (2004, p. 41) a existência de conflito não se refere “(...) necessariamente ao uso da violência, mas à disputa pela propriedade da terra (...)”. Mesmo em casos em que “(...) os antigos proprietários omitiram-se diante de uma ocupação ou da reivindicação de desapropriação ou demonstraram certa cordialidade diante dos ocupantes (...)” no processo de disputa pela propriedade da terra, ainda assim existe uma situação de conflito.

1.4 Olhar... Observar... Compreender: o encontro com o objeto e com os sujeitos

Por se tratar de uma análise qualitativa, a unidade de referência do estudo considera o que denominamos de *sujeitos da amostra*. No caso específico do estudo em questão, a denominação sujeito refere-se “(...) àquele a que se investiga em qualquer empreendimento em que o ser humano é o objeto de estudo numa acepção filosófica no qual *sujeito* significa (...) o ‘eu’ enquanto realidade pensante, em contraposição ao objeto pensado” (TURATO, 2003, p. 353/356).

A opção pela concepção de sujeito nesta perspectiva justifica-se em função das proposições teóricas que respaldam esse trabalho no que diz respeito ao processo de constituição dos territórios (material e simbólico) e da construção da(s) identidade(s) (relacional, histórica, estratégica e posicional).

Para Triviños (1987, p. 132):

A pesquisa qualitativa, de fundamentação teórica, fenomenológica, pode usar recursos aleatórios para fixar a amostra. Isto é, procura uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém não é, em geral, preocupação dela quantificação da amostragem. E ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo dos indivíduos para as entrevistas etc.).

A amostra da pesquisa em questão, configura-se como proposital, intencional ou deliberada (não-probabilística), definida como “(...) aquela de escolha deliberada de respondentes, sujeitos ou ambientes, oposta a amostragem estatística, preocupada com a representatividade de uma amostra em relação a população total (...)” (TURATO, 2003, p. 357). Ao escolher esse tipo de amostra “(...) o autor do projeto delibera quem são os sujeitos que comporão seu estudo, segundo seus pressupostos de trabalho (...)” (TURATO, 2003, p. 357). Nesse estudo optou-se pela amostragem por variedade de tipos (amostragem por tipicidade) “(...) um processo de seleção de amostra de sujeitos escolhidos segundo o arbítrio e interesse científico do pesquisador, cuja resolução, embora definida como livre eleição (...) deve vir acompanhada de suas justificativas (...)” (TURATO, 2003, p. 365).

A inclusão dos sujeitos foi fixada em função de variáveis como (sexo, idade, procedência política...), além de outras, definidas em função das especificidades do objeto de estudo (tempo de residência no assentamento, titular do lote, liderança política ou comunitária). Segundo Turato (2003) mesmo com uma diversidade de identidades biodemográficas ou psicoculturais, os indivíduos se encontraram reunidos pelo que o autor chama de *homogeneidade fundamental*, ou seja, “(...) pelo menos uma determinada característica ou variável é comum a todos os sujeitos da amostragem: a característica-chave que os une é o próprio tema do trabalho” (TURATO, 2003, p. 365/366). No estudo considerou-se como uma *homogeneidade fundamental* a condição de assentado na fase 07, o tempo de moradia no assentamento e a história de luta pela posse da terra (pessoal ou familiar).

O delineamento da pesquisa considerou essencial um “mergulho” no universo, inicialmente utilizando-se da observação. Por meio das observações, manteve-se contato com pessoas em diferentes graus de atuação dentro do assentamento (professores, assentados, mulheres, homens, lideranças). Um diário de campo serviu também para registrar os fatos, impressões pessoais e reflexões sobre o observado.

Para Lopes (2002, p. 134) por meio do diário de campo:

(...) o pesquisador ao descrever os dados busca na memória o ambiente no qual os acontecimentos ocorrem, o que lhe permite retomar fatos e a situação captada por seu olhar atento. Um olhar atento que se aprofunda nas questões pertinentes aos dados e, também nos gestos e situações (...). Ao descrever fatos, situações, gestos e acontecimentos sobre uma realidade conhecida e mediada pela teoria, já está realizando um processo interpretativo, pois no Diário de Campo os fatos são narrados numa perspectiva que foge ao senso comum – científica, portanto.

Como procedimento metodológico, optou-se pela observação como técnica de coleta de dados. O ato de observar é um dos meios mais frequentemente utilizados pelo ser humano para conhecer e compreender as pessoas, as coisas, os acontecimentos e as situações. Observar é aplicar os sentidos a fim de obter uma determinada informação sobre algum aspecto da realidade, por isso se diz que o principal instrumento do pesquisador nessa fase é “o olho e o ouvido”.

A observação constitui um elemento fundamental para a pesquisa, principalmente com enfoque qualitativo, porque está presente desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, ou seja, ela desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa.

Uma vantagem da observação, em relação a outras técnicas de pesquisa é que os fatos são percebidos diretamente, sem intermediação. Desse modo, a subjetividade que permeia todo o processo de investigação tende a ser reduzido. Para garantir o rigor científico a mesma deve ser organizada em função dos objetivos da pesquisa, ser sistematicamente organizada, podendo também ser submetida à verificação e controle de validade e precisão (GIL, 2008).

Nesta etapa específica optou-se pela observação não-participante. Entende-se por este tipo de observação aquela em que o pesquisador, permanece alheio à comunidade ou grupo que pretende estudar, ele apenas observa de maneira espontânea, sendo um atento e isento expectador. Não é da natureza deste procedimento a interação ou a vivência comprometida, mas apenas a observação meticulosa e rigorosa do fenômeno a ser desvelado ou compreendido (SOUZA, 2013). Embora essa observação seja considerada espontânea, coloca-se num plano científico, para além da simples constatação dos fatos.

Além dessa possibilidade de inserção no ambiente de estudo, outras vantagens também são atribuídas à observação tais como:

- a) (...) independe do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos;
- b) permite “checar” na prática, a sinceridade de certas respostas (...);
- c) permite identificar comportamentos não-intencionais ou inconsistentes e explorar tópicos que os informantes não se sentem à vontade para discutir;
- d) permite o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 164).

Essa etapa da pesquisa representou um momento em que a pesquisadora estabeleceu os primeiros contatos com as famílias e os sujeitos da pesquisa, famílias estas que representaram segundo Brandão (2007), “as portas abertas” que possibilitaram dar continuidade ao trabalho proposto.

A observação direta em campo permitiu vislumbrar aquilo que só é possível ser apreendido por meio do olhar, elemento indissociável da trilogia descrita por Oliveira (2000): olhar, ouvir e escrever, ao tratar do trabalho do antropólogo, mas que serve tão bem a historiadores e geógrafos na busca pela compreensão da história e das relações que os homens estabelecem com o meio.

Nesse sentido procurou-se observar a organização dos assentamentos, seu cotidiano, as formas de trabalho, a organização social e política, a diversidade cultural, o modo de vida, essenciais para a interpretação dos significados e suas relações com a construção da(s) identidade(s) em cada assentamento.

Essa fase inicial da pesquisa compreendeu a observação simples do objeto de estudo, visitando o maior número de assentamentos na fase 07 e também assentamentos em outras fases, utilizando-se nesse caso especificamente a amostragem por acessibilidade, definida como o menos rigoroso dos tipos de amostragem, destituída de qualquer rigor estatístico, onde o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso (GIL, 2008), aceitando que estes possam de alguma forma, representar o universo. A amostragem por acessibilidade, geralmente é utilizada em estudos exploratórios ou qualitativos.

A observação do objeto de estudo foi realizada com base em um roteiro (Apêndice B) que contemplava aspectos relacionados à paisagem tais como:

- a) organização espacial do assentamento: modelo do assentamento disposição das casas, ruas;
- b) infraestrutura e organização social;
- c) elementos religiosos presentes na paisagem;
- d) elementos da ideologia dos movimentos sociais;
- e) elementos que indicavam a presença do Estado;
- f) ações voltadas para a defesa do patrimônio e do meio ambiente;
- g) elementos da vivência coletiva; rotina e divisão do trabalho;
- h) atividades de lazer, culturais e outros tipos de sociabilidade;
- i) atividades produtivas: organização do trabalho e da produção.

Essas observações foram realizadas no período de 30 de março a 18 de junho do ano de 2012. Considerando os objetivos da pesquisa, dos 22 PAs que compõem a fase 07, foram visitados 12 assentamentos (Quadro 02), além da visita a 11 assentamentos fora do universo amostral (Quadro 03).

Quadro 02 - Assentamentos visitados na fase de observação da pesquisa de campo (universo amostral). Sergipe (2012).

Nome	Nº de Famílias	Ato de Criação	Município	Território
Santana dos Frades	89	13/09/1982	Pacatuba	Baixo S. Francisco
Barra da onça	211	1/10/1986	Poço Redondo	Alto Sertão
Pedras Grandes	27	30/09/1988	Poço Redondo	Alto Sertão
Cruiri	35	16/08/1989	Pacatuba	Baixo S. Francisco
Nova Esperança	40	02/04/1991	Gararu	Alto Sertão
Vitória da União	91	02/04/1991	S. Luzia do Itanhy	Sul Sergipano
São Francisco	51	02/04/1991	Cristinápolis	Sul Sergipano
N. Senhora Santana	37	15/12/1992	Pacatuba	Baixo S. Francisco
Moacir Wanderley	37	12/08/1993	N. Sra. do Socorro	Grande Aracaju
Flor do Mucuri	80	27/12/1996	Divina Pastora	Leste Sergipano
Mangabeira	49	10/03/1997	Umbaúba	Sul Sergipano
Modelo	30	18/04/1998	Canindé do S. Francisco	Alto Sertão

Fonte: Elaborado a partir dos dados do INCRA (2012).

Org.: DOURADO, Auceia Matos (Mar./2013).

A opção por visitar outros assentamentos fora da fase 07 utilizando-se da amostragem por acessibilidade justifica-se pela possibilidade de conhecer um número expressivo de assentamentos, de forma a apreender as diferenças (e ou semelhanças) entre esses assentamentos, buscando aclarar as questões basilares deste estudo.

Quadro 03 - Assentamentos visitados na fase de observação da pesquisa de campo (fora do universo amostral). Sergipe (2012).

Nome	Nº de Famílias	Ato de Criação	Município	Território	Fase
José Hunaldo	15	21/06/2001	Porto da Folha	Alto Sertão	06
Queimada Grande	148	12/08/1998	Poço Redondo	Alto Sertão	05
Pioneira	17	31/12/1997	Poço Redondo	Alto Sertão	06
Novo Mulungu	10	17/12/1998	Poço Redondo	Alto Sertão	04
Caldeirão	18	09/04/2002	Poço Redondo	Alto Sertão	06
Cuiabá	200	07/10/1998	Canindé do S. Francisco	Alto Sertão	
Treze de Maio	40	31/03/2004	Japaratuba	Leste Sergipano	04
Ivan Ribeiro	39	05/03/1990	Japaratuba	Leste Sergipano	
Independência N. Sra.do Carmo	95	20/11/2000	Pacatuba	Baixo S. Francisco	04
Caio Prado	90	12/12/2005	Estância	Sul Sergipano	03
Rosa Luxemburgo II	41	09/09/2009	São Cristóvão	Grande Aracaju	03

Fonte: Elaborado a partir dos dados do INCRA (2012).

Org.: Org.: DOURADO, Auceia Matos (Mar./2013).

Cada assentamento foi visitado pela pesquisadora com a colaboração de outros discentes do NPGeo/UFS e da Universidade Federal de Uberlândia, que possuem objetos de estudo correlacionados com temáticas que envolvem organização e produção do espaço agrária. Essa incursão inicial no campo foi importante, pois se estabeleceu os primeiros contatos com as lideranças e a população local, registrando as primeiras impressões sobre área e o objeto de estudo.

Essa etapa inicial, também contribuiu para que os locais da pesquisa e os sujeitos da amostra fossem estabelecidos, uma vez que o contato direto com a realidade a ser estudada ajudou na definição dos pressupostos da pesquisa, diante das especificidades do objeto de estudo. Os questionamentos iniciais formulados ainda no início da pesquisa ao longo das observações foram se descortinando, pela percepção das diferenças que estes possuíam, não só em função da localização geográfica, mas, em função da diversidade relacionada à questão agrária.

1.5 No campo e em campo: o desenvolvimento da pesquisa

Com o objetivo de conhecer os referenciais que nortearam a construção da(s) identidade(s) nos assentamentos selecionados, bem como outras questões relativas às formas de organização do assentamento, procedeu-se a realização das entrevistas com os assentados. A ordem de visita a cada assentamento foi definida conforme o plano de trabalho, em função da logística de transporte da Universidade Federal de Sergipe.

Definida a ordem, o procedimento padrão era sempre o contato com alguma liderança do assentamento, que agendava as datas e viabilizava o contato com os entrevistados. O contato com as lideranças dos assentamentos foi essencial, pois facilitou o acesso da pesquisadora ao local de estudo e as informações específicas sobre cada assentamento. Esses entrevistados foram escolhidos segundo o arbítrio e interesse científico do pesquisador, em função dos objetivos e questionamentos da pesquisa.

Algumas entrevistas e conversas informais realizadas com as lideranças e moradores mais antigos, foram consideradas como dados complementares, por ocasião da realização do trabalho de campo. Muitos dados, ainda que em caráter informal, contribuíram para ampliar o conhecimento sobre a realidade de cada assentamento.

As visitas para realização das entrevistas foram sempre acompanhadas por um morador do assentamento, que deixavam seus afazeres e gentilmente nos guiava até as casas dos assentados. Muitas vezes nesse percurso crianças e jovens nos acompanhava com a cordialidade e predisposição para ajudar.

Embora a entrevista tivesse um roteiro já estabelecido, muitas vezes a sequência das perguntas foi alterada em função da dinâmica da fala do entrevistado, que respondia as perguntas ao seu modo. O entrevistado era livre para discorrer ou apresentar seus posicionamentos sobre o assunto abordado ou correlacionado.

Na visão de Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p. 168), essa liberdade do entrevistado decorre da natureza interativa da entrevista, pois a mesma permite:

(...) tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários (...). De um modo geral as entrevistas qualitativas são muito pouco estruturadas, sem um fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa. Tipicamente, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana.

As falas e o falar de si ou da história coletiva era sempre acompanhado pela emoção, pelos sentimentos, pois se remetia a história de vida da família: *o antes*, que representava o processo de luta, as incertezas, as dificuldades da vida no acampamento e o processo de posse da terra; *o depois*, com a conquista da terra, a construção do território; *o devir*, o vir a ser, as possibilidades de continuar a descendência, de manter a terra, de viver no território.

Ainda em referência as entrevistas destaca-se que para sua realização sempre se buscava construir um ambiente propício à mesma, com confiança para que o entrevistado pudesse se sentir seguro ao responder as questões. A pesquisa iniciava-se com uma conversa informal sobre o assentamento, para depois guiar-se pelo roteiro. Destaca-se que embora a entrevista fosse direcionada a pessoas específicas, muitas vezes a família e até mesmo vizinhos se envolviam com a atividade, principalmente nas perguntas sobre o processo de luta pela posse da terra (Figura 02 e 03).



Figura 02: Realização de entrevista. Assentado e sua esposa. Assentamento Cruiri, município de Pacatuba (Baixo São Francisco/SE). Sergipe (2012).

Autora: SOUZA, Angela Fagna Gomes de.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.



Figura 03: Realização de entrevista. Assentado, esposa e vizinhos. Assentamento Pedras Grandes, município de Poço Redondo (Alto Sertão Sergipano/SE). Sergipe (2012).

Autora: SOUZA, Angela Fagna Gomes de.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

As entrevistas também foram momentos de reflexão, rememoração, volta ao passado. Momento em que os assentados demonstraram seus desejos de mudança em relação ao assentamento, suas motivações para a luta diária e os ensinamentos que transmitem diariamente aos filhos. Risos, euforia, choro, expressões tristeza e desapontamento, foram sentimentos que acompanharam os entrevistados. Encontramos diversos comportamentos: alguns eram arredios, monossilábicos, principalmente no início da conversa; outros extremamente expansivos; outros envergonhados principalmente em função da forma como se expressavam “(...) *do português muito fraco, do estudo ter sido pouco*” (Assentada 05 – 55 anos - PA Vitória da União).

Os trabalhos de campo foram realizados no período de março a dezembro de 2012. Os meses de março a julho foram dedicados às visitas aos assentamentos para observação e entre agosto e dezembro procedeu-se a realização das entrevistas. Foram realizadas entre três e quatro visitas a cada assentamento, de acordo com as necessidades apontadas durante a realização da pesquisa. Entre os meses de agosto e setembro, foram visitados os PAs Vitória da União (Santa Luzia do Itanhy) e

Mangabeira (Umbaúba) no Sul Sergipano. Nos meses de outubro e novembro o trabalho de campo foi realizado nos assentamentos do Baixo São Francisco em Santana dos Frades e Cruiri (Pacatuba). Em dezembro foi realizada a última etapa no PA Pedras Grandes (Poço Redondo) no Alto Sertão.

Como se estabeleceu uma amostra proposital, intencional ou deliberada (não-probabilística) em função dos objetivos do trabalho, optou-se por entrevistados que participaram do processo de luta, lideranças, moradores mais antigos e representantes de organizações. Contudo às vezes outras pessoas do assentamento eram também ouvidas, filhos de assentados, jovens, crianças, moradores mais novos do assentamento, de modo a coletar o maior número de informações sobre a vivência e o cotidiano do assentamento.

1.6 - Desvelando a realidade: os dados da pesquisa

As pesquisas qualitativas geram um enorme volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos. Para Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p. 170) esse procedimento:

(...) se faz através de um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, relações, desvendando-lhe o significado. Este é um processo complexo, não-linear, que implica um trabalho de redução, organização e interpretação dos dados (...). À medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando (...) identificar temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores (...)

Na visão de Souza (2013) cada pesquisador pode escolher livremente os seus instrumentos de pesquisa que devem ser os mais variados possíveis: observação participante, entrevistas livres e/ou semiestruturadas, levantamento de dados primários, questionários, diário de campo, mapas mentais, croquis, fotografias, descrição, contudo a organização da pesquisa e o consequente tratamento dos dados, o olhar e as reflexões devem ser processados a partir do espaço geográfico, pensado a partir das categorias de análise que sustentam cada estudo.

No caso específico do trabalho em questão, o estudo contemplou a observação do objeto, a realização de entrevistas semiestruturadas e a utilização dos dados das entrevistas.

As informações colhidas nessa fase da pesquisa foram devidamente registradas (diário de campo) e organizadas em relatórios que serviram como subsídio para análise da pesquisa e para a caracterização dos assentamentos que compõem o estudo.

A realização das entrevistas¹⁰ compreendeu a etapa mais longa do trabalho de campo, realizadas de acordo com o cronograma elaborado para as visitas. As entrevistas ocorreram nos assentamentos selecionados e totalizaram 29 entrevistas assim distribuídas (quadro 04). Além das entrevistas citadas, também foram utilizadas entrevistas de outros pesquisadores¹¹.

Quadro 04 – Número de entrevistas realizadas. Sergipe (2012).

Nome do assentamento	Quantidade de entrevistas	Período de realização
Vitória da União	7	Agosto (2012)
Mangabeira	6	Setembro (2012)
Santana dos Frades	6	Outubro (2012)
Cruiri	5	Novembro (2012)
Pedras Grandes	5	Dezembro (2012)
Total de entrevistas	29 entrevistas	

Fonte: Dados da pesquisa de campo. 2012.

Org.: DOURADO, Auceia Matos (Jan./2013).

¹⁰ Antes da realização das entrevistas, os assentados assinaram um termo de autorização da gravação e divulgação dos resultados da pesquisa (Apêndice C).

¹¹ Utilizou-se fragmentos de duas entrevistas realizadas pela pesquisadora Marilene dos Santos, por ocasião da realização de sua pesquisa de mestrado intitulada: “Práticas sociais de produção e unidades de medidas em assentamentos do nordeste sergipano” concluída no ano de 2005. Essas entrevistas foram realizadas no assentamento Santana dos Frades. Também foram utilizados fragmentos de uma entrevista realizada por Maria Neide Sobral, com um assentado do PA Cruiri, que se encontra transcrita em seu livro “História oral da vida camponesa: assentamentos de reforma agrária em Sergipe (Da prática social à prática da alfabetização)”. São Cristovão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

Após o término, as falas foram transcritas e organizadas conforme as categorias que identificam e adjetivam o objeto de estudo, como exposto no Apêndice A. A transcrição das falas foi realizada de forma literal, tal como foram gravadas, conservando na escrita aspectos como pronúncia, contração de vocábulos, subtração de letras, troca de vogais e consoantes e erros de pronúncia. Os sujeitos entrevistados tiveram suas identidades resguardadas e foram numerados e identificados.

Para cada grupo de entrevistado utilizou-se as palavras Assentado ou Assentada (indicação de gênero), seguido de um número que indica a ordem, isto é, a sequência em que as entrevistas foram realizadas, a idade, além da identificação do nome do projeto de assentamento. Ex: Assentado 01 - 65 anos - PA Pedras Grandes. Considera-se a identificação do assentamento necessária, pois os fragmentos das falas foram utilizados de forma conjunta, de modo a compor um quadro conceitual sobre a construção identitária nesses assentamentos. O quadro a seguir sintetiza as normas utilizadas para transcrição das falas:

Quadro 05 - Normas utilizadas para transcrição das entrevistas

Ocorrências	Sinais	Exemplos
Pausas	...	<i>Por que se tivesse... a gente podia fazer uma praça, assim não tem como fazer uma praça...</i>
Supressão de falas	(...)	<i>(...) a terra pertencia a Santa, a terra era dela.</i>
Interrogação	?	<i>Por que a associação deixou de funcionar?</i>
Comentários do analista	(risos)	<i>E agora que a prefeita perdeu a eleição é que não vai mandar mesmo (risos).</i>
Complemento de fala	[]	<i>(...) o ano passado eles [os técnicos do MST] vieram, mas esse ano não teve ninguém aqui ainda... mas no começo era direto...</i>
Contração de expressão ¹²	/	<i>Né (NÃO É). Era um momento (...) de batalha e de luta e de uma esperança de um dia melhor n/é?...</i>

Fonte: Adaptado de Fernandes (2007).

Org.: DOURADO, Auceia Matos (Jan./2013).

Na análise das falas estabeleceu-se uma linha de entendimento sobre os referenciais presentes na construção da(s) identidade(s) em cada assentamento,

¹² “Essa medida utilizada visa mostrar a expressão como contração e não como erro.” (FERNANDO, 2002, p. 119).

atentando para as convergências, mas também evidenciado aspectos específicos de cada realidade. As falas foram utilizadas para delinear nosso entendimento sobre as categorias de análise que sustentam nosso estudo, com atenção para a análise do território, das identidades e das territorialidades. A Figura 04 sintetiza os principais aspectos que foram considerados na análise.

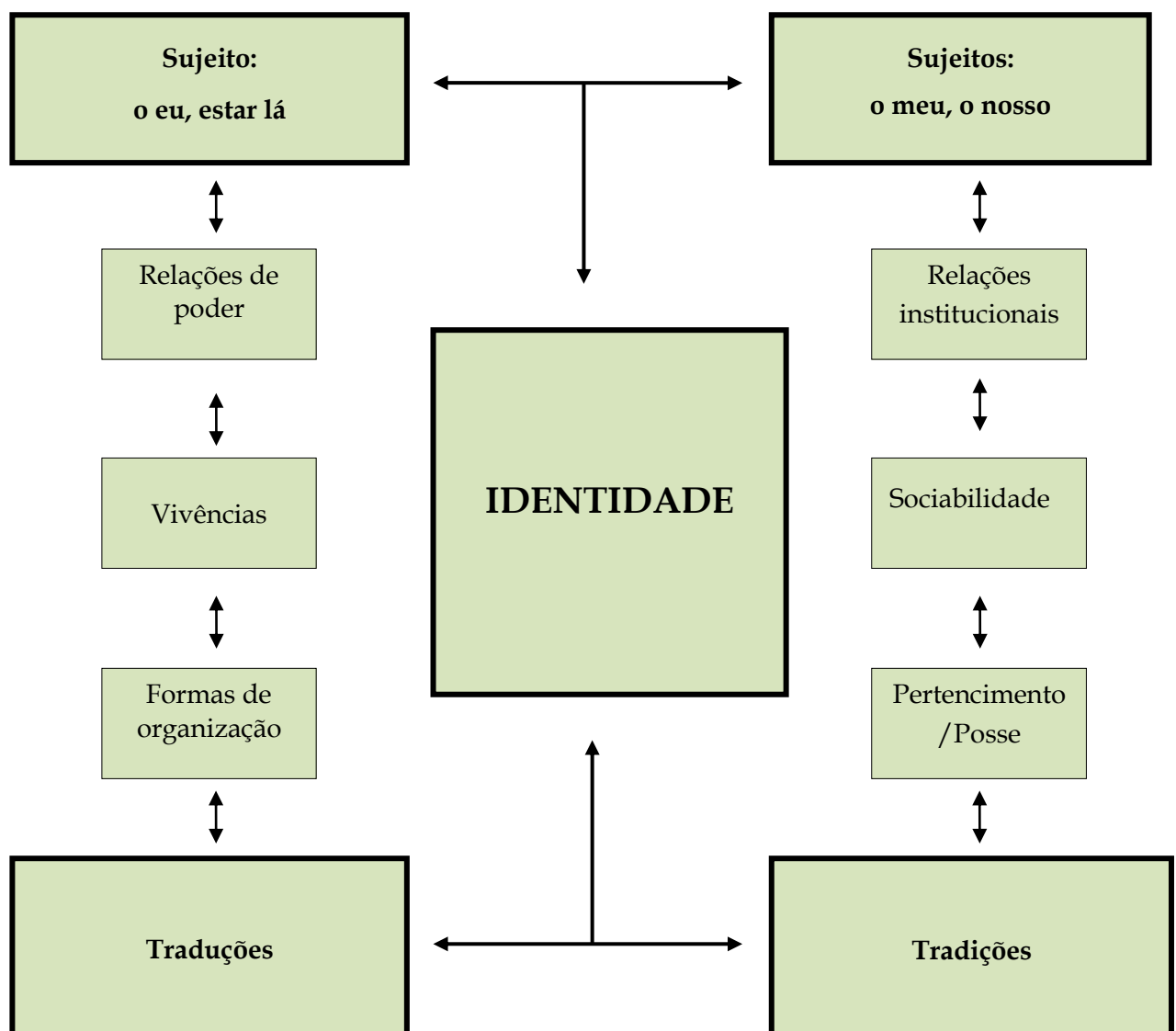


Figura 04: Fluxograma dos aspectos considerados na análise das falas dos entrevistados.
Fonte: DOURADO, Auceia Matos. Elaborado com base no roteiro de entrevistas (Jan. /2013.).



Assentamento Vitória da União – Santa Luzia do Itanhy/SE.

Autora: SOUZA, Angela Fagna Gomes de.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

CAPÍTULO 2

MEDIAÇÕES TEÓRICAS: TERRITÓRIO, IDENTIDADE E ASSENTAMENTOS RURAIS



CAPÍTULO 2 - MEDIAÇÕES TEÓRICAS: TERRITÓRIO, IDENTIDADE E ASSENTAMENTOS RURAIS

Pensar o território e as relações estabelecidas pelo mesmo é principalmente entender que o território é construído nas mediações entre os processos históricos e relacionais, com base nas relações sociais desenvolvidas em determinado espaço. O território é produto dessas relações e da interligação do material com o imaterial. Cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidade(s) a seu modo, em consonância com suas experiências e normas, envolvendo diversas acepções, podendo significar natureza e sociedade, economia e política, cultura e identidades, controle e poder, uso e apropriação (SAQUET, 2010).

Na atualidade o conceito de território tem ganhado visibilidade não só na produção geográfica, mas também em outras áreas das Ciências Sociais. A relevância atribuída ao conceito revela que o mesmo tem assumido uma centralidade analítica (epistemológica e teórica) e uma centralidade empírica (histórica e política), passando a ocupar um papel de destaque como ferramenta explicativa das problemáticas sociais e um importante dispositivo de intervenção social e política, tanto para atores hegemônicos quanto para atores/sujeitos¹³ subalternos (CRUZ, 2011).

Essas novas dimensões que envolvem o conceito de território, fruto das mudanças nas dinâmicas sociais e nos aspectos políticos, coloca esse território no foco das novas formas de ação e do entendimento sobre essas dinâmicas. “Essas novas concepções teóricas e as novas práticas realizadas pelos movimentos sociais inauguram novos horizontes para pensarmos os fenômenos que envolvem a dominação, a resistência e os conflitos” (CRUZ, 2011, p. 88).

A opção pela adoção do conceito de território nessa pesquisa se justifica em função das especificidades do objeto de estudo, na busca pela compreensão das novas configurações da realidade agrária brasileira, configurações estas que

¹³ A designação ator ou sujeito apreendida por cada autor relaciona-se ao método e a abordagem escolhida.

necessariamente devem considerar a presença dos assentamentos rurais como um fenômeno social. Assim, buscando estreitar os laços entre o conceito de território e a realidade dos assentamentos, far-se-á uma discussão de caráter histórico e teórico sobre o referido conceito.

Nessa perspectiva, o objetivo deste capítulo é discutir algumas características inerentes ao conceito de território (relações de poder, identidades e territorialidades) características estas essenciais para a compreensão dos assentamentos rurais expressos como territórios.

Embora se reconheça a vasta produção sobre o conceito de território em autores como Raffestin (1993), Haesbaert (1999; 2004a; 2004b; 2007; 2009a; 2009b; 2012), Moraes (1990; 2002), Souza (2006; 2009), Saquet (2009; 2010), Bonnemaïson (2002), Claval (1999) que mesmo tendo construído o conceito com distintos referenciais (realistas, idealistas, absolutos, relacionais) sente-se a necessidade de rever a história social do conceito de modo a dialogar com o objeto de estudo e estabelecer uma linha de entendimento sobre o mesmo. As análises apresentadas nesse capítulo foram organizadas buscando aclarar o conceito de território e suas características, considerando os seguintes aspectos:

Quadro 06 – Pressupostos de análise do conceito de território e seus constitutivos

Território(s)	• Reconhecimento que as dimensões do território se inserem dentro da fundamentação filosófica de cada abordagem; com entrecruzamento de proposições teóricas de modo a possibilitar a compreensão de determinada realidade (CRUZ, 2011); • Busca, na contemporaneidade, pela superação da dicotomia ideal/ material, considerando a “(...) dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço (...)” (HAESBAERT, 2012, p. 42); • Apreensão do conceito de território, como “híbrido” (múltiplo), considerando que embora se possa fazer uma distinção entre as dimensões, para fins didáticos, na realidade empírica o território é entendido de forma indissociável. “Em meio às relações sociais complexas, uma <i>dimensão</i> pode aparecer histórico-culturalmente, como a mais importante, o que não significa que ela seja a única relevante” (SOUZA, 2009, p. 60); • Concepção de que o território “(...) desdobra-se ao longo de um <i>continuum</i> que vai da dominação político-econômica mais
-----------------------------	--

	‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2012, p. 95-96). • O poder como componente indispensável na formação dos territórios. “O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2012, p. 79). O território “(...) é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 58);
Relações de poder	• Multidimensionalidade do poder e suas relações com o território; • Apreensão do poder como uma rede de relações variáveis e multiformes, presentes em todos os espaços sociais e inerente à própria sociedade (FOUCAULT, 1979; RAFFESTIN, 1993); • A área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes e se exprime pelas tessituras (RAFFESTIN, 1993).
Identidade(s)	• “As identidades são construções históricas e relacionais” (CRUZ, 2011, p. 108) e “(...) constituídas por elementos materiais e simbólicos (espaço simbólico, social/historicamente produzido (...))” (HAESBAERT, 1999, p. 172); • “O território é um referencial fundamental na construção das identidades. A relação dos homens para com os seus territórios expressa e transcende a ‘posse’ material de uma porção da superfície terrestre” (CRUZ, 2011, p. 108); • O pertencimento é um constituinte das identidades e “(...) muitos laços de identidade se manifestam na convivência com o lugar, com o território (...)” (ALMEIDA, 2008, p. 59);
Territorialidade(s)	• Se traduz pelo sentimento de pertencimento e modo de agir, ou seja, é um conjunto de relações que se origina no sistema sociedade/tempo/espaço; • Sua construção envolve “(...) o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço de trabalho, do lazer, da família (...) resultado e condição do processo de cada território” (SAQUET, 2010, p. 26). • Se expressa como “(...) resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território.” (SAQUET, 2010, p. 127). • Ela resulta da ação do sujeito sobre o território, ação que vai permitir “(...) fixação, separação, uso, posse, (...) resultam nas marcas objetivadas pela busca do domínio sobre o espaço.” (HEIDRICH, 2009, p. 275).

2.1 Os caminhos do território

A palavra *territorium* (terra), é de origem latina com significação vinculada à ideia de apropriação (terra apropriada), sendo o uso social seu elemento definidor, expressando a conjugação de um povo e de uma terra. Esse uso social do território diz respeito às formas de apropriação da natureza e consequente valorização do espaço, envolvendo não somente questões materiais e funcionais do uso do território, como palco das relações econômicas, mas também uso no sentido de “valorização” dos aspectos simbólicos.

No percurso de sua construção o conceito de território, foi condicionado por situações históricas sendo assim como outros conceitos, resultado de uma dada realidade, como segue a afirmativa:

Todo conceito só pode ser compreendido a partir do problema ou do campo de problematizações no qual foi criado e formulado, pois todo conceito é criado e formulado à luz de problemas específicos, problemas estes que podem ser reformulados e recolocados de maneiras diferentes ao longo da história. (...) Entender a historicidade de um conceito significa entender que ele é construído num momento histórico específico a partir de problemas também específicos (...) todos os conceitos são marcados por acúmulos, heranças e continuidades dentro de um campo disciplinar e de uma tradição teórica e, também, por rupturas, descontinuidades e sobressaltos. (...) Cada conceito é uma tentativa de dar conta de questões específicas, construídas num determinado momento histórico a partir de um solo epistemológico e de campo teórico-metodológico próprio. (CRUZ, 2011, p. 99/102).

Assim as teorias e os conceitos empregados na Geografia, não fogem a esta regra. A maioria dos postulados e das proposições no seu campo conceitual tem na realidade seu maior argumento. Para a compreensão do conceito de território é necessário clarificar que o mesmo surge sob influência da matriz biológica e com características específicas do contexto histórico. Bonnemaïson (2002, p. 98/99/103), enfatiza a influência da Biologia na construção do conceito de território afirmando que:

Nas sociedades animais o território está ligado à idéia (*sic*) de apropriação biológica, sendo exclusivo e limitado por fronteiras. Já as sociedades humanas têm uma concepção diferente de território. Ele não é obrigatoriamente fechado, não é sempre um tecido espacial unido nem induz a um comportamento estável. Ele é ao mesmo tempo “espaço social” e “espaço cultural”: ele está associado tanto à função social quanto a função simbólica.

Em relação ao momento histórico em que o mesmo é formulado, assevera-se que esse período exibiu formas específicas de organização do espaço, organização esta vinculada à lógica do contexto sociopolítico e econômico da época. O conceito traz em si a marca do seu tempo e a assinatura dos pensadores que o instituíram para atender a determinados problemas comuns à época da sua criação. Além da referência biológica, o conceito possui forte influência da matriz política com base na atuação do Estado-Nação.

Existem diferentes formas de abordagem e conceituação do território, em função das diferentes posições e posturas teóricas, políticas e éticas, por isso o conceito é considerado polissêmico e ambíguo. É consensual que o território é indissociável da noção de fronteira, contudo é limitante concebê-lo unicamente com os limites político-administrativos dos países.

No campo geográfico, a origem do conceito de território associa-se à ideia de soberania nacional e de afirmação do Estado-Nação, e marca o período de institucionalização da Geografia como disciplina na década de 1870. O conceito construído nesse contexto, tem o Estado como referência, com suas subdivisões e contradições internas, justificando-se a sua defesa e a conquista de novos territórios. Para Fernandes (2009, p. 201) “(...) o sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade”.

Um dos primeiros expoentes a se referir ao território foi Friedrich Ratzel, que desenvolveu dois conceitos fundamentais em sua Antropogeografia, o conceito de território e de espaço vital, com forte tradição na Biologia. O território em Ratzel seria a apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo e a noção de espaço vital se expressaria nas necessidades territoriais de uma sociedade.

Delimitado temporalmente, o surgimento do conceito tem como referência o processo de unificação do estado alemão. No entendimento de Moraes (1990), as proposições teóricas de Ratzel vinculam o território como imprescindível para alcançar objetivos políticos, teorizando a respeito de sua relevância na constituição do Estado-nação. O território seria a expressão legal e moral do Estado, justificando-se a sua defesa, manutenção e a conquista de poder mediante disputa para incorporação de novos territórios.

O conceito de território ratzeliano foi determinante na configuração da geopolítica da época, já que afirmava que uma teoria de Estado necessariamente teria que levar em consideração a questão do território, enquanto espaço vital, em que se reproduz um grupo social com os recursos disponíveis. O território pensado por Ratzel considera a dimensão natural, física e política do espaço como elos indissociáveis. Essa dimensão política pode ser traduzida como a expressão do poder do Estado sobre o território construído ou conquistado. Em Ratzel, embora haja uma alusão clara a importância da dimensão política, como tradutor das expressões do território, o pensamento ratzeliano já direciona o entendimento sobre a importância da integração dessas dimensões como o elemento explicativo da realidade.

Nesse sentido, também como expressão desse território, aparecem as relações de poder, que historicamente se efetivaram de acordo com as características de cada sociedade, envolvendo os aspectos materiais e imateriais, tanto do ponto de vista geopolítico, quanto econômico e cultural. O pensamento de Ratzel também expressa a presença desse poder (ação política, controle, posse, força) quando vincula o território como imprescindível para alcançar os objetivos políticos. Segundo Moraes (1990), Ratzel considera a constituição do Estado como principal forma de poder e de controle, levando-se em conta também a importância da natureza exterior ao homem, que condiciona a sua expansão no espaço, a miscigenação e a própria organização social. Natureza e Estado assumem centralidade na sua argumentação e compreensão do conceito de território.

O território na tradicional Geografia Política, além das questões relacionadas ao poder do Estado-Nação, tem também como característica principal a presença do espaço concreto em si, com seus atributos naturais e socialmente construídos, ocupado e

apropriado por um grupo social. Esse processo de apropriação é visto como algo gerador de raízes e identidade, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria ligada aos atributos do espaço concreto, ou seja, natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem. Essa visão sobre a identidade fundamentou a maioria das explicativas sobre o processo de construção das identidades como algo gerador de afinidades e de reconhecimento de uma nacionalidade. Somada aos recursos, as forçadas armadas e o poder militar, a identidade nacional aparece como um dos elementos que identifica uma nação. Esse tipo de território sempre foi associado, num discurso ideológico, ao recorte do “território nacional”, assumindo relevância na teoria política a partir do século XIV. Esse “(...) território seria resultado das ações dos homens em sociedade, demarcando e organizando o espaço tanto jurídico quanto cultural e economicamente” (SAQUET, 2010, p. 69).

Na obra *Território e História no Brasil* (2002), Antônio Carlos Robert de Moraes, argumenta que a apropriação do território resulta na valorização do espaço apreendida como processo histórico. O autor afirma que “(...) é a própria idéia (*sic*) de apropriação que qualifica uma porção da terra como território” e essa “(...) apropriação (...) implica a constante reverificação das formas herdadas, atribuindo-lhes uma funcionalidade em face da organização social vigente”. (...) “A constituição de um território é assim um processo cumulativo, a cada momento resultado e possibilidade, um contínuo em movimento” (MORAES, 2002, p. 54).

Cada território é produto da intervenção e do trabalho do homem sobre determinado espaço. A historicidade do território implica em movimento e mudança nas relações estabelecidas, por isso o mesmo está diretamente vinculado aos processos históricos de valorização do espaço. Como qualquer processo histórico, a valorização do espaço também se transforma historicamente. A forma como o espaço é valorizado relaciona-se com as espacialidades e as temporalidades e imprime ao território funções e significados diferentes.

Enquanto elemento singular do território, a valorização do espaço é condicionada pela temporalidade. Essa temporalidade irá imprimir ao território características específicas e traduzirá a forma como homens o organizam. As relações produzidas, no tempo e no espaço serão responsáveis pela construção desse território,

onde territorialidades serão firmadas para além da “qualidade de ser território” (HAESBAERT, 2012, p. 74), considerando todas as dimensões do mesmo. Complementado a análise, Moraes (2002, p. 57) assevera que:

A valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação de um território. Este envolve a relação com um espaço localizado, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando as formas de sociabilidade reinante numa paisagem e numa estrutura territorial. (MORAES, 2002, p. 57).

Nesse sentido, destaca-se com base nas considerações de Moraes (2002), que o que dá sentido ao território, para além da institucionalização, é a apropriação, com uma funcionalidade específica que reflete a organização social vigente. O território é principalmente um espaço de trabalho, de vivências, de produção de uma realidade. Um território que pode possuir pontos e marcas sobre o solo, onde se ordena o meio de vida e se enraíza o grupo social (BONNEMAISON, 2000), mas que também pode ser somente desejado. E pode ser a partir deste imaginário, desde sonho que sua construção tem início.

Ainda em referência a construção e origem do território e as particularizações inerentes ao mesmo, Bonnemaïson (2002, p. 103/106/107) afirma que: “(...) o território se constrói, ao mesmo tempo, como um sistema de símbolos. Um sistema porque ele se organiza e se hierarquiza para responder às necessidades e funções assumidas pelo grupo que o constitui”.

Nesse sentido, as expressões do território, a organização e as territorialidades, vão exprimir a forma como cada grupo organiza seu espaço, em função de suas necessidades e de sua cultura. Cada território possui uma funcionalidade inerente à organização social de cada grupo. Um assentamento rural de reforma agrária, uma comunidade quilombola ou mesmo uma tribo indígena, se formaram em função de diferentes processos, assim como diferentes, foram as formas de apropriação do mesmo. Contudo o ponto de convergência entre os mesmos é a ideia de pertencimento e de identificação com o território, território este construído fundamentalmente por meio de um sistema de símbolos. Esse sistema é que dará corpo a organização social, as prioridades e as ações desse grupo para manter seu território.

Nesse mesmo entendimento Haesbaert (2004b, p.1), destaca que o território traz em seu bojo uma dupla conotação, conjugando aspectos da materialidade e do simbolismo:

(...) desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo, especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliçados da terra, ou no “*territorium*” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Concorda-se ainda com Haesbaert (2012, p. 20) quando assevera que “(...) não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem (...) inseri-los, num determinado contexto geográfico ‘territorial’”.

Retoma-se que a historicidade do território se expressas também na sua construção conceitual, atribuindo ao mesmo uma polissemia intelectual em função das diferentes abordagens e da tradição em outras áreas. Na seara geográfica a categoria território é definida a partir de diversos argumentos e concepções (jurídico-políticos, culturais, econômicos, simbólicos, psicossociológicos). Haesbaert (2012) agrupou essas concepções em três vertentes ou dimensões de análise: política, econômica e cultural.

A vertente jurídico-política do território é a que possui maior tradição na Geografia e inclui as relações espaço-poder em geral, com destaque para as relações institucionalizadas em que território é visto como um espaço controlado por determinado poder, mas não circunscrito somente a este.

O território seria o espaço apropriado pelo homem, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder em suas múltiplas dimensões, sendo um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais (RAFFESTIN, 1993). “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional, ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.” (HAESBAERT, 2004b, p. 01).

Nessa mesma linha de entendimento sobre a vinculação entre território e poder segundo Souza (2006, p. 78-79):

O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial aqui, não é, na realidade, quais as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em dado espaço ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupos social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo (...), mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Este Leitmotiv traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento do exercício do poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (Grifos do autor).

No que diz respeito aos aspectos econômicos e sua relação com a formação do território, destaca-se a dimensão espacial das relações econômicas, concebendo o território como palco de disputas e embate entre classes sociais na relação capital-trabalho.

O movimento do território se daria por sua *apropriação* e *uso* pelos agentes do capital e esse uso imprimiria ao território um caráter de movimento. O território seria sinônimo de recursos, dessa relação estabelecida entre capital-trabalho ou da divisão territorial do trabalho e o espaço geográfico, resultado da interação entre um sistema de objetos e um sistema de ação. A designação seria “território usado” e se constituiria num todo complexo, com relações complementares e conflitantes (SANTOS, et al., 2000).

Já a vertente cultural prioriza a dimensão simbólica e subjetiva. O território é visto como resultado da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido. O vivido se configura nas práticas, ou seja, num conjunto de relações culturais e afetivas entre um grupo e lugares particulares, sendo a dimensão simbólica e subjetiva responsável pela formação e visibilidade do território.

A valorização dos aspectos culturais e identitários seria o diferencial para a compreensão das especificidades dos territórios e para assimilação desse território como espaço de referência cultural.

A consolidação dessa visão se deu principalmente com as contribuições da Geografia Cultural, ao conceber o território como um referencial na construção das identidades. Considera-se também nessa vertente que a relação dos homens para com os seus territórios expressa e transcende a "posse" material de uma porção da superfície terrestre (CRUZ, 2011). "O poder do laço territorial revela que o espaço é investido de valores não somente materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos" (BONNEMAISON; CAMBREZY, 1996, p. 10).

Complementado essas ideias, Santos (2002, p. 96) enfatiza que:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e de um conjunto de sistema de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele flui. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que está falando de um território usado, utilizado por uma população.

As dimensões ou vertentes organizadas por Haesbaert (2012) sintetizam as principais ideias presentes nas concepções sobre o conceito. Território e territorialidade dizem respeito à espacialidade humana e ganharam centralidade na produção geográfica, a partir do momento em que passaram a expressar a possibilidade de compreensão e resolução de problemas da realidade.

Cada dimensão se insere num campo específico de abordagem filosófica e refletem a forma como cada autor (ou autores) vê(m) a realidade. Reforça-se nesse sentido que os conceitos são marcados por acúmulos, heranças e continuidades dentro de um campo disciplinar e de uma tradição teórica e, também, por rupturas, descontinuidades e sobressaltos, isso reflete na construção das categorias analíticas (CRUZ, 2011).

Atualmente, a discussão sobre o conceito tem se pautado em uma falta de consenso sobre o seu significado, resultando numa multiplicidade de enfoques e conceitos. Permeado por concepções de ordem política, econômica e cultural no processo de constituição e conformação dos territórios, essas concepções, contudo,

não podem ser tomadas isoladamente, pois a ideia de construção do território é dinâmica, processual e relacional.

“O território significa natureza e sociedade; economia; política; cultura, *Idéia* (*sic*) e *matéria*, identidades e representações, apropriação e controle (...)”. “Isso significa a existência de interações *no* e *do* processo de territorialização, que envolve e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes (...)”. “Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais” (SAQUET, 2010, p. 83).

Assumimos que o território possui duas dimensões internas de análise: a dimensão material e a dimensão imaterial. Essas duas dimensões são indissociáveis na construção dos territórios e indispensáveis na análise geográfica. Para Haesbaert (2004b, p. 03):

(...) todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s).

Complementando a ideia sobre os territórios materiais e imateriais, Fernandes (2009) acrescenta que a dimensão material diz respeito à área do território, aos objetos geográficos influenciados/dominados/apropriados pelo sujeito territorial. A dimensão imaterial corresponde às estratégias dos sujeitos para a construção de um território; são as ações, representações espaciais criadas, a disputa de forças com outros sujeitos, as ideologias e os discursos, posicionamentos políticos, manifestações e outras formas imprimir o poder.

Confrontando as concepções de Bonnemaïson (2002), Saquet (2010), e Haesbaert (2004a, 2004b, 2009a, 2012), destaca-se que os autores, possuem como ponto de concordância a assertiva que o território possui duas dimensões de análise: uma material e outra imaterial. Essas dimensões devem ser consideradas como elementos inerentes ao território, processo e produto das relações que se estabelece

no mesmo. As dimensões materiais e imateriais são indissociáveis, pois a dimensão imaterial assegura a conquista, manutenção e expansão da materialidade do território.

Pensar o território tendo como referência a multiplicidade é antes de tudo adotar a perspectiva do hibridismo. Se as relações de poder são inerentes ao território, soma-se a essa perspectiva relacional, outras formas de expressão e outras configurações de poder. “O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2012, p. 79).

Outros elementos que configuram o território, a exemplo das identidades construídas, devem ser analisados considerando sua dinamicidade e hibridismo, ou seja, deve-se atentar para as relações que se estabelece com/no território e outros referenciais que permeiam essa construção (ALMEIDA, 2008).

Assim qualquer concepção deve reconhecer as características fundamentais do território como apropriação, dominação e relações de poder, identidades simbólico-culturais e territorialidades, as contradições, desigualdades e diferenças, as mudanças e permanências, as redes de comunicação e circulação.

Não se pode negar a ambiguidade e até mesmo as incoerências que muitas vezes cercam o conceito de território, contudo é necessário um exercício no sentido de concebê-lo na sua multiplicidade, multiplicidade compreendida como a articulação de ideias que se fundem na busca por uma compreensão de uma dada realidade ou situação.

Nesse sentido, territórios criados (temporários ou permanentes) desenvolvem relações de poder entre grupos ou instituições em um processo de apropriação ideológico-cultural. O espaço é transformado em território a partir da apropriação dos sujeitos e essa apropriação se manifesta nas relações (sociais, políticas ou econômicas). A gênese, a dinâmica e a diferenciação dos territórios vinculam-se a uma variedade de dimensões (física, econômica, simbólica, sociopolítica). Cada território é moldado a partir de condições e forças internas (dimensões) e externas (dinâmicas).

2.2 Território e poder

O entendimento sobre as diversas concepções de território perpassa necessariamente pela questão do poder, ou seja, pelo exercício do poder em todas as escalas. Igualmente pode-se afirmar que o exercício desse poder, suas formas de expressão influenciaram na produção conceitual do território e também na formação de territórios enquanto realidade concreta.

A construção do conceito de poder é permeada por uma infinidade de concepções e orientações teórico-metodológicas, que o concebem de diferentes modos, diferindo também as afirmativas em relação ao exercício do mesmo num determinado território. Para os limites desse trabalho, considera-se as assertivas sobre o poder e suas relações com o território, numa perspectiva multidimensional.

O poder é inerente à formação das diversas sociedades, expresso principalmente como relação de dominação, ocupação, apropriação e administração de áreas, tributos, costumes, leis e línguas. Esses aspectos já eram evidenciados por Nicolau Maquiavel no século XVI, cujas narrativas sobre a arte de governar, destacava que o poder era exercido na apropriação e nas relações de dominação entre os homens, no processo de conquista e comando de uma área/território (MACHIAVELLI, 2010).

Historicamente, as relações de poder têm sido efetivadas de acordo com as características de cada sociedade envolvendo múltiplas relações: materiais, imateriais, geopolíticas, econômicas e culturais, como ilustra Cruz (2011, p. 125):

(...) o fenômeno do poder é visto como algo imanente a todas as relações sociais em todas as escalas dos espaços-temporais. Não há relações sociais isentas de poder, uma sociedade sem relações de poder é algo fictício e irreal. O poder está espalhado por todos os espaços e âmbitos da sociedade, não há algo fora ou exterior ao poder. Mas, se o poder está em toda parte, isso não significa dizer que ele realiza-se da mesma forma e do mesmo modo operante; o poder coagula-se construindo diferentes estruturas e modos estruturais do seu exercício. Assim, ora ele assume a forma de exploração, ora de dominação, ora de opressão/sujeição e, não raras vezes, essas diversas formas de expressão do poder estão complexamente imbricadas e enredadas umas nas outras, constituindo complexas constelações e padrões estruturais de poder.

No campo da Geografia, uma das referências dessa vinculação entre poder e a realidade de cada sociedade é o pensamento de Friedrich Ratzel. Ao analisar a expansão do Estado Alemão, Ratzel demonstra como as relações de poder se efetivam e projetam uma realidade e que o território é imprescindível para alcançar os objetivos políticos. O poder em Ratzel está diretamente relacionado à força, ao domínio de um território. Poder e força são tomados como sinônimos.

Moraes (1990), ao descrever as ideias de Ratzel, afirma que para o mesmo a análise da constituição do Estado como principal forma de poder e de controle, considerou a importância da natureza exterior ao homem, condicionando a sua expansão no espaço, a miscigenação e a própria organização social. Natureza e Estado assumem centralidade na sua argumentação e compreensão do conceito de território.

O conceito de poder e seu exercício amplia-se ao longo do tempo, assim como ampliou-se o conceito de território para além da área. O território, enquanto espaço de controle é indissociável da noção de poder, contudo, este poder, este controle não se limita somente às relações que envolvem o Estado-nação, uma vez que soma-se ao território as ações do homem ao se apropriar desse espaço. Esse território, definido e delimitado por e a partir de relações de poder só pode ser pensado considerando suas múltiplas dimensões. Ele é um campo de forças; uma teia ou rede de relações sociais com malhas nas superfícies do sistema territorial delimitadoras de campos operatórios (RAFFESTIN, 1993).

A referência a essas múltiplas dimensões, ampliaram o conceito de poder, que passa a incluir aspectos relacionados à vivência dos homens no território, investida de valores simbólicos e afetivos. Concorde-se com as análises de Haesbaert (2007; 2004a; 2004b; 2012) que enfatiza o poder em seu sentido simbólico, em função das multiterritorialidades, expressas pelas histórias dos sujeitos no território. Considerar o poder no sentido simbólico é ultrapassar as concepções de território baseadas unicamente nas relações de poder, num sentido mais concreto ou “funcional”, como ilustra a citação:

O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder tradicional, material, concreto e de dominação das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural, simbólico e de apropriação (HAESBAERT, 2004a, p.1).

Saquet (2010), em referência Jean Gottmann, destaca que o mesmo atribui ao território significados e funções, historicamente determinados, fruto de sua diversificação e organização, quais sejam: a) servir de abrigo, como forma de segurança e, b) servir como um trampolim para oportunidades. Segurança e oportunidade requerem uma organização interna do território bem como relações externas, de poder e de dominação. Essa concepção apesar de conceber o poder numa perspectiva mais funcional, não descarta outras dimensões, pois segurança e oportunidade, são elementos que apontam para a efetiva apropriação do território pelo homem, um processo cumulativo, que se define em função da funcionalidade do mesmo.

As concepções de poder e suas variantes nas Ciências Sociais tiveram como referência principal as ideias de Michael Foucault. Esse autor foi um dos principais expoentes das relações de poder para além das instituições e do aparelho estatal e erigiu um pensamento que parte da compreensão do poder como uma rede de relações variáveis e multiformes, presentes em todos os espaços sociais e inerentes à própria sociedade.

O pensamento de Foucault concebe o poder como algo presente no dia a dia, nas relações entre pessoas, na família, no grupo de amigos e nas instituições. Como o poder é inerente à formação das sociedades e as relações sociais, só é possível pensar uma sociedade sem relações de poder a partir de uma abstração teórica ou como um tipo ideal. Essa concepção de poder foi essencial, pois definiu outros campos de estudo sobre o poder, ampliando a possibilidade de estudo do mesmo para além da atuação do Estado.

Ao propor uma microfísica do poder, Foucault desloca o poder tanto do espaço de análise quanto do nível em que este se efetua, ou seja, deixa de considerar a questão do poder no âmbito tão somente institucional, para formas de exercício do poder que se expandem por toda sociedade, penetrando na vida cotidiana. Na

verdade, para Foucault, não existe o poder, mas relações de poder que não se reduzem somente à opressão e à dominação e que existem outros elementos sutis e eficazes de controle e sujeição, elementos velados, que permeiam o cotidiano e a relação entre as pessoas.

O autor destaca que embora as referências ao poder sejam muito antigas somente “(...) após 1968 (...), a partir das lutas cotidianas e realizadas na base com aqueles que tinham que se debater, mas malhas mais finas da rede do poder (...)” (FOUCAULT, 1979, p. 06) é que surgem as análises sobre o poder, distintas das ideias de constituição de soberania ou de aparelho de Estado. O poder em termos jurídicos ou políticos era um elemento inerente à própria sociedade moderna, contudo:

Ninguém se preocupava com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhes, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas. Contentava-se em denunciá-lo no ‘outro’, no adversário, de uma maneira ao mesmo tempo polêmica e global: o poder no socialismo soviético era chamado de totalitarismo; no capitalismo ocidental, era denunciado pelos marxistas como dominação de classes; mas a mecânica do poder nunca era analisada. (FOUCAULT, 1979, p. 06).

Pode-se dizer que foi a partir da percepção sobre a mecânica desse poder e do deslocamento das análises que colocava o exercício do poder subordinando à instância econômica e ao sistema de interesses, “(...) que apareceu a concretude do poder e ao mesmo tempo a fecundidade possível destas análises do poder, que tinham como objetivo dar conta destas coisas que até então tinham ficado á margem do campo político” (FOUCAULT, 1979, p. 06).

Ainda sobre o poder Foucault (1988, p. 89-91) destaca que:

(...) o poder não é algo que se adquire, (...) o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis (...);
(...) as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações; (...) mas lhe são imanentes, (...) são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrios (...);
(...) o poder vem de baixo (...) e não há uma posição binária e global entre os dominadores e dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social (...);

(...) as relações de poder são (...) intencionais e não subjetivas (...); não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos (...); (...) onde há poder há resistência (...) e esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder (...). Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência (...). Estes pontos de resistência estão presentes em toda rede do poder (...).

O poder em Foucault é apreendido nas relações, em cada instante e não é somente um conjunto de instituições e de aparatos que garantem a submissão dos cidadãos a um determinado Estado, mas o nome que se dá à uma situação complexa de vida em sociedade, envolvendo uma multiplicidade de relações de forças inerentes ao campo onde o mesmo se expressa.

Como cada conceito é resultado de um momento histórico e aos interesses relacionados à sua criação, na visão de Foucault (1979), a formulação da problemática do poder de certa forma tem no Marxismo e na Fenomenologia um obstáculo, pois a Fenomenologia se remetia ao sujeito constituinte e o Marxismo fazia referência ao econômico; à ideologia e ao jogo das superestruturas e infraestruturas. Assim, essas duas formas de pensamento tomadas como referência, limitaram a compreensão do poder enquanto relação, que se exerce e se manifesta em níveis variados e em pontos diferentes do tecido social. Um poder que esta no cotidiano, nas relações entre homens e mulheres, nas famílias, nos grupos restritos, um poder intencional, pensado e exercitado considerando objetivos e fins.

As ideias de Foucault influenciaram a produção da “Geografia do Poder” de Claude Raffestin, que também considera o poder numa perspectiva multidimensional, em suas distintas variantes, desde a atuação do Estado até as relações que se estabelecem em outras situações da vida cotidiana. Para Raffestin as relações de poder são um componente indispensável na efetivação de um território. “O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações (...)” e, o território “(...) é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 53-58).

A vinculação entre território e poder é amplamente mencionada por Raffestin (1993, p. 144) que concebe o território como:

(...) um espaço, onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território a prisão que o homem constrói para si. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço (...) expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (...).

Destaca-se que a abordagem da multidimensionalidade do poder de Raffestin são inerentes às relações sociais, poder "(...) que se traduz na compreensão múltipla do território e da territorialidade" (SAQUET, 2010, p. 33). Se o território é construído pelas relações sociais por meio da apropriação e consequente produção do espaço, essa apropriação é sempre um processo permeado por relações de poder, uma tessitura que exprime a área de exercício dos poderes ou área de capacidade dos poderes. Essa tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder (RAFFESTIN, 1993).

Para Candiotto e Santos (2009), Raffestin inclui novas variáveis na sua busca pela sistematização de uma Geografia do Poder. O autor diferencia o poder por meio de duas proposições: o Poder manifestado através dos aparelhos institucionais complexos, que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos, sendo visível, identificável e controlado pelo Estado, e o Poder presente em cada relação, as vezes invisível.

Saquet e Galiotto (2009, p. 49), também analisando as ideias de Raffestin sobre a relação entre poder e território, concluem que para o autor são "(...) as relações de poder que cristalizam o território e as territorialidades. O território é o lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico".

As afirmações de Raffestin (1993) sobre a importância das relações de poder na efetivação de um território se expressa, quando o mesmo destaca que a criação de um território, por meio das relações sociais, de poder e dominação, só é possível, quando os indivíduos constroem malhas, nós e redes, delimitando campos de ações e de poder. A construção de um território se efetiva pelas ações dos atores sociais como bem descreve Raffestin (1993, p. 7/8):

O território não poderia ser nada mais do que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada que é o espaço. Há, portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder.

Ao criar um território, se cria também um sistema territorial, resultado justamente das relações de poder, quer seja do Estado, empresas, quer seja de instituições e indivíduos.

Do Estado ao indivíduo passando por todas as organizações, pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território (...). Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios. (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Atores sociais, nós e redes são, pois componentes na construção de um sistema territorial e esse sistema é, por sua natureza, responsável pela coesão de territórios e pelo controle de pessoas e coisas, enfim, pela efetivação das relações de poder. As tessituras, os nós e as redes, sustentam as práticas espaciais econômicas, política e culturais, revelando a produção territorial desses atores.

Território e poder, tempo e espaço não podem ser analisados separadamente, pois o território enquanto espaço apropriado e componente do processo de organização do espaço geográfico assume novos significados, contudo mantendo em seu bojo a ideia de dominação e controle social.

O território enquanto espaço apropriado e componente do processo de organização do espaço geográfico assume novos significados, contudo sempre relacionado à dominação e controle social. O conceito de território quer sejam materialista ou idealista, quer lhe atribuam um caráter absoluto ou relacional ao território deve-se levar em consideração a necessidade de compreensão e redimensionamento das relações de poder, relações estas que estão em toda parte e em todos os níveis, desde a família até o Estado (SAQUET, 2002) e que são responsáveis pela cristalização do território e das territorialidades. Essas relações estão em constante mutação tanto de conteúdo quanto de significado.

Considerando as assertivas de Foucault e Raffestin, infere-se que ao se constituir um território, permeado por relações de poder, estas relações vão se

moldando e se definindo em função da funcionalidade desse espaço. Ao se criar um assentamento se estabelece relações de poder das mais diversas ordens: dos assentados em relação às instituições e destes com seus pares no próprio assentamento. Essas relações tornar-se-ão simétricas ou conflituosas, conforme a capacidade de articulação entre os grupos de interesses.

2.3 As expressões do território: identidade(s) e territorialidade(s)

Pensar identidades e, sobretudo, as identidades territoriais é pensar a relação entre território e a cultura, compreendendo que os processos identitários são desenvolvidos na apropriação material e simbólica desse território. Almeida (2008, p. 48), citando Claval (1995) afirma que:

(...) é pela cultura que as populações interagem com a natureza, fazem a sua mediação com o mundo e constroem um modo de vida particular, além de se enraizarem no território. Há, assim, uma herança cultural que permeia a relação com o território.

Nesse entendimento, a compreensão sobre a(s) identidade(s) proposta por este trabalho, considera o conceito portador de diversos referenciais e alicerça-se, na ideia de que “(...) as identidades se situam frente ou num espaço simbólico, social/historicamente produzido (...)” (HAESBAERT, 1999, p. 172). Como construção histórica e relacional ela é formada por elementos tanto materiais quanto simbólicos, deste modo “(...) devemos começar por destrinchar o elo, ao nosso ver indissociável, entre território e cultura ou, mais especificamente, entre território e identidade” (HAESBAERT 2007, p. 35).

A amplitude conceitual do termo identidade fez com que o mesmo assumisse conotações diferentes em função dos processos históricos e das formas de organização social e política de cada sociedade. Hegel foi o primeiro a formular uma teoria sistemática sobre identidade, com foco na análise da sociedade alemã que passara por um processo de unificação do seu território. Na visão hegeliana, apesar do povo alemão possuir os elementos necessários à construção do território, faltava ao mesmo a

dimensão da identidade, apesar de haver relativa homogeneidade linguística, cultural e religiosa (PERICO, 2009).

Ultrapassando as ideias clássicas sobre identidade desenvolvidas entre os séculos XVIII e XX, na atualidade, tem-se buscado compreender os aspectos identitários privilegiando o contraste, a multiplicidade, a diferença, a diversidade das relações e dos papéis sociais e modos de autopercepção, uma identidade conceitualmente analisada sob diversos recortes: nacionais, sexuais, proletários, étnicos, religiosos, simbólicos, territoriais.

Em função do processo histórico e relacional na construção de identidades pode-se afirmar que não existe identidade fixa ou estática, ela é sempre uma construção histórica dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou de um grupo, sendo necessário compreender “(...) como, a partir de quê, por quem e para que isso acontece” (CASTELLS, 2008, p. 22).

A identidade é, portanto definida como “(...) o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados (...)”, podendo haver “(...) múltiplas identidades para um determinado indivíduo ou ator coletivo” (CASTELLS, 2008, p. 22).

A construção das identidades também se alicerça na ideia da processualidade histórica e na multiplicidade de relações, entre homens, cultura e espaço. Para Hall (2004, p. 108) as identidades estão sempre em processo, sempre em construção, não são, portanto determinadas, unificadas, ou fixadas, pois:

(...) são multiplamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de transformação e mudança.

Essa perspectiva da historicidade e da processualidade, desvela uma série de questões em torno da construção da identidade, quer seja individual ou coletiva, pois segundo Cruz (2007, p. 97):

(...) o conceito de identidade não se confunde com as ideias (*sic*) de originalidade, tradição ou de autenticidade, pois os processos de

identificação e os vínculos de pertencimento se constituem tanto por tradições (“raízes”, heranças, passado, memórias etc) como pelas traduções (estratégias para o futuro, “rotas”, “rumos”, projetos etc). A identidade não se restringe a questão: “quem somos nós”, mas também “quem nós podemos nos tornar” (...) a construção de identidades tem haver com “raízes” (ser), mas também com “rotas” e “rumos” (tornar-se, vir a ser).

As referências sobre o conceito de identidade considerando tal como Hall (2000; 2011) e Cruz (2007), nos permite inferir, que a suas abordagens aludem à cultura considerando a dinamicidade do termo. A ideia de tradição não é posta como algo estático, mas como elemento indispensável na dinâmica da vida social. A identidade nesse contexto tem como referência o passado, a memória, as “raízes”, contudo esses elementos servem de alicerce para a construção de outros significados, significados estes, essências no processo de formação ou afirmação da identidade. Esse contexto refere-se principalmente aos processos de mudança que os grupos sociais experimentam em determinado espaço.

Outro aspecto que é necessário clarificar é a relação entre identidade e os papéis sociais que os indivíduos desempenham. Os papéis sociais são estabelecidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações sociais, que variam conforme a cultura e o tempo histórico. As identidades, por sua vez, constituem fontes de significados para os próprios atores, são construídas por meio de um processo de individualização e servem para orientar seus comportamentos. A construção das identidades relaciona-se ao processo de significação, pois são construídas pelas representações que posicionam os sujeitos dentro de um grupo, atribuindo sentido àquilo que são e àquilo que podem ser (CRUZ, 2006).

Ao criar condições para a continuidade de uma trajetória, a identidade reafirma o sentido de pertencer a algo, no qual o sujeito esta inserido. Ao viabilizar essa possibilidade, a identidade revela seu caráter transformador e de mudança social, pois, para além da tradição e das “raízes”, a mesma pode favorecer a criação de estratégias futuras e possibilitar a criação de projetos, ações pelos sujeitos dentro de determinado contexto social.

Esse caráter transformador da identidade é percebido, quando grupos sociais que se encontram em condições desvalorizadas constroem uma resistência baseada nos

próprios ideais e princípios, sendo capazes de construir uma nova realidade, redefinindo seu papel na sociedade (CASTELLS, 2008; CRUZ, 2007).

O caráter dinâmico da identidade também é mencionado por Haesbaert (2007), utilizando-se do termo “processos de identificação” que traduz melhor a ideia de dinamismo e o caráter relacional da mesma. Destaca-se, contudo que o caráter dinâmico e relacional da identidade não significa necessariamente fragilidade frente ao dinamismo imposto pelas relações estabelecidas no território, pois “(...) as identidades são dinâmicas (...)” e se relacionam a processos sociais e históricos atentando para “(...) a existência de identidades híbridas (...)” (ALMEIDA, 2008, p. 70). É importante ressaltar que as identidades contemporâneas não são mais fixas ou permanentes elas sempre estão em transformações, como segue:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2000, p. 13).

Esse caráter cambiante da identidade em contraposição a uma identidade fixa permite-nos destacar que para além das tradições, a identidade pode ser concebida pelas traduções, dentre elas a via política, pois a mesma possui um caráter posicional e conjuntural por ser construída e desconstruída de acordo com a conjuntura histórica. A identidade por ser histórica permite ao sujeito assumir diversas identidades em função desses processos e do seu espaço de referência identitária.

Castells (2008, p. 23) destaca que os elementos necessários para a construção da(s) identidade(s) são a história, a geografia, a biologia, as instituições produtivas, somando-se também a essa ideia as fantasias pessoais, a memória coletiva e também:

(...) aparatos de poder e revelações de cunho religioso (...). Esses (...) materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espaço.

Esses elementos sinalizados por Castells (2008) são essenciais para compreender a dinâmica em torno da construção das identidades, pois cada indivíduo ou grupo social, constrói(em) sua(s) identidade(s) em função dos processos sociais estabelecidos em cada território. Se as razões do controle social de um território variam de acordo com a sociedade e a cultura, as relações de poder estabelecidas nesse controle também sofrem modificações. História, geografia, fantasias pessoais e memória são internalizadas de forma diferente pelos indivíduos ou grupo social e por isso as identidades construídas relacionam-se, com a vivência de cada grupo e com as relações estabelecidas espaço/temporalmente no território.

Castells ao enfatizar as relações entre identidade e poder, mantém o caráter relacional e construtivista da sua abordagem, ao imprimir a mesma o sentido de mudança permanente do poder. Se o poder muda e o território se (re) configura em função das mudanças, logo também mudará a forma como cada identidade se expressa. Nesse sentido “(...) es necesario reconocer la importancia de las relaciones de poder dentro de las cuales se construyen las identidades híbridas diferenciales (...)” (MORLEY, 2005, p. 159).

Na construção social da identidade, marcada por relações de poder Castells (2008) destaca que as identidades podem ser criadas pelas instituições dominantes, pela resistência ou mesmo por um processo de reconstrução, resultando em identidades legitimadoras, identidades de resistências e identidades de projetos.

A identidade legitimadora é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. Já a identidade de resistência é construída por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas/estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade. Em relação à identidade de projetos, os atores sociais utilizam-se de qualquer tipo de material cultural e por meio destes, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, buscando também a transformação da mesma.

Nesse sentido, a depender do contexto histórico e do papel desse sujeito na construção das identidades, a mesma tanto pode servir para legitimar uma ordem

estabelecida, quanto para romper com uma estrutura de dominação. Destarte “(...) nenhuma identidade pode constituir uma essência, e nenhuma delas encerra, *per si*, valor progressista ou retrogrado se estiver fora do seu contexto histórico” (CASTELLS, 2008, p. 24 - Grifo do autor).

A análise de Manuel Castells sobre a constituição das identidades nos permite indicar que assim como o território, as identidades estão sempre em processo, construídas multiplamente pelos discursos, práticas e posições que nem sempre são convergentes. O caráter dinâmico das identidades indica que:

(...) cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto no que tange a constituição de uma sociedade (...). As identidades que começam com resistência podem acabar resultando em projetos, ou mesmo tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se em identidades legitimadoras para racionalizar uma dominação (CASTELLS, 2008, p. 24).

Sob a ótica do coletivo, as identidades, podem ser construídas pelas instituições, quando os atores/sujeitos internalizam essas ideias e constroem seus significados por meio dessa internalização. Para Almeida (2006, p. 15) “(...) a identidade social (coletiva), isto é pertencer (ou ser) identificado como grupo social é efetivada a partir do uso de um sistema de classificação” em que “(...) são estabelecidos critérios nos quais um conjunto de características que servem como instrumento de distinção do grupo (...)” definindo “(...) aqueles que fazem parte (pertencem) e aqueles que não fazem parte do grupo (não pertencem)”.

Outra perspectiva de análise da identidade, diz respeito aos processos de identificação e de pertencimento que os homens estabelecem com seu território, ou seja, a identidade territorial. Para Haesbaert (1999, p. 172/178):

(...) toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias (*sic*) quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. (...) trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto.

As considerações de Haesbaert (1999) apontam uma estreita relação entre o território e os processos de construção identitária. Contudo se toda identidade territorial é uma identidade social, o inverso pode não ocorrer. A identidade territorial toma como referencial obrigatório o território, uma fração mais restrita do espaço, podendo-se seguramente “(...) afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos habitantes” (Ibid., p. 172). Por outro lado “A identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção desta *identidade parte do ou transpassa* o território” (Ibid., 178 – Grifo do autor).

Embora muitos autores desconsiderem a existência “concreta” da identidade concebendo-a somente no campo das representações, no caso específico das identidades territoriais, deve-se ressaltar a base material que serve de referência para a construção de muitas identidades. Haesbaert (1999, p. 174) afirma que:

Na discussão da identidade territorial isto irá aparecer de forma muito nítida, pois por mais que se reconstrua *simbolicamente um espaço, sua dimensão mais concreta constitui* de alguma forma, um componente estruturador de uma identidade (Grifo do autor).

A esse respeito Cruz (2007) afirma que a construção de uma identidade territorial pressupõe dois elementos considerados fundamentais que são o espaço de referência identitária e a consciência socioespacial de pertencimento.

O espaço de referência identitária refere-se ao recorte espaço-temporal, é onde se realiza a experiência social e cultural, onde se desdobram as práticas materiais (uso, formas de organização do espaço, produção, consumo, circulação) e as representações espaciais (simbolização, formas de significação). Essas práticas e essas representações espaciais serão responsáveis pela construção dos sentimentos e do significado de pertencimento dos grupos em relação a um território.

A consciência socioespacial de pertencimento diz respeito ao sentido de pertença, dos laços de solidariedade, ao sentido de pertencer e de se reconhecer como sujeito ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território. Esse sentimento não é algo natural, mas é uma construção humana/social e, portanto histórica, que se

desenvolve a partir das práticas que são estabelecidas no território e das representações espaciais. As identidades territoriais podem ser construídas tendo como referência a funcionalidade do espaço pelo poder econômico e político, ou mesmo a partir de uma apropriação simbólica.

Cruz (2007) chama atenção, contudo, que essas duas formas de construção de identidades não podem ser tomadas isoladamente, numa relação dicotômica ou de oposição, com quebras e rupturas, já que o território é um “*continuum* funcional simbólico”. O território pode ser um “abrigo”, “lar” e/ou “segurança afetiva”, mas pode também ser expresso num sentido funcional, como “(...) controle físico, a produção e o lucro” (HAESBAERT, 2005, p. 67/77).

A consciência socioespacial de pertencimento, a apropriação simbólica e ideológica do território produz e cristaliza a territorialidade, o sentimento de pertencimento do sujeito com o lugar. Lugar esse que se traduz em vivências, sentimentos, onde se manifestam anseios, onde se desdobra relações, que se internalizam e produzem a ideia de pertencer a algo, ao território. Esses “(...) laços de identidade se manifestam na convivência com o lugar, com o território (...)” (ALMEIDA, 2008, p, 59).

Já em relação ao conceito de territorialidade, fundamental para a construção de identidades, a mesma se ancora majoritariamente nas relações do indivíduo com seu meio de referência e manifesta-se em diversas escalas (localidade, região, país). Expressa-se no sentimento de pertencimento e modo de agir, ou seja, é um conjunto de relações que se origina no sistema sociedade/tempo/espaço. A identidade individual ou coletiva é decorrente do reconhecimento e da valorização das territorialidades. Do ponto de vista coletivo, a territorialidade regula as interações sociais e reforça a identidade do grupo, de acordo com as normas sociais e valores culturais historicamente dinâmicos.

Bonnemaison (2002, p. 107) destaca que:

A territorialidade é a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o território e, a partir dela, a relação com o espaço “estrangeiro”. Ela inclui aquilo que fixa o

homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa o “espaço”.

Ao analisar a territorialidade como a expressão de um comportamento que se desenvolve tendo como referência o lugar, o território, o autor afirma que a territorialidade ao se apoiar sobre uma relação interna e sobre uma relação externa, oscila continuamente entre o fixo e o móvel, circunscrevendo-se entre as características inerentes ao território, a identidade e as relações de poder: a ideia de mobilidade, processualidade, dinamismo, fluidez... A territorialidade é algo que está presente no dia-a-dia, que se constrói cotidianamente como “(...) o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço de trabalho, do lazer, da família, etc, resultado e condição do processo de cada território” (SAQUET, 2010, 26).

Souza destaca que (2013), as identidades e as territorialidades caminham juntas, aprendem, apropriam e comunicam elementos do território, os dotam de significação, simbólica e funcional. Elas se entrecruzam e entremeiam uma simbolização na construção de territórios. Elas tornam-se significante e significado.

2.4 Território dos Assentamentos Rurais: espaço de identidade(s)

A perspectiva de estabelecer uma mediação entre os conceitos de território, identidades e assentamentos rurais, sobreveio, principalmente em função das especificidades e dos questionamentos que circundam o objeto de estudo.

O primeiro caminho trilhado foi o caminho do território. Esse caminhar, embora se considere a vasta produção sobre o conceito, tornou-se necessário, em função da diversidade de interpretações sobre o mesmo, somado a necessidade de “situar” a realidade estudada, num quadro conceitual.

O segundo caminho percorrido foi o caminho das relações de poder, considerando as disputas e os encontros, que circundam a criação de um assentamento rural e seu posterior processo de apropriação funcional e simbólico.

O terceiro caminho seguido refere-se à construção identitária nos assentamentos rurais, principalmente a identidade territorial, pois compreende-se que a posse de um território estabelecerá laços de pertencimento e de identificação

com esse espaço. Mais que fronteira física, o assentamento é um espaço enraizamento, de continuidade, de perpetuação da descendência, de projeção de sonhos e de projetos individuais e coletivos.

Essa mediação teórica guia-se pela assertiva que a formação dos assentamentos rurais no Brasil abrange uma diversidade de processos sociais e sujeitos envolvidos na trajetória desses territórios, sendo resultado da heterogeneidade de situações presentes na questão agrária no país.

Esses territórios circunscrevem-se na processualidade histórica, por isso apresentam a apropriação como característica principal, seja pelo uso ou pela multidimensionalidade das relações de poder. Os territórios dos assentamentos são construídos pela apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico, permeados por disputas e conflitos sociais, para além da atuação do Estado.

Enquanto espaço construído, o poder presente nos territórios dos assentamentos, só pode ser entendido de forma multidimensional. Assim, no estudo dessa realidade é necessário incluir as análises de Raffestin (1993) que concebe o poder para além da atuação do estado, considerando suas variantes, seus trunfos.

O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Como territórios criados e apropriados, nas dimensões da luta pela terra, os assentamentos representam “(...) um espaço concreto, definido por fronteiras e delimitado por e a partir de relações de poder que se estabelecem e se transformam ao longo do tempo históricos (...)” um “(...) espaço socialmente produzido, que exprime as características do espaço a que pertence, porém, destaca-se pela dimensão que assume enquanto objeto de disputa e de enfrentamentos (...)” um espaço cuja apropriação “(...) se dá tanto de forma concreta como abstrata”, pois “(...) enquanto processo efetivo de territorialização (...) assume também, uma dimensão tanto concreta como simbólica” (MOREIRA; TARGINO, 2007, p. 4-5).

Se a ideia de apropriação é inerente ao território, o espaço apropriado e transformado em assentamento traz em si uma das características principais do conceito de território. Segundo Moraes (2002, p. 45) “(...) é a própria idéia (*sic*) de apropriação que qualifica uma porção da Terra como território” e essa “(...) apropriação implica a constante reverificação das formas herdadas, atribuindo-lhes uma funcionalidade em face da organização social vigente”. Essa funcionalidade, no caso dos assentamentos, é fortemente influenciada pela cultura, pois homens e mulheres na sua nova condição de assentados, e a partir de suas histórias de vida, retomam trajetórias e laços familiares interrompidos e estabelecem novos espaços de sociabilidade comunitária, novas situações de inserção econômica, política e social (LEITE, et al., 2009).

Nesse *continuum* em movimento que é o território, a cultura exerce um papel fundamental no espaço, pois o mesmo passa a ser organizado, expressando os jeitos, as práticas, as crenças, o saber-fazer de quem passa a habitá-lo, de quem “escolheu aquele lugar para chamar de seu”, apropriando-se e imprimindo a esse lugar uma especificidade, pois cada território é particular, apresentando múltiplas configurações, apresentando também diferenciações em função dos aspectos econômicos, culturais, sociais e simbólicos.

A identidade tem sido tratada de diferentes maneiras em estudos do território, especialmente, como continuidades histórico-culturais, simbólicas, inerentes à vida de certo grupo social em um determinado lugar, sendo a conservação de elementos da forma de vida essenciais para a reprodução dessa identidade. Contudo destaca-se que paulatinamente, elaboram-se abordagens que reconhecem a identidade como uma unidade transescalar, entre distintos sujeitos e territórios, unidos pelas relações (SAQUET, 2010). Identidades que são construídas combinando tradições e traduções e que nortearão as ações de cada grupo.

Organizados em territórios, o assentado ao conquistar o seu espaço, segundo Fernandes (1996) territorializa sua luta e cria uma identidade com o assentamento, não simplesmente porque se identificam com as pessoas que o compõe, mas porque se engajou numa luta, cuja identidade comum era o estigma de ser “sem terra” e se transforma no sentido de pertencer e continuar uma trajetória, uma história.

O território dos assentamentos, nessa nova etapa, tem pela frente o grande desafio de viver na terra e construir uma nova territorialidade. Para além do conflito de classe e a definição de novas relações de poder:

(...) é a partir de então que uma nova necessidade se impõe, ou seja, que é preciso mudar o modo de ver o mundo interno e o mundo externo dando espaço para o surgimento de novos valores que lhe orientarão e lhe permitirão organiza-se no novo ambiente (MEDEIROS, 2009, p. 225).

Na visão de Massey (2000, p. 184):

(...) o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular.

Nessa construção se estabelecem relações mediadas, por uma nova cultura que se afirma e se enraíza, definida por Claval (2001, p. 65) como “(...) a soma dos comportamentos, dos saberes, e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e em uma outra escala, pelo conjunto de grupos que fazem parte.”

O assentamento traz em si essas especificidades, pois representa outro território:

(...) um território alternativo que se configura propondo uma outra forma de organização social do espaço geográfico que deixa de ser abstrato, que passa do sonho a concretude expressa através da conquista da terra, da re-construção da identidade e da territorialidade. São as novas relações que surgem do novo território (MEDEIROS, 2009, p. 219).

Na compreensão deste território construído pelos assentamentos, deve-se destacar que a territorialidade e a identidade são elementos que compõem sua construção. Para Raffestin (1993, p. 158) “(...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos homens de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Esse novo território “(...) é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo”. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos” (RAFFESTIN, 1993, p. 59-60).

Acredita-se que a afirmação das identidades em se tratando dos assentamentos, enquanto processo de significação construída, também por suas representações, posicionam os sujeitos dentro de um grupo, dando sentido aquilo que são e o que podem ser. Ao reafirmar o sentido de pertencer a algo, no qual o sujeito está inserido, a identidade cria as condições para a continuidade de uma trajetória. Essa(s) identidade(s) constituem fontes de significados para os próprios sujeitos, construídas por meio de um processo de individualização e servem para orientar seus comportamentos.

No conjunto das relações sociais desenvolvidas em cada espaço os indivíduos desempenham papéis sociais estabelecidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações sociais que variam conforme a cultura e o tempo, contudo há uma clara distinção entre as identidades e os papéis sociais.

Nos assentamentos rurais também é necessário distinguir a identidade dos papéis sociais desempenhados pela nova condição de assentado, pois novas relações serão estabelecidas e novas territorialidades desenvolvidas. Esse novo território é, antes de tudo, “(...) uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural” (ALMEIDA, 2008, p. 58).

Nesse sentido, as relações estabelecidas ao longo do processo histórico de formação e consolidação do assentamento é que definirão o papel dos grupos de pessoas ou da coletividade no território.

Quer seja produto direto de conflito aberto, quer seja resultado de desapropriações ou compra de terra, os assentamentos conformam um grupo social, formado no contexto das lutas pela terra e da ideologia do próprio movimento que organiza e materializa a luta. O grupo desenvolve uma identidade que é social, fenômeno sociocultural, empregado para a consciência de pertencer a um determinado grupo e a carga afetiva que esse pertencimento implica. Azevedo (2011, p. 34) entende a identidade social como “(...) um conjunto de características comuns com o qual grupos humanos se identificam” (...) e se estabelece “(...) de acordo com as condições espaço-temporal em que o grupo está inserido.”

Se num primeiro momento esse novo território, para os aliados do processo de posse da *terra-territorium* ou no “*territorium*” (HAESBAERT, 2004a), são impedidos de

entrar, aparece principalmente próximo de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), dominação (jurídico-política) da terra, inspirando terror e medo. Só com a posse da terra, para aqueles que têm (ou terão) o privilégio de usufruí-lo, o território passa a inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (MEDEIROS, 2009).

Compreende-se que essa apropriação é simbólica e também material, pois se efetiva por meio do trabalho humano, em cada território particular, apresentando múltiplas configurações e determinações através de aspectos econômicos, culturais, sociais, simbólicos, etc.

As mediações propostas entre território, identidade e assentamentos rurais nos permite destacar que os assentamentos enquanto espaço social construído, no jogo entre o material e o simbólico devem ser compreendidos a partir de uma perspectiva integradora, pois um território antes de ser institucionalizado, é devir, produto humano e todo devir tem um processo de produção, ele é pensado e depois materializado, como segue:

(...) um território alternativo (...) uma outra forma de organização social do espaço geográfico que deixa de ser abstrato, que passa do sonho a concretude expressa por meio da conquista da terra, da reconstrução da identidade e da territorialidade (MEDEIROS, 2009, p. 219).

Com a conquista da terra, as famílias organizam novas formas de vida, de trabalho e adquirem novas orientações de suas práticas diárias, transformando a constituição desse território num processo cumulativo, a cada momento resultado e possibilidade, um contínuo em movimento, produto da intervenção e do trabalho do homem sobre determinado espaço, transformando e interagindo com a natureza (MORAES, 2002). Nesse processo de interação com a natureza, Almeida (2008), referenciando Claval (1995) destaca que as populações ao interagirem, fazem a sua mediação com o mundo e constroem um modo de vida particular, além de se enraizarem no território.

Forjados pela apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico, permeado por disputas e conflitos sociais, os territórios dos assentamentos devem ser explicados para além do viés das políticas públicas, ainda que seja resultado da

intervenção estatal. Acredita-se que com a criação de um assentamento ocorre um efetivo processo de territorialização, que produz territorialidades, tanto do ponto material quanto simbólico, expressas no tempo e no espaço. E sobre esse “(...) tecido invisível” (ASSIS, 1994, p. 52), que é o tempo, são bordadas histórias de luta, resistência, vivência e sobrevivência, que reflete na construção identitária, social e territorial.



Assentamento Pedras Grandes – Poço Redendo/SE
Assentamento Mangabeira – Umbaúba/SE.
Autora: SOUZA, Angela Fagna Gomes de.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

CAPÍTULO 3

MEDIAÇÕES HISTÓRICAS: QUESTÃO AGRÁRIA, A REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS



Assentamento Santana dos Frades – Pacatuba/SE.
Assentamento Mangabeira – Umbaúba/SE.
Autora: SOUZA, Angela Fagna Gomes de.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

CAPÍTULO 3 - MEDIAÇÕES HISTÓRICAS: QUESTÃO AGRÁRIA, REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS

O termo *questão agrária* apresente diversas explicações, complementares entre si. Nesse estudo optou-se pela interpretação do referido termo sob a ótica histórica (diacrônica) e geográfica (sincrônica), buscando compreender “(...) a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo à ocupação humana no território (...)”, bem como “(...) a luta de classes para o domínio e controle dos territórios e da posse da terra (...)” (STEDILE, 2005a, p. 15).

“A (...) concepção, diacrônica, é denominada tempo histórico ou tempo “abstrato”, o tempo pensado a partir da relação “antes, agora e depois”. Já a concepção sincrônica seria o tempo “geográfico” ou tempo “concreto”, o tempo presente, no qual coexistem e se desenvolvem no espaço, múltiplos ritmos, durações e velocidades simultaneamente” (CRUZ, 2006).

A interpretação da questão agrária e seus elementos constitutivos, justifica-se em função das especificidades do objeto de estudo e do recorte analítico proposto por esta pesquisa, atendendo ao objetivo primeiro do trabalho que busca entender os referenciais que norteiam a construção da identidade territorial nos assentamento rurais do estado de Sergipe.

É consensual que a questão agrária tem origens remotas, contudo a processualidade histórica sinaliza que essas origens “(...) devem ser mapeadas para permitir a identificação de continuidades e também a emergência de forças e contextos que têm levado a mudanças no seu perfil” (MEDEIROS, 2003, p. 9).

Ainda que em outro tempo e num espaço em constante mutação, o problema agrário brasileiro, no período em torno do debate e mesmo na atualidade, reflete o formato de desenvolvimento a que foi submetido o país ao longo dos séculos. O problema agrário brasileiro possui raízes históricas que espelham a forma como a propriedade da terra foi instituída e como ao longo da nossa história as relações de trabalho foram desenvolvidas. Grande propriedade, latifúndio, trabalho escravo, relações desiguais de trabalho, são elementos essenciais para compor nossa história

agrária. Nas palavras de Martins (1999, p. 99) “(...) a questão é, portanto, essencialmente uma questão histórica”.

Essa história contempla continuidades, rupturas e a amplitude discursiva que envolve a temática, que este capítulo se desenvolve. Assim considera-se que o estudo da questão agrária perpassa necessariamente pela compreensão sobre as origens do latifúndio, as formas de acesso a terra (posse, propriedade e uso), a concentração fundiária, as relações sociais de produção que se desenvolveram no campo brasileiro e a própria configuração do território.

3.1 Questão Agrária e Reforma Agrária: aspectos históricos e conceituais

Embora os conflitos pela posse da terra se figurassem como um elemento presente na realidade brasileira, o debate sobre a realidade agrária no Brasil, até os anos 1950, ficou restrito ao círculo de intelectuais. Os conflitos “(...) não se expressavam por meio de uma linguagem da reforma agrária (...)”. Isso ocorreu somente “(...) no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, quando a reforma agrária se tornou uma demanda ampla, proposta disputada por diferentes forças sociais, transformando-se na tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país” (MEDEIROS, 2003, p. 14).

A expressão *questão agrária* foi introduzida no Brasil pelos primeiros estudiosos da Economia Política, os chamados clássicos, que analisaram principalmente, o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Os estudos sobre a questão agrária são relativamente recentes, sugeriram a partir dos debates promovidos pelos partidos políticos por volta de 1960. Antes de 1960 esses estudos tinham como referência a obra de Roberto Simonsen, com pesquisas sobre a história econômica do país, defendendo a tese de que sempre predominaram relações de produção capitalistas no desenvolvimento da agricultura brasileira (STEDILE, 2005b).

Um dos pontos centrais em torno do debate sobre a questão agrária brasileira é a origem do latifúndio e as formas de posse e uso da terra no país. Pode-se afirmar que os problemas envolvendo o acesso a terra e a concentração fundiária no Brasil,

estão diretamente relacionados à forma como foi empreendida a colonização brasileira de caráter mercantilista¹⁴.

A colonização, que se processou de modo mais efetivo a partir de 1530, pode ser entendido como um processo progressivo de incorporação ao domínio português das terras inabitadas ou ocupadas pelos indígenas que aqui viviam, organizados em agrupamentos familiares, que praticavam um comunismo primitivo, tendo a terra como “bem comunal”.

A divisão em capitanias hereditárias, segundo Medeiros (2003) foi o recurso encontrado pela Coroa Portuguesa para garantir a posse sobre as terras conquistadas, diante da ameaça de invasão estrangeira e da pirataria. Seria necessário transformar a terra conquistada em colônia para a exploração, o que necessariamente demandaria novas formas uso e de propriedade da terra e instituições jurídicas capazes de consolidar a ação dos colonizadores.

As capitanias hereditárias foram distribuídas aos chamados donatários, quase sempre membros da nobreza portuguesa ou prestadores de serviços a Coroa, que tinham o dever de fazer a capitania prosperar e o direito de repartir e distribuir parcelas de suas capitanias a quem tivesse condições, ou seja, recursos para explorá-la. Assim, a opção pelas capitanias e a “(...) criação de grandes unidades produtivas voltadas para a exportação alguns produtos tropicais de alguma forma determinou o destino do modo de apropriação da terra no Brasil: grandes fazendas, com base no uso da mão de obra em abundância (...)” (MEDEIROS, 2003, p. 9-10). A configuração econômica, social e territorial brasileira tem como sustentáculo a tríade: grandes propriedades, monoculturas voltadas para a exportação e o trabalho escravo.

No interior dessas grandes propriedades rurais desenvolveu-se um sistema de produção concentrador de riquezas e explorador da mão de obra humana. A forma de acesso a terra, viabilizada pelas capitanias, excluiu desse acesso uma parcela significativa da população, que não possuíam os requisitos para o usufruto, tais

¹⁴ O mercantilismo foi uma política econômica adotada na Europa durante o Antigo Regime (Absolutismo). Dentre suas características pode-se citar o Metalismo, o Protecionismo Alfandegário e o Colonialismo, firmado, por meio do Pacto Colonial e da balança Comercial.

como pertencer à nobreza ou ter posses suficientes para pagar tributos, gerar divisas, enfim fazer prosperar as sesmarias.

Contudo, “do outro lado” do latifúndio, à margem da grande propriedade, segundo Medeiros (2003, p. 10):

(...) em algumas áreas ainda não apropriadas por elas ou mesmo em terras abandonadas (ou por não serem próprias aos cultivos ou por já estarem degradadas), constituíram-se, ao longo do tempo, pequenas unidades produtivas instáveis (...) sob a permanente pressão do crescimento e do avanço territorial das grandes propriedades.

A ocupação dessas áreas era a única forma de acesso a terra para aqueles que não possuíam os requisitos legais da posse. Com o passar do tempo essas ocupações tornaram-se mais efetivas em função do próprio crescimento da população. Assim a pressão dos posseiros pelo acesso a terra e pela regularização da propriedade da terra, são elementos que devem ser considerados na história fundiária brasileira.

Na visão de Sousa (2009) esses posseiros pressionaram as autoridades do Brasil colonial a tomarem outro caminho para acautelar e defender os privilégios da propriedade da terra. Essa luta por novas formas de apropriação tornou possível o aparecimento da propriedade capitalista e da propriedade camponesa¹⁵.

A legislação que regulamentou as formas de acesso a terra foi estabelecida em 1850, com a promulgação da Lei de Terras. A Lei de Terras foi criada em 1850 e surgiu como forma de regulamentar a situação de posse e propriedade das terras com a extinção do regime de sesmarias. Ao legitimar o direito de posse, a Lei regulamentava as condições preexistentes de uso da terra, contudo sua face mais importante era a que se voltava para o futuro, quando determinou que a posse da terra só se efetivaria mediante compra, proibindo a aquisição de terras devolutas (MEDEIROS, 2003).

Considerada um marco jurídico para adequação ao sistema econômico vigente, a Lei de Terras apresentava duas características principais: a primeira diz respeito à implantação da propriedade privada das terras, ou seja, a transformação

¹⁵ Propriedade é a relação do sujeito que trabalha (produtor e autoprodutor) com as condições de produção e reprodução, no entanto tal relação terá formas diferentes dependendo das condições dessa produção (BATTOMORE, 2001).

de um bem da natureza, em mercadoria; a segunda estabelecia que qualquer cidadão poderia ser proprietário de terra mediante compra.

Considerando a conjuntura história e política que sinalizava para o fim eminente da escravidão, a Lei de Terras serviu como uma barreira ao acesso a terra, para futuros escravos libertos, pois seus mecanismos possibilitaram a manutenção da concentração fundiária e a disponibilidade de mão de obra, que posteriormente seria utilizada na cafeicultura.

Aparentemente o texto jurídico buscava simplesmente regulamentar a posse da terra no país, via compra, contudo essa estratégia impediu que os futuros homens e mulheres, cidadãos libertos, ascendessem à condição de pequenos proprietários de terra. A Lei de Terras também foi de grande importância para a constituição de um mercado de trabalho, uma vez que a possibilidade do fim da escravidão criaria um problema de mão de obra. Nas palavras de Graziano da Silva (2001, p. 28) “(...) quando a mão de obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas (...) se houvesse homem ‘livre’ com terra ‘livre’ ninguém iria ser trabalhador nos latifúndios”. Assim muda-se o sentido da escravidão, do homem para o bem. Complementando as afirmativas Szmrecsány (1999, p. 27):

Essa Lei não apenas transformou a terra em mercadoria como impossibilitou o seu acesso a todos os que não tivessem dinheiro para adquiri-la. Os trabalhadores livres e os libertos da escravidão só poderiam subsistir na agricultura mediante a venda de sua força de trabalho aos proprietários das terras e do capital. Ao mesmo tempo, a nova legislação propiciou a libertação de capitais antes engajados no tráfico negreiro, e a sua aplicação produtiva em diversos ramos de atividades, inclusive na agricultura.

As relações de trabalho que se desenvolveram no sistema colonial, impossibilitaram qualquer forma de ascensão do trabalhador e ainda criou mecanismos que acentuaram o estado de miséria desses trabalhadores. Para Martins (1990, p. 59):

(...) a Lei de Terras e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na eminência

de transformações no regime escravista, criavam as condições que garantissem ao menos a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra do que a garantia de uma oferta compulsória de forma de trabalho à grande lavoura.

Para além de estabelecer o regime de posse da terra, a legislação criou os mecanismos essenciais para uma exploração mais intensa dos trabalhadores e consolidou o grande latifúndio como estrutura básica da distribuição de terras no Brasil, reproduzindo privilégios e benefícios, pois os mesmos personagens históricos que receberam as sesmarias, posteriormente regularizaram sua posse e transformaram-nas em propriedades privadas. Esse movimento cíclico, que historicamente penalizou trabalhadores e favoreceu a classe detentora de terras e de capital se consolidou ao longo da história do país, definindo as relações de produção e as relações de trabalho e direcionando a produção e a organização do espaço agrário.

A consolidação da grande propriedade se fez paulatinamente, independente do ciclo econômico vigente e estabeleceu os rumos do desenvolvimento no campo, um desenvolvimento desigual e contraditório. Ao estabelecer a propriedade privada da terra e submeter o trabalhador as mais diversas formas de dominação pela necessidade do trabalho, esse desenvolvimento ganha um componente valioso, viabilizado através do processo que Oliveira (1991) denominou de metamorfose da renda da terra em capital. Paulino (2007, p. 340), sobre a metamorfose da renda da terra, enfatizada por Oliveira (1991) destaca que:

Esse novo componente, a renda da terra, foi essencial no processo de acumulação e na manutenção da estrutura agrária do país ao longo dos séculos, incidindo inclusive sobre a questão territorial, uma vez que é a dinâmica das forças produtivas que determinam a configuração do território.

Convém destacar que apesar da omissão na história agrária brasileira, o período que vai da criação da Lei de Terras até o início dos anos 1960, foi marcado por conflitos recorrentes (a princípio localizados), que paulatinamente começam a se

unificar em torno de uma linguagem comum: o direito ao acesso a terra e a melhores condições de vida e trabalho.

Um dos aspectos mais importantes desse período e que expressa politicamente à luta pelo acesso a terra são as Ligas Camponesas, criadas a partir de 1945, sob a iniciativa do Partido Comunista. A criação das Ligas Camponesas representou uma forma de contestação ao "pacto agrário" que existia entre as classes dominantes e que mantinha no Nordeste e outras regiões do país, uma estrutura de produção baseada na agricultura, reiterando o papel dessa região no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, como fornecedora de alimentos, matérias-primas para exportação e mão de obra para o centro-sul do país.

Essa estrutura de dominação, capitaneada pelo Estado, em certo sentido amortecia os conflitos sociais e dava a ideia que reinava no campo o que Azevêdo (1982) chamou de "paz agrária". Essa "paz" na verdade era apenas aparente uma vez que as insatisfações e as revoltas deixavam de ser potenciais para assumir a forma de luta contra o latifúndio e contra a exploração do trabalhador.

No caso da região açucareira do Nordeste brasileiro, essa "paz" foi quebrada, com a elevação dos preços do açúcar no mercado internacional e a conseqüentemente expansão da área produtora de cana-de-açúcar, que oferecia aos proprietários de engenhos e das fazendas aforadas uma renda mais elevada do que a que eles recebiam. Arrendadas as terras, eram os foreiros pressionados a se retirarem ou a destruir suas lavouras e substituí-las pela cana que alimentava as usinas.

A criação das Ligas sintetiza a resistência do campesinato à expansão do capitalismo no campo brasileiro, quando o processo de expropriação os atinge e quando esses moradores "foreiros¹⁶", parceiros, posseiros e pequenos proprietários, são compelidos a se tornarem trabalhadores assalariados das plantações em expansão, perdendo sua independência como trabalhador autônomo (DOURADO, 2001).

As Ligas Camponesas atuaram no país entre os anos de 1945 e 1964 e sua extinção se insere num quadro mais geral da história política do país. A partir de

¹⁶ Nome dados aos trabalhadores que pagavam aluguel em dinheiro pelo uso da terra.

1964, os militares assumem o poder empreendendo uma verdadeira "caçada" a todos os movimentos populares, inclusive as Ligas Camponesas, somando-se a esse episódio as disputas político-ideológicas e divergências internas.

Assim do ponto de vista econômico, chega-se a década de 1960, com uma agricultura amplamente integrada ao circuito do capital industrial, via processo de modernização conservadora, contrastando com um setor camponês, familiar, completamente subordinado e subjugado a esse capital. Na estrutura da propriedade, o mesmo movimento cíclico se repete, "(...) multiplicação de pequenas propriedades, pela compra e venda e reprodução das unidades familiares. Por outro lado em vastas regiões, a grande propriedade (...) avançava e concentrava mais terras e mais recursos (...)" (STEDILE, 2005a, p. 32), reproduzindo uma tendência histórica e "natural" da lógica capitalista.

Do ponto de vista político, intelectual e ideológico, inicia-se um amplo debate sobre a interpretação da questão agrária brasileira. O debate derivou, principalmente do estado de crise que o país vivia e procurava explicar as razões dessa crise (política, econômica, agrária, social) tendo como marco de análise a nossa formação histórica e as relações do espaço agrário com a dinâmica do desenvolvimento do país.

3.2 A Reforma Agrária na década de 1960/1970

A conjuntura política da década de 1950 e início da década de 1960 no país favoreceu a discussão sobre a necessidade da reforma agrária como alternativa para desenvolvimento em bases nacionais e com reformas estruturais. Lutas e reivindicações antes, pontuais e atomizadas, passaram a ganhar a cena política e encontrar mediação de concepções de direitos e das leis, contribuindo também para que categorias sociais, até então marginalizadas, ganhassem visibilidade e buscassem esses direitos.

Nesse sentido, essa década pode ser considerada um importante momento da história agrária brasileira, momento em que surge no Brasil uma série de debates de sobre os rumos do (sub)desenvolvimento do país, sendo a questão agrária um dos seus pontos centrais. Para Medeiros (2003) os debates foram motivados pelo

crescimento e unificação política das lutas por terra, a liberdade política e de expressão, a conjuntura da Guerra Fria e a análises sobre as condições para o desenvolvimento dos países da América Latina.

As produções dos principais ideólogos do período foram influenciadas principalmente pelos seus posicionamentos político-partidários, contudo o ponto convergente desse debate é a busca por explicações sobre a natureza do problema agrário e suas possíveis saídas. Os protagonistas desse debate pautam suas análises, na nossa formação histórica (com exceção de Ignácio Rangel), com base no contexto político da época, buscando compreender como o problema agrário influenciou os rumos do desenvolvimento do país, indo além da simples conexão entre questão agrária e questão fundiária. Os principais autores desse debate são: Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Ignácio Rangel.

Alberto Passos Guimarães era membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e defendeu a tese de que a realidade agrária brasileira era marcada por traços feudais, sendo o latifúndio brasileiro uma herança feudal, contudo esse Feudalismo apresentava duas variações do modelo clássico: o escravismo e a produção comercial para o mercado externo. Na visão de Guimarães (1981) para explicar a persistência dos resquícios feudais seria necessário atentar para a formação histórica do país que ao longo dos séculos criou mecanismos que cristalizaram as relações feudais, dentre eles os mecanismos de reprodução social dos latifundiários nos quatro séculos de formação da oligarquia brasileira, além da estrutura de poder e dominação.

Para Guimarães (1981), o processo de colonização no formato como foi empreendido, promoveu a concentração de terras e de riquezas impedindo o desenvolvimento capitalista e perpetuando na dinâmica social e econômica aspectos regressivos e atrasados da estrutura fundiária do país. A adoção das capitâneas hereditárias e a concessão de terras aos eleitos pela Coroa Portuguesa determinaram a forma de ocupação do território, moldando também nossa estrutura social. Com a divisão do território conquistado em grandes extensões de terras, institui-se o que Guimarães (1981, p. 223-224) denominou de latifúndio:

Como latifúndios temos conceituado as unidades agropecuárias por demais extensas para serem exploradas exclusiva ou predominantemente pelo trabalho do núcleo familiar, como a propriedade camponesa, ou exclusiva ou predominantemente pelo trabalho assalariado, como propriedade do tipo capitalista.

O autor considera a formação do latifúndio como o principal elemento dessa estrutura montada pela colonização portuguesa, sendo o mesmo responsável pela determinação das relações de produção e das relações de trabalho. Ao se tornar o principal meio de produção no campo, a estrutura do latifúndio impôs ao conjunto da sociedade o formato de produção condizente com uma estrutura agrária desigual e impôs também condições sub-humanas de trabalho à maior parte da população rural do país.

Ao latifúndio açucareiro, ao latifúndio cafeeiro, ao latifúndio cacauzeiro, incorpora-se agora o cada vez mais poderoso latifúndio pecuário. E todos eles reunidos, constituem o último reduto das sobrevivências coloniais e feudais que estrangulam o desenvolvimento da agricultura e da economia brasileira (GUIMARÃES, 1981, p. 226).

Nesse sentido, o latifúndio brasileiro seria uma espécie de feudalismo agrário, cuja transformação o capitalismo não poderia promover, por sua natureza, mas que a reforma agrária deveria fazer em função do seu conteúdo dinâmico e revolucionário, uma reforma agrária redistributiva, com caráter antifeudal, amplamente justificável em função do país ter criado “um Feudalismo à brasileira”. Seria necessário, romper com esse passado, desenvolvendo novas formas de produção e novas relações de trabalho, redistribuindo terras, mas, sobretudo vencendo o passado de dominação que o latifúndio representava através de seus senhores.

Caio Prado Júnior foi formado nos quadros do PCB, contudo divergia de alguns membros do partido em relação à formação histórica do país. Para Prado Júnior (1979) era inverossímil considerar as relações de trabalho e de produção presentes no campo brasileiro como feudais. Era a impessoalidade da relação capitalista, na qual a terra importava como mercadoria, e seus produtos como valores de troca realizáveis no mercado o que fundamentava estas relações, não intervindo aí

o estatuto pessoal do produtor e do proprietário nas formas de sociabilidade estabelecidas, conforme exemplifica Lima (1999, p. 65-66):

O emprego da designação “feudal” ou “restos feudais” atribuída às relações de trabalho na agropecuária brasileira, implica a idéia (*sic*) que se trata de situações institucionais, isto é, implantadas se não no direito positivo ou na legislação, o que naturalmente não é o caso, pelo menos no direito consuetudinário e em relações jurídicas institucionais não escritas. Ora não é isso que ocorre (...) certas relações de trabalho presentes na agropecuária brasileira, embora se revistam formalmente de caracteres que as assemelham a instituições que encontramos no feudalismo europeu (...) não constituem senão modalidades de pagamento que correspondem ao salário. Isto é, formas de redistribuição de serviços prestados que por um motivo ou outro – mas sempre motivo de ordem circunstancial – o pagamento em dinheiro é substituído por prestações de outra natureza.

As análises realizadas na obra *A Questão Agrária* (1979) buscam dissociar qualquer interpretação de reforma ou transformações no campo brasileiro como etapas de uma evolução para o capitalismo que pudessem designar a ideia de um passado feudal que foi superado. Ao analisar a empresa agrária que se constituiu aqui no Brasil na época da colonização e suas estreitas ligações com o mercantilismo, afastava a validade da tese sobre o feudalismo no Brasil:

Uma repartição melhor da propriedade agrária, e o mais fácil acesso a ela para os trabalhadores rurais, constitui, portanto a meta principal de uma política orientada para a transformação das relações de trabalho, e melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Mas não há que ver aí, por não ser o caso, nenhuma superação de pseudo-etapa feudal ou semifeudal, e “ascensão” para o capitalismo (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 69).

Prado Júnior (1979) considerou como essência da estrutura agrária brasileira e o sucesso do modelo de exploração pensado para o país, circunstâncias como a disponibilidade de terra e de força de trabalho, como segue:

(...) larga disponibilidade de terras em cuja apropriação não concorreu com o número relativamente reduzido dos empreendedores da exploração agrária do País (...) e a disponibilidade de força de trabalho, fornecida aos grandes proprietários pela massa da população rural que se formou e constituiu precisamente para esse fim (...), pela incorporação dos

indígenas, pelo tráfico africano, pelo afluxo imigratório dos últimos cem anos (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 25).

Contudo destaca que essas circunstâncias se constituíram como “(...) fatores determinantes dos baixos padrões de vida da população trabalhadora rural (...)” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 26). O cerne da tese de Prado Júnior é o ataque às relações sociais fundiárias e de trabalho no meio rural brasileiro, relações estas responsáveis pelas condições sub-humanas de vida da maior parte da população rural do país. Ele considerava o formato da colonização como responsável pela concentração de terras, elemento que definiu as relações sociais de produção e a exploração do trabalhador.

A crítica ao latifúndio de forma isolada e a consequente distribuição da terra sem uma modificação nas relações de trabalho no campo, na visão de Prado Júnior (1979, p. 162-163), não daria respostas necessárias à questão agrária. Assim, além da questão distributiva, seria necessário regular as relações de trabalho através da:

(...) aplicação efetiva da legislação trabalhista, sua aplicação e necessária correção em muitos pontos (...) bem como a adoção de providências complementares destinadas a consolidar e tirar todos os efeitos econômicos e sociais da nova situação criada pela maioria das condições de vida do trabalhador obtidas com a aplicação daquela legislação trabalhista. (...) implantação geral e definitiva, no campo, das normas reguladoras do trabalho. Pode-se dizer que aí reside o ponto nevrálgico e ponto principal de partida da reforma agrária que deve ser imediata e intensamente atacado.

A proposta de reforma agrária defendida por Prado Júnior possuía um *caráter capitalista*, com tendência ao assalariamento crescente da força de trabalho rural e por isso destaca a tese de defesa da legislação social-trabalhista. Somente a partir de uma democratização das relações de produção no campo, favorecendo os trabalhadores através da efetividade das leis trabalhistas, com melhores salários, ocupações regulares, sem vínculos exta-econômicos e extensão da legislação social trabalhista ao campo, seria possível uma mudança em direção a uma reforma agrária que contemplasse além de terra, direitos inalienáveis.

Celso Furtado compõe grupo de intelectuais que defendiam *uma reforma agrária para desenvolver o mercado interno e uma economia nacional*. A questão agrária

não se destaca como tema específico na obra de Celso Furtado, contudo sua atenção ao tema se dá em função da correlação entre os problemas estruturais do desenvolvimento econômico brasileiro estudado por ele possuir raízes na atividade agrícola.

De orientação Keynesiana, era adepto de uma política de desenvolvimento a longo prazo, com ampla intervenção estatal. Furtado compunha o chamado grupo da CEPAL¹⁷, composto por estudiosos que pensaram o desenvolvimento da América Latina a partir de uma política de industrialização, por substituição de importações. Esse modelo propunha uma industrialização apoiada pela ação do Estado como forma de superação do subdesenvolvimento latino-americano.

O nacional-desenvolvimentismo acreditava que para atingir o desenvolvimento era necessário superar as heranças do passado agroexportador. Existia o entendimento sobre a necessária transição de uma economia agroexportadora para uma economia industrializada, promovendo a modernização da sociedade, via processo de industrialização, sob o comando do Estado (DOURADO; SILVA; SANTANA, 2010). Vencida essa etapa, a tarefa primordial seria a formação de mercado interno.

Era consenso entre os ideólogos cepalinos que o subdesenvolvimento no Brasil tinha como causa a inexistência de um mercado interno capaz de sustentar o processo de industrialização em curso. Nesse sentido, acreditava-se que uma reforma agrária poderia cumprir esse papel ao transformar camponeses pobres em proprietários e consumidores, criando um mercado interno para desenvolver uma economia capitalistas em bases nacionais em direção ao desenvolvimento (nacional-desenvolvimentismo). A emergência dos problemas rurais estariam relacionados ao “sistema de baixos salários”, cerne do problema agrário, que possuíam vínculos diretos com o processo de formação do mercado de trabalho para as atividades rurais.

Ignácio Rangel possuía uma interpretação diferente em relação à natureza do problema agrário brasileiro, dirigindo sua atenção para questões de ordem mais

¹⁷ CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe). Defendia a tese da industrialização nacional como mecanismo para o desenvolvimento, com fortalecimento do mercado interno.

econômica em detrimento da análise histórica do processo de colonização. A matriz teórica fundante de sua análise na interpretação de Kageyama (1993, p. 6) diz respeito ao:

(...) processo de industrialização como um processo de passagem de uma economia natural fechada para uma economia de mercado, que se dá com duas transformações no sistema econômico: o aumento da divisão social do trabalho, implicando em mudanças institucionais e tecnológicas e uma realocação dos fatores produtivos, para viabilizar a substituição de importações.

O conceito que permeia toda a sua trajetória teórica é a ideia de dualidade básica. Para o entendimento da economia brasileira, na perspectiva de Ignácio Rangel, seria necessário considerar a existência de uma economia moderna e uma economia atrasada em relação constante. Com o desenvolvimento da tese da dualidade básica da economia brasileira, Rangel procura superar as teorias centradas na dicotomia, ou seja, análises que explicam a economia a partir de dinâmicas isoladas, ou só a interna ou só a externa.

Assim no pensamento de Rangel, o conceito de dualidade é também o ponto central para a compreensão do desenvolvimento e consequentemente da questão agrária. Essa interpretação dual afirmava que na agricultura brasileira coexistiam relações de produção atrasadas e modernas. Para o entendimento do latifúndio brasileiro também seria necessário analisar a existência de várias leis, uma atuando sobre as outras, leis que regiam o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista, sendo o latifúndio uma economia mista, internamente feudal e externamente capitalista, como segue a afirmação:

No caso do latifúndio, por exemplo, o mercado capitalista pressiona constantemente para modificar as relações vigentes no interior do instituto, ao mesmo tempo em que a presença, nesse mercado, de uma produção e de fatores de produção (inclusive homens), oriundos do latifúndio, modifica a sua fisionomia. Assistimos, assim, em nossos dias, a generalização do salariato na vida interna do latifúndio e também a certa desvirtualização do caráter do salariato fora do latifúndio, graças aos homens por ele expelidos (RANGEL, 2005, p. 29).

Para o autor a questão agrária não estava diretamente relacionada com o problema fundiário, mas vinculava-se a própria dinâmica de transformação de uma agricultura que mudava de forma e perfil, ou seja, de uma agricultura centrada no complexo rural para uma agricultura industrializada. Destarte “(...) a questão agrária poderia ser resolvida através da modernização de nossos campos e não necessariamente por uma reforma agrária” (RANGEL, 1962, p. 174). Essa transição na visão de Rangel (1962), iria liberar uma mão de obra com tempo excedente que a nova estrutura produtiva não seria capaz de absorver, assim o problema agrário se configuraria nessa superpopulação, pois o setor rural não liberava mão de obra para os demais setores, ou ao contrário, liberava em excesso (RANGEL, 1962). O problema em si não estaria no fundiário e sim no excedente de tempo rural – um excesso de força de trabalho em relação ao tempo de ocupação necessário, gerado quando se dá a transição do complexo rural para uma agricultura capitalista e uma economia industrializada.

Como para a maioria dos intelectuais da corrente nacional-desenvolvimentista, Rangel acreditava que o processo de industrialização iria conduzir o país ao desenvolvimento e por isso era natural a resolução do problema agrário à proporção que o capitalismo se desenvolvesse no campo, modernizando os fatores de produção e as relações de trabalho, fortalecendo o mercado interno, dinamizando e democratizando o consumo.

Infere-se assim que as proposições teóricas esboçadas pelos intelectuais dos anos 1960 sobre a questão agrária, de uma forma geral, buscam entender a natureza do problema agrário centrado na forma como o capitalismo se desenvolveu no país. Esse debate ainda que permeado por ideologia e concepções diferentes, em função da filiação partidária e da formação intelectual representou “(...) o encontro de perspectivas distintas e projetos diferenciados apontando para a necessidade de reformas estruturais e convergindo para uma posição crítica em relação à concentração fundiária (...)” (MEDEIROS, 2003, p. 19).

Assim percebe-se que o esforço desses intelectuais, para além de suas filiações políticas e suas ideologias, contribuiu para clarificar nosso entendimento atual sobre o problema, estabelecendo as devidas inter-relações entre passado e presente. Havia

um entendimento sobre a necessidade de uma reforma agrária, contudo não havia um consenso sobre o seu significado. Lado a lado, conviviam posições progressistas e reformistas. Para a maioria dos representantes das lutas camponesas a reforma agrária seria uma etapa necessária para mudar o próprio sentido do desenvolvimento em direção a uma sociedade socialista. Já o setor patronal e o governo estavam mais preocupados com o processo de modernização (tecnização), ficando a das condições de vida dos que trabalhavam no campo em segundo plano.

Martins (1999, p. 100), contudo destaca a necessidade de melhoria nas condições de vida dos trabalhadores enfatizando que:

Se as condições de vida dos trabalhadores em geral e dos pequenos agricultores são ruins, é necessário que elas melhorem para que eles ampliem sua entrada no mercado com seu trabalho ou seus produtos. Se eles entram no mercado de produtos ou no mercado de força de trabalho de modo restrito, reduzem as possibilidades da reprodução ampliada do capital em seu conjunto. Por isso, em princípio, a modernização das relações de trabalho e a melhora das condições de vida dos trabalhadores interessa, em primeiro lugar, ao próprio capitalista.

Nesse sentido, apesar do debate entre reformistas e progressistas, houve um consenso em torno da necessidade de modernização do campo e de transformações na estrutura fundiária, uma vez que o estado de “(...) pobreza seria um empecilho ao desenvolvimento do capital e, por extensão, ao desenvolvimento da sociedade, ainda que nos limites do capitalismo” (MARTINS, 1990, p. 100).

No governo de João Goulart, de orientação popular, a reforma agrária estava incluída nas Reformas de Base¹⁸, pensadas pelo governo de Jango para promover o desenvolvimento do país. Em 13 de março de 1964, num comício histórico realizado na Central do Brasil no Rio de Janeiro, Goulart afirmou em sua fala a necessidade de mudanças que a aprovação da lei de reforma agrária, submetida à aprovação do

¹⁸ As Reformas de Base era uma proposta de reestruturação de uma série de setores econômicos e sociais, sob influência do pensamento de esquerda. Nas “Reformas de Base” estavam reunidas iniciativas que visavam alterações bancárias, fiscais, urbanas, administrativas, agrárias e universitárias.

Congresso, seria o primeiro passo para “(...) uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro (...)”.

(...) o que se pretende com o decreto que considera de interesse social, para efeito de desapropriação, as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos e ferrovias, açudes, públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odiosas e intoleráveis (...). A reforma agrária não é um capricho de um governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui no Brasil constitui a legenda mais viva da esperança do nosso povo, sobretudo daqueles que labutam no campo (STEDILE, 1997, p. 103-105).

O comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964 foi também um dos últimos atos do Governo de Jango e os acontecimentos que se seguiram culminaram com o golpe militar de 1964. “Perdemos a democracia e ganhamos o autoritarismo. E desse autoritarismo de transição, passou-se a um regime autoritário que se prolongou por 21 anos” (BRUM, 1999, p. 300). O golpe militar representou o fim do projeto de reforma agrária da ala progressista do país e o início de um período de mudanças econômicas e políticas, mas, sobretudo de cerceamento de liberdades individuais e coletivas. Contudo, convém destacar que apesar das propostas do governo de Jango no campo da reforma agrária não terem se efetivado, algumas conquistas singulares datam desse período a exemplo da regulamentação em 1962, do direito a organização sindical dos trabalhadores rurais e a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963.

Com a instauração do governo militar em 1964, o debate da questão agrária e a reforma agrária passam a ganhar outros contornos, dentro dos limites da modernização tecnológica e da política agrária. De certa forma esse debate é censurado e dá-se início a um período de intensa perseguição e repressão aos movimentos sociais e as organizações de uma forma geral (trabalhadores, estudantes, partidos políticos). Nos “Anos de Chumbo” movimentos sociais foram desarticulados e reprimidos, seus líderes presos, torturados, assassinados. As ligas

camponesas foram eliminadas e os sindicatos em sua grande maioria invadidos, extintos ou cooptados.

A partir desse período as discussões sobre o desenvolvimento do país e a questão agrária ganharam uma nova dimensão. Mesmo com os avanços e com diversas proposições e linhas de ação, em última instância prevaleceu o caráter reformista do debate, sinalizando para a necessidade de uma modernização do campo e transformações na estrutura fundiária. Assim percebe-se que a questão da reforma agrária se secundarizava diante da unanimidade que era necessário para garantir as funções ou papéis da agricultura, da necessidade da presença do Estado, como forma de assegurar o instituto da propriedade privada (THOMAZ JÚNIOR, 2010).

Assim, é também no período do governo militar que se consolida no país o processo de modernização da agricultura iniciado em 1950, expressando do ponto de vista objetivo o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Essa modernização promoveu a transformação da base técnica da agricultura via expansão da mecanização e do uso de insumos modernos nas lavouras destinadas basicamente a exportação, viabilizando também a constituição do Complexo Agroindustrial (CAI), caracterizado, sobretudo, pela industrialização dos processos de produção rural e pela implantação dos setores industriais de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura.

Adjetivado como desigual, excludente e concentrador, o processo de modernização da agricultura brasileira expressava o modelo de desenvolvimento adotado para o país pelos militares: um desenvolvimento do capitalismo, com a exclusão dos grupos sociais e de regiões econômicas, ainda que considerado a necessidade de promoção de mudanças conjunturais para garantir a reprodução do sistema.

Aguiar (1986, p. 116) refere-se à modernização como um processo dinâmico que não se caracterizou como autossustentado, mas foi um processo induzido através do Estado:

(...) a modernização tecnológica da agricultura foi, ao mesmo tempo intensa e desigual (...). Essa dupla especificidade da modernização sublinha o fato de que ela não se processou endogenamente, mediante a superação das suas contradições (...). A origem externa da modernização, o caráter e o sentido da intervenção estatal imprimiram os traços mais marcantes desse processo: a rapidez e a intensidade com que ocorreu, os efeitos que produziram nas relações de trabalho, na exacerbação da concentração fundiária e na desigualdade do seu desenvolvimento.

Em relação às possibilidades de transformação na estrutura fundiária, o principal elemento jurídico e político necessário à intervenção fundiária por parte do Estado foi a criação do Estatuto da Terra em 1964. O Estatuto da Terra foi criado logo no início da ditadura militar e tinha como linhas de ação, a execução de uma reforma agrária (reestruturação fundiária, cumprimento da função social da terra) e a promoção da política agrícola para desenvolvimento da agricultura, estabelecendo a disciplina desse acesso num conjunto de leis. Assim o estatuto estabelecia que seria:

(...) assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei (...). A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (BRASIL, 1964).

Outro elemento presente no Estatuto da Terra foi a classificação dos imóveis rurais, a partir de critérios quantitativos, estabelecendo um sistema de cadastramento dos imóveis rurais e sua classificação com base na definição de um módulo de propriedade. “O módulo corresponde à área que, em determinada posição geográfica, absorva toda a força de trabalho de um conjunto familiar com quatro pessoas adultas proporcionando-lhe um rendimento capaz de assegurar a subsistência e o progresso social e econômico (VEIGA, 2007, p. 23/24)”. Trata-se, pois de uma unidade de medida de área (expressa em hectares) fixada diferentemente para cada município, uma vez que leva em conta as particularidades locais como (Art. 50, Lei 4.504/64): o tipo de exploração predominante no município

(hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); a renda obtida com esta exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e o conceito de propriedade familiar (Art 4º, II, Lei 4.504/64).

O Estatuto da Terra e a legislação que respaldava o texto, classificaram os imóveis rurais em quatro categorias: Minifúndio, Empresa Rural, Latifúndio por Exploração e Latifúndio por Dimensão.

O minifúndio corresponde a propriedade inferior a um módulo rural, portanto incapaz de prover o sustento do produtor e sua família. As empresas rurais, imóveis entre 1 e 600 módulos, caracterizado por um nível de aproveitamento do solo e de racionalidade na exploração, compatíveis com os padrões de cada região, observando a legislação trabalhista e a preservação ambiental. O latifúndio por exploração compreenderiam os imóveis entre 1 e 600 módulos, caracterizados pela exploração em níveis inferiores a média regional. Já o latifúndio por dimensão, representariam os imóveis com área superior a 600 módulos, independentemente do tipo e das características da produção nela desenvolvida (BRASIL, 1964; VEIGA, 2007; MEDEIROS, 2003).

O Estatuto da Terra, ao definir as bases para a reestruturação fundiária, propõe a extinção progressiva dos minifúndios e latifúndios, visando atingir um padrão de racionalidade ideal para a agricultura, criando as bases necessárias para que a modernização da agricultura se firmasse enquanto projeto de desenvolvimento para o campo, enquadrando a agricultura no padrão de exigência da economia do período.

O conceito de minifúndio e latifúndio, dois extremos, traz em seu bojo a expressão do conflito e da tensão. O latifúndio na visão de Medeiros (2003) seria o equivalente de grande propriedade, atraso tecnológico e improdutividade, mas principalmente o sinônimo de relação de poder, de opressão e de ausência de direito. O minifúndio é o outro lado desse latifúndio, o lugar onde os oprimidos e carentes de direitos e de garantias mínimas se reproduziriam. A extinção desses dois elementos seria essencial para que se firmasse um padrão de desenvolvimento mínimo para o país.

O Estatuto da Terra reconhecia a noção de direito a terra e poderia se constituir em um instrumento de promoção de direitos e de acesso à terra de milhares de trabalhadores, contudo a conjuntura política e a proposta de desenvolvimento dos militares para país no período, não possibilitaram sua eficácia. O Estatuto já nasceu como “lei morta”, dadas às “impossibilidades” de sua execução.

Destarte infere-se que a desapropriação por interesse social seria o caminho viável para o fim dos conflitos no campo e para a promoção de uma reforma agrária, mais justa e equitativa, contudo esse caminho foi abandonado em nome do projeto de modernização da agricultura, que contou maciçamente com o apoio do Estado e do capital internacional, via incentivos fiscais e no tocante a adoção de tecnologias e organização da agricultura para a indústria, visando à modificação da estrutura do perfil da produção agrícola.

O objetivo na descrição de Martine (1990, p. 7) era a:

(...) consolidação do parque industrial, a instauração de um estilo de desenvolvimento visando a “modernização conservadora”, a fase ascendente do ciclo do “milagre econômico”, a ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola, a internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde (...).

Leite (2004, p. 38), analisando o art. 43 do Estatuto da Terra e os resultados produzidos pela lei destaca que:

O Estatuto da Terra criou conceitos novos, inclusive para uma tipologia dos imóveis rurais (...) e critérios para identificação desses imóveis, alguns passíveis de desapropriação e outros não. Estabeleceu uma sistemática de intervenção, prevendo a realização de estudos para o “zoneamento do país em regiões homogêneas”, capazes de indicar “as regiões críticas que estão exigindo reforma agrária com progressiva eliminação dos minifúndios e latifúndios” e “as regiões em estágio mais avançado do desenvolvimento social e econômico, em que não ocorram tensões nas estruturas demográfica e agrária”. A partir daí poderiam ser caracterizadas “áreas prioritárias de reforma agrária”. No entanto, durante o regime militar prevaleceu, inequivocamente, a vertente do “desenvolvimento agrícola”, em detrimento a reforma agrária do Estatuto. Políticas de governo voltadas para a modernização do latifúndio tiveram lugar central na estratégia de desenvolvimento adotada, na qual as exportações de produtos agrícolas e agroindustriais eram essenciais para a geração de divisas.

Nesse sentido, destaca-se que do ponto de vista econômico, o estatuto cumpriu, sobretudo a tarefa de “(...) trazer a demanda por terra para os parâmetros de uma agricultura modernizada, produtiva e capaz de atender às exigências do que então era o padrão de idealizado e desejado de desenvolvimento (...)” (MEDEIROS, 2003, p 24).

O incentivo governamental estimulou a produção nas grandes propriedades e esses empreendimentos corresponderam às expectativas do modelo produtivo. Ao longo do período militar (1964-1984) a opção foi estimular a modernização tecnológica da agricultura, o que de fato ocorreu, mas sem realizar alterações significativas na estrutura da propriedade. Diante deste quadro de sucesso, velhas ideias se firmaram. A modernização conduziu ao entendimento de que a reforma agrária não era mais condição necessária para o desenvolvimento do país.

Do ponto de vista social, contudo, “do outro lado do latifúndio” no chão real, o estatuto não saiu do papel. Na prática, pouquíssimas desapropriações foram feitas, sendo bastante utilizado o recurso da abertura das fronteiras agrícolas via projetos de colonização públicos e privados, considerados pelo governo como uma política de reforma agrária. Os incentivos e os créditos tão abundantes para os grandes proprietários não foram destinados os pequenos produtores e foi nesse espaço onde se verificou a face real dessa etapa de desenvolvimento. Pauperização, expropriação de uma parcela de trabalhadores que viviam nas fazendas, expulsão de posseiros e invasão de terras. Soma-se a esse fato, a intensa repressão e violência que acompanhou esses processos.

É nesse cenário de violência e de cerceamento de liberdades que a década de 1970 se descortina. A maior expressão desse período é o intenso processo de expropriação dos trabalhadores e a afirmação do posseiro enquanto sujeito político, identidade que foi assumida por foreiros, parceiros, para afirmar o direito a terra onde viviam ou trabalhavam. Reunidos nessa identidade, houve uma intensificação da luta:

(...) nas áreas de expansão da fronteira agrícola, ampliando-se os conflitos envolvendo posseiros e populações indígenas, quer em

áreas de ocupação antiga, onde terras cultivadas por moradores, foreiros e parceiros, em especial o caso do Nordeste passaram a ser utilizadas para lavouras de exportação ou transformadas em pastagens (MEDEIROS, s/d, p. 04).

Os posseiros ganham expressão nesse período, sobretudo em função das consequências do processo de modernização em curso, apresentando, segundo Martins (1999, p. 130), algumas particularidades:

(...) o conflito não envolve relações sociais na *produção* nem envolve direta e imediatamente as relações de produção, nem envolve o produto do trabalho. A luta dos posseiros é uma luta pelo *instrumento* de produção, que é terra. Envolve as relações de propriedade e não as relações de trabalho; o problema não é o da exploração. Mas o da expropriação (...). Os conflitos pela terra vêm de “fora” para “dentro”, ou seja, eles não nascem diretamente no interior das relações sociais do camponês, posseiro (Destaque do autor).

Convém destacar que mesmo diante da repressão e da tentativa de criminalização das lutas, duas instâncias sociais estiveram presentes nesse período como representantes e defensores dos direitos dos trabalhadores. A CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e a Igreja Católica.

A CONTAG nesse período específico atuou no sentido de adequar as demandas das lutas pela terra à linguagem do Estatuto da Terra, difundindo a ideia do direito a terra, circunscritos na lei ou mesmo buscando a desapropriação das áreas de conflito com base na legislação vigente.

A Igreja também nesse período, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), atuou de forma ostensiva em torno das demandas pela posse da terra e da defesa dos trabalhadores, firmando-se como uma instituição de apoio aos movimentos sociais do campo. Thomaz Júnior (2010, p. 10) afirma que:

À luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, as comunidades católicas tornaram-se espaços de socialização política, de organização popular (...) a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (...) cumpriu o papel de (re)articular os novos movimentos camponeses que se insurgiram durante o regime militar, em meio ao poder supremo do Estado Maior (...).

Inferese-se que mesmo sendo corrente a necessidade de realização de uma reforma agrária como etapa para o desenvolvimento do país, a estrutura de poder que se formou com o governo militar, impossibilitou qualquer tentativa de mudança na estrutura fundiária. O Estatuto da Terra, embora claro e preciso em relação aos direitos dos trabalhadores e o direito à terra, não passou de mais uma lei sem efetividade. A reforma agrária passou a ser sinônimo de colonização de áreas de fronteira, atendendo, sobretudo, aos objetivos do processo de modernização: mais terras cultivadas, mais produção, mais divisas.

No que se refere ao debate político, a ditadura calou grande parte das discussões realizadas no pré 1964. Contudo, mesmo diante desse amordaçamento e na clandestinidade, as lutas pela reforma agrária ainda se expressavam numa linguagem de descontentamento diante do um estado de miséria, de exclusão e expropriação de trabalhadores.

3.3 Reforma agrária e redemocratização: novos projetos... Novos sujeitos... Outras lutas...

A década de 1980 representou um período bastante conturbado da história brasileira, sobretudo em função de uma ampla e generalizada crise econômica, política e social. Do ponto de vista econômico esse período encerra um ciclo de crescimento, iniciado nos anos de 1960, cuja expressão maior foi a ideia de “milagre econômico”, que ocorreu entre os anos de 1968-1973, durante os governos Costa e Silva e Médici, um período que apresentou taxas de crescimento médio de 11% ao ano, com o desenvolvimento de diversos setores da economia, baixa inflação e equilíbrio externo.

Oliveira (2001) também refere-se a esse período como crítico no que diz respeito à questão das lutas e ressalta a violência decorrente do aumento da pressão social feita pelos camponeses em sua luta pela terra. A modernização da agricultura produziu efeitos perversos sobre a classe trabalhadora e reforçou ainda mais as contradições. À proporção que o campo se modernizava, aumentava também a luta

pelo direito ao acesso terra. Na outra vertente a sociedade civil organizava-se na direção de uma abertura política.

Anistia, Diretas Já, formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT) e demais partidos de esquerda, a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) somavam forças na luta pelo processo de democratização e pela visibilidade das lutas dos trabalhadores rurais. Também fomentava-se nas periferias das cidades brasileiras a discussão sobre a situação de pobreza que a maioria da população estava vivendo. Com o aumento da pressão social também cresceu a violência dos latifundiários (OLIVEIRA, 2001).

O governo dos militares apesar da pressão popular terminou de forma pacífica com a reorganização das classes em torno de um novo pacto político, pautado, sobretudo, na ideia de democracia e na organização econômica e social da nação após 21 anos de ditadura militar.

Com a abertura política, criam-se também novas possibilidades em torno da discussão sobre a reforma agrária e novos atores se unem aos antigos. Se o posseiro, durante a década de 1970, ganha expressão enquanto sujeito político, com o fim do militarismo, soma-se a esse grupo, novos atores como seringueiros, atingidos por barragens, boias-frias, sem-terra, dentre outros que passaram a questionar não só as condições de exclusão, expropriação e precariedade do trabalho, mas também o sentido e a natureza do desenvolvimento adotado no país e as ações efetivas que esse desenvolvimento propunha.

Esses novos personagens da luta pela terra se constituíram em função do modelo de desenvolvimento proposto e as consequências desse modelo para a maioria da população, sobretudo os residentes em áreas rurais e periurbanas.

Conforme Grzybowski (1987, p. 17):

(...) a diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existentes e modos de viver e enfrentá-las. As bases dos movimentos sociais de inserção dos diferentes segmentos de trabalhadores rurais estrutura agrária e no processo de produção agropecuária.

Esses novos personagens, principalmente os pequenos proprietários expropriados e seus herdeiros, constituíram os chamados sem-terra, sujeitos políticos que passaram a questionar as condições de posse da terra e que mostraram que possuíam uma concepção sobre a terra e o trabalho como algo indissociável, só havendo legitimidade na terra de trabalho, questionando também a legalidade da propriedade:

(...) os sem-terra na sua prática, não tem como deixar de questionar a legalidade, da propriedade, não podem deixar de considerar ilegítimo e também iníquo, injusto, o que é legal que é a possibilidade de alguém possuir mais terra do que pode trabalhar, de açambarcar, cercar, um território, não utilizá-lo nem deixar que outros utilizem, mesmo sob o pagamento de renda. (MARTINS, 1993, p. 142 - Grifos do autor).

Destaca-se que esses sujeitos políticos passaram a se organizar em torno de diversas reivindicações. Surgiram nesse período o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de movimentos envolvendo mulheres, jovens rurais e pequenos agricultores.

O MST surge inicialmente como um movimento localizado, contudo diante de sua atuação e a capacidade de articulação passa a se configurar como um canal por onde fluem as demandas dos trabalhadores em meio à repressão política, expropriação, expulsão, massacres, perseguições e imposições do modelo econômico. Para Oliveira (2001, p. 194) o MST alcança essa dimensão, pois é tradutor da luta de todos os trabalhadores, tanto rurais quanto urbanos.

Trata-se, pois, de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, portanto, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas, muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível, hoje, a construção de uma nova sociedade. Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania.

Thomaz Júnior (2010, p. 11) complementa as afirmações ressaltando que:

As estruturas organizativas do MST, especialmente os setores de produção, de educação, de saúde, assim como os demais, implementam propostas inéditas de organização dos camponeses (...) se tratava de um movimento camponês diferente dos demais, porque não lutava apenas por terra (...) Com três bandeiras prioritárias – terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade (...) se tratava de um movimento camponês diferente dos demais, porque não lutava apenas por terra.

Essa singularidade do MST se expressa, sobretudo, na organização das lutas e ações de massa, ao incluir nessas ações a presença da família (pai, mãe, filhos). O espaço coletivo de reflexão, organização e mobilizações, estimulou a solidariedade e construiu uma identidade em torno do movimento e das propostas de luta.

Segundo Navarro (2002, p. 202):

MST apresenta a mais forte identidade social e tem sido capaz de bem definir a sua base social e motivá-la. Como resultado, é um movimento com expressiva capacidade de mobilização, o impacto de suas ações sendo, no geral, de grande visibilidade pública. Tendo se tornado um ator social reconhecido e participativo das lutas sociais, os resultados de suas ações têm sido razoavelmente significativos, pois já conseguiu forçar o nascimento de milhares de novos assentamentos em todo o Brasil.

Sousa (2009) destaca que a criação do MST possibilitou o direcionamento das reivindicações relacionadas à reforma agrária com a elaboração de uma carta política com propostas que afirmavam que o acesso à terra se daria através da pressão e da luta política, considerando que a terra deveria estar sob o controle daqueles que nela trabalhavam.

As diferentes fases ou períodos em que o MST se organizava para construção do seu projeto de luta pela terra (ocupar, resistir, produzir), a pressão que exercia sobre o Estado no sentido de construir e executar um projeto de reforma agrária desembocou em 1985, no I Plano Nacional de Reforma Agrária (com a Nova República) e reacenderam as esperanças em torno de uma reforma agrária mais equitativa (DELGADO; GASQUES, 1996).

3.4 Planos, programas e ações: a realidade da reforma agrária na atualidade

Com o fim da ditadura militar tem-se início no país a chamada fase da redemocratização, um período caracterizado por amplas alianças políticas, cujo objetivo principal era garantir a nova governabilidade diante de um quadro de crise econômica caracterizada, sobretudo, pela inflação. Apesar do clima de esperança e até certa euforia em função das possibilidades de mudanças que os “novos tempos” sinalizavam os problemas envolvendo as questões fundiárias e as desigualdades produzidas pela política de desenvolvimento promovida pelos militares se agravaram. No campo os problemas sociais também eram visíveis, somados aos conflitos agrários.

Logo no início do governo de José Sarney foi elaborado o Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) em virtude da pressão popular, das ações dos movimentos sociais e do agravamento das tensões no campo. O I PNRA tinha como objetivo:

Promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, adequando-a às exigências de desenvolvimento do País através da eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio, de modo a permitir o incremento da produção e da produtividade atendendo, em consequência, os princípios de justiça social e o direito de cidadania do trabalhador rural. (BRASIL, 1985).

Ao apontar como meta a efetivação do Estatuto da Terra, o I PNRA se alinhava ao pensamento da eliminação progressiva do minifúndio e do latifúndio respectivamente, buscado atender aos preceitos do referido Estatuto, que previa o acesso a terra como direito e a desapropriação por interesse social como recurso para a redistribuição de terras.

A elaboração do I PNRA contou com a participação de entidades representativas dos trabalhadores do campo, além de políticos e lideranças que apoiavam a reforma agrária como medida de combate a pobreza e a desnutrição, geração de emprego, renda, além de resolver os problemas referentes à questão urbana e as migrações. Contudo, ao colocar a reforma agrária novamente como pauta discursiva o I PNRA, polarizou o debate, evidenciou as alianças políticas firmadas e

a força que os latifundiários possuíam como segue as afirmações de Coca e Fernandes (2008, p. 31), quando se referem à elaboração do mesmo:

Essa proposta indicava a implantação de uma massiva desconcentração fundiária. Todavia, até a efetivação do plano a proposta foi modificada por doze vezes com o intuito de atender aos interesses de setores da sociedade ligados ao latifúndio. Entre eles estavam: a TFP- Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade; a UDR – União Democrática Ruralista; a CNA – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; a SRB – Sociedade Rural Brasileira e a OCB – Organização de Cooperativas Brasileiras.

Medeiros (2003) destaca que o documento sinalizava que a reforma agrária seria uma prioridade do governo, sendo a desapropriação por interesse social o principal instrumento de ação e a maneira pela qual se atenderia a demanda por terra, rompendo com todas as medidas até então implementadas pelos militares, que consideravam a desapropriação como o último recurso a ser utilizado.

O programa básico do PNRA era o assentamento de trabalhadores em imóveis desapropriáveis. Colonização, regularização fundiária e mecanismos fundiários, até então apresentados como alternativas á obtenção de terras por diversas forças presentes no debate político (...). A proposta recuperava a tese, presente no Estatuto da Terra, da seleção de áreas prioritárias de reforma agrária (...) apontava para a possibilidade de transformações fundiárias em áreas mais amplas e não somente intervenções pontuais O objetivo era assentar, no prazo de 15 anos, 7 milhões dos estimados 10,5 de trabalhadores sem-terra ou com pouca terra (MEDEIROS, 2003, p. 35).

Em meio às discussões, avanços, recuos e a oposição dos movimentos sociais, que consideraram a proposta tímida, com conteúdo herdado do ideário militar, a proposta sofreu modificações que na visão de Coca e Fernandes (2008, p. 31), promoveram uma descaracterização da mesma:

Dentre as modificações (...) uma das que mais a descaracterizou foi a substituição do atributo que permitia a desapropriação por interesse social, como meio principal de obtenção de terras; com indenizações por meio dos TDA' s Títulos da Dívida Agrária, sendo introduzida à possibilidade da “negociação” com os proprietários. Outra modificação (...) foi a ausência no decreto assinado pelo presidente de áreas prioritárias para implementação da reforma agrária.

As modificações que ocorreram na proposta revelam que a polarização no debate favoreceu a ala mais conservadora. A possibilidade de negociação com os proprietários retirava o caráter punitivo das desapropriações. Abriu-se também uma discussão a respeito do conceito de “imóvel produtivo” e, em última instância, o que prevaleceu no documento final da proposta governamental foi à preservação da grande propriedade privada.

Traduzidas em números, as propostas e intenções do I PNRA, contudo não foram tão efetivas. De acordo com Banco os Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), apresentado por Coca e Fernandes (2008), o plano tinha como meta assentar 1.400.000 famílias entre os anos de 1985 e 1989, contudo somente 8,76% do que foi estabelecido foi cumprido. O governo Sarney assentou apenas 122.699 famílias.

Ressalta-se que houve um esforço logo no início do governo Sarney em torno da questão da reforma agrária e a busca pela efetivação do Estatuto da Terra, com a criação de instituições e a elaboração do I PNRA. Esse esforço, contudo, não significou a realização de uma reforma fundiária, como os trabalhadores almejavam. As tentativas de efetivação do Estatuto da Terra não se traduziram em números significativos, sinalizando a necessidade de ações mais pontuais para resolver o problema.

No período de 1990 a 1994 o país viveu um período bastante conturbado principalmente em função do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello (1990/1992). Com a saída de Collor, assume Itamar Franco, em meio a uma intensa crise econômica e social.

No governo Collor os movimentos sociais sofreram forte repressão, principalmente o MST, o que acabou por reduzir as ações dos sem-terra em função das perseguições, mortes e da criminalização desse movimento. Contudo, as ocupações e os acampamentos tornaram-se instrumentos políticos e permitiram uma maior visibilidade em relação à luta pela terra e as ações dos movimentos sociais como um todo. Do ponto de vista institucional inicia-se a discussão sobre a importância do estímulo a bolsa de arrendamento e parceria e a regulamentação da compra de terras.

A proposta de campanha do governo Collor em relação à promoção da reforma agrária era muito tímida comparada a do seu antecessor. O governo propôs assentar 500 mil famílias (1/3 do que foi proposto por Sarney, cerca 35%) e realizar uma reforma agrária pautada nas condições reais, sem caráter ideológico, atendendo a propostas mais amplas da política agrícola.

Coca e Fernandes (2008) resumem as principais intenções da proposta de reforma agrária do governo Collor:

Em janeiro de 1992, o governo Collor lançou o seu programa de reforma agrária, denominado “Programa Terra”. O objetivo desse programa era, assentar naquele ano, 50 mil famílias; desapropriar 2,9 milhões de hectares de terra – dos quais 735 mil já estavam disponíveis; destinar através do PROCERA, 114 bilhões de cruzeiros para os assentados antigos; emancipar 10 mil famílias assentadas; destinar 30 bilhões do Banco do Brasil para crédito fundiário a pequenos agricultores; dar assistência técnica às famílias assentadas; descentralizar a reforma agrária envolvendo estados, municípios e entidades privadas, etc.

Uma análise mais específica do programa nos permite destacar que a proposta do governo era uma tentativa de amenizar os conflitos e as tensões no campo. Havia a necessidade de criar políticas governamentais que pudessem conter a pressão social advinda das lutas históricas pelo acesso à terra. As proposições do governo Collor incluíam um grande interesse na coalizão de poder, interessada em promover uma contrarreforma radical do Estado, com a diminuição dos gastos com políticas sociais, bem como a descentralização de responsabilidades.

Nesse movimento de coalização, o que se observou de fato foi à ação intensiva dos latifundiários, reunidos em torno das ideias da UDR (União Democrática Ruralista) que influenciaram e direcionaram planos e propostas do governo, conduzindo a reforma aos interesses da classe dos grandes proprietários e controlando a política de reforma agrária no Brasil. A UDR, ao se constituir enquanto grupo político, formado por vários partidos, criou as condições para a manutenção da propriedade privada, do agronegócio e o atendimento ao mercado. Isso se expressa, sobretudo quando a Constituição e as modificações contemplaram claramente os interesses dos latifundiários.

Embora tenha sido o primeiro texto constitucional a tratar do assunto e zelar, de certa forma, pelos dispositivos legais presentes no Estatuto da Terra sobre sua função social “(...) a definição de função social não impediu (...) que a Carta Magna contivesse um conjunto de mecanismos de bloqueio à possibilidade de uma reforma agrária (...) defendida pelas organizações (...) dos trabalhadores” (MEDEIROS, 2003, p.41). Tais como a definição de que as desapropriações deveriam ser feitas mediante justa e previa indenização em Títulos da Dívida Agrária (TDA) e a impossibilidade de desapropriações para fins de reforma agrária de pequenas e médias propriedades, que inviabilizou muitas desapropriações, até o surgimento de uma legislação própria, fato que só ocorreu em 1993, com a Lei Agrária.

O governo de Itamar Franco adotou uma postura menos ofensiva e um maior diálogo com os movimentos sociais. Nesse período ocorreu um número significativo de ocupações de terras, contudo o maior destaque do governo de Itamar Franco foi a aprovação, em fevereiro de 1993, da Lei Agrária. A Lei Agrária (Lei nº 8.629) regulamentava os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal e em seu texto indicava que a propriedade rural que não cumprisse a função social seria passível de desapropriação, respeitados os dispositivos constitucionais, cabendo à União desapropriar, por interesse social, o imóvel rural que não cumprisse sua função (BRASIL, 1993). O texto da lei estabeleceu ainda que:

(...) as terras rurais públicas (de domínio da União, dos estados ou municípios), passariam a ser destinadas preferencialmente à execução da reforma agrária; confirmou o banimento dos temos da lei da categoria latifúndio, substituindo por um critério menos politizado de tamanho, calculado em módulos fiscais. Segundo essa definição somente as propriedades acima de 15 módulos seriam passíveis de desapropriação (MEDEIROS, 2003, p.41).

De acordo com a Lei nº 8.629/93 no art. 4º, II, o módulo fiscal seria parâmetro para a classificação fundiária do imóvel rural quanto a sua dimensão, sendo entendido como minifúndio o imóvel rural de área inferior a 1 (um) módulo fiscal; pequena propriedade o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; média propriedade aquele de área compreendida entre 4 (quatro) e

15 (quinze) módulos fiscais; e grande propriedade com área superior a 15 (quinze) módulos fiscais (BRASIL, 1993)¹⁹.

Após a promulgação da Lei Agrária, o debate da reforma agrária volta novamente à cena política, ao mesmo tempo em que também cresciam as ocupações de terras. “Recheada” de pontos controversos, a Lei Agrária tornou as ações de desapropriação quase sempre arbitradas por juízes, somando-se a esse fato as tensões existentes para avaliação sobre o efetivo cumprimento da função social da terra e a noção de produtividade. No período, alguns processos de desapropriação demoraram anos para serem concluídos em função dos julgamentos de mérito.

Nesse sentido observa-se que o período de 1990 a 1994 não correspondeu às expectativas em relação à promoção da reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais. Se a proposta de assentar 500 mil famílias já era considerada tímida, os resultados ainda foram mais ínfimos. Durante o governo Collor/Itamar foram assentadas apenas 41.072 famílias, em 284 projetos de assentamento, cerca de 10% da proposta inicial.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso ocorreram mudanças na forma como a reforma agrária era encarada. O país vivia uma fase de otimismo diante da possibilidade de estabilização econômica com a implantação do Plano Real e a consolidação efetiva da política neoliberal. Ao mudar a moeda, o novo governo criou as condições para que o país se adequasse os preceitos da política neoliberal, estimulando principalmente o consumo. Nesse sentido, as atenções se voltaram para a área econômica, sendo o tema agrário posto em segundo plano. Trajano (2010)

¹⁹ O Tamanho do módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, de acordo com o município. O tamanho depende principalmente da disponibilidade de condições de produção, dinâmica de mercado, infraestrutura instalada, disponibilidade tecnológica e de aspectos naturais, como água e solo, municípios com maior acesso a essas condições demandam o uso de uma área menor para a obtenção de rentabilidade a partir das atividades ali desenvolvidas, apresentando tamanho do módulo fiscal menor. Já municípios com maior carência dessas condições apresentam módulos fiscais de maior dimensão (BRASIL, 2005; SANTILLI, 2012).

resume as principais ações do governo no período, no sentido de direcionar as ações da política fundiária no país:

Novo formato à reforma agrária foi conferido no mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Houve a retirada da questão fundiária do âmbito do Ministério da Agricultura, vinculando-a, em 1996, ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual ficou subordinado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) órgão responsável, a partir de então, pela formulação e execução da política de assentamento do governo federal. Em 1997, houve a aprovação do projeto de Reforma Agrária negociado com o Banco Mundial (BIRD), funcionando como uma carta de crédito cooperativo e sendo o programa *Cédula da Terra* a experiência-piloto de um novo modelo de política fundiária, integrada ao mercado e independente do governo em todas as etapas do processo.

Os resultados exitosos dos primeiros anos do Plano Real conferiram ao então presidente uma enorme popularidade e aceitação entre as camadas populares, popularidade esta que foi colocada em xeque diante da violência com que eram tratadas as ações envolvendo a luta pela terra. Dentre os episódios pode se destacar o massacre de Corumbiara (Rondônia) e Eldorado dos Carajás (Pará). Em ambos os casos sobressai à violência e a falta de tato para lidar com os conflitos fundiários, resultando na morte de trabalhadores rurais²⁰.

Diante do quadro de violência, os movimentos sociais, sobretudo o MST, intensificaram as mobilizações, buscando dar visibilidade à luta pela terra trazendo de forma mais efetiva o debate para a cena política. O ponto alto dessas ações, que foi motivado pelos episódios de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, foi a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça que reuniu trabalhadores sem-terra e assentados de todas as regiões do país que marcham de suas cidades rumo a Brasília, como forma de pressionar o governo em torno da efetivação de uma política de reforma agrária e também para chamar a atenção também para violência que cercava o campo.

A realização da Marcha é emblemática, pois trouxe à cena pública a força e capacidade organizativa do MST e a capacidade de articulação, além de projetá-lo

²⁰ Os episódios de violência contra trabalhadores foram amplamente divulgados pelos veículos de comunicação no período em que ocorreram, 1995 e 1996 respectivamente.

nacionalmente e internacionalmente. Assim o movimento passa a ser o elo, a força capaz de unir pessoas, com histórias de luta, canalizando insatisfações e também criando uma identidade em torno dessa luta.

A ampla capacidade de mobilização e a repercussão as ações do MST levou o governo a adotar medidas mais efetivas no sentido de resolver o problema agrário e também conter as ações dos movimentos sociais, sobretudo na área institucional, buscando dá uma nova orientação para a reforma agrária através da descentralização das ações, atribuindo também responsabilidade aos estados e municípios, quanto a equação do problema. Convém destacar, contudo, que “essa divisão de responsabilidades” deve ser traduzida como uma possibilidade de colocar em prática o ideário neoliberal de Estado mínimo, com enxugamento da máquina administrativa e as privatizações, ou seja, “(...) houve a desfederalização da política de reforma agrária, transferindo para a esfera estadual a competência para a condução de todo o processo mais amplo de “reforma do Estado” então em curso” (TRAJANO, 2010, p. 6).

Portarias, medidas provisórias, regulamentações, criação de órgãos, instituições, leis complementares eram formas de enquadrar as ações, sobretudo dos movimentos sociais a lógica do governo, como resposta as pressões e a imagem negativa do país no cenário internacional, em relação aos sem-terra, bem como aos outros movimentos sociais que se consolidavam. A nova institucionalidade serviu para que o governo possuísse um maior controle sobre o processo de reforma agrária adequando-a a lógica do mercado e inibindo em muitos casos as ações desses movimentos.

Nesse sentido foram criados instrumentos para a criação de assentamentos rurais e a aceleração de processos de desapropriação por meio de regulamentações, dentre as quais pode-se destacar: a agilização do rito sumário, permitindo a imissão de posse da terra até 48 horas após o ajuizamento da ação de desapropriação; comunicação de vistoria por carta e em jornais de grande circulação; impedimento de fragmentação do imóvel depois de realizada a vistoria; reconhecimento de projeto técnico de exploração emitido por órgão competente; alteração dos critérios de

avaliação das terras improdutivas; vistoria das terras com o acompanhamento de entidades patronais e de trabalhadores (MEDEIROS, 2003).

Destaca-se que, ao mesmo tempo, também se criou uma série de regulamentações no sentido de inibir as ações dos movimentos sociais através de medidas restritivas e punitivas, combatendo a principal forma de pressão na luta pela terra que eram as ocupações. Trajano (2010, p. 6) destaca que ao criar essas regulamentações institucionalizaram:

(...) a criminalização das ocupações de terra, proibindo a realização de vistorias do INCRA em áreas ocupadas, inviabilizando (...) a desapropriação, bem como suspendendo negociações em casos de ocupação de órgão público, penalizando funcionários do INCRA que negociassem com os ocupantes e vetando o acesso a recursos públicos por entidades que fossem consideradas suspeitas de serem participantes, co-participantes ou incentivadoras de ocupações de terras.

Diante de um quadro de mudanças e novos direcionamentos a política de reforma agrária, Medeiros (2003) destaca como elementos presentes ao longo dos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso tais como o aumento da pressão dos movimentos sociais, sobretudo rurais; disputas políticas que se instalam em torno da questão da terra e a emergência de atores importantes os agricultores familiares, categoria consagrada pelo Estado; criação de programas governamentais que produziram alterações significativas na institucionalidade da questão agrária; introdução dos mecanismos de mercado para obtenção de terras; separação da questão agrária da questão agrícola no plano da institucionalidade, além da criação de uma quantidade significativa de assentamentos.

Infere-se que numericamente o governo de Fernando Henrique Cardoso foi o que apresentou os melhores resultados. Entre os anos de 1994 a 2002 foram assentadas 415.636 famílias em 4.110 projetos de assentamentos. Contudo, era consenso entre os estudiosos da questão agrária no período que, apesar dos números exitosos, os mesmos não seriam traduzidos em mudanças efetivas na estrutura agrária, uma vez que não houve uma mudança nas normas institucionais da “sociedade brasileira”. Embora essas mudanças tenham modificado de certa forma as

regras de funcionamento da estrutura latifundiária, sobretudo ao instituir novos elementos, a exemplo do Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM), via criação do Banco da Terra, com recursos do Banco Mundial administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na visão de Fernandes (2003), o governo Fernando Henrique Cardoso nunca possuiu um projeto de reforma agrária. Durante os mandatos de seu governo, 90% dos assentamentos implantados foram resultados de ocupações de terra, via movimentos sociais. No seu segundo mandato, quando criminalizou as ocupações e os movimentos camponeses entraram em refluxo e, por consequência, diminuíram as ocupações de terra, também diminuiu o número de assentamentos implantados.

Para garantir as metas da propaganda do governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário “clonou” assentamentos criados em governos anteriores ou criados por governos estaduais e os registrou como assentamentos criados no segundo mandato de FHC. Esses “recursos” segundo o autor criou imprecisões, de modo que em 2003 nem mesmo o INCRA conseguia afirmar, com exatidão, quantos assentamentos haviam sido implantados de fato (FERNANDES, 2003).

A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva a presidência da República, se descortina como um tempo de esperança para os trabalhadores rurais sem-terra que aguardavam por uma mudança radical nos rumos da política e das diretrizes fundiárias e uma nova forma de condução dos conflitos fundiários. Contudo, mesmo diante da simpatia e da crença no novo governo, houve uma intensa pressão dos movimentos sociais, não só pela regularização das áreas de conflito e da formação de novos assentamentos, mas, sobretudo pela melhoria da qualidade de vida das famílias já assentadas em estado de precarização, além de outros aspectos como assistência técnica, educação para os assentados, infraestrutura social e produtiva.

Fernandes (s/d) sinaliza que o discurso ameno e conciliador do então presidente, no texto do programa do governo de 2002, possuía um caráter desenvolvimentista e continha dois objetivos principais: a recuperação dos assentamentos implantados e a implantação de novos assentamentos, acompanhados das políticas básicas de crédito, infraestrutura, educação, capacitação técnica e comercialização. Lula optou por estabelecer um diálogo com os movimentos sociais e

uma política de assistência social, como forma de conter os conflitos por terra. Estabeleceu uma linha de ação para a reforma agrária, tendo como foco o desenvolvimento territorial sustentável, com base agricultura familiar.

Para operacionalizar tais ações, o principal destaque do governo Lula foi a elaboração do II PNRA que apresentou três diretrizes: conceber a reforma agrária como política de desenvolvimento territorial e não como política compensatória; conceber a reforma agrária como uma política pública de desapropriação de terras e promover políticas de financiamento em todas as etapas de implantação dos assentamentos, tendo como referência um espaço geográfico delimitado, a fim de solucionar, mediante uma ação conjunta, os problemas fundiários e os problemas de desenvolvimento econômico dos pequenos agricultores daquele território (FERNANDES, s/d).

O II PNRA apresenta um diferencial em relação às iniciativas anteriores pois previa 11 metas a serem cumpridas até o final do mandato, metas estas agrupadas em 4 linhas de ação: reforma agrária, regularização fundiária, reordenamento agrário e políticas agrícolas e sociais (COCA; FERNANDES, 2008), como segue:

- 1) 400 mil novas famílias assentadas; 2) 500.000 famílias com posses regularizadas; 3) 150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário; 4) recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos; 5) criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado; 6) implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais; 7) reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas; 8) garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; 9) promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária; 10) garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas; 11) universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (BRASIL, 2006).

Conforme dados divulgados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos dois mandatos de Lula, de 2003 a 2008, 519 famílias teriam sido assentadas. Entretanto Oliveira (2009) demonstra que, ao contrário do anunciado pelo governo

Lula, de que 519 mil famílias foram assentadas entre 2003 e 2008, foram assentadas somente 183.308 novas famílias.

Sousa (2009) destaca que essas divergências quanto aos números de assentamentos criados e famílias assentadas ocorreram em função dos dados oficiais que quantificaram num mesmo grupo os assentamentos implantados e aqueles antigos que já haviam sido reconhecidos pelo processo de regularização fundiária, crescendo o número de assentamentos no total. Percebe-se que o número de assentamentos foi muito inferior ao planejado para a primeira meta no primeiro mandato (400 mil novas famílias assentadas), ainda que se considere os assentamentos criados pelo processo de regularização fundiária.

Nesse sentido, é consenso entre os críticos da reforma agrária, que o governo Lula ao agregar várias linhas de ações do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), como a criação de novos assentamentos e o consequente aumento no número real de famílias assentadas, tentou confundir e convencer os movimentos sociais e sindicais de que as metas da reforma agrária estariam sendo cumpridas (OLIVEIRA, 2009).

Para Engelmann e Gil (2012) do ponto de vista das organizações sociais, observa-se certa conformidade social por parte dos movimentos sociais e sindicais em relação à postura do governo Lula ("falsa reforma agrária"), o que teria provocado a diminuição do volume de protesto por parte dos sem terra, se comparado aos outros governos.

Segundo dados divulgados pela CPT (2003), no primeiro ano do governo Lula foram realizadas no Brasil, pelos movimentos sociais e sindicais, entre eles o MST, 285 acampamentos de terra, enquanto que em 2010 foram registrados somente 35 novos acampamentos. O que demonstra uma queda brusca nas ocupações de terra no país, tanto em relação ao MST, como os outros movimentos sociais de luta pela terra. Nesse sentido percebe-se que havia uma expectativa de realização de uma reforma agrária no governo Lula, expectativa esta que se transformou em descrença diante da morosidade das ações.

Engelmann e Gil (2012, p. 07), afirmam:

(...) que havia uma esperança concreta, por parte dos movimentos sociais, como o MST, de que o governo Lula faria a reforma agrária a partir da via institucional. Com isso, no primeiro mandato, as mobilizações diminuíram à espera de respostas por parte do governo. Devido ao perfil sindicalista de negociador, Lula passou os dois mandatos dialogando com os movimentos sociais, não adotando uma política de criminalização por parte do Estado. Com isso os movimentos sociais não realizam mobilizações na mesma intensidade que no governo FHC, por exemplo.

As críticas em torno do II PNRA e das ações do governo Lula no que se refere a promoção da reforma agrária e seus resultados efetivos são muitas, sobretudo em função da constatação de que os problemas envolvendo o espaço agrário estão atrelados a problemas estruturais que dificilmente poderiam ser resolvidos com políticas públicas pontuais, de transferência de renda, principal característica do governo Lula. Assim, como as demais políticas de reforma agrária, grande parte das ações propostas em metas, projetos e programas não saiu do papel.

Em relação ao desempenho do governo Dilma Rousseff, que sucedeu Luiz Inácio Lula da Silva, as críticas são extremante negativas em relação ao seu primeiro mandato. Dados do INCRA (2011) indicam no primeiro ano da gestão, o patamar mais baixo de assentamento de famílias desde 1995. Em 2011, o número de famílias sem-terra assentadas foi de apenas 21,9 mil, 44% inferior ao recorde negativo anterior, em 2010, quando 39,5 mil famílias foram assentadas. As previsões difundidas pelo Diário Liberdade em seu site em 06 de junho de 2013 indicam que:

(...) a média de assentamentos de famílias por ano obedeceu ao seguinte quadro: FHC 1 (1995-1998) - 72 mil/ano; FHC 2 (1999-2002) - 63 mil/ano; Lula 1 (2003-2006) - 95mil/ano; Lula 2 (2007-2010) - 58 mil/ano. Isso significa que, caso Dilma pretenda manter a média do primeiro mandato de Lula, ela terá de assentar uma média de 120 mil famílias nos próximos 2,5 anos que lhe restam. Mas a maioria dos analistas do setor considera muito difícil atingir tal meta, uma vez que o próprio MDA trabalha com a hipótese de assentar apenas 35 mil famílias até o final desse ano de 2012. Destaca-se que segundo o Incra existem cerca de 180 mil famílias esperando um lote.

Ainda segundo os dados do site citado, o foco do governo Dilma é a economia, o emprego e o desenvolvimento. Nesse sentido a crítica tecida é que o atual governo fez a "opção estratégica" pelo modelo de agronegócio, que envolve grandes propriedades e monocultura: o agronegócio seria um jeito de inserir a

economia brasileira na economia mundial, por meio da provisão de commodities, sendo o campo nessa equação com uma base exportadora (Diário Liberdade, 2013).

Na análise realizada sobre as políticas e programas de reforma agrária no Brasil, os movimentos sociais tiveram um papel de destaque. Sousa (2009) enfatiza que tais políticas de reforma agrária e as ênfases apresentadas em cada um dos governos, convergem para três aspectos comuns: a reforma agrária pela desconcentração fundiária; a reforma agrária devido à estrutura de poder do país.

Em relação aos assentamentos rurais, sua criação não “(...) decorreu de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa, de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo (...)” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 09). Nesse sentido, qualquer análise a ser realizada deve considerar a importância desses movimentos sociais e a atualidade do tema da reforma agrária.

Para além do acesso a terra, a reforma “(...) um caminho para desenvolver a dignidade a um contingente dos que querem fazer da terra seu lugar de reprodução (...)” (MEDEIROS, 2003, p. 95). A “(...) conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da infra-estrutura (*sic*) social (saúde, educação, moradia) e produtiva (assistência técnica, apoio creditício e comercial)” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 10). O surgimento dos assentamentos “(...) tenderam a representar mudanças nas formas de ocupação do espaço, transformando áreas onde predominavam pastagens, criação extensiva, monoculturas decadentes e em crise” (MEDEIROS, 2003, p. 86) em novos espaços de convivência e de agregação familiar, espaços produtivos sim, mas especialmente espaços onde se criam novas formas de sociabilidade. Espaços dinâmicos que apresentam inconsistências, que ainda não garantem a efetividade da reforma agrária.



Assentamento Vitória da União – Santa Luzia do Itanhy/SE.
Autora: SOUZA, Angela Fagna Gomes de.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

CAPÍTULO 4

SUJEITOS, LUTAS E PROCESSOS EM SERGIPE



Assentamento Cruiri – Pacatuba/SE.
Autora: SOUZA, Angela Fagna Gomes de.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

CAPÍTULO 4 - SUJEITOS, LUTAS E PROCESSOS EM SERGIPE

4.1 Assentamentos rurais: escalas e processos

A experiência da criação de assentamentos rurais no Brasil intensificou-se, a partir da década de 1980, resultado das lutas de trabalhadores sem-terra ou com pouca terra. Embora haja registro na história do país, o assentamento de trabalhadores rurais em projetos de colonização, principalmente durante o governo militar, os assentamentos criados a partir desse período possuem outra representatividade, pois são tradutores de lutas pela terra, sob a mediação dos movimentos sociais e de entidades de defesa dos trabalhadores do campo, expressas numa linguagem de reforma agrária.

Os assentamentos rurais podem ser definidos como unidades de produção, criados por meio de políticas públicas governamentais, principalmente federais, envolvendo a distribuição de terras a trabalhadores rurais; terras estas obtidas por diferentes mecanismos: desapropriação por interesse social; compra e doação ou mesmo utilização de terras públicas.

Para Medeiros (2003, p. 77), as intervenções que deram origem aos atuais assentamentos em todo país:

(...) se voltaram para áreas de conflito de tensão social e, como tais também recobriram situações bastante diversificadas: regularização de áreas ocupadas (...) por posseiros, fixação de segmentos de trabalhadores ameaçados de expulsão da terra, na qual viviam como rendeiros, agregados; destinação de terras a populações que, desprovidas desse bem e organizadas pelo MST, pelos sindicatos ou por outras entidades, acamparam e/ou ocuparam áreas como forma de pressão sobre o Estado, preservação de populações e suas tradicionais formas de uso dos recursos naturais, como é o caso dos assentamentos agroextrativistas, fruto da luta de seringueiros pela permanência em terras que exploravam (...), realocação de populações atingidas pela construção de grandes projetos hidrelétricos etc.

Igualmente os beneficiários diretos dos assentamentos, também possuem origem diversificada. De acordo com Leite et al. (2004), do ponto de vista da inserção

produtiva encontram-se posseiros com longa história de ocupação da terra; filhos de produtores rurais empobrecidos, que optaram por ocupações como forma de acesso a terra; produtores atingidos por obras públicas (barragens e hidrelétricas); seringueiros que passaram a resistir aos desmatamentos que ameaçavam seu modo de vida; assalariados rurais; populações de periferia urbana (com origem rural), além de aposentados que viam no assentamento uma forma de complemento de renda.

A diversidade e complexidade que envolve a formação dos assentamentos indica que é necessário analisá-los de acordo com suas especificidades, compreendendo os assentamentos como novos territórios, permeados por disputas, lutas, mas também pela construção de identidades e territorialidades.

Somados as estratégias de vivência no novo território, os significados vão se multiplicar em um conjunto de ações, expressas como territorialidades em um “(...) conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, Estado e os diferentes grupos sociais (...)” (CORRÊA, 1996, p. 251). “A territorialidade construída em um assentamento está composta por relações simétricas [e assimétricas], estabelece trocas necessárias e equilibra os ganhos e os custos revelando assim a multiplicidade do espaço vivido” (MEDEIROS, 2009, p. 219).

O território de um assentamento em sua grande maioria se constitui “(...) por um grupo de pessoas que vivem no mesmo espaço e que (...) se engajaram em um movimento cuja identidade comum é ser sem terra, e cujo objetivo comum é a busca pela terra” (MEDEIROS, 2009, p. 216).

Esses assentamentos compreendidos como espaços definidos por novas relações de poder e novos espaços de sociabilidade comunitária, resultam da luta de um grupo social que, pela apropriação, produz e usa esse território estabelecendo múltiplas e complexas relações com o mesmo. Na visão de Leite et al. (2009, p. 11) para além da resolução pontual de um conflito, a criação dos assentamentos e a “(...) nova condição de assentado resulta de uma trama de processos complexos e conflituosos tecida por diferentes atores da estrutura do Estado e da sociedade civil

(...)”, indicando que é necessário incluir no debate sobre a reforma agrária novos elementos.

Para Leite et al. (2004, p. 65):

(...) a partir da criação dos assentamentos, a vida dos assentados assume uma nova dinâmica, surgem novos espaços e redes de sociabilidade, refazem-se e reconstróem-se os antigos, e estabelece-se uma nova dinâmica na relação “para fora” do assentamento, na interação com as cidades e com o poder público municipal, e uma nova inserção na dinâmica política local. Mas ao mesmo tempo em que estão colocadas diversas “novidades”, impõe-se também, com grande força no cotidiano dos assentados, uma dinâmica social e cultural muito próxima ao padrão vigente na região, e o dia-a-dia da maior parte dessa população vai ser marcada predominantemente pelas estratégias de reprodução da unidade familiar (...) pelos vínculos de parentesco e de vizinhança, pela relação com a cidade, com a religião e com os espaços de lazer.

As especificidades descritas conduzem a compreensão sobre a formação dos assentamentos rurais no Brasil e em Sergipe, tendo como norte a perspectiva da processualidade histórica, considerando a apropriação desses territórios como característica principal, seja pelo uso ou pela multidimensionalidade das relações de poder. Assentamentos criados principalmente para responder as pressões e reivindicações de trabalhadores em processo de luta:

(...) se num primeiro momento, os assentamentos aparecem como verdadeiros enclaves sociais, sob a estreita responsabilidade e controle do executivo federal, a sua simples presença implica em uma ampliação do campo de forças com quem podem dialogar, disputar atenção ou mesmo se opor, passando a compor um espaço disputado politicamente” (LEITE, et al., 2009, p. 10).

Assevera-se que a constituição dos assentamentos tem acarretado a introdução de novos elementos e agentes que ocasionam alterações nas relações de poder, pois como se trata de uma área de conflito fundiário, quer envolvendo resistência quer ocupação de terras, o simples fato de ocorrer uma desapropriação e a consequente criação do assentamento significa o reconhecimento do conflito por parte do estado, que se concretiza na sua intervenção mediante desapropriação (MEDEIROS, 2003).

Para a esfera local do poder público a “(...) criação dos assentamentos também tem colocado desafios (...) na medida em que a ela cada vez mais se dirigem reivindicações ligadas à infraestrutura básica (...) saúde e educação, condições para escoamento da produção, etc” (LEITE, et al., 2009, p. 10). Ainda na visão de Leite et al. (2004, p. 65):

(...) ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. Queira o Estado (...) ou não, o desempenho de um assentamento é um desempenho do Estado. (...) O Estado assegura o acesso à terra, mas é preciso produzir dentro de parâmetros aceitáveis pela burocracia estatal – escolhendo produtos definidos como “de mercado”, usando sementes selecionadas, defensivos agrícolas, fertilizantes aprovados e assim por diante. Em contrapartida, o Estado compromete-se a assegurar condições ao assentado para que produza dentro desses limites.

A concepção dos assentamentos enquanto territórios reafirma a necessidade de entender essas unidades num contexto histórico, político e econômico da questão agrária, dos movimentos sociais no campo e da luta e resistência dos trabalhadores pelo acesso à terra (SOUSA; CUNHA, 2008). Nessa perspectiva o capítulo em questão tem como proposta realizar uma abordagem histórico-geográfica balizada pelos condicionamentos e pelo papel dos sujeitos na formação desses territórios.

Compreende-se que para se chegar ao entendimento sobre os referenciais que norteiam a construção da identidade territorial nos assentamentos rurais do estado de Sergipe faz-se necessário pensar o tempo no/dos assentamentos numa perspectiva histórica e geográfica, estabelecendo relações entre “antes, agora e depois”, ou seja, situar o objeto de estudo numa dimensão mais geral da questão agrária brasileira e seus rebatimentos na escala local, considerando tempo, espaço, dimensões e dinâmicas.

Nesse sentido, compreender os condicionantes da luta pela terra em Sergipe “(...) na sua inteireza e profundidade (...) implica vê-los não como um acontecimento local, particularizado, mas como elemento constitutivo de um fenômeno sócio-político de âmbito nacional” (LOPES, 2007, p. 07).

A busca por essas inter-relações não tem por objetivo aprofundar a temática, pois acredita-se que essa tarefa já foi realizada por outros autores que estudam a questão agrária no Estado. A passagem por essa história tem o propósito de

contextualizar o surgimento dos territórios dos assentamentos como um momento de materialização dessas lutas, sobretudo a partir da década de 1980 e pela possibilidade de entendê-los sob novas abordagens a exemplo dos processos identitários.

É a partir desse momento que as demandas e as reivindicações pelo acesso a terra tornaram-se mais presentes no campo sergipano e quando os conflitos passam a expressar-se em torno de uma linguagem da reforma agrária. Esses conflitos traduzem a insatisfação dos trabalhadores frente ao modelo de desenvolvimento implantado, que instituiu um crescimento concentrador de riquezas e excludente.

Esses territórios foram criados pela apropriação política que ocorreu institucionalmente por meio do Estado e também pelas ações dos movimentos sociais, como um comportamento coletivo, organizados territorialmente, através de lutas pela conquista e posse da terra, resultando numa outra forma de produção do espaço geográfico. Em Sergipe verifica-se essa dupla especificidade em relação à criação dos territórios dos assentamentos: a intervenção do Estado e a ação dos movimentos sociais.

A ação dos movimentos sociais, em relação à criação dos assentamentos rurais no Estado é um fato expressivo e se exprime na intensa atuação dos trabalhadores na ocupação das terras consideradas improdutivas ou em situação irregular²¹, mediados por diferentes atores sociais (igreja, sindicatos e movimentos sociais). Entidades que saíram em defesa dos trabalhadores e que guiados por preceitos ou por ideologias, reuniram trabalhadores na busca por um outro projeto de sociedade.

Esses trabalhadores, ao se engajarem na luta pela terra, construíram uma identidade fundada na resistência e desejo de construir um espaço de trabalho e de enraizamento. Esse espaço, pelas suas características (apropriação, relações de poder, espaço de referência e de pertencimento) é um território, uma construção social, marcado pelo simbolismo e que exprime a organização estabelecida por um determinado grupo (VARGAS, 1999, p. 469).

²¹ Muitas propriedades ocupadas possuíam dívidas com a União, resultante do não pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR).

4.2 A luta pela terra em Sergipe

Embora em outros estados do Nordeste os conflitos por terra e as reivindicações dos trabalhadores²² já fosse algo presente no campo e o tema sobre a necessidade de realização de uma reforma agrária já figurasse no debate dos intelectuais, somente no final da década de 1970 é que os movimentos de organização dos trabalhadores em Sergipe começam a se afirmar, apesar dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais terem surgido em 1962.

Na visão de Lopes et al. (2009a, p. 162/163), em Sergipe:

(...) a paisagem agrária, é marcada, desde o período colonial, por uma elevada concentração fundiária, e pelo controle da água e das melhores terras por parte das oligarquias rurais, que detêm o poder econômico e político e decidem sobre a vida de milhares de camponeses e trabalhadores rurais sergipanos. Nem mesmo a iniciativa do governo federal e estadual, pressionados ou não pelos trabalhadores rurais e camponeses, e levadas a efeito ao longo dos últimos 20 anos foram capazes de alterar significativamente a injusta distribuição das terras e as desigualdades sociais dela decorrente. (...) Guardadas às devidas proporções, a elevada desigualdade na distribuição da terra no Brasil e no Nordeste também é encontrada em Sergipe.

Dentre os conflitos de terra em Sergipe três episódios se destacam pela importância na dinâmica social da época e também em função da expressividade dos movimentos de defesa aos trabalhadores: os conflitos dos índios Xocós, habitantes da Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha pela reconquista do seu território, os conflitos trabalhistas e por indenização das benfeitorias nas áreas atingidas pelos projetos de irrigação do governo, coordenados pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e antigos “meeiros” de arroz do Baixo São Francisco e os conflitos entre os posseiros da Fazenda Santana dos Frades e a empresa Serigy-Seagro, no município de Pacatuba.

Os conflitos envolvendo os índios Xocós e os proprietários da Ilha de São Pedro e das Fazendas Caiçara e Belém no município de Porto da Folha tiveram início

²² Como exemplo tem-se o surgimento das Ligas Camponesas em Pernambuco e na Paraíba que traduzem a resistência do campesinato à expansão do capitalismo no campo brasileiro (DOURADO, 2001).

no final da década de 1970, quando os “proprietários” reclamaram o direito de posse das terras. Mesmo sendo habitantes de direito dessas áreas, desde o período da colonização, as terras foram expropriadas e os “(...) índios passaram a vagar pelas margens do rio dividindo posteriormente sua tribo, indo habitar cada uma delas as margens opostas do rio respectivamente nos Estados de Alagoas e Sergipe” (OLIVEIRA, 1996, p. 54). Os habitantes do lado sergipano foram transformados em trabalhadores assalariados da Fazenda Caiçara, submetidos à exploração e a opressão.

A conquista das terras da Ilha de São Pedro e posteriormente a posse da Fazenda Caiçara só foi possível em função das ações da Diocese de Propriá e dos Sindicatos de trabalhadores Rurais de Porto da Folha que se aliaram na defesa da causa dos Xocós. Mesmos submetidos à exploração os índios “(...) resguardaram seus símbolos e ritos, (...) sua cultura, entre eles e a Ilha de São Pedro, considerada um lugar sagrado, onde enterravam seus mortos” (OLIVEIRA, 1996, p. 54). Esse pertencimento e as territorialidades construídas expressas pela vivência dos índios no território foram de fundamental importância para o reconhecimento da identidade indígena e da posse oficial da terra.

O conflito envolvendo os meeiros de arroz, posseiros que ocupavam as terras para o plantio de arroz e outras lavouras de subsistência e a CODEVASF se deu às margens do Rio São Francisco no município de Neópolis. Com o processo de modernização que se instaurou na agricultura sergipana, a CODEVASF expulsou das terras os posseiros, para implantação do projeto de irrigação Betume. Apoiados pela Diocese de Propriá, que se configurava no Estado como um movimento social atuante na luta em favor dos trabalhadores, depois de muitos embates, os meeiros saíram vitoriosos e o INCRA recebeu parte dessas terras sob a forma de doação, sendo criado em 1995, o PA Santo Antônio do Betume com área total de 3.757,94 hectares e 289 assentadas (SOUSA, 2009; INCRA/SIPRA, 2009).

Os conflitos entre os posseiros da Fazenda Santana dos Frades, localizada no município de Pacatuba e a empresa Serigy-Seagro ocorreram em função da tentativa de expropriação dos trabalhadores, moradores da área. O empresário dono da terra reconheceu esses posseiros como antigos trabalhadores assalariados da fazenda, e

diante desse fato, tentou indenizá-los e depois expulsá-los da terra. A revolta dos posseiros os aproximou da Diocese de Propriá, que semelhante aos episódios dos Xocós e dos meeiros do Baixo São Francisco, saiu em defesa dos trabalhadores, buscando a legalização da posse para as famílias ali residentes.

A luta dos posseiros de Santana dos Frades ganhou repercussão no Estado, principalmente pelos episódios de violência e a omissão da justiça frente a essa violência. O reconhecimento da posse da terra ocorreu em 17 de novembro de 1981 e em 13 de setembro de 1982 foi oficialmente criado o PA Santana dos Frades com capacidade para o assentamento de 93 famílias numa área de 1.401 hectares.

Os episódios relatados sinalizam que reproduziu-se, em escala local, os mesmos condicionantes presentes na questão agrária brasileira, a exclusão de uma parcela significativa da população do acesso a terra, desde a época da colonização e um processo de desenvolvimento vinculado a crescente expansão interna do capitalismo, que se realiza de forma desigual e contraditório e que tem como um dos elementos principais de sua valorização a concentração da propriedade da terra, relações desiguais de trabalho e a sujeição de milhares trabalhadores.

Oliveira (1996, p. 38) em referência a relação entre os conflitos gestados entre os trabalhadores e o desenvolvimento do capital assegura que:

Dentro do seu processo de desenvolvimento, o capital gesta uma forte organização social e de poder dos grupos ou classes que detém os meios de produção e que se tornam hegemônicos dando a direção política e econômica dentro de sua própria ótica a sociedade. Em contrapartida os despossuídos da propriedade privada dos meios de produção, os expropriados e explorados vão construído uma organização social e política e uma identidade social própria, com a qual passaram a resistir e a confrontar os seus dominadores.

Os conflitos apresentados e as dezenas de ocupações verificadas no Estado a partir da segunda metade da década de 1980, só podem ser compreendidos se considerarmos aspectos estruturais e conjunturais, ou seja, o entendimento da história enquanto processo social. Nesse sentido alguns fatores são determinantes para a compreensão dos conflitos de terra em Sergipe: a expansão do capitalismo no campo e a elevada concentração fundiária, somando-se a esses fatores a influência da

criação do I PNRA e os efeitos da seca de 1984/1985. Lopes (2007, p. 06/07), afirma que ainda que se leve em consideração os fatores conjunturais, ao longo dos séculos o estado de Sergipe foi:

(...) dominado por uma elite preocupada apenas com os seus interesses e com a manutenção de seus privilégios que, através do tripé grande propriedade – monocultura – braço escravo, ainda no período colonial, criou as bases para o desenvolvimento de um capitalismo agrário cujas principais marcas são a alta concentração fundiária, péssima distribuição da renda e da riqueza e exclusão social, e cujos resultados mais visíveis são o desemprego, a fome, (...) a miséria e a contínua expulsão de pequenos agricultores e trabalhadores rurais do campo.

A expansão do capitalismo no campo sergipano abarcou quase todos os setores da economia e atingiu com maior intensidade as atividades ligadas a agroindústria canavieira, a citricultura e a pecuária. Fez crescer o quantitativo produzido no espaço rural, mas também revelou sua face contraditória. Para Oliveira (1996, p. 209):

(...) o campo sergipano nas décadas de 70-80, não fugia à regra do que estava ocorrendo no campo brasileiro. As políticas governamentais de incentivos fiscais e creditícios propiciaram a entrada de agroindústrias e da modernização, provocando a implementação de uma agricultura com uso intensivo de máquinas e equipamentos sofisticados, o uso de insumos químicos e uma tecnologia mais avançada. O que vai demonstrar uma maior integração dos vários setores do capitalismo, industrial, financeiro, comercial, agrícola etc. A necessidade do capital em consumir menor quantidade de força-de-trabalho e se expandir no espaço rural provocou a expulsão do homem do campo. Aqueles que conseguiram resistir permanecendo na área rural pauperizaram ou entraram em um estado de miserabilidade.

Na pecuária Vilar (1988, p. 133) esclarece que “(...) a manifestação concreta do capitalismo na agricultura sergipana pela intensificação da atividade pecuária redefine o espaço agrário, onde dominavam moradores, parceiros e ocupantes”. Essa redefinição provocou a expropriação de trabalhadores, “(...) e até mesmo chega a limites extremos na medida em que os trabalhadores não tem acesso a terra. É esse Sergipe redefinido que integra o modelo de acumulação do capital no Brasil (...)”

Ainda sobre a questão da expansão do capitalismo no campo sergipano, via processo de modernização, Vargas (1988) asseveram que o desenvolvimento da pecuária principalmente no Sertão sergipano, promoveu uma nova reconfiguração desse espaço, com expansão das áreas de pastagens e modificações nas relações de trabalho. Na visão da autora:

É dessa forma que a pecuária imprime ao SSSF [Sertão Sergipano do São Francisco], a necessária modernização do campo, emanada do planejamento central. Tratou-se assim, desde o seu 'nascido' de uma modernização conservadora uma vez que os problemas estruturais, advindos da necessidade de se implantar uma reforma agrária, não foram sequer tocados (...) ideologicamente a modernização passava por uma ampliação da produção que na concepção do Estado, não teria condições de emanar do minifúndio e das pequenas glebas de arrendatários e posseiros, tidos como improdutivos. O processo de pecuarização expulsou contingentes significativos de trabalhadores da condição de "parceiros e arrendatário", para a condição de assalariados (...) através da cessão de glebas para o plantio de culturas de subsistência nos três primeiros anos, cabendo ao quarto a formação dos pastos. Nos períodos de seca, aqueles que não se descolavam para as regiões de industrialização (...) eram absorvidos na construção de obras de acudagem e estradas, contribuindo de certa forma para o processo de proletarianização (VARGAS, 1988, p. 37/38).

Em relação ao setor sucroalcooleiro, a formação do CAI é o melhor exemplo da expansão do capitalismo no campo sergipano e dos efeitos produzidos:

O complexo agroindustrial canavieiro é exemplo típico da expansão do capitalismo no campo. Seu impacto sobre as sociedades camponesas provoca sérios transtornos. Proletariza parte importante da população, transformando o camponês em assalariado permanente ou temporário, sobretudo nesta última categoria, conhecida como cortador de cana e também por "boia-fria". Altera a estrutura fundiária, geralmente aumentando o número do tamanho dos latifúndios. (SILVA; LOPES, 1996, p. 57).

Esse processo contraditório, que produz riqueza e pobreza como face de uma mesma moeda, para Martins (1984), não é resultado de uma relação linear de causa e efeito, contudo essa relação se estabeleceu no país em função do modelo de desenvolvimento imposto, com tendência a privilegiar o desenvolvimento agrícola em detrimento de um desenvolvimento voltado para a realização da reforma agrária.

Se existe uma tendência do capital de se expandir por todos os setores, na agricultura, a renda da terra se configura como a principal forma de valorização desse capital. Ao concentrar a terra, cria-se as condições necessárias para a reprodução desse capital. “O desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá (...) pela sujeição da renda da terra ao capital quer pela compra da terra para explorar ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponês” (FELÍCIO, 2006, p. 216).

Oliveira (2004) desvela como o capital de modo contraditório “casa-se” com a propriedade da terra, esclarecendo que, no caso da territorialização do capital, o processo é exercido a partir da apropriação direta da terra pelo capitalista, extraíndo não só a renda da terra pura e simples, mas também a mais-valia no processo de industrialização de seus produtos.

Como exemplo cita-se os complexos agroindustriais que se dedicam à monocultura de produtos de exportação. Esse primeiro caso provoca de forma direta a desapropriação do campesinato forçando-o a migrar para as franjas urbanas, aumentando o exército de reserva e criando grandes bolsões de miséria.

A segunda forma de controle da terra pelo capital, segundo Oliveira (2004), dá-se pela monopolização do território, nesse caso o capital cria, recria e redefine as relações camponesas, sem necessariamente expropriar o camponês ou mesmo mudar seu modo de vida. O que se estabelece é a apropriação do trabalho camponês e da renda de sua terra via mecanismos capitalistas de “financerização” da produção tanto por caráter tecnológico quanto pelo custeio da mesma, subjugando a produção, assim como o trabalho camponês aos interesses do capital.

Em Sergipe, de acordo com os estudos de Silva e Lopes (1996), esse processo de expansão do capital no campo e o controle da terra verificou-se principalmente com a expansão dos empreendimentos capitalistas ligados ao agronegócio, estimulados em grande parte pelo Estado. Essa expansão verificada corrobora com as ideias expressas por Oliveira (1991, p. 49) ao afirmar que “(...) o fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra”. Sujeita-se

“primeiramente (...) a renda da terra e em seguida subjugou o trabalho nela praticado (...).”

Ao instituir em escala local a modernização conservadora do espaço rural, o modelo de desenvolvimento em curso, promoveu intensa e desigualmente, uma modificação na estrutura produtiva, modificação esta que produziu efeitos perversos nas relações de trabalho, acentuando a miséria dos trabalhadores do campo e a concentração fundiária.

Por seu caráter seletivo, este foi um processo não homogêneo e que realizou-se com a exclusão de grupos sociais e de regiões econômicas e ocasionou a destruição da economia tradicional camponesa “(...) ampliando-se o número de trabalhadores assalariados em relação aos trabalhadores permanentes” (OLIVEIRA, 1996, p. 209). Além dessas modificações nas relações de trabalho, muitos trabalhadores foram expulsos “(...) para povoados, pequenas e médias cidades do próprio Estado e de outras regiões do país, principalmente o Sudeste” (SILVA; LOPES, 1996, p. 58).

Em Sergipe, com uma agricultura arcaica, também prevaleceram processos produtivos não heterogêneos e uma estrutura agrária dominada pela grande propriedade. A valorização do capital no setor agrícola se deu principalmente pelo controle da propriedade fundiária e não por intermédio do CAI – Complexo Agroindustrial, apesar do relativo desenvolvimento do mesmo, e como antevia os idealizadores dessa política (DELGADO, 1987). Esse aspecto traduz o lado conservador do projeto de modernização da agricultura no Estado que passa pela mediação política de acordo com as complexas e estáveis alianças.

Essas nuances revelam a inversão dos preceitos do Estatuto da Terra, principalmente durante o regime militar quando prevaleceu, inequivocamente, a vertente do “desenvolvimento agrícola”, em detrimento da reforma agrária prevista pelo Estatuto. Políticas de governo voltadas para a modernização do latifúndio tiveram lugar central na estratégia de desenvolvimento adotada, na qual as exportações de produtos agrícolas e agroindustriais eram essenciais para a geração de divisas (LEITE, et al., 2004), conduzidos por um modelo de modernização que:

(...) conseguiu transformar o aparato produtivo e alcançar expressivos níveis de crescimento do produto, mas manteve elevados níveis de pobreza absoluta, fazendo com que grande parte da população continuasse a se reproduzir em condições miseráveis, acentuando uma das distribuições de renda mais concentradas do mundo. (MARTINE, 1990, p. 35).

A consequência desse estado de miséria foi a revolta de milhares de trabalhadores rurais e a eclosão de conflitos pela posse e acesso a terra. No final da década de 1970 e início da década de 1980 assiste-se:

(...) à emergência de uma diversidade de experiências organizativas e de lutas no campo que ultrapassaram os limites dos canais de representação legal existentes, nutridas pelas tensões que explodem fora do âmbito restrito das relações contratuais de trabalho (VALADÃO, 1999, p. 76).

Em Sergipe destaca-se como áreas de maior tensão e das primeiras reivindicações dos trabalhadores pelo acesso a terra ou pela permanência na mesma²³, o Baixo São Francisco e o Alto Sertão, uma “(...) área de evasão em função de uma estrutura agrária concentradora e perversa, da pecuária que se intensifica e se moderniza e das dificuldades decorrentes das longas estiagens (...)” (FRANÇA, 2003, p. 78).

Somou-se a esses aspectos a falta de políticas públicas e a inexistência de uma infraestrutura capaz de garantir a permanência do homem na terra. Essa concentração de assentamentos no semiárido sergipano pode ser explicada pela alta densidade de latifúndios improdutivos, (que servem como reserva de valor), fazendas de criação de gado e pela grande concentração de sindicatos de trabalhadores rurais extremamente combativos e com capacidade de arregimentação de trabalhadores (SILVA; LOPES, 1996).

Mesmo sem uma infraestrutura adequada assiste-se “(...) a uma luta pela terra e uma persistência do trabalhador rural em se manter na terra. Portanto o Nordeste tem utilizado diversas estratégias para garantir a terra e sua permanência nela” (FRANÇA 2003, p. 79).

²³ Os primeiros conflitos de terra em Sergipe tiveram como protagonistas posseiros, que lutaram pelo direito de permanecer na terra.

O semiárido, ao longo das três últimas décadas reuniu a maior parte dos acampamentos e assentamentos de sem terras do Estado (SANTOS, 2008). De acordo com Santos (2001), nesse período existia de vinte e cinco a trinta mil trabalhadores rurais sem terra nos 75 municípios que formam o estado, sendo uma parte no sertão.

Em relação ao Baixo São Francisco “as lutas trabalhistas dos atingidos pelo Projeto de Irrigação da CODEVASF, (...) as lutas dos Índios Xocós vão se consolidando a experiência de organização da população que vive as margens do rio São Francisco” (OLIVEIRA, 1996, p. 55), que passa a lutar pela permanência na terra, onde a grande maioria vivia na condição de posseiro.

Esse é um momento impar na história das lutas pela terra em Sergipe, quando trabalhadores que vivem uma mesma condição de expropriação e de sujeição ao trabalho, mediados por diferentes atores sociais, passaram a construir uma identidade pela soma das histórias partilhadas e pela descoberta de valores comuns. O trabalho de conscientização dos mediadores no sentido de construir uma autorreferência foi essencial nesse processo, dando visibilidade às condições concretas de existência desses trabalhadores.

Trabalhadores que em torno de uma bandeira de luta, saíram em defesa do direito de construir um espaço de referência para si e para sua descendência, um espaço não só de trabalho, mas de novas relações sociais. Como mais uma etapa na longa jornada pela conquista da terra, a presença dos assentamentos significa a abertura de novos horizontes de vida e de trabalho para milhares de trabalhadores, privados das suas condições de sobrevivência.

4.3 A formação dos territórios dos assentamentos rurais em Sergipe

Um assentamento rural pode ser definido como:

(...) a ocupação e uso de terra para fins agrícolas, agropecuários e agroextrativistas em que um grupo de trabalhadores sem-terra ou com pouca terra obteve a posse, usufruto e/ou propriedade sob forma de lotes individuais e, em alguns casos, de áreas de uso e propriedade comuns, sendo o patrimônio envolvido resultante de processo de aquisição, desapropriação ou arrecadação pelo poder público e associado, de maneira explícita, pelos trabalhadores e/ou

pelos agentes públicos, a processos de reforma agrária (LOPES, et al., 2009a, p. 161).

Em Sergipe os beneficiários dos assentamentos criados pela intervenção federal ou estadual foram principalmente posseiros; filhos de produtores rurais empobrecidos, com terra insuficiente para garantir a continuidade da família, assalariados rurais e populações de periferia urbana com origem rural. A imensa maioria dos assentados é de origem rural, do próprio município ou de municípios vizinhos ao assentamento, exerciam atividade agrícola e enfrentavam diferentes situações de sujeição ao trabalho.

As ocupações de terras no Estado também foram realizadas por trabalhadores rurais do próprio município, onde se localizava o latifúndio ou residentes de outros municípios vizinhos, salvo alguns casos daqueles que foram assentados em outros municípios²⁴.

Lopes (2007) destaca que a constituição dos territórios dos assentamentos rurais principalmente a partir da década de 1980, mesmo considerado o esforço do Estado para manter o pacto agrário entre as classes dominantes, deve ser compreendida como resultado de um processo de luta entre trabalhadores e seus aliados políticos contra os latifundiários e a burguesia agrária, tendo o Estado, através de suas instituições burocráticas, como mediador dos interesses conflitantes entre essas classes, e a quem cabe dar solução ao problema.

Cronologicamente a política de implantação de assentamentos rurais em Sergipe pode ser dividida em duas frases, distintas entre si em relação á magnitude de seus resultados e os atores sociais envolvidos no processo (LOPES, et al., 2009a). O interesse em destacar esses dois momentos se justifica em função das especificidades do objeto de estudo, pois os assentamentos selecionados para análise se constituíram, nesse espaço temporal, entre os anos de 1982 e 1997.

A primeira fase compreende o intervalo entre 1976 e 1985, com o governo estadual a frente das ações de atendimento as demanda por terra. Essas ações se

²⁴ Como exemplo tem-se um grupo de assentados do PA Vitória da União no município de Santa Luzia do Itanhhy, que eram naturais do município de Nossa Senhora da Glória, no Sertão sergipano.

consolidaram por meio de Programas Especiais, a exemplo do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), do Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANOR) e do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAAP), que através do apoio governamental e de organismos financeiros conseguiram instalar algumas colônias no Estado no sentido de executar uma política fundiária com parcerias firmadas entre a União²⁵, o governo do Estado e entidades financeiras, a exemplo do Banco Mundial. Somadas a essas ações, registra-se a criação de algumas cooperativas, sob a influência de instituições religiosas, com destaque para as Dioceses de Propriá e de Aracaju (SILVA, 1996; LOPES, et al., 2009a; SOUSA, 2009).

O governo do Estado, com recursos financeiros desses programas, empreendeu uma política de colonização principalmente no centro-sul do estado, área de forte tradição da agricultura familiar. Essa intervenção e a constituição desses núcleos de colonização atendiam aos objetivos do processo de modernização do governo federal e estadual, cujas metas eram a expansão e exploração da citricultura no Estado e o fortalecimento de uma agricultura capaz de fornecer matérias-primas para o setor industrial e alimentos para os centros urbanos. Neste período foram criados 44 núcleos de colonização (colônias agrícolas) em 20 municípios do estado.

Assim como o processo de modernização, essa política de assentamentos também ocorreu de forma seletiva, restrita às regiões mais dinâmicas do estado. Uma parte considerável dessas colônias foram implantadas nos municípios de Estância, Lagarto, Boquim, Salgado e Arauá, municípios das regiões denominadas Litoral Sul e Centro-Sul do Estado, o pólo citricultor de Sergipe. Ao propor a criação dessas colônias, o Estado se antecipa aos movimentos sociais, barrando o avanço das reivindicações e das lutas populares pelo acesso a terra que já ocorriam em outros

²⁵ Convém destacar que as ações do governo federal no período foram muito tímidas e assim como no restante do país, em Sergipe ainda não havia uma política efetiva para a criação de assentamentos rurais. Registra-se que no período em questão foi criado somente um assentamento sob a responsabilidade governo federal, o PA Santana dos Frades (1982). A partir de 1990, contudo os assentamentos do INCRA passam a ser hegemônicos no estado.

recantos do país e também no próprio Estado (LOPES, et al., 2009a; SILVA; LOPES, 1996).

Esses programas, que possuíam outras frentes de ação, além da política fundiária, foram criados como parte das ações do III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND)²⁶. Eram programas voltados para o meio rural nordestino, que buscavam eliminar os pontos de estrangulamento do desenvolvimento agrícola, gerado, segundo os dados oficiais pelo fenômeno da seca, recorrentes na Região Nordeste (VARGAS, 1999).

A segunda fase compreende o período de 1986 a 1997 e se caracteriza por uma política de assentamentos rurais já tendo como norte o I PNRA. Era objetivo do I PNRA a promoção de uma melhor distribuição da terra, com modificações no regime de sua posse e uso, modificações estas que se adequavam nas exigências de desenvolvimento preconizadas para o país e incluía a promoção da igualdade, justiça social e direito de cidadania ao trabalhador rural, com eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio (BRASIL, 1985).

As modificações propostas pelo I PNRA estimulou o debate entre intelectuais, políticos, religiosos e trabalhadores rurais sobre a necessidade de uma reforma agrária efetiva, tema praticamente esquecido na vigência do regime militar. Essa nova conjuntura que se iniciava com a abertura democrática figurava como:

(...) uma conjuntura de fortalecimento da sociedade civil, marcada não só pelo aparecimento de novas demandas e pela requalificação das já existentes e de novas experiências organizativas por parte dos trabalhadores, como também pela multiplicação de entidades de apoio, potencializando a sua atuação (MEDEIROS, 2003, p. 32).

Com metas significativas o I PNRA estabelecia o assentamento de 7 milhões de sem-terra, num período de 15 anos. Para Sergipe previa-se o assentamento de 11.700 famílias, com lotes de 30 hectares, numa área 350 mil hectares. As propostas do Plano, somadas a crença de novos tempos que o regime democrático de direito propunha, exerceu forte influência sobre os trabalhadores sem-terra em Sergipe, na decisão de lutarem pela terra.

²⁶O III PND foi criado no governo de João Baptista Figueiredo (1979/1984).

Verifica-se nesse período uma intensa mobilização desses trabalhadores no sentido de lutarem pela posse da terra, principalmente na área de atuação da Diocese de Própria. As ocupações tiveram início em 1985, a partir daí se espalharam por outras regiões do Estado. Estima-se que na época existiam mais de 26 mil trabalhadores sem-terra distribuídos por 74 municípios sergipanos (SANTOS, 2008).

Destaca-se, contudo que apesar da importância da divulgação do I PNRA, os fatores que levaram os trabalhadores a realizar ocupações nesse período se relacionam principalmente ao caráter assumido pela expansão do capitalismo no Estado. Fatores que necessitam ser compreendidos de forma articulada, levando-se causas estruturais como a expansão do capitalismo no campo e a concentração fundiária e aspectos conjunturais como Plano Nacional de Reforma Agrária e a estiagem de 1984/1985 e seus desdobramentos (LOPES; SILVA, 1996, p. 71).

As principais entidades aglutinadoras das demandas desses trabalhadores foram a Diocese de Propriá, a CPT e as CEB's, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e o MST, mediadores dos processos de luta. Especificamente neste trabalho, entende-se por mediadores entidades da sociedade civil e política que participaram direta ou indiretamente do processo de luta, visando resolver problemas entre as partes em litígio, com ação diferenciada de acordo com os interesses das classes que defendem (SILVA; LOPES, 1996).

Os mediadores, representados por instituições ou movimentos sociais tiveram papel emancipador por meio da transmissão de outras visões de mundo e da incorporação de outros saberes ao grupo. Desta forma, o mediador contribuiu com as condições necessárias para o surgimento da ação coletiva e da construção de uma identidade coletiva (NEVES, 1997; OLIVEIRA, 2011).

A Diocese de Propriá atuava de acordo com as concepções da Teologia da Libertação²⁷ e sob a orientação de Dom José Brandão de Castro, era uma entidade respeitada e foi decisiva para o fortalecimento da luta dos trabalhadores e a posterior criação dos assentamentos. A Diocese era o principal mediador no período, com

²⁷ A Teologia da Libertação foi um movimento teológico que buscava conciliar a fé com a práxis libertadora (MONDIN, 1980). "O método utilizado para elucidar o fenômeno da opressão e da exclusão pela Teologia da Libertação é o método histórico-dialético" (CABRAL, s/d, p. 01).

papel decisivo na mobilização da classe trabalhadora no Alto Sertão e Baixo São Francisco. “A organização da população através das CEBS e da CPT e MEB e os estudos empreendidos sobre a realidade da região (Baixo São Francisco) dão subsídios a leigos e eclesiásticos a interferirem com mais segurança” (OLIVEIRA, 1996, p. 211). Entidade respeitada, cabia também a Diocese, além do trabalho de mobilização dos mesmos; a mediação entre estes e as autoridades governamentais e a denúncia dos atos de violência comumente praticados.

A Diocese, em conjunto com sindicatos de trabalhadores rurais, é quem assume num primeiro momento a liderança do processo de mobilização e organização dos trabalhadores rurais na luta pela terra em Sergipe, envolvendo-se diretamente nas ocupações de terra e atuando como principal mediadora entre os sem-terra e o governo para que fossem solucionados os conflitos. Sua atuação foi decisiva na resolução dos conflitos envolvendo os “meeiros” de arroz que ocupavam às margens do Rio São Francisco e a CODEVASF, além de uma participação efetiva na luta dos posseiros de Santana dos Frades.

Em conjunto com a CPT e o Movimento de Educação de Base (MEB), cuidaram do apoio e da orientação dos trabalhadores. “A CPT cumpriu um papel do tipo organizacional junto aos trabalhadores rurais, por sua capacidade de articular, reunir, informar e formar (...)” e foi também decisiva para “(...) alavancar o processo de organização dos trabalhadores rurais para ação coletiva em defesa do que passaram a compreender como um direito: o acesso à terra para morar e trabalhar” (VALADÃO, 1999, p. 88/89).

Baseada em preceitos cristãos, a mediação realizada pela Diocese, buscando resolver conflitos entre os trabalhadores e as instituições ou mesmo entre os próprios trabalhadores, sempre se alicerçou nos princípios da não violência e da conciliação, por seu caráter religioso e universal. Lopes et al. (2009a, p. 167) considera que a Diocese Propriá:

(...) foi o divisor de água entre uma situação historicamente caracterizada pela resignação e pela acomodação dos pobres no campo à exploração das oligarquias rurais e um novo horizonte que surgia, colocando-se na cena política como atores sociais importantes e sujeitos de direitos. (...) A Diocese de Propriá foi, por muitos anos, o

único mediador respeitado (...) pelas autoridades públicas estaduais e federais e latifundiários de Sergipe.

Pode-se afirmar que a Diocese de Propriá atuou de forma intensiva na região do Baixo São Francisco e Alto Sertão até meados dos anos de 1988, quando começa a se afastar da linha de frente das ocupações. Duas razões são atribuídas ao afastamento da Diocese em relação à luta pela terra. A primeira atribui-se ao crescimento do MTS no Estado que, paulatinamente, começa a construir uma base entre os trabalhadores, após rompimento com a Diocese de Propriá. A segunda razão estaria relacionada à mudança de postura da Igreja que passou a adotar uma postura mais conservadora retomando suas preocupações com as questões espirituais de seus fiéis. Soma-se a esse fato a extinção da CPT no Estado e esvaziamento MEB (OLIVEIRA, 1996). A Diocese desde 1988 era comandada por um novo bispo, Dom Lessa que seguia uma linha mais conservadora em relação ao seu antecessor, Dom José Brandão de Castro.

Em relação ao MST, o mesmo surge inicialmente como um movimento localizado, contudo, diante de sua atuação e capacidade de articulação consegue se firmar como um mediador que representa os trabalhadores na luta pelo acesso a terra e resistência frente à expropriação. Ao se configurar como um movimento estruturado, que inclui na organização das lutas e ações de massa, a presença da família (pai, mãe, filhos), o movimento abre caminho para uma vivência coletiva do processo de luta, essencial na construção de uma identidade em torno das suas propostas de luta “(...) desenhando novos territórios e novas práticas, criando espaços de enfrentamento e diálogo com a sociedade brasileira e permitindo uma nova cartografia da vida rural nos assentamentos e acampamentos” (CASTRO, 2009, p. 157). O MST emerge com forma e conteúdo próprio:

Afirmando-se como um movimento específico, para travar a luta em favor da reforma agrária, apresenta-se como um instrumento de representação de interesses bem definidos, com firme propósito de ocupar um lugar relevante no cenário sociopolítico e ideológico das lutas no campo (VALADÃO, 1999, p. 128).

O MST chega em Sergipe em 1985, contudo seu fortalecimento se dá a partir das lutas pela posse das terras da fazenda Monte Santo, no município de Gararu. Esse momento de acessão, também marca a separação entre o MST e a Diocese de Propriá. A princípio o MST tentou encaminhar algumas lutas em conjunto com a Diocese, contudo, as divergências políticas e os desentendimentos quanto às estratégias de luta, culminaram com o rompimento definitivo entre as duas instituições (LOPES, et al., 2009a).

Após essa cisão, o movimento assume a liderança das ocupações de terras no Estado “(...) realizando um trabalho de convencimento e arregimentação dos trabalhadores rurais para realizarem novas ocupações, (...)” (LOPES, et al., 2009a, p. 181). Oliveira (1996, p. 230) destaca que esse período se caracteriza “(...) pela dinâmica espacial mudando o direcionamento das ocupações para a região Centro-Sul do Estado (...)” A presença desses mediadores na história da luta pela terra em Sergipe se revelou como um elemento essencial de articulação dos trabalhadores rurais.

Suas ações “(...) souberam valorizar, articular e implementar uma pedagogia própria para a formação e transformação do trabalhador rural em sujeito coletivo, portador de direitos”. Pedagogia esta que “(...) foi um fator fundamental para a formação de uma base social unificada politicamente e disposta à luta e à resistência em nome daquilo que passa a perceber como seu mais legítimo interesse” (VALADÃO, 1999, p. 80).

É nesse contexto de lutas pelo acesso a terra e sob a pressão dos movimentos sociais que foram criados os assentamentos que compõem a amostra desse trabalho: Santana dos Frades (1982); Pedras Grandes (1988); Cruiri (1989); Vitória da União (1991) e Mangabeira (1997).

Cada assentamento possui uma especificidade em relação a sua criação, contudo, o ponto convergente é sua constituição enquanto territórios nas dimensões da luta pela terra. Resultado da luta direta dos trabalhadores ou instituídos institucionalmente, esses territórios representam “(...) um ponto de partida para novas demandas daqueles que tiveram acesso a terra e que procuram nela se viabilizar econômica e socialmente” (LEITE, 2004, p. 11).

4.4 Um olhar sobre os assentamentos rurais

Discorrer sobre as histórias, práticas e vivências nos assentamentos rurais, requer compreender esses espaços, como resultado da multiplicidade de relações, um território socialmente construído, que é ao mesmo tempo espaço social e espaço cultural. “O primeiro é produzido, o espaço cultural é vivenciado. O primeiro é concebido em termos de organização e de produção e o segundo, em termos de significação e relação simbólica. Um enquadra, o outro é portador de sentido” (BONNMAISON, 2002, p. 104).

Nesse sentido, a compreensão sobre a formação dos territórios dos assentamentos abordados neste trabalho trilhou caminhos lançando mão da História e da Geografia, abordagens que se completam na tarefa de apreensão da nova dinâmica espacial que se inicia com a constituição dos assentamentos rurais.

Essa afirmação nos direciona a entender a história desses assentamentos como resultado da mediação entre o material e o simbólico, entre o que é vivido e experienciado cotidianamente e as relações de pertencimento que se estabelece com esse território. Pensar o território nessa perspectiva é vislumbrar que um lugar de vida é forjado, uma nova paisagem se configura, como uma “(...) reconstrução, um produto da apropriação e da transformação do ambiente em cultura” (ALMEIDA, 2008, p. 47).

A paisagem em um assentamento possui uma significação específica, está além do que é percebido pela cognição e/ou apreendida visualmente, ela é indicadora de um conteúdo vivo, processos dinâmicos, em constante transformação, em constante mediação entre o natural e o sociocultural.

Nesse território, a territorialidade irá se expressar pelos vínculos que determinado indivíduo e/ou grupo social possui com o território. A identidade individual ou coletiva decorre do reconhecimento e da valorização das territorialidades, que são fundamentais para construção de identidades (CANDIOTTO; SANTOS, 2009).

Apresenta-se a seguir a caracterização dos assentamentos destacando aspectos específicos da história da luta pela terra, as práticas e vivências dos assentados (Figura 05).

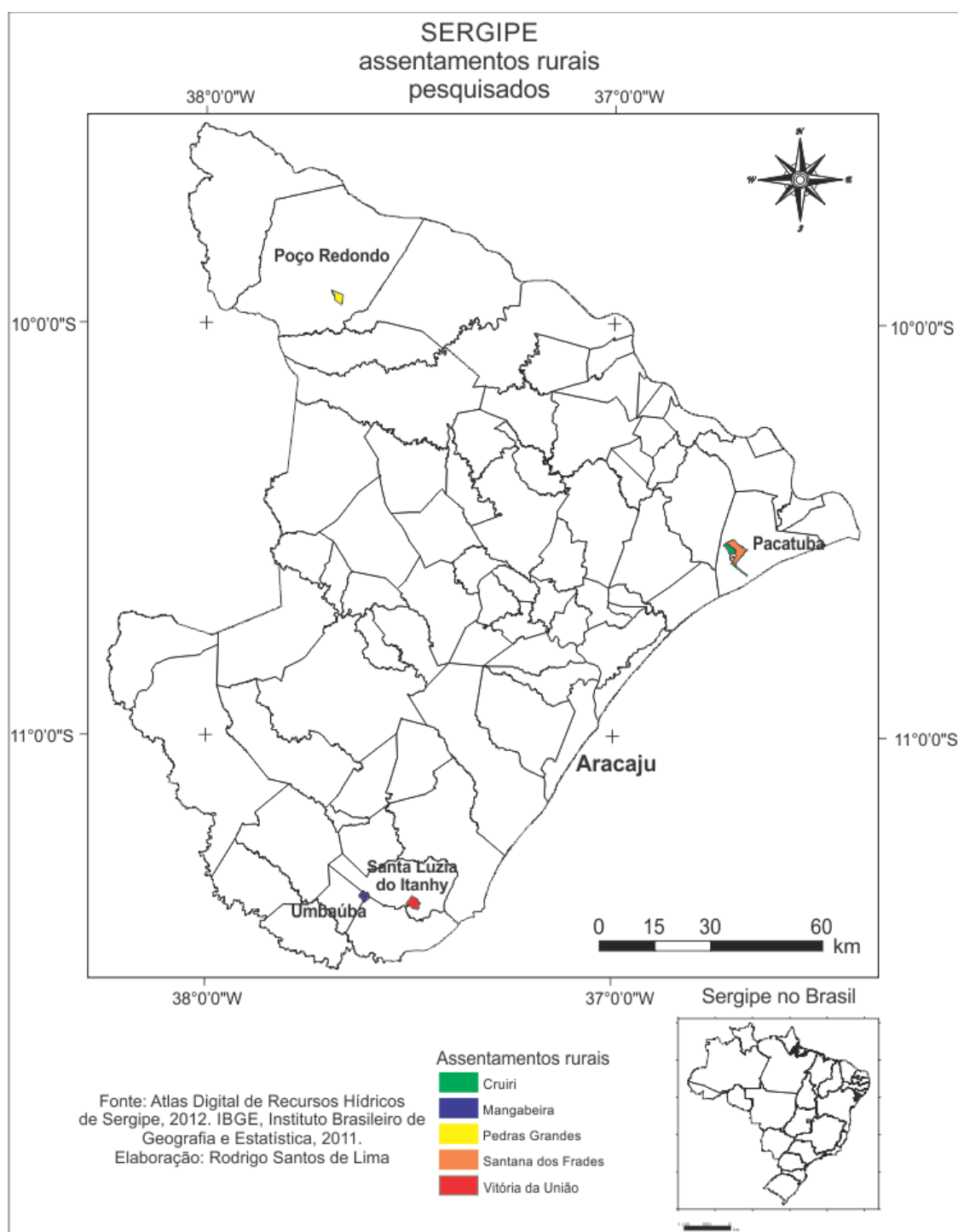


Figura 05: Localização dos assentamentos estudados por município. Sergipe (2014).

Fonte: Atlas digital de Recursos Hídricos (2012). INCRA (2014).

Org.: LIMA, Rodrigo Santos de (Jun./2014).



ASSENTAMENTO SANTANA DOS FRADES



Figuras 06, 07 e 08 - Igreja Nossa Senhora Santana; Atividade de “riscar” a palha do adicuri; Praça principal do assentamento. Assentamento Santana dos Frades, município de Pacatuba (Baixo São Francisco/SE). **Autora:** SOUZA, Angela Fagna Gomes de. **Fonte:** Pesquisa de Campo, 2012.

Assentamento Santana dos Frades



Figura 09 – Casa padrão (INCRA). Assentamento Santana dos Frades, município de Pacatuba (Baixo São Francisco/SE).

Autora: SOUZA, Angela Fagna Gomes de.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

O assentamento Santana dos Frades foi constituído como resultado da luta dos posseiros, famílias que desde tempos imemoriais viviam na fazenda: *“Eu nasci aqui, meu pai também, toda a minha família é daqui... bisavô por parte de mãe, bisavô e avô por parte de pai, tudo aqui.”*²⁸ (Assentado 04 – 74 anos – PA Santana dos Frades).

A fazenda Santana dos Frades situada no município de Pacatuba²⁹ era habitada, desde o início do século XX, por uma congregação de frades carmelitas que doaram parte dessas terras aos posseiros que trabalhavam no cultivo do coco e culturas de subsistência como mandioca, feijão, milho e amendoim.

Originalmente, as terras altas do Platô de Pacatuba, eram ocupadas pela Mata Atlântica e os baixios por lagoas bordeadas pela vegetação de restinga. Seus habitantes à época dos carmelitas e até meados de 1960 associavam pequenas roças com pesca artesanal como prática social. Historicamente as monoculturas do coco e

²⁸ As falas dos entrevistados serão destacadas em itálico. Cada entrevistado recebeu um número, seguido da identificação do assentamento onde mora, de modo a preservar a identidade dos mesmos.

²⁹ De acordo com a divisão do governo estadual o município de Pacatuba está situado no Território de Planejamento do Baixo São Francisco Sergipano.

da cana-de-açúcar dominam a paisagem do entorno, ressaltando-se a presença de grandes propriedades rurais, incluindo-se aí a Fazenda Santana dos Frades.

A história dos conflitos entre os posseiros e os proprietários da área, se inicia quando os carmelitas iniciaram a venda das terras, instalando-se um processo de expropriação dos trabalhadores:

A gente não entendia direitinho como era a condição dessa terra, a gente só sabia que os mais velhos diziam que uma légua em quadro tinha aqui uns frades carmelitas e que moravam aí, e foi quem vendeu toda a terra, a terra da santa, para o coronel Manoel Gonçalves, a terra da santa, a terra era dela. (Assentado 01 – 62 anos - PA Santana dos Frades).

Com a venda das terras, os posseiros passaram a viver sob o jugo do fazendeiro, que estabeleceu novas relações de trabalho, como ilustra os relatos orais: “(...) o coronel tomou conta. Nós ficamos nas unhas dele. Com ele começou a história do arrendamento. (...) depois o povo começou a deixar de pagar renda. Então veio a história do eito.”³⁰ (SANTOS, 1990, p.17).

O sistema de eito, “(...) consistia em cada trabalhador ou trabalhadora dedicar um dia de trabalho por semana para a fazenda e com isso garantir sua permanência ali” (SANTOS, 2005, p. 22). “*Todo mundo tinha que dar um dia por semana para a fazenda. Um dia todo para fazer o que a fazenda mandasse. Tudo de graça, a única vantagem era que podia criar uma vaca, um animal e ter consulta no doutor.*” (SANTOS, 1990, p. 17).

As relações entre os moradores e o novo proprietário da fazenda tornaram-se conflituosas quando o mesmo iniciou um processo que objetivava a retirada dos posseiros da terra para posterior venda. “Nesse meio tempo, alguns acordos de trabalho foram firmados entre o fazendeiro e os agricultores (...) para que pudessem permanecer na fazenda.” (SANTOS, 2005, p. 22).

Ao reconhecer os posseiros como arrendatários, os trabalhadores passaram a pagar a renda da terra para ter o direito de morar e trabalhar na área da fazenda. O recurso do arrendamento, contudo, era uma manobra do dono da fazenda para uma ação futura de expulsão, pois como arrendatários haveria a possibilidade de indenização e depois a retirada dos posseiros da terra nos termos da lei.

³⁰ Os relatos orais organizados por outros pesquisadores também foram destacados em itálico.

A sujeição ao trabalho e a eminência da expropriação criou um clima de insegurança entre os trabalhadores que se reconheciam como donos da terra, herdeiros de Nossa Senhora Santana “(...) então se a gente mora na terra que é da santa, nós somos herdeiros dela e a santa não precisa de terra, quem precisa é nós para tirar o sustento, aí nós foi vivendo, foi fazendo tudo que nós podia para viver aqui.” (Assentado 01 – 62 anos - PA Santana dos Frades).

Qualquer prejuízo ou dano causado por animais, ou mesmo a recusa em aderir ao sistema do eito causava coerção por parte do dono da fazenda. Constantemente casas eram derrubadas e plantações eram destruídas, além da coação e das ameaças que sofriam constantemente:

Aqui chegava um homem com um rifle e dizia: “O serviço é em tal lugar pra você ir fazer”. Isso pra ganhar a diária que eles quisessem dar. E a diária que eles queriam dar, sabe qual era? Queria não, davam! Era o direito de sobrevivência na terra, pra nós, que tinha nascido aqui. E quem fazia isso era um homem que a gente não conhecia, mandado de não sei quem. A gente nem conhecia o comandante, o vaqueiro que vinha falar pra gente ir trabalhar na fazenda pra eles e nem conhecia o dono, via falar que era um coronel Gonçalves. Meu pai se criou assim aqui. Foi por isso que eu tomei teimosia nessa luta daqui. Todo mundo dizia: “É o brabo, é o brabo, é o Curinha”. Porque eu falava. Eu com nove filhos, onde era que eu ia sobreviver com nove filhos, e os capangas plantando capim dentro de uma mandioca que eu tinha? Aí eu dei tudo. (...). (Assentado 06 – 74 anos - PA Santana dos Frades).³¹

O clima de tensão, a possibilidade de perder a terra e os episódios de violência, aproximou esses trabalhadores à Diocese de Propriá, que já atuava nessa área e que saiu em defesa dos seus direitos contra o novo proprietário, a Serigy-Seagro, empresa que comprou as terras em litígio. A Comissão Pastoral da Terra e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe passaram a assessorar os trabalhadores de Santana dos Frades, conscientizando-os sobre seus direitos em relação à posse da terra:

(...) os trabalhadores, que não era letrado, não tinha essa dimensão, por isso que quando eles chegaram no sindicato, que foram na igreja, a igreja já tinha o conhecimento e disse: “vão lutar”, né?... acredito que mesmo que o papel

³¹ O código A 06 refere-se a entrevista concedida por um dos líderes do movimento a pesquisadora Marilene dos Santos e consta nas referências bibliográficas deste trabalho. Como a metodologia do trabalho prevê a não identificação dos entrevistados, também foi preservada a identidade do mesmo.

da igreja era catequizar, mas nessa hora a igreja teve um papel de dizer “vão à luta (...) a igreja que era a Pastoral da Terra (...) era quem comandava, quem orientava era a igreja, a Pastoral da Terra. Essa era a grande aliada que fazia coligação com os trabalhadores(...)”. (Assentada 02 – 44 anos - PA Santana dos Frades).

Durante todo o período das entrevistas, as falas e os relatos sobre os episódios que envolveram a luta pela conquista da terra de Santana dos Frades mostram a ação violenta por parte dos jagunços contratados pelo proprietário da terra e posteriormente da polícia quando as terras passaram a pertencer a empresa Serigy-Seagro. Os trabalhadores foram espancados, presos e perseguidos e os líderes do movimento tiveram que se esconder na mata para não serem assassinados: *“Eu passei 13 dias e 13 noites (...) sem tomar banho (...) por que nem tinha água pra tomar banho lá (no acampamento) e nem podia descer, pois se viesse sozinho levava tiro no meio da estrada.”* (Assentado 01 – 63 anos - PA Santana dos Frades). *“Eu não apanhei porque eu conheço muito do mato. E eu não apanhei porque não tava na hora, tava escondido. Porque quem mais eles procuravam era por Curinha. Queriam botar o olho em cima de mim, acho que pra me matar”.* (Assentado 06 – 74 anos - PA Santana dos Frades).

A luta de Santana dos Frades abriu espaço para a discussão sobre os direitos de posse e uso da terra e relações desiguais de poder, construindo uma consciência sobre a exploração que os trabalhadores eram submetidos. Essa consciência, somada aos aspectos simbólicos e a religiosidade, conduziram o processo de enfretamento:

(...) era uma fase que todo mundo tinha que acreditar que precisava daquela coisa, não era coisa que tinha um ensinamento, o ensinamento foi Deus ditando e eles buscando orientação com a igreja (...) as mulheres rezando ofício (...). Eles não tinham um conhecimento do que era a reforma agrária, tinha conhecimento do que era a luta, que era preciso lutar, que era preciso acreditar (...). Era um momento (...) de batalha e de luta e de uma esperança de um dia melhor né?... o pessoal não tinha tanta experiência de luta, mais uma fé, a emoção, acreditar que eles só tinha aquele pedaço de terra, não tinha outro, então a vida pra eles não tinha sentido, se não tivesse a terra. (Assentada 02 – 44 anos - PA Santana dos Frades).

A luta efetiva dos trabalhadores pela posse da terra compreendeu o período entre 1978 e 1982, quando houve a imissão de posse da terra, sendo o título da mesma entregue aos trabalhadores em 1986. Numa área de 1.401 hectares, foram

assentadas noventa e três famílias (INCRA, 2014), descendentes de negros e índios, que ocupavam a área há várias gerações, com fortes laços de parentesco.

A condição de assentado provocou um rearranjo espacial, dos até então posseiros, que receberam lotes e a perspectiva de construção de uma agrovila. Isso de fato ocorreu posteriormente à institucionalização do assentamento e atualmente a agrovila conta com aproximadamente 150 casas, dentre as 93 entregues pelo INCRA e outras tantas decorrentes do crescimento das famílias.

A paisagem do assentamento é dominada por coqueirais, plantações e pequenos riachos, homens e mulheres no vai e vem do cotidiano. Crianças que dividem o tempo entre a escola, os banhos nos riachos e lagoas e as inúmeras brincadeiras; jovens nos bares e em pequenas bodegas, ou jogando bola nos campos de pelada; idosos que sentados à porta da casa observam o tempo passar, observam o ir e vir de carros, animais e pessoas, o ir e vir do cotidiano. Estes são os homens e mulheres que participaram das lutas pela posse da terra e que hoje desfrutam do direito ao território e têm o privilégio de usufruí-lo e para quem o território inspira a identificação e efetiva apropriação (HAESBAERT, 2004b).

A organização do assentamento em agrovila foi empreendida pelos técnicos do INCRA, que orientaram a construção das casas nos lotes dos assentados ou ao longo da estrada de barro, a principal via de ligação entre o assentamento e outros povoados e a sede do município. A estrada corta a agrovila ao meio, separando a área de lotes individuais da área coletiva, que é o coqueiral. Contudo percebe-se que o assentamento ainda conserva aspectos na sua organização que datam do início de formação do povoado, quando ainda eram posseiros, com casas construídas fora do formato institucionalizado pelo órgão.

A maioria das casas têm a frente voltada para o coqueiral, perfazendo uma extensão de aproximadamente quatro quilômetros. Os limites entre elas se dão pelo tamanho reservado a cada lote de aproximadamente 22 tarefas (6,71 hectares)³² (SANTOS, 2005). As casas construídas pelo INCRA são de alvenaria e quase todas já

³² Usou-se como referência a tarefa sergipana que equivale a 3.052 m², ou seja, 1 hectare equivale 10.000 m² e 1 tarefa sergipana a 3.052 m².

passaram por alguma modificação no projeto inicial³³. Segundo os assentados as casas eram pequenas e à proporção que a família ia crescendo era necessário ampliar³⁴. Com o crescimento das famílias observa-se nas laterais dessas casas ou nos quintais construções inferiores, feitas de barro, conhecidas como casa de taipa ou sopapo³⁵.

A praça, principal referência do assentamento, ainda conserva elementos que remetem ao período da luta, um cruzeiro no centro da praça e a capela de Nossa Senhora Santana, local que servia de abrigo aos posseiros durante os conflitos. A igreja, que guarda a imagem de Nossa Senhora Santana, é considerada um espaço sagrado para os assentados, local de oração e de peregrinação durante o mês julho, o mês de Santana, quando a comunidade se reúne para celebrar a padroeira do assentamento. Durante todo o mês são realizadas novenas, terços e vigílias, com culminância no dia 26 de julho, dia em que são realizadas missas, procissão e a festa profana.

O mês de Santana é o principal período de festa no assentamento e é também de rememoração dos acontecimentos alusivos à posse da terra, pois a luta, a conquista e a sobrevivência na terra estão diretamente relacionadas à imagem da Santa, “(...) a terra pertencia a Santa, a terra era dela (...) da Senhora Santana (...)” (Assentado 01- 62 anos - PA Santana dos Frades). “Essa terra aqui nós tem como de Nossa Senhora Santana... essa é a história que reina aqui. Nós vai buscar a nossa vida e a nossa alimentação é dessa terra.” (Assentado 04 - 74 anos - PA Santana dos Frades). A aparição da Santa, uma referência cultural para o assentamento, é cercada de mitos e simbolismo, “(...) Parece que foi minada aqui dentro mesmo, em forma de um encantamento (...)” (SANTOS, 1990, p.15).

Na atualidade a maioria dos assentados e suas famílias se dedicam ao trabalho agrícola no lote e a criação de pequenos animais como galinhas, porco, gado de leite e animais de tração. Os principais produtos cultivados são milho, feijão, mandioca, além do coco e do amendoim. Os primeiros são destinados ao consumo da família e

³³ No projeto inicial do INCRA, geralmente as casas possuem entre quatro e cinco cômodos.

³⁴ O INCRA possui uma linha de benefício para ampliação e reforma das moradias dos assentados.

³⁵ A denominação casa de sopapo refere-se à forma como as casas são construídas, faz-se uma estrutura de madeira e o barro é colocado com a mão, preenchendo os espaços.

os demais são comercializados em feiras ou vendidos a atravessadores. Outro produto também comercializado é a farinha de mandioca, fabricada principalmente pelas mulheres, sendo umas das principais fontes de renda das famílias.

O trabalho no assentamento é realizado de forma individual em cada lote e envolve toda a família, sem a utilização de mão de obra externa³⁶. O trabalho coletivo foi muito comum no início assentamento:

(...) infelizmente não existe mais não. Existia logo quando o assentamento surgiu e depois, depois nós ficamos durante muito tempo ainda trabalhando coletivo, mas você sabe como é as pessoas n/é?... começa com aquela desconfiança dos outros e uma coisa e outra e pouco a pouco vai desanimando e termina acabando. (Assentado 01 – 62 anos - PA Santana dos Frades).

Contudo, ainda conservam outras formas de sociabilidade do espaço rural como a troca de dias de trabalho “(...) os homens gostam muito de troca de dia, hoje vai para a roça de um, amanhã vai para a roça do outro, se junta mais outras pessoas, por que não tem dinheiro pra pagar n/é?... ai eles trocam dia e fazem a roça de todo mundo.” (Assentada 03 – 39 anos - PA Santana dos Frades). “A gente trabalha muito trocando dia com os companheiros. Numa semana, junta algumas pessoas pra trabalhar na roça da Arnalda; na outra, vão trabalhar na minha.” (Assentado 07 – 62 anos - PA Santana dos Frades)³⁷.

Na divisão do trabalho os homens dedicam-se ao trabalho mais pesado de “(...) fazer a terra (...) preparar a terra (...)” (Assentado 01 – 62 anos - PA Santana dos Frades), ou seja, capinar, retirar restos de cultura e colher coco. As mulheres se ocupam com trabalhos considerados mais leve como fabricar a farinha, riscar a palha do adicuri³⁸, fabricar de redes de pesca de arrasto e tarrafa, além dos trabalhos domésticos.

³⁶ Segundo os entrevistados a renda obtida com a produção não é suficiente para contratação de mão-de obra externa, embora muitas vezes o trabalho no lote demande mais força de trabalho.

³⁷ O código A 07 refere-se a entrevista concedida por um assentado a pesquisadora Marilene dos Santos, por ocasião da realização de sua pesquisa intitulada: “Práticas sociais de produção e unidades de medidas em assentamentos do nordeste sergipano” concluída no ano de 2005. Como a metodologia do trabalho prevê a não identificação dos entrevistados, também foi preservada a identidade do mesmo.

³⁸ Riscar a palha significa dividir a palha do adicuri em vários filetes, que depois de secos são vendidos aos molhos para a fabricação de vassouras. O aricurizeiro é uma planta família das palmáceas (*Cocos coronata*), produz o aricuri, um tipo de coco comestível. O aricurizeiro é também conhecido como ouricuri, adicuri e dicuri (SANTOS, 2005).

Outra atividade realizada pelas mulheres do assentamento, geralmente no período de entressafra é o artesanato de palha de junco, matéria-prima abundante nas lagoas do entorno e utilizada principalmente na fabricação de bolsas, chapéus, descanso de panelas, pufes e flores. O trabalho é realizado coletivamente por um grupo de mulheres, que se dividem entre o trabalho no lote e as atividades artesanais, como segue o depoimento:

Atualmente eu trabalho na roça (...) no período da roça eu trabalho na roça e no período que eu não tô trabalhando na roça eu trabalho aqui no artesanato (...). Esse artesanato quem criou foi uma pessoa que ela não é daqui, ela é daqui de Pacatuba, só que é do Trigue³⁹ (...) essa pessoa criou esse artesanato e a gente depois se interessou e começamos a fazer, aí tamos aqui fazendo. (Assentada 03 – 39 anos - PA Santana dos Frades).

Os produtos fabricados pelas associadas são comercializados na sede da Associação Comunitária das Mulheres Artesãs da Comunidade de Santana dos Frades e em feiras de artesanato realizadas anualmente em Aracaju, a exemplo da Feira de Sergipe, organizada da pelo Governo do Estado e que ocorre no mês de janeiro e a Feira de Artesanato do Baixo São Francisco organizada pela CODEVASF, que ocorre no mês de novembro.

A Associação das Mulheres Artesãs é atualmente a única associação atuante no assentamento que anteriormente já chegou a possuir três associações, mas estão inativas em função de dívidas e também de disputas entre os assentados:

*A associação das mulheres esta em pé, mas as nossas que eram 3... já é um erro por que associação aqui deveria ser só uma e nenhuma foi a frente. **E por que não foi à frente?** Eu quase que não sei e ao mesmo tempo sabendo... é eu quero dizer, sei lá por uma banda é desunião. Elas funcionaram foi muito, mas hoje estão endividadas (...) a associação ela tem que pagar alguma coisa... a Receita Federal n/é?... pronto, depois é aí que a gente deve porque acumulou, acumulou, acumulou num pagou aí, hoje elas não funcionam mais. (Assentado 01 – 62 anos - PA Santana dos Frades).*

Segundo depoimentos, muitos assentados eram contrários à constituição de associações:

³⁹ Trata-se do povoado Tigre, também no município de Pacatuba, que na oralidade é expresso “Trigue”.

(...) muitas pessoas achou que aqui nós não precisava viver em associação, disse que só bastava o grupo unido (...) mas se a pessoa ficar no negócio de grupo aí fica solto, faz o que quer. A associação é muito boa por que ela tem os membros dela, os membros dela tem seus direitos e seus deveres e se a pessoa ficar no negócio de grupo aí fica solto, faz o que quer. (Assentado 01 – 62 anos - PA Santana dos Frades)⁴⁰.

A época de maior trabalho no assentamento é de março a agosto, período do inverno, quando as principais culturas são plantadas e colhidas. Nos demais meses, de setembro a fevereiro, no verão, a família se dedica a limpeza do lote e aos tratamentos culturais de cultivos anuais e sazonais como é o caso da mandioca e do coco. No período do verão os assentados também são contratados pelas usinas de cana-de-açúcar da região, principal fonte de renda no período de entressafra.

Pelas observações realizadas e as entrevistas realizadas, identificou-se que poucas modificações ocorreram na estrutura produtiva com a criação do assentamento, os produtos cultivados são os mesmos plantados anteriormente pelos antigos posseiros, de forma tradicional.

Sem assistência técnica e com limitações tecnológicas, as 22 tarefas, correspondente a cada lote (cerca de 7 hectares), segundo os entrevistados, não são exploradas completamente em função da forma como eles trabalham, com o uso da força manual, animais de tração e ferramentas, como segue depoimento: *“As 22 tarefas, no modo que a gente trabalha aqui é até demais, por que a gente nunca chegou a explorar ele todo, porque (...) trabalhar manual não é brincadeira, trator a gente nunca conseguiu (...).”* (Assentado 01 – 62 anos - PA Santana dos Frades).

A efetiva posse da terra alterou muitos dos aspectos da vivência dos posseiros na terra, principalmente em relação ao acesso a infraestrutura, como segue:

(...) eu acho que se não fosse se transformar em assentamento, ficar reconhecido, por fora, e com os nossos esforços (...) nós não tinha adquirido essa energia, que aí foi muito trabalho (...) adquirimos água, poços artesianos, adquirimos dois grupos escolar e posto médico (...). (Assentado 01 – 62 anos - PA Santana dos Frades).

⁴⁰ O grupo referenciado pelo entrevistado era formado pelas principais lideranças do assentamento, pessoas que participaram do processo de luta, que foi desfeito com o passar do tempo.

A constituição do assentamento e o respectivo incentivo à organização social e à vida comunitária estabeleceram no território outras formas de diálogo e de inserção política. Esse território socialmente construído, com seus atributos materiais e culturais é resultado da multiplicidade de relações entre assentados e destes com as instituições com quem, a partir da institucionalização do assentamento, passaram a dialogar.

O território produzido consolidou-se pelo trabalho de homens e mulheres, guiados pelas possibilidades de continuar a descendência, de manter a terra, de viver no território, de consolidar uma relação de uso e de posse efetiva. Um território cujas territorialidades foram construídas considerando aspectos como as relações de trabalho, a organização espacial do assentamento, a definição dos papéis sociais, a religiosidade e as novas relações de poder que a condição de assentado vislumbrava, como segue o depoimento: “(...) *Agora eu falo, normal, falo se alguém perguntar falo sou de Santana dos Frades, sou filha de assentado, não tenho problema não*”. (Assentado 03 – 39 anos - PA Santana dos Frades).

(...) chamavam a gente de ladrão de terra (...) outros chamavam invasor (...) a pessoa não tem a terra, mas ele tem o direito à terra, aí vai e conquista aquela terra (...). Ah!! História de ladrão de terra, que nada!! Eu digo eu sou, eu sou assentado dentro da Santana dos Frades. (...) Eu mesmo me sinto bem ser assentado, me sinto por que eu tô assentado numa terra e graças aos meus esforços. (Assentado 01 – 62 anos - PA Santana dos Frades – Grifo nosso).

O território vivenciado ergueu-se sobre os significados e a relação simbólica, que os assentados possuem com o assentamento, a terra da Santa e pela relação de pertencimento com seu espaço de referência identitária: “*Morar aqui pra mim é bom, eu acho maravilhoso morar aqui (...) a gente tem que valorizar a terra, a roça, tem que valorizar a terra que é dali que a gente tira o sustento e é isso.*” (Assentada 03 – 39 anos - PA Santana dos Frades). “*A terra aqui não se vende, aqui é de pai pra filho, de filho pra neto (...) a terra tem que ficar para vocês.*” (Assentado 01 – 62 anos - PA Santana dos Frades).

Nesse espaço de referência se desdobraram as práticas materiais (uso, formas de organização do espaço, produção, consumo, circulação) e as representações socioespaciais (simbolização, formas de significação).



ASSENTAMENTO CRUIRI

Figuras 10, 11 e 12 – Casa de taipa ocupada por filhos de assentados; Igreja Nossa Senhora da Paz; Atividade de fabricação de redes de pesca. Assentamento Cruiri, município de Pacatuba (Baixo São Francisco/SE). **Autora:** SOUZA, Angela Fagna Gomes de. **Fonte:** Pesquisa de Campo, 2012.

Assentamento Cruiri



Figura 13 – Agrovila. Assentamento Cruiri, município de Pacatuba (Baixo São Francisco/SE).

Autora: SOUZA, Angela Fagna Gomes de.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

A área do assentamento Cruiri é contígua aos assentamentos Santana dos Frades e Nossa Senhora Santana⁴¹ e, portanto parte da fazenda que inicialmente pertencia aos carmelitas, cuja posse, no momento em que se iniciou os conflitos, encontrava-se sob o domínio de particulares. Os depoimentos dos assentados do PA Cruiri foram bastante ricos em detalhes, com relação à formação territorial da área, como segue: “(...) de Manuel Gonçalves, passou para um filho que era Dr. Roberto, de Dr. Roberto passou pra um José Augusto lá de Aracaju, quando nós se acampou aqui essa fazenda era desse José Augusto.” (Assentado 01 – 70 anos - PA Cruiri).

Então ele tinha de Fazenda Nova, a chegar em Japaratuba. Essa era a divisão da terra. Do sertão às dunas (...) era muita terra e (...) Dr. Roberto começou a vender a terra (...) vendeu de Pacatuba a Fazenda Nova e a de Fazenda Nova, vendeu outra parte no meio. Ai ele ficou ainda com essa parte toda que

⁴¹ O assentamento Nossa Senhora Santana foi criado pelo INCRA em 1992, que comprou e doou as terras para abrigar 37 famílias, que também ocupavam a terra reivindicada pela Serigy-Seagro e que se colocaram contra a luta dos posseiros de Santana dos Frades. A maioria dessas famílias possuíam laços de parentesco com os posseiros de Santana dos Frades e assim como as demais famílias já assentadas, ocupavam a terra há muitas gerações.

pertence a Cruiri, que fica por detrás da Santana dos Frades, que é a mesma terra (...). (Assentado 02 – 54 anos - PA Santana dos Frades).

Os conflitos que deram origem ao assentamento, apesar de conservarem elementos comuns presentes na questão agrária brasileira como o estado de miséria, exploração e expropriação dos trabalhadores, apresentam elementos que os singulariza, principalmente em relação à luta dos posseiros de Santana dos Frades, por se tratar do mesmo latifúndio.

A luta de Santana dos Frades possui um conteúdo fortemente marcado pela religiosidade, em função da identidade cultural, do enraizamento da população no território e do apoio da Igreja Católica, por meio da Pastoral da terra. Do acampamento a institucionalização do assentamento, o caráter da mediação feita pela igreja era religioso “(...) estabelecendo uma relação simétrica entre agentes religiosos, trabalhadores e camponeses sem terra.” (VALADÃO, 1999, p. 88).

Já as lutas que envolveram a criação do assentamento Cruiri, sob a mediação do MST, possuíam conteúdo político-ideológico e estratégico, um momento de definição de novas relações de poder, na condução da luta pela terra, não só em Sergipe, mas em todo país. O caráter político das ações do MST, no Estado, refletiu na forma como a ocupação do imóvel foi realizada, num domingo de carnaval, na madrugada do dia 5 de fevereiro de 1989. Para Silva e Lopes (1996, p. 40-41) a ação de ocupação:

(...) decorreu de uma decisão política do MST (...), ou seja, realizar um ato que tivesse grande repercussão dentro e fora do Estado, daí o grande número de ocupantes. O MST conseguiu levar para fazenda cerca de 1.000 famílias (...) um total de 4.200 pessoas. Faziam parte desse contingente, 180 famílias que estavam acampadas no povoado Genipapo, no município de Lagarto, expulsos da fazenda Betânia. Do acampamento da fazenda Monte Santo foram trazidas 60 famílias (...).

A ocupação da fazenda Cruiri foi a maior operação realizada pelo MST em Sergipe, até então não superada, seguindo um planejamento na qual a ideia da luta pela reforma agrária, como fundamento político era parte do ideário. Embora fosse consciência do MST que todas as famílias não poderiam ser assentadas na área da fazenda Cruiri, o ato de ocupar consolidava a dimensão política do movimento: pressionar as autoridades para efetivação do plano de reforma agrária criado em 1985;

fortalecer as lutas dos trabalhadores demonstrando as possibilidades de ação do movimento de forma efetiva e imediata; buscar autonomia frente a outras instituições que até então tinham a força mediadora e mesmo tutelar da luta no Estado, a exemplo da Diocese de Propriá e se consolidar como um movimento de massa. Um dos líderes do movimento na época, hoje assentado em outro PA, se recorda dessas ações:

A gente ocupou a Betânia em Lagarto (...) fomos despejados, levamos uma pisa da desgraça. Ai fomos pra Aracaju ocupamos o INCRA não deu certo, ai ocupamos uma fazenda chamada Cruiri em Pacatuba em pleno carnaval, ocupamos lá, deu uma briga infernal (...) todo dia a polícia ia despejar não conseguia, voltava correndo e nós naquela luta toda, ai conseguimos o Assentamento Cruiri, mas lá a área só cabia 30 famílias (...) ai corre pra outra área. (Assentado 01 – 46 anos - PA Vitória da União).

Os trabalhadores ficaram acampados na fazenda Cruiri no período de 5 de fevereiro a 26 de julho de 1989, quando houve a imissão de posse. Esse período foi marcado por intensa mobilização do governo Estado e de entidades ligadas ao agronegócio, no sentido de desmobilizar o movimento e retirar os trabalhadores da área.

A mobilização de um contingente de 1.000 famílias, cerca de 4.200 pessoas soava como uma ameaça à propriedade, além de estimular a luta de milhares de trabalhadores de outras regiões do Estado que ainda não possuíam terra, pois o “(...) embate da Cruiri diferentemente das outras ocupações de terra do Estado, extrapola o espaço local e espalha-se pelo Estado” (OLIVEIRA, 1996, p. 252).

Embora o tempo no acampamento possa ser considerado curto, comparados a outras ocupações, muitos acampados já haviam participado de outras lutas, a exemplo da ocupação da fazenda Betânia em Lagarto, quando foram expulsos pela polícia. Como as famílias acampadas eram provenientes dos mais diversos municípios⁴², a iniciativa dos trabalhadores “(...) levou os fazendeiros desses municípios a uma reação mais articulada deixando transparecer a luta de classes e o confronto entre dois projetos políticos de sociedade.” (OLIVEIRA, 1996, p. 252).

⁴² As famílias eram provenientes dos municípios de Lagarto, Boquim, Salgado, Riachão do Dantas, Campo do Brito, Porto da Folha, Gararu, Malhador, Riachuelo, Santa Rosa de Lima, Japaratuba, Japoatã, Pacatuba e Aquidabã (OLIVEIRA, 1996).

Outro elemento que merece destaque é o caráter social das lutas e os sujeitos envolvidos. Em Santana dos Frades têm-se a presença de posseiros, enquanto que em Cruiri, os sujeitos eram trabalhadores rurais (assalariados ou não), sem-terra ou com pouca terra e submetidos a diversas formas de exploração do trabalho.

Embora sujeitos de um mesmo processo histórico a “(...) luta dos posseiros é uma luta pelo instrumento de produção, que é terra” (MARTINS, 1993, p. 130), pelo direito ao território, que pela apropriação simbólica e material já lhes pertencia, “(...) um território visto não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora a dimensão simbólica (...) afetiva” (HAESBAERT, 1997, p. 41). Destarte, os conflitos pela posse “(...) não envolve relações sociais na produção (...). Envolve as relações de propriedade (...); o problema não é o da exploração. Mas o da expropriação (...). Os conflitos pela terra vêm de ‘fora’ para ‘dentro’ (...)” (MARTINS, 1993, p. 130).

A luta dos trabalhadores rurais assalariados e de outras categorias, como no caso do Cruiri, para as quais não prevalece relações contratuais reguladas por um direito escrito, é uma luta pela superação da exploração que envolve as relações sociais de trabalho e as relações sociais de produção, ou seja, o produto do trabalho. O problema é a exploração, emergindo conflitos no interior das relações sociais (MARTINS, 1993), como ilustra os depoimentos:

Não tinha terra não, ele [apontando para o esposo], só tinha o chão da casa, um chãozinho de casa que o pai deu (...). Minha família também não tinha terra, só era mesmo o chão da casa. Trabalhava na roça e minha família também trabalhava na roça dos outros, ganhando dia, trocando assim, trocar dia pros outros. (Assentada 04 – 68 anos - PA Cruiri).

Assim as lutas que deram origem ao assentamento Cruiri revelam um momento de modificação nessas relações, trabalhadores que sob a influência dos movimentos sociais, mais especificamente o MST, conquistaram um espaço e territorializaram sua luta pela terra.

A presença do movimento como nova força de mediação foi responsável pela organização dos trabalhadores na busca pelo acesso a terra, pelo direito ao território, como mostra os fragmentos:

(...) Em Pacatuba tinha um padre, chamado padre Nestor, nós viu que a coisa tava apertada pra nós trabalhar, pedimos uma orientação a ele, mas ele não quis mostrar a estrada toda (...) mas a gente começou um conhecimento com o MST com Zé Roberto, Daniel. Ai (...) eles deu essa orientação, perguntou se a gente queria ocupar uma fazenda, se nós topava (...) e mandou a gente escolher a região. Então nós escolhemos aqui n/é?... que tava isolada. Só sei que desceu 200 família do sertão, nós ocupou isso aqui. Ai a gente criou o acampamento. O acampamento era aqui atrás (...) numa lagoa que tem aqui atrás (...) depois recebemo a emissão de posse. (Assentado 01 – 70 anos - PA Cruiri).

A igreja deu os primeiros passos para a gente se organizar, mas era contra que a gente entrasse na área. Ficasse esperando que o governo desapropriasse pra poder entregar os lotes e a gente tomasse conta. Mas como a gente já viu Santana dos Frades, com 7 anos de luta e a experiência do MST, nós fizemos uma reunião e decidimos (...) esperar pelo governo não. (Assentado 07 – 54 anos - PA Cruiri)⁴³.

O assentamento nesse sentido é entendido como uma fração do território, conquistado pela espacialização da luta, como resultado do trabalho do movimento, “(...) um espaço político por excelência (...) trunfo particular, recurso e entrave, conteúdo e continente, tudo ao mesmo tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 59/60). O território conquistado é trunfo e possibilidades (FERNANDES, 1996): “(...) a gente começou um conhecimento com o MST (...). Ai (...) eles deu essa orientação (...). Nós entrou no dia 5 de fevereiro de 1989, quando foi dia 26 de julho, recebemo a emissão de posse, **ai já começamos a andar com nossos pés**” (Assentado 01 – 70 anos - PA Cruiri - Grifo nosso).

Em 26 de julho de 1989 os trabalhadores receberam a imissão de posse, ocupando a área de forma efetiva. Como o contingente de famílias acampadas era superior à capacidade do imóvel, priorizou-se as famílias que já moravam no município de Pacatuba, nos povoados Timbó e Fazenda Nova. Após a imissão de posse iniciou-se o processo de formação efetiva do território, com a demarcação dos lotes e a construção da agrovila.

Quando nós entramos aqui o INCRA doou umas lonas, depois tiramos as lonas e ele deu umas telhas, nós fez uma casinha. Depois veio novamente e

⁴³ O código A 07 refere-se a entrevista concedida por um assentado a pesquisadora Maria Neide Sobral e encontra-se transcrita no seu livro História oral da vida camponesa: assentamentos de reforma agrária em Sergipe (Da prática social à prática da alfabetização). São Cristovão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

diz “agora o governo vai liberar um dinheiro ai pra vocês crescer a casa”, ai doou a cada um 18 salários, então não dava pra nós fazer como está, mas caminhamos um pedaço bom. Ficamos, ajeitamos depois veio uma reforma. Ai com essa reforma o que o INCRA doou pra reforma deu e o que não deu a gente foi ajeitando e complementando. (Assentado 01 – 70 anos - PA Cruiri).

Oficialmente, segundo dados do INCRA (2014), o assentamento possui 35 famílias assentadas, contudo conforme depoimentos, a população do assentamento tem crescido consideravelmente, visto que outras famílias se constituíram, filhos de assentados que construíram suas casas no lote da família ou em áreas destinadas pelo INCRA: *“Um dia aqui foi assentada 35 famílias, mas hoje com a filiação, nós já temos umas 80 famílias aqui (...).”* (Assentado 01 – 70 anos - PA Cruiri).

O assentamento é considerado pequeno, possui uma única rua, onde se situa as casas, a igreja, a escola, o posto de saúde, a caixa d’água e a área de lazer, que é o campinho de futebol. As casas são de alvenaria, contudo a paisagem também contempla casas de taipa ou de sopapo, feitas de barro e cobertas com telhas ou palhas de coco. Essas casas muitas vezes são conservadas pelos donos dos lotes para abrigar os filhos, servindo também como depósito para guardar ferramentas ou casa de fogo⁴⁴.

O crescimento populacional dos assentamentos tem colocado desafios ao governo federal e estadual, na medida em que demanda mais infraestrutura e requer programas de habitação específicos para essa população: *“Sou filha de assentado. A minha casa foi um projeto do Governo Federal que construiu uma casa pra mim e pra as outras pessoas que também não tinham e já foi ampliada, pois tenho quatro filhos (...).”* (Assentada 03 – 26 anos - PA Cruiri).

A organização do assentamento em agrovila, no formato linear foi uma decisão dos assentados, que em conjunto com os técnicos dos INCRA, estabeleceram a posição das casas, o tamanho dos quintais, a área coletiva dos coqueirais e a área de reserva.

Segundo os assentados, a organização em agrovila facilita a instalação de infraestrutura (água, luz, calçamento, escola, casa de farinha comunitária), além de

⁴⁴ A casa de fogo é geralmente um local onde é contruindo um fogão a lenha para preparo da comida. Muitos moradores utilizam as antigas casas como casa de fogo.

estreitar os laços de proximidade e solidariedade entre os assentados: “(...) gosto da agrovila n/é?...porque aqui é donde a gente organiza tudo, n/é?...tem tudo, a gente planta, no tempo de colher a gente colhe, e tem tudo que a gente quer.” (Assentada 03 – 26 anos - PA Cruiri). “(...) gosto da agrovila... dizem uma parte de gente que mora em assentamento por ai, dizem que o local mais bem organizado, com a igreja mais bonita é esse assentamento aqui. (Assentado 06 – 94 anos - PA Cruiri). “Gosto muito de morar aqui” (Assentada 05 – 49 anos – PA Cruiri).

(...) Eu gosto de morar em agrovila porque, desde o feitio dessas casas, essa agrovila quem detalhou ela foi nós, e eu fui um dos principais. Então, fizemos a agrovila, todo mundo se agradou, veio esse calçamento e eu tô satisfeito. (Assentado 01 – 70 anos - PA Cruiri).

A infraestrutura produtiva do assentamento, no início de sua formação conciliava formas coletivas e individuais de produção, plantavam principalmente hortifrutigranjeiros, como alface, couve, pimenta, tomate e coentro, destinada ao consumo e também vendida na Usina Ladeirinhas, localizada nas proximidades do assentamento, ou a atravessadores. Produzia-se, coletivamente, mudas de coco entre os sócios da Associação dos Assentados do Projeto Nova Cruiri⁴⁵.

Atualmente a forma coletiva de trabalho não é mais praticada no assentamento, contudo ainda se utilizam da prática do mutirão e a troca de dias: “(...) troca dia (...) na roça de um, na roça de outro.” (Assentado 02 – 54 anos - PA Cruiri).

Nóis se junta, “vamô hoje pra roça de fulano de tal? (...) vamô a gente combina, n/é?”... três, quatro, cinco. “Vamô hoje pra roça de fulano de tal fazer aquele trabalho”. Ai nós vai e faz aquele trabalho e assim a gente vai levando a vida. (Assentado 01- 70 anos - PA Cruiri).

A Associação dos Assentados do Projeto Nova Cruiri foi criada com o objetivo de possibilitar o acesso dos assentados ao crédito, de viabilizar economicamente o assentamento e estimular a diversificação produtiva e a inserção no mercado.

A Associação era o principal meio de diálogo entre assentados e instituições como o INCRA, a EMDAGRO e os bancos, além de viabilizar a continuidade das

⁴⁵ Alguns assentados se referem ao PA como Nova Cruiri, simbolizando que o espaço passa a ter uma nova significação após a posse da terra, contudo nos registros do INCRA, o nome é PA Cruiri.

ações do MTS na região do Baixo São Francisco, pois foram assentadas no Cruiri algumas lideranças do movimento. Essa relação de proximidade com INCRA e o MST, contudo diluiu-se ao longo dos anos, à proporção que o assentamento se consolidava.

O MST, muito presente no início “(...) nunca mais apareceram” (Assentada 03 – 26 anos - PA Cruiri), ausência reclamada e externada também por outros assentados: “Tá com muito tempo que o MST veio aqui. Daniel⁴⁶ mesmo veio aqui quando ganhou pra deputado, disse que vinha próximo mês e até hoje, mas no começo eles viam muito.” (Assentado 01 – 70 anos - PA Cruiri). “(...) O ano passado eles [os técnicos do MST] vieram, mas esse ano não teve ninguém aqui ainda... mas no começo era direto... relaxou...” (Assentado 02 – 54 anos - PA Cruiri). A presença de outros órgãos de apoio ao assentamento também é escassa: “(...) até o INCRA mesmo tem muito tempo que pisou aqui.” (Assentado 02 – 54 anos - PA Cruiri).

Nos primeiros anos, a Associação teve um papel muito importante no desenvolvimento do assentamento, contudo, semelhante ao que ocorreu em outros assentamentos as disputas internas e a inadimplência interrompeu o funcionamento da mesma:

*Nós temos associação, só que ela não tá... não tem validade não (...) ela tá irregular (...). **Por que a associação deixou de funcionar?** Deixou de funcionar porque você sabe que coisas de muito é assim mesmo. **Não tem mais sócios?** Não tem não, por que não tá correndo mensalidade (...) não paga nada... tá parada (...). No começo era até bom né?... e quando a gente precisava ir nos banco, aí era através da associação ave Maria! Todo mundo era animado. (Assentado 01 – 70 anos - PA Cruiri).*

(...) está meio desarrumada [a associação]. Primeiro lugar as pessoas, quando tá vindo alguma coisa, as pessoa estão ali incentivando, quando deixa de vim, aí vão saindo. Os créditos vinham do PROCERA pela associação, mas já tem uns 6, 7 anos que nós não tira PROCERA mais, aí o povo também vai se afastando (...), mas não foi só aqui não, foi todas da região, porque a prefeitura era quem dava incentivo, mas não liga (mais), só liga uma coisa quando ela tem interesse, quando não tem interesse pode chorar lágrimas de sangue. (Assentado 02 – 54 anos - PA Cruiri).

⁴⁶ João Somariva Daniel é uma das principais lideranças do MST no Estado, sendo eleito em 2010 Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores.

A diminuição dos mecanismos de crédito, somados a desmobilização dos assentados e a escassez de assistência técnica, impossibilitou o assentamento de desenvolver outras formas de organização do processo produtivo. O assentamento, na atualidade, apresenta um modelo de produção artesanal, com base no trabalho familiar e seguindo critérios de produção baseados nas leis da natureza e tradição, com baixa produtividade (ZAMBERLAM, 1994). O trabalho no lote, com 24 tarefas (7,33 hectares), absorve todos os membros da família, tendo a força animal como complemento (ZAMBERLAM, 1994). Há uma produção diversificada com destaque para o cultivo do coco, feijão, milho, amendoim, mandioca, macaxeira, batata doce, verduras e hortaliças.

Homens e mulheres dividem o mesmo espaço de trabalho que se concentra principalmente entre os meses de março a julho: *“(...) todo mundo faz de tudo um pouco, eu mesmo, falar a verdade, eu faço tudo. Se tiver de fazer uma roça eu faço, eu trabalho em tudo.”* (Assentada 03 – 26 anos - PA Cruiri).

Aqui todo mundo faz tudo. Eu roço o mato, quando eu queimo a mulher toma conta do trabalho que é pra a gente covarar aquele garrancho. Quando eu vou cavar a terra, a mulher tá encostada que é pra plantar a mandiba. E os meninos nas horas vagas, eles tão mais a gente, a hora vaga eu digo, fora da escola. (Assentado 01 – 70 anos - PA Cruiri).

Além da atividade agrícola, os assentados também dedicam-se as atividades extrativas como a produção de palha para a fabricação de vassouras, que têm como matéria-prima a folha do adicuri, palmeira abundante na região. Outra atividade praticada no assentamento é a fabricação de redes de pesca de arrasto e a tarrafa, porém os mesmos não se definiram como pescadores.

As observações realizadas no assentamento permitem frisar que, para além de um complemento na renda familiar, as atividades envolvendo a fabricação de redes de pesca de arrasto e a tarrafa, se constituem como práticas sociais, majoritariamente, desenvolvidas pelas mulheres. A tarrafa é uma espécie de rede feita com náilon utilizada na pesca individual. Tem o formato semelhante ao de uma árvore de natal, é estreita em cima e bastante rodada embaixo. A pesca de arrasto é desenvolvida por duas ou mais pessoas, que esticam a rede em toda a sua extensão dentro do rio ou

lagoa onde estiverem pescando. As redes para esse tipo de pesca são feitas somente sob encomenda dos pescadores da região, que negociam o preço diretamente com as tecelãs (SANTOS, 2005). Essas redes de pesca e a tarrafa são utilizadas na pesca tradicional, uma atividade praticada em toda a extensão do BSSF [Baixo Sertão do São Francisco], bem como nas lagoas ribeirinhas (...). A distinção entre a pesca de rio de lagoa é observada tanto em termos de espécie de pescadas, como pelo tipo de artefatos (ALMEIDA; VARGAS, 1988, p. 54).

Realizadas geralmente de forma coletiva, no espaço da casa ou em áreas próximas, as práticas sociais presentes no assentamento são entendidas nesse contexto como “(...) procedimentos, métodos ou técnicas hábeis executados apropriadamente pelos agentes sociais.” (O'DWYER; MATTOS, 2010, p. 616). Essas práticas são dinâmicas no tempo e no espaço e podem ser consideradas “(...) herança de tradições, normas, regras e rotinas geradas e repetidas nas atividades diárias, que alcançam, assim, o caráter de algo legítimo (...)” (GIDDENS, 1984, p. 67), ou seja, o que de fato se realiza. No assentamento Cruiri, essas práticas acompanharam os assentados na construção do território, pois já eram realizadas anteriormente no antigo povoado onde moravam⁴⁷, uma tradição transmitida entre as mulheres, trabalho que exige habilidade, destreza “(...) compartilhado e realizado coletivamente por grupos de três a cinco mulheres (...). Tecer uma tarrafa exigia o trabalho de alguns dias de muitas pessoas (...)” (SANTOS, 2005, p. 51). Essas práticas sociais são socialmente construídas “(...) aptidões sociais, variáveis no tempo e no espaço, transferíveis, não estáticas, no interior e entre indivíduos da mesma classe e que fundamentam os distintos estilos de vida” (BOURDIEU, 2009, p. 135).

A paisagem do assentamento possui elementos que remetem a organização produtiva e ao trabalho. Coqueirais plantados e quintais com hortas e pequenos cultivos (frutas, ervas medicinais, hortaliças, capim). Folhas de adicuri, colhidas na área da reserva, espalhadas pelas áreas contíguas às casas, nas suas laterais, “nos terreiros”. Mulheres sentadas à frente da casa, atrás da igreja ou nas casas dos vizinhos, riscando palha ou tecendo redes de arrasto e tarrafas ilustram o cotidiano

⁴⁷ A maioria dos assentados moravam anteriormente no povoado Timbó, no município de Pacatuba, onde a pesca era tradicionalmente desenvolvida.

dos assentados. Essas práticas, somadas ao trabalho no lote e as relações que se estabeleceram no novo território possibilitaram aos assentados a afirmação desse território como meio de subsistência, ou seja, pelo trabalho e pela produção se consolidaram os aspectos materiais e imateriais das relações sociais. Esse assentamento hoje é “abrigo” “recurso”, um elemento fundamental de identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (CRUZ, 2006; HAESBAERT, 2005).

As tradições nesse sentido foram construídas como resultado da mediação entre os aspectos simbólicos, culturais e materiais. Tal como em Santana dos Frades a religiosidade é transferida e construída. A festa da padroeira, Nossa Senhora da Paz a cada dia 1 de janeiro “(...) representa um marco da luta nesse assentamento (...)” (SOBRAL, 2006, p. 142). A visita à margem da lagoa é um “lugar de memória” é também um momento de rememorar os acontecimentos, de possibilitar que a história da luta não apague e sirva para manter o território, para dar continuidade a uma trajetória que se inicia primeiro como um desejo, para depois se firmar como realidade: “(...) eu sempre falo que o que a gente conquistou quando não quiserem usar deixe pra o filho de vocês, ande por onde andar quando chegar tem um local pra ficar” (Assentado 02 – 54 anos - PA Cruiri).

Destaca-se que as territorialidades se expressam no território do assentamento não só nas atividades diárias, nas práticas sociais, nas relação materiais e simbólicas, no pertencimento e na identidade territorial continuamente reafirmada com o território. Tecem redes, como tecem a vida. Cultivam a terra, como cultivam os sonhos. Experienciam a realidade e constroem territorialidades que refletem a multidimensionalidade do vivido territorial. Esse território é meio de vida, recurso... Os assentados vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações simbólica e matérias (RAFFESTIN, 1993). A cada dia constroem nós e malhas que os fixam no território, também construído continuamente.



ASSENTAMENTO VITÓRIA DA UNIÃO



Figuras 14, 15 e 16 – Retorno da casa de farinha comunitária (Priapu II); Agrovila (Priapu I); Sede da Associação Comunitária (Priapu II). Assentamento Vitória da União, município de Santa Luzia do Itanhy (Sul Sergipano/SE). **Autora:** SOUZA, Angela Fagna Gomes de. **Fonte:** Pesquisa de Campo, 2012.

Assentamento Vitória da União



Figura 17 - Agrovila (Priapu II). Assentamento Vitória da União, município de Santa Luzia do Itanhy (Sul Sergipano) /SE.

Autora: SOUZA, Angela Fagna Gomes de.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

A criação do assentamento Vitória da União, localizado no município de Santa Luzia do Itanhy, pode ser considerado como um marco da luta pela terra no Sul de Sergipe, resultado direto da consolidação das ações do MST no Estado. A conquista da fazenda Priapu pelos sem-terra decorreu da luta da Cruiri, uma vez que as lideranças do MST pressionaram as autoridades no sentido de desapropriar outras áreas e assentar as famílias excedentes “(...) primeiro passo de autonomia do MST, frente a outros movimento e entidades” (OLIVEIRA, 1996, p. 250).

Antes da ocupação, a fazenda já era considerada um latifúndio por extensão, sem aproveitamento racional. Nesse momento, da cobertura original de Mata Atlântica vegetal restavam pequenas manchas de vegetação secundária e pastagens, denotando traços e marcas de uma paisagem abandonada. A desapropriação por interesse social ocorreu em 5 de março de 1990 pelo Decreto 97.819 de 6 de junho de 1989, considerando que o imóvel não apresentava níveis de produção e/ou produtividade; além da inexistência de trabalhadores rurais desenvolvendo atividades regulares com justas relações de trabalho (SILVA; LOPES, 1996).

O imóvel foi ocupado por famílias que haviam participado da ocupação da fazenda Betânia no município de Lagarto e Cruiri no município de Pacatuba, além de outras famílias que provieram de municípios como São Francisco, Aquidabã e Muribeca (SILVA; LOPES, 1996). Os trabalhadores sem-terra ocuparam durante dois anos às margens da Rodovia SE - 100, Rodovia do Coco, e que pelo ideal de luta pelo acesso a terra de vida e de trabalho, já haviam passado por diversos acampamentos: *“Ah! Eu passei por muitos, eu passei assim pelo uma base de dez a doze acampamentos até ficar assentado, desde 87 [morava em acampamentos].”* (Assentado 02 - 58 anos - PA Vitória da União).

(...) Quando a gente chegou do acampamento aqui, a gente só tinha a roupa velha do coro e a esteira para dormir e mais nada (...) acampamos ali na pista (...) aí (...) saiu a desapropriação das áreas... saiu dessa área, saiu uma outras (...) tudo numa época só, foi aí que a gente foi assentado aqui. (Assentado 01 - 46 anos - PA Vitória da União).

Uma característica marcante do PA Vitória da União é a divisão entre as famílias assentadas que reflete a disputa de poder entre os dois movimentos envolvidos nos conflitos na época da ocupação do imóvel: o MST e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia do Itanhy.

O assentamento apresenta duas áreas limitadas por outros lotes, uma de reserva e outra de uso coletivo do solo, além de duas áreas seccionadas: uma dos lotes para-rurais onde estão situadas as moradias e, a outra dos lotes rurais, com extensão de 21 tarefas cada (6,41 hectares), destinados às atividades agrícolas e pecuárias.

O assentamento é cortado pelo riacho Priapu e possui uma área de 798 hectares, com dois núcleos populacionais que conservam o nome antigo do imóvel. Essa divisão marca a paisagem do assentamento: são duas vias de acesso, duas agrovilas, duas formas de organizar e produzir o espaço. Uma divisão não só “natural”, física, ou de infraestrutura, mas também de poderes.

A organização espacial definiu também as formas de ocupação do território institucionalizando a organização interna do assentamento e a configuração de outras relações de poder, para além do Estatal, um poder na perspectiva

multidimensional, que surgiu das brechas e das lacunas deixadas por outras entidades e instituições. No Vitória da União foram assentadas 92 famílias, que se dividiram em dois grupos com proposições políticas e ideológicas diferentes. Um grupo formado por 34 famílias orientadas pelo MST, que optaram pela propriedade e uso coletivo da terra, chamado de grupo do coletivo e um segundo grupo, 58 famílias orientadas pelo STR de Santa Luzia do Itanhy e que decidiram pela propriedade e uso individual da terra, o grupo individual.

A agrovila Priapu I, construída segundo os critérios do INCRA, situa-se a margem esquerda do riacho, enquanto que a Priapu II, organizada pelo grupo do coletivo, situa-se na direita. Essa divisão, segundo informação foi realizada pela companhia de energia e em função do riacho, contudo a análise sobre os acontecimentos que envolveram a luta pela posse da terra nos permite inferir que a divisão foi ocasionada em virtude de disputas que ocorreram ainda no início da organização do assentamento.

Segundo informações, os assentados na Priapu I não aceitaram a construção da agrovila, semelhante a Priapu II, sob alegação de descaracterização do espaço rural. Na área da Priapu I foram assentadas as 58 famílias sob a influência do STR de Santa Luzia do Itanhy e que optaram pelo uso individual da terra, trabalhadores provenientes do município de Santa Luzia do Itanhy que não reconheciam o direito dos trabalhadores de outros municípios ao acesso a área.

Os lotes para-rurais da área da Priapu I, foram organizados de forma linear, com casas que se distribuem ao longo da estrada de chão que liga a agrovila à rodovia. Nessa área estão assentadas cerca de 70% das famílias. É também ao longo da estrada que se encontra os principais equipamentos do assentamento como escolas, sede de associações, igreja, posto médico, bares e armazéns (bodegas). Esse formato de aglomeração e a “divisão do assentamento” demonstra os conflitos que envolveram a organização do mesmo, como já frisado:

(...) eu não gostei não por que na época aqui deveria ter feito igual ao outro lado [a Priapu II] construído uma agrovila assim. Ai foi dois grupos n/é?... era um grupo só, mas rachou, ai ficou um grupo pro outro lado e esse outro desse lado de cá, ai os desse lado opinou por casa assim, mas eu não gostei não, mas fiquei desse lado de cá.

Por que o senhor não gosta dessa organização? *Por que se tivesse... a gente podia fazer uma praça, assim não tem como fazer uma praça (...) vai ser sempre a estrada, não tem local de praça.* (Assentado 04 – 61 anos - PA Vitória da União).

A agrovila Priapu II foi formada pelas famílias orientadas pelo MST e que optaram pelo uso coletivo da terra, distante da agrovila construída pelo INCRA, a cerca de dois quilômetros. “A localização do espaço para as moradias definitivas e outros equipamentos foi planejada em uma área próxima à entrada da antiga fazenda, devido ao aproveitamento de uma estrada já existente” (OLIVEIRA, 1996, p. 325). As moradias também apresentam características urbanas, dispostas em forma retangular, tendo no centro um espaço vazio, local destinado à construção de uma praça. Também é nesse espaço onde encontra-se a sede da Associação⁴⁸ e a casa de farinha comunitária.

A organização do assentamento como um todo reflete as ações do poder público na organização do espaço e “(...) se aproxima do tipo de planejamento espacial efetuado pelo Estado, em que constam lotes para-rurais e rurais, áreas de reserva florestal, área comunitária e toda uma infra-estrutura (*sic*) básica” (OLIVEIRA, 1996, p. 310).

Contudo, convém mencionar, que a criação de uma área destinada à produção coletiva e dois blocos de moradias, duas agrovilas como já descrito, demonstra a contraposição dos assentados ao modelo de organização estatal havendo, portanto, uma “(...) ruptura do seu poder sem que o mesmo pudesse controlar as forças que o romperam” (OLIVEIRA, 1996, p. 311).

A formação da agrovila e a definição da área coletiva, no Priapu II, determinou a afirmação de uma escala de poder dos assentados, a definição de objetivos, a construção e permanência no território:

[A agrovila] (...) também facilitava na época o negócio da água, facilitava encanação da água, energia, por que na época que a gente chegou por aqui tudo era mais difícil que hoje... então pra gente a importância da agrovila era isso, por que um tava perto do outro, pra vigiar uns aos outros, pra ter uma proteção. (Assentado 01 – 46 anos - PA Vitória da União).

⁴⁸ A Associação é formada somente por membros residentes na agrovila Priapu II.

O formato de construção da agrovila foi uma decisão coletiva, discutida e aprovada pelos moradores: *“O modelo das casas cada um escolheu o seu. Na época a gente tinha um padrão, mas ai meio que fugiu um pouco, cada um fez de forma diferente, só não podia fazer fora da agrovila, mas questão de gosto cada um foi criando...”* (Assentado 01 – 46 anos - PA Vitória da União).

O formato [das casas] foi decisão nossa, o modelo da casa cada um fez o seu, do seu tamanho e com que o dinheiro deu. Ai como o recurso foi financiamento pelo banco e foi igual pra todo mundo, ai cada um fez o seu (...). Tinha o modelo mas a gente discutiu que era melhor cada fazer do seu gosto, é uma coisa pessoal (...) cada quem faça o seu, já vai fazer dezenove anos essas casas, faça como quiser, ai cada um foi sendo arquiteto da sua casa (...) eu não gosto daquelas casas de conjunto, chegava num assentamento e via aquelas casas de conjunto, ai é pra a cidade que só vai pra casa dormir de noite. (Assentada 03 – 50 anos - PA Vitória da União).

O modelo das casas cada um escolheu o seu. Na época a gente tinha um padrão, mas ai meio que fugiu um pouco, cada um fez de forma diferente, só não podia fazer fora da agrovila, mas questão de gosto cada um foi criando... (Assentado 01 – 46 anos - PA Vitória da União).

Nesse sentido, as decisões tomadas, quer seja na definição da agrovila, quer seja no projeto arquitetônico das casas ou mesmo na criação de uma infraestrutura, revelam outras dimensões do poder que passam a ser percebidas pelos sujeitos envolvidos no processo como ocupantes, movimentos e entidades, proprietários de imóveis rurais e Estado, assim:

(...) ao mesmo tempo em que os ocupantes da terra iam construindo um poder, resistindo e contrapondo-se ao poder do Estado eles se depararam com outras dimensões do poder (...) o que tornava necessário (...) se criar novos tipos de relações e resistências, implicando também em uma multidimensionalidade do seu poder. (OLIVEIRA, 1996, p. 312).

Esse suplemento [recurso] veio pra todo mundo, a reforma pra todo mundo, a gente já botou banheiro dentro de casa, com caixa d'água e foi atrás de água... aquela confusão, só podia ser água de chafariz, porque não podia botar água encanada por que era tudo pela Coidro e a gente fez lá uma zuada e botaram água nas ruas tudo, não tem ninguém com água de chafariz aqui, todo mundo tem sua caixa, seu banheiro com sua torneira, já foi uma ousadia né?... por que? Depois foi que o outro lado foi se alertar pra isso, mas já construímos a casa com banheiro (...) a água vem do poço e quem administra é a gente. (Assentada 03 – 50 anos - PA Vitória da União).

Ao instituírem esses elementos no modelo de organização proposto, instituíram também outras formas de controle, ou seja, delimitaram espaços e estabeleceram tessituras:

Delimitar é, pois isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa. O desenho de uma malha ou um conjunto de malhas é a consequência de uma relação com o espaço e, por conseguinte, a forma mais elementar de produção do território (...). A escala da tessitura determina a escala dos poderes (...) a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes. (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Segundo Oliveira (1996), as relações que se estabeleceram ao longo do processo de ocupação e posse da terra do Vitória da União, definiram três campos de poder: o INCRA, o STR e o grupo do coletivo. Essa divisão de poderes como citado, influenciou na organização do assentamento, na ampliação do campo de poder dos assentados, mais notadamente o grupo do coletivo e o paulatino desaparecimento do MST, enquanto força política no assentamento.

O afastamento do MST decorreu de divergências políticas internas, o que provocou o desligamento de algumas lideranças que continuaram no PA Vitória da União e que foram responsáveis pela constituição do grupo do coletivo ou 5 de março como se intitulam.

O MST, antes presente e atuante, na atualidade não possui mais nenhuma influência no assentamento. Essas questões demonstram a complexidade das relações dos mediadores, expressando também os conflitos de valores ou de interesses (ROMANO, 1994), como segue os depoimentos dos assentados quando questionados sobre a relação do assentamento com o MST:

(...) o MST na época [da ocupação] a direção do MST estava toda nesse assentamento, então era eu, era a companheira Verônica (...) o companheiro Edson, Zé Roberto, então quer dizer quase toda direção veio pra cá, a gente não concordava com certas políticas do movimento, a gente não concordou, e por isso a gente rachou, a gente veio pra cá e o movimento respeitou nossa decisão e vem respeitando até hoje, então ele não tem nenhuma atuação dentro assentamento, o que a gente faz aqui também eles não diz que tá errado nem que tá bom nem que tá ruim. Eles não tem contato com agente, mas as vezes que a gente precisa deles, a gente vai até eles e eles nos atende, então quer dizer, a nossa relação, não é assim de

pai com filho, mas é uma relação boa, por que também a gente se aquietou no nosso canto, num fizemo nenhum estrago de queimação, nem de nada e por isso a gente vive uma relação boa (...). (Assentado 01 – 46 anos – PA Vitória da União – Grifo nosso).

É uma relação amistosa, eles lá e nós cá [risos]. Eles não andam aqui, não vem (...) eu acho que se todo mundo tivesse no mesmo barco as coisas andava melhor, mas num tá (...) mas, também a gente não ficou a desejar não porque tem assentamento que o movimento tá lá dentro todo o dia e tá pior que a gente. A gente respeita, defende (...) agora assim dizer, na organização interna nossa, eles não se metem não, eles não vem aqui (...) o pessoal aqui nem conhece quem são as lideranças (...) mas é amistoso. (Assentada 03 – 55 anos – PA Vitória da União).

Além dos aspectos descritos relativos à organização do território, pode-se destacar também, sobretudo na área da Priapu II, a significatividade das lealdades primordiais na formação dos grupos e na organização produtiva do assentamento, além da presença da Associação como elemento de coesão entre os componentes do grupo 5 de março e de acesso às benesses oferecidas pelo Estado.

Essas novas relações e a necessidade de resistir no território implicaram no estabelecimento ou mesmo o fortalecimento dos laços de solidariedade, de irmandade entre os assentados dos dois grupos, com mais visibilidade no Priapu II, ressaltando-se a importância das lealdades primordiais, ou seja, critérios étnicos, de parentesco, de compadrio, de vizinhança e religiosos, que funcionam como princípios orientadores da conduta e da visão de mundo dos atores sociais (ROMANO, 1994).

No Vitória da União as lealdades primordiais se configuram como um conjunto de práticas que determinaram a organização social e produtiva do território, agregando interesses e definindo a conduta dos assentados. As lealdades definiram a dinâmica e a trajetória dos dois grupos presentes no assentamento, fortalecendo os princípios de agregação social, sua capacidade de determinação e sua influência sobre outros princípios tais como os políticos e econômicos (ROMANO, 1994).

Essas lealdades são observadas no cotidiano, na divisão do trabalho, na ajuda mútua, na convivência entre vizinhos e amigos, “(...) aqui é tudo vizinho um do outro, não tem

assim uma encrenca com ninguém, é tudo meus amigo por aqui, cumpadre e tudo. Então é mesmo que ser uma irmandade, irmão.” (Assentado 06 – 48 anos - PA Vitória da União).

(...) Ele tinha um pedacinho [se referindo ao compadre] de macaxeira, sem ter nada aqui, aqui era terra, era mato, aí ele, o meu marido perguntou a ele se ele vendia, ele disse “vendo”, “eu só não tenho dinheiro pra lhe pagar” disse meu marido, aí ele chegou e disse “eu lhe vendo fiado”. Lembra disso cumpadre? “Eu lhe vendo fiado”, aí tava pra sair um projeto, quando ele recebeu o projeto ele pagou (...) (Assentada 05 – 55 anos - PA Vitória da União).

O fortalecimento dessas lealdades foi um elemento de extrema importância no Priapu II, considerando que a opção pela organização produtiva e do trabalho de forma coletiva encontrou resistência não só entre os assentados, do mesmo grupo ideológico, mas também entre os técnicos do INCRA, contrários a coletivização.

A organização social e produtiva fez surgir instituições e alianças, demonstrando a presença de um campo de disputas pelo controle do território. As famílias do grupo individual criaram duas associações que seguiram o padrão estabelecido pelo INCRA e que pouco diferia de um sindicato rural. De caráter assistencialista e clientelista, o objetivo principal era o acesso aos recursos governamentais (OLIVEIRA, 1996). Atualmente as associações estão inativas e com dívidas elevadas, dívidas estas que se constituem como um dos maiores problemas do assentamento, somadas a falta de infraestrutura e de financiamento que ainda persistem, como segue depoimento:

(...) o problema que existe aqui é que o povo não tem como plantar, pra gente plantar, ter uma agricultura, tem que ter dinheiro, tem que ter trator pra arar a terra, por que a nossa dificuldade é essa aqui, conseguir recurso, por que a partir que a gente passa a dever, os banco não vai liberar dinheiro e tá certo que a gente nunca conseguiu pagar, aí a dificuldade é essa. (Assentado 04 – 61 anos - PA Vitória da União).

(...) um dos problemas também é a falta de recursos, financiamento. Como todo mundo ficou endividado por conta dos pacotes agrícolas, a gente também, apesar da gente ter negociado (...) mas se você tá devendo você não pode pegar mais n/é?... isso é um problema (...) (Assentada 03 – 50 anos - PA Vitória da União).

Na época que a gente chegou aqui o governo não tinha preocupação nenhuma com a reforma agrária pra ele quanto mais bagunça tivesse, quanto mais errado desse, melhor era pra provar pro povo que a gente não queria n/é?...

então chegava recursos aqui fora da época, recursos que não era recomendado pra nós aqui, eles enviavam, e aí o assentado com fome, necessitado, vendo dinheiro não ia pegar não ia pegar? (Assentado 01 – 46 anos - PA Vitória da União)?

O grupo do coletivo criou a Associação dos Assentados do Projeto Vitória da União, ainda no período de pré-assentamento, instituída para viabilização da experiência de coletivização, experiência que significou um momento de aprendizado que perpassava “(...) todas as atividades dentro e fora do assentamento, sendo sujeito a avaliações e reavaliações contínuas (...)” (OLIVEIRA, 1996, p. 368). Uma experiência bem sucedida durante seu período de existência, mas que encontrou seus limites após 10 anos:

*(...) antigamente aqui era um assentamento coletivo, a gente trabalhava coletivo, todo mundo numa roça só, todas as famílias (...) é por isso que aqui é conhecido como o coletivo, eles chamam o coletivo, porque todo mundo plantava roça e criava gado tudo junto. **E havia problemas?** Bom problema existe. Trabalho coletivo problema existe, por que uns trabalham direito, muitos não quer trabalhar. **E prejudicava?** Não, a gente resolvia, sentava e resolvia. **E mudou por quê?** Mudou porque teve aí um meio e aí os pessoal começaram a sair, uns saíam, outros saía, depois resolveu todo mundo ficar individual n/é?... peguemos os bens que tinha dividimos e cada um foi tocar seus lotes. **Isso foi bom ou ruim?** Eu acho que foi bom porque lidar com gente é muito complicado, lidar com gente é muito complicado. (Assentado 02 – 58 anos - PA Vitória da União).*

(...) a gente trabalhou uma certa parte da nossa chegada aqui a gente trabalhava coletivo, tudo era coletivo n/é?... tinha só um área de subsistência, mas tudo nosso era coletivo, esse grupo aqui o 5 de março, no início, até uma certa parte um certo tempo, mais aí por conta do próprio INCRA que tinha que dividir a área, marcar os lotes tal n/é?... então a gente acabou n/é?... dividindo tudo e cada um ficou com o seu, hoje a gente não tem nada coletivo, só a casa de farinha que é da associação da comunidade, o restante a gente dividiu tudo (...). (Assentado 01 – 46 anos - PA Vitória da União).

Com o fim da experiência de coletivização, a Associação continuou seu trabalho junto aos assentados da Priapu II, grupo 5 de março, conservando segundo os entrevistados, a prática da discussão conjunta das questões que afetam o assentamento, sobretudo a parcela da área sob sua influência. É parte também do trabalho da associação à assessoria a outras associações de assentamentos da região, a viabilização de projetos e a aquisição de recursos junto aos órgãos estaduais e federais:

(...) desde o início [fizemos] um trabalho, bem feito, um trabalho de organização, de união de consciência, então as pessoas cresceram, cresceram nisso, então hoje não dá trabalho nenhum (...) nunca a gente faz nada sem tá todo mundo presente, isso é uma coisa que a gente faz questão de participar com todo mundo, essa conversa aqui, a gente vai passar para eles vai dizer que vocês tiveram aqui... a senhora vai conversar com outras pessoas, outras pessoas vão ter a oportunidade de dizer, de falar n/é?... de dizer o que a gente vive aqui dentro... do Estado foi o único grupo que conseguiu resistir (...) conseguiu manter essa organização (...) eu acredito que seja o único que consegue manter esse perfil de organização até hoje. (Assentado 01 – 46 anos - PA Vitória da União).

Na atualidade em ambos os espaços a organização do trabalho no lote é feita de forma individual, em torno da família ou de atividades coletivas, que conservam os laços de solidariedade e de fraternidade, “(...) trabalha assim pra um, depois vai pra outro, aí eu vou na roça dele, ele vai na minha. Isso aí ainda tem. Já teve mais, mas não acabou... ainda tem (...)” (Assentada 03 – 50 anos - PA Vitória da União). “(...) hoje só se faz troca de dia, ou algum mutirão. O coletivo, nós já trabalhamos coletivo aqui mais terminemo.” (Assentado 06 – 55 anos - PA Vitória da União).

Quando precisa faz, trabaia assim, terça e quarta, n/é?... agora faz assim, no sábado, nós faz um mutirão, na roça, limpando mandioca. Aí “chega vamo trocar um dia”, aí troca um dia, dois dia. Nós teve uma época que nós trabaiaava dois dia por semana um grupo de oito pessoa. Toda terça e quarta. (Assentado 07 – 41 anos - PA Vitória da União).

A diversificação produtiva é um aspecto presente no assentamento, estimulada desde o início de sua formação, com destaque para a produção da laranja, maracujá, coco, mandioca, milho, feijão, macaxeira, hortaliças, além da criação de gado e pequenos animais (galinha, porco): “Eu planto tudo (...) eu planto milho, feijão, planto maniva, planto amendoim, planto tudo, tudo, (...) frutas, manga, caju (...) as hortinhas pra se usar, pra não comprar.” (Assentado 04 – 61 anos - PA Vitória da União).

*Planto de tudo tem um pouquinho da banana, a laranja, o maracujá de tudo para o nosso consumo a gente tem. **E o que sobra?** Se sobrar vende também (...) na feira, ni Estância, em Santa Luzia (...). Meu marido vai vender, tem aquela motinha ali ele enche a moto e vai vender, todo dia ele leva um pinguinho coisa, todo dia pinga um pinguinho de dinheiro, todo dia, todo dia um pinguinho vem, aos poquinho. (Assentada 05 – 55 anos - PA Vitória da União).*

A perspectiva dos assentados atualmente é a produção com uso reduzido de adubos e defensivos, com inserção no mercado, quer seja por meio da venda direta nas feiras ou a indústrias como é o caso da laranja, quer seja participando dos programas do governo presentes no assentamento a exemplo do PAA⁴⁹ em que um grupo de assentados fornece alimentos para atender ao PNAE⁵⁰.

A produção é considerada satisfatória, destinada ao consumo e também integrada ao mercado. Essa integração, contudo enquadrou o assentamento nas leis da oferta de mercado, revelando as fragilidades dessa integração: “(...) às vezes quando vou vender tá de graça, laranja mesmo uma tonelada mesmo de laranja por cento e poucos reais não vale nem a pena a gente tirar, já é pouquinho e levar na fábrica não compensa.” (Assentado 04 – 61 anos - PA Vitória da União). “(...) a questão da comercialização é um problema, produz não consegue vender ou vende por preço baixo (...) mas aí com o PAA, PNAE, o Mais Educação você tem uma garantia que vai vender, vai receber, sabe que vai receber e é certo.” (Assentada 03 – 50 anos - PA Vitória da União). “(...) seria bom ter mais uma boa produção e também bom mercado pra um preço bom, melhorar” (Assentado 06 – 48 anos - PA Vitória da União).

Pelas observações, conversas e questionamentos percebe-se que a divisão do assentamento em dois espaços, embora não seja um aspecto frisado pelos assentados, nem posto como problema ou conflito, marcou as formas de sociabilidade presente no assentamento. Embora não haja um conflito perceptível entre “os de lá de cima e os de cá de baixo”, entre “eles, o outro lado e nós”, a atuação da Associação, a inserção do grupo do Priapu II ao mercado ou mesmo as articulações políticas e institucionais estabelecidas, demonstram essa divisão. As relações são divididas, assim como são

⁴⁹ Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal utilizando-se de mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações. Os alimentos são adquiridos diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas entre outros e destinados à doação para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos etc (Disponível em <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>).

⁵⁰ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visa à formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar. São atendidos pelo Programa os alunos da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias. (Disponível em: <<http://www.fn-de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>).

divididos os espaços de sociabilidade. No Priapu I está a igreja, a escola, o posto de saúde. No Priapu II está a sede da Associação, principal referência para os ai assentados. Essa divisão, para além dos aspectos físicos, anuncia-se na paisagem como um conteúdo vivo, processos dinâmicos e uma multiplicidade de relações.

Como território criado, a perspectiva do assentamento, configura-se, sobretudo na construção de identidades como traduções, quer seja na criação de uma infraestrutura social “(...) fazer uma praça ai, ajeitar isso aqui, calcar tudo e ajeitar tudo (...) dá uma melhorada boa nos médico (...)” (Assentado 02 – 58 anos - PA Vitória da União), quer seja na potencialização dos aspectos produtivos, ou mesmo na invenção de novas tradições:

(...) a gente vive aqui no povoado n/é?... e gosta de criar, tivesse assim uma rigração (...) pra irrigar o capim, pra gente ter n/é?... assim no verão (...) por que a gente tira da boca pra comprar um capim, pra comprar uma ração entendeu pra não ver eles passar fome. (Assentada 05 – 55 anos - PA Vitória da União).

Na festa do assentamento sempre nós faz corrida, uma maratona, alvorada, que percorre o assentamento, as vez tem futebol também, tem café (...) é uma festa que já virou tradição, a maior tradição do assentamento é essa festa. Todos se reúnem, é muito bom. (Assentado 04 – 61 anos - PA Vitória da União).

O assentamento Vitória da União foi um território que se constituiu nas dimensões da luta pela terra, por sua essência histórico, contraditório, inacabado, sujeito a avanços, retrocessos, ganhos e perdas, território apropriado que traz no seu bojo essas mediações. Um território que “(...) não contempla apenas a dimensão das fronteiras (...)” e que “(...) precisa ser visto como algo que identifica sujeitos e ações de um mesmo espaço” (MEDEIROS, 2009, p. 219). Cada um no seu espaço, cada um no seu lugar, contudo experimentam “(...) o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence (...)” (SANTOS, 2002, p. 96).



ASSENTAMENTO MANGABEIRA



Figuras 18, 19 e 20 – Praça principal (detalhe); Rua da agrovila; Produção de laranja. Assentamento Mangabeira, município de Umbaúba (Sul Sergipano/SE). **Autora:** SOUZA, Angela Fagna Gomes de. **Fonte:** Pesquisa de Campo, 2012.

Assentamento Mangabeira



Figura 21 – Praça principal. Assentamento Mangabeira, município de Umbaúba (Sul Sergipano/SE).

Autora: SOUZA, Angela Fagna Gomes de.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

O processo de formação do assentamento Mangabeira situado no município de Umbaúba, Sul Sergipano, se difere dos demais assentamentos, pois sua criação não decorreu do conflito entre trabalhadores e proprietários de terra, além da ausência da atuação de movimentos sociais nos processos que levaram a posse da área:

(...) aqui nós chegemo aqui... já chegemo aqui... não teve negócio de barraco, de ocupação não... foi de casa pra casa... saimo de uma casa e entramo ni outra. O INCRA disse assim: 'bom minha gente vocês quer enfrentar acampamento? Não, não... nós não aceitamo não. "Pois espere mais um pouco, que vocês vão sair de sua casa, pra dentro de sua casa" e isso mesmo foi. (Assentado 01 – 63 anos - PA Mangabeira).

A criação do assentamento resultou da ação direta do INCRA, por meio da compra e doação da terra aos trabalhadores: *"(...) eu me inscrivi e também com poucos dias saiu, nem infrentamo barraco... não pricisou da gente enfrentar barraco nem nada. O INCRA comprou as terra, adepois teve a divisão... ai entregou pra nós" (Assentado 01 – 63 anos - PA Mangabeira).* *"(...) aqui foi um assentamento projetado n/é?... não foi um assentamento invadido n/é?" (Assentado 02 – 26 anos - PA Mangabeira).*

Para aquisição da terra os trabalhadores realizaram um cadastro junto ao órgão que selecionou os beneficiários em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Umbaúba. O quadro de beneficiários foi composto por assalariados rurais e trabalhadores sem-terra, que já haviam participado de ocupações lideradas pelo MST e populações da periferia urbana de Umbaúba e de municípios vizinhos com origem rural.

Nesse sentido, as ações do órgão se caracterizaram como uma mediação oficial, ou seja, quando o Estado que por meio do seu aparato burocrático, por meio de políticas fundiárias, busca a resolução de problemas decorrentes de relações conflitivas entre trabalhadores rurais e proprietários de terra, ou mesmo a distribuição de terra a contingentes de trabalhadores assalariados sem-terra (SILVA; LOPES, 1996).

Criado em 1996, o assentamento Mangabeira se enquadra na segunda fase da política de implantação de assentamentos rurais no Estado, que compreendeu o período de 1986 a 1997, quando novas áreas são desapropriadas pelo INCRA ou adquiridas pelo governo estadual com o objetivo de implantar colônias agrícolas e projetos de assentamentos para trabalhadores sem-terra em municípios com significativo número de parceiros, posseiros, pequenos arrendatários e assalariados. Essa fase possui expressividade no Estado principalmente em função da ação dos movimentos sociais, notadamente o MST. No período segundo os dados do INCRA (2014), foram assentadas 2.803 famílias, em 40 projetos de assentamentos, numa área de 37.076.7008 ha.

Nesse sentido a decisão de criar o assentamento para além da necessidade de cumprimento das metas preconizadas no I PNRA para o estado de Sergipe, que previa o assentamento de 11.700 famílias, numa área 350 mil hectares, representou também uma estratégia de contenção das ações dos movimentos sociais, sobretudo o MST, bastante atuante no Estado no período, quando o movimento muda a “(...) dinâmica espacial deslocando o eixo das ocupações da micro-região (*sic*) Sertaneja do São Francisco para a região Centro-Sul (...)” (OLIVEIRA, 1996, p. 230). Além do PA Mangabeira outros assentamentos foram criados no período sob a mediação do

INCRA, a exemplo do PA Santa Luzia no município de Santa Luzia do Itanhý e do PA São Francisco no município de Cristinápolis, ambos no Sul do Estado.

A criação do assentamento circunscreve-se ainda numa política mais geral de desenvolvimento do Estado com a concentração de assentamentos:

(...) na região centro-sul do estado, considerada a de maior dinamismo e potencial econômico de Sergipe, e que tem como característica marcante a agricultura familiar voltada para a exploração da citricultura, principalmente a produção da laranja, além de maracujá, fumo, mandioca, batata-inglesa, feijão, milho, arroz, inhame, coco e hortaliças (LOPES, et al., 2009a, p. 165).

O assentamento condiz com a definição clássica do termo, uma nova unidade de produção agrícola, em benefício dos trabalhadores que receberam apoio creditício para uso adequado das terras e incentivos à organização social e à vida comunitária, cabendo ao Estado a função de viabilizar a unidade produtiva (BERGAMASCO; NODER, 1996). Nesse sentido, o Estado por meio do INCRA, viabilizou todo processo de constituição do assentamento, definindo a área dos lotes individuais, o modelo das casas e a localização dos equipamentos.

Embora haja uma distinção entre esse assentamento em relação à maioria dos projetos implantados no Estado na década de 1990, no que diz respeito ao processo de mediação e a ausência de conflitos pela posse da terra, sua constituição converge para um ponto comum: a persistência de uma estrutura fundiária fortemente concentrada no Estado, um modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas e excludente e a presença de trabalhadores rurais empobrecidos e sem-terra.

Assim como nos demais assentamentos, os beneficiários foram trabalhadores rurais assalariados ou envolvidos em diversas formas de sujeição ao trabalho, filhos de pais que também não possuíam terra ou que possuíam terra insuficiente para manter a família, reproduzindo uma realidade comum a milhares de trabalhadores no país, como segue os depoimentos:

(...) trabalhava numa fazenda dum rapaz... a gente fazia roça, trabalhava, fazia roça n/é?... eu trabalhava sempre assim de fazenda, sempre trabalhei de vaqueiro. **E o senhor tinha terra?** Não senhora! Só tinha só a casa com meia tarefa de terra só! **Sua família tinha terra?** Não também! Ninguém tinha terra. (Assentado 03 – 60 anos - PA Mangabeira).

(...) ele não tinha terra assim não (...) meu pai morava na cidade, mas toda vida ele trabalhou em roça, toda vida gostou de plantar... entendeu?... De criação... de tá... de ter um espaço que pudesse produzir, trabalhar (...) meu avô toda vida foi assim, mas a opção de morar na roça é essa (...)toda vida [ele, o pai] foi um cara que desde os 7 anos que trabalhava (...) (Assentado 02 – 26 anos - PA Mangabeira).

*Eu desde que morava em Boquim, minha vida era tirar laranja, fazer fumo... **Onde sua família trabalhava?** Trabalhava pros outro... meus fio também tirava laranja pros outro. Os minino meu trabalhava de enxada, fazia de tudo, tirava laranja... Meu pai tinha terra, mas era pouca...minha parte era uma conta muié pra cada um (...) **Uma conta é o que? Uma tarefa?** Era uma tarefa muié, era pouquinho... que era 14 irmão, era poquim mesmo. (Assentada 06 – 53 anos - PA Mangabeira).*

O PA Mangabeira, distante cerca de 6 quilômetros da sede do município de Umbaúba, possui uma área de 518 hectares, onde estão assentadas 50 famílias, número possivelmente superior aos registros oficiais: *“São cinquenta famílias, porém hoje já tem mais de cinquenta famílias, filhos de assentado que já casaram e outras famílias se achegaram na proximidade e já convive com a gente aqui no assentamento.”* (Assentado 02 – 26 anos - PA Mangabeira).

Assim como a maioria dos assentamentos, sob orientação do INCRA, a configuração espacial do mesmo, expressa as ações do Estado sobre o espaço. Um olhar sobre a paisagem nos permite apreender o caráter do planejamento estatal na organização espacial, expresso principalmente nas obras de infraestrutura e no formato da agrovila. Longas ruas, casas dispostas de forma linear, uma praça e lotes individuais contíguos à área urbana.

A praça, local onde ocorrem os eventos sociais e de lazer e onde localiza-se os principais equipamentos do PA como a escola, a igreja e a lavanderia coletiva, possui características urbanas. Segundo informações, a construção da praça foi uma reivindicação dos moradores, viabilizada pelo Programa Sergipe Cidades⁵¹. As casas também com características urbanas, foram construídas pelo INCRA e ao longo dos

⁵¹ O Programa Sergipe Cidades, foi criado em 2009 na gestão do governador Marcelo Déda e tinha como principal meta a promoção do desenvolvimento urbano sustentável em todo o Estado, com investimentos em obras, visando fomentar desenvolvimento econômico e social. (Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/leitura: 28194>). Quando a pesquisa foi realizada, em setembro de 2012, a praça estava recém-inaugurada.

anos foram reformadas e ampliadas: “(...) *ai já vieram as casa, casa simples, ai vieram as reformas depois de muito tempo. **Vocês modificaram? Foi!**” (Assentado 02 – 26 anos - PA Mangabeira). “A casa aqui é projeto do INCRA isso aqui, mas... a gente foi crescendo... crescendo... acho que tá acima dos 15 metros já!” (Assentado 04 – 41 anos - PA Mangabeira).*

Diferentemente dos outros assentamentos pesquisados, onde a população discutiu, opinou ou mesmo se opôs ao modelo de organização, no PA Mangabeira o modelo de organização implicou no estabelecimento do poder estatal sobre o território, uma instância que, de certa forma, controla e mantém um conjunto de instituições, seus aparelhos, com funções e objetivos diferenciados. Esse fato, contudo, não apresenta conflitos entre os assentados, pois todos os entrevistados se mostram satisfeitos com o formato da casa e com a organização empreendida pelo INCRA: “(...) *muito bom porque a gente vive mais em comunhão, mais em grupo (...).*” (Assentada 05 – 34 anos - PA Mangabeira).

*(...) rapaz pra mim aqui tá bom! **Você gosta desse formato de agrovila?** Avi Maria! Avi-Maria! Aqui é bom demais de morar rapaz! Oi isso aqui evita ladrão, porque se cada um morasse num lote até pra você ser robado é mais fácil! n/é não?... e assim pertinho assim já até pru ladrão fica mais difícil n/é?... é tanto que nós mora aqui na Mangabera já tem quinze anos e nunca robaro uma casa na Mangabera! Então é uma coisa é boa n/é?* (Assentado 04 – 41 anos - PA Mangabeira).

A interferência do Estado na organização do assentamento é um aspecto marcante sendo planejado e posto em prática, podendo ser observado na “(...) existência da agrovila, (...) equipamentos sociais requeridos por um projeto de assentamento implantado pelo governo e uma infra-estrutura (*sic*) instalada e em funcionamento” (OLIVEIRA, 1996, p. 321).

O trabalho no lote com 28 tarefas, aproximadamente 8,55 hectares, é de base familiar com tarefas definidas. Homens geralmente realizam o trabalho mais pesado e as mulheres se dedicam as atividades domésticas, ao plantio ou a colheita da laranja: “(...) *Trabalham todos! (...) tem que cada quem fazer uma coisinha! ... muié faz o mais fácil! **O que é o mais fácil?** O mais fácil é plantar, é catar feijão n/é?... feijão de corda, é quebrar o milho, criar uma laranja!... mas o home é na enxada, é foice...*” (Assentado 04 – 41

anos - PA Mangabeira). *“A família sempre ajuda, faz de tudo na roça, planta manaíba, a gente planta uma batata, de tudo a gente tem na roça.”* (Assentado 01 – 63 anos - PA Mangabeira).

Semelhante ao que se observou em outros assentamentos, a experiência do trabalho coletivo no PA Mangabeira também faz parte do passado, quando o assentamento foi criado, quando a rede de sociabilidades e de solidariedade envolvia a maior parte dos assentados. Era parte da rotina a ajuda mútua nas atividades que envolvia a preparação da terra e a colheita da laranja. Hoje nem mesmo as modalidades da troca de dias e mutirão são realizadas no assentamento:

Antigamente tinha trabalho, o coletivo n/é?... hoje vamo trabalhar pra fulano de tal... ai ia, se juntava, 6, 7, 8, conforme o grupo e a gente ia... mas adespois começaram com esperteza n/é?... a gente ia e no dia do da gente não ia... aquela pessoa não ia... ai ficava ruim n/é?... ai foi acabano, foi acabano, agora cada cá faça o seu. No começo dava certo, hoje vai pra roça de um, hoje vai pra roça de fulano, ai quando caísse naquele dia da gente, ai todo mundo vinha pra gente... mas fazendo assim é esperteza. Ai foi afastando e acabou. (Assentado 01 – 63 anos - PA Mangabeira).

A produção no assentamento é diversificada, com destaque para o cultivo da laranja, coco, maracujá, mamão, mandioca, amendoim, milho e feijão. Parte da produção é destinada ao consumo familiar e o excedente vendido em feiras livres ou a atravessadores. A diversificação produtiva é um recurso utilizado pelos assentados, sobretudo nos períodos de entressafra da laranja.

A laranja é o principal produto cultivado no assentamento em volume e extensão, se configurando como a principal fonte de renda para os assentados. Os lotes possuem a maior parte da área produtiva dedicada ao cultivo do *citrus*. Em relação à dinâmica de produção do assentamento, o cultivo da laranja requer a incorporação da mecanização, dependência de capital para manutenção ou mesmo substituição do pomar periodicamente, orientação por parte dos órgãos de assistência técnica e extensão rural, uso de insumos e defensivos químicos, além de contratação de mão de obra externa *“(...) a gente sempre as vez coloca trabalhador pra trabalhar n/é?”* (Assentado 02 – 26 anos - PA Mangabeira). Embora envolva o trabalho de toda a família, alguns assentados destacaram a necessidade de contratação de mão de obra principalmente na época da colheita.

Enquanto espaço produtivo, o PA Mangabeira se enquadra como área de desenvolvimento da cadeia produtiva da laranja, relacionando-se com as seguintes instâncias: a) bancos: crédito; b) fornecedores de insumos: lojas de revenda de produtos agropecuários; c) viveiristas: produção e venda de mudas comuns ou teladas; d) Secretaria de Estado da Agricultura/EMDAGRO: venda subsidiada de mudas teladas, adquiridas de viveiristas credenciados; e) Técnicos prestadores de assistência técnica e extensão rural: EMDAGRO, cooperativas, associações (LOPES, 2009b).

Segundo os assentados, desde o início da formação do assentamento, foram incentivados a se dedicar a cultura da laranja, com subsídios governamentais e amplo apoio da EMDAGRO, no que diz respeito assistência técnica e a extensão rural que destinava agrônomos e técnicos agrícolas para acompanhamento dos assentados. Essa relação entre o órgão e os assentados ainda se mantém, visto que toda a assistência técnica é realizada pelo mesmo.

O município de Umbaúba, juntamente com outros municípios do Sul e Centro Sul do Estado, compõe o chamado polo citricultor⁵². O Estado de Sergipe, na década de 1980, possuía uma área plantada de 50 mil hectares e produção média anual de 700 mil toneladas, ocupando o segundo lugar como maior pólo citrícola do país, com produção destinada ao abastecimento do mercado interno de frutas *in natura* e à exportação, sob a forma de suco concentrado. Na atualidade, contudo segundo Lopes (2009b, p. 14) “(...) o Estado é um pálido retrato do setor pujante que foi entre 1970 e 1990, embora ainda continue a ter uma enorme importância social e econômica (...) mesmo a despeito da grave crise pela qual vem passando”.

A partir de 1990, uma conjunção de fatores, como a falta de investimento público na pesquisa e na extensão, saturação do mercado, períodos de seca, falta de evolução tecnológica dos produtores, principalmente no setor de comercialização e organização, resultou em anos de inadimplência no crédito e um crescente processo de estagnação (SERGIPE, 2007).

Lopes (2009b, p. 14) ainda destaca que:

⁵² Itabaianinha, Pedrinhas, Lagarto, Riachão do Dantas, Arauá, Tomar do Geru, Umbaúba, Estância, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhhy e Itaporanga D'Ajuda Cristinápolis, Salgado, Boquim.

Os reflexos negativos se reproduziram por toda a cadeia produtiva da citricultura, desde o segmento de produção de mudas, passando pela indústria de fertilizantes, comércio de insumos, agentes financeiros, comerciantes de frutos, chegando até a indústria de suco e o mercado varejista de frutas, levando a um processo de semi-estagnação econômica da região citrícola.

Assim como em outras áreas produtoras de laranja, o assentamento Mangabeira também sofre os efeitos dessa crise, principalmente no que diz respeito ao incentivo governamental para a produção e a comercialização, pois o Estado não possui uma política de preços, enquadrando os assentados nas leis da oferta e da procura, além da presença dos atravessadores que compram o produto abaixo do valor de mercado:

(...) o preço tá lá em baxo n/é?... quando chega a 100 reais a tonelada essa produção não é suficiente, e um saco de adubo é setenta, oitenta n/é?... num sitio de um amigo meu gasta cinquenta saco de adubo, vamo buta a oitenta reais vai pra quanto n/é?... e a laranja não cobre n/é?... e você tem que... cada um tem seu trabalho sua mão de obra n/é?... você tem que dividir com outas coisa pra quando chegar essa época você tá preparado n/é?... [a laranja] (...) ela dá duas vez no ano n/é?... quer dizer que toda vez que você tirasse ela tivesse de duzentos e cinquenta a trezentos reais a tonelada ainda quebrava o galho n/é?... porque você tem que gastar você tem que ajeitar o sitio tumbém, tem que roçar e tem que passar o trator de vez em quando, uma coisa ou ota, mas se fô pra você viver daquilo ali você não vevi, mas tonelada vai pra num sei quanto... e você comprar o adubo de 80 aí não compensa o trabalho. (Assentado 03 – 60 anos - PA Mangabeira).

Soma-se a essa questão, o tamanho do lote, pois a cultura demanda uma maior quantidade de terra, aspecto bastante frisado pelos entrevistados quando questionados sobre a relação quantidade de terra e manutenção da família: *“(...) se depender do terreno... a gente só do terreno num dá pra sobreviver não (...) porque nosso foque é laranja e laranja tá numa situação lamentáve.”* (Assentado 02 – 26 anos - PA Mangabeira). *“Eu acho pouca terra pra trabalhar você e sua família!”* (Assentada 05 – 34 anos - PA Mangabeira).

Quanto à organização social, o assentamento possui a Associação de Desenvolvimento Agropecuário do Projeto de Assentamento Mangabeira (ASDAPAM) que realiza um trabalho de assessoria aos trabalhadores, além de estabelecer um diálogo entre o assentamento e órgãos como o INCRA, Prefeitura,

Secretarias de agricultura estadual e municipal e organismos de assistência técnica. Segundo o presidente da Associação, a mesma:

(...) tem trazido benefício pra comunidade, como por exemplo, agora a gente conseguiu quatro mil mudas de laranja através da associação, nos conseguimos agora um projeto da CONAB na qual... quase todo assentado consegui colocar três tonelada de laranja pela CONAB na onde a tonelada de laranja tava custando cem reais, ele colocou a quinhentos reais a tonelada, então é um projeto da CONAB que veio da Bahia n/é?... esse projeto tem a sede na Bahia... então a gente tem agido dessa forma, outra situação importante também a gente consegui trinta e cinco casas de conjunto (...) através da associação para beneficiar moradores e filhos do próprio assentado (...) será construída num espaço de terra que é do INCRA mesmo (...). E aí a gente vai sortear trinta e cinco casas n/é? (Assentado 02 – 26 anos - PA Mangabeira).

A Associação na atualidade tem buscado superar as dificuldades encontradas ao longo dos anos e, segundo os entrevistados, tem procurado incorporar os sócios que se afastaram da entidade em função de disputas internas motivadas por desvios de recursos e ingerência:

(...) rapaz nós [se referindo à esposa] mermo participa da associação! A associação é o seguinte... a associação depende de gente n/é?... essa que nós tá no momento os dirigente tá bom! Porque já teve dirigente aqui que passou a mão na associação e deixou o bagaço, deixou a associação inadimplente (...) que nos num podia nem fazer um projeto no Banco! E aquele menino pegou a associação agora aí pagou os débitos atrasado aí, pagou quase eu acho que chegou a quase três mil! Foi dois mil e cacetada aí! Eu sei que ele pegou a associação aí mais o tisorero e ajeitaram e só sei que tá aí, o negócio tá bom! (Assentado 04 – 41 anos - PA Mangabeira).

Como assentamento instituído, um dos grandes desafios do PA Mangabeira na atualidade é a sobrevivência diante de um quadro de crise que envolve principalmente a produção da laranja. Nesse sentido, diante do quadro de crise da atividade citrícola, os assentados, aproveitando as potencialidades do assentamento, têm investido na produção diversificada, sobretudo de frutas, destinadas a venda principalmente na sede do município. As relações mercantis colocaram o assentamento no circuito do mercado, argumentando contra os que veem nos assentamentos apenas nichos de produção para o auto consumo.



ASSENTAMENTO PEDRAS GRANDES



Figuras 22, 23 e 24 – Umbuzeiro, símbolo da luta pela posse da terra; Retorno do trabalho de colheita do milho; Padrão de construção das casas (INCRA). Assentamento Pedras Grandes, município de Poço Redondo (Alto Sertão Sergipano/SE). **Autora:** SOUZA, Angela Fagna Gomes de. **Fonte:** Pesquisa de Campo, 2012.

Assentamento Pedras Grandes



Figura 25 – Agrovila. Assentamento Pedras Grandes, município de Poço Redondo (Alto Sertão Sergipano/SE).

Autora: SOUZA, Angela Fagna Gomes de.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

O assentamento Pedras Grandes situa-se no município de Poço Redondo, Alto Sertão Sergipano, distante cerca de 15 km da sede do município. A área foi desapropriada pelo Decreto 95.926, de 15 de abril de 1988 e transformado em assentamento em 30 de setembro do mesmo ano, com área de 636 ha, onde foram assentadas 27 famílias, que receberam lotes com 72 tarefas (21,97 hectares).

Inserido na unidade geomorfológica do Pediplano Sertanejo, o PA Pedras Grandes situa-se numa área plana, com solos rasos e pedregosos, com ocorrência de afloramentos rochosos, que sobressaem na paisagem, em contraste com a caatinga rala. (SERGIPE, 2008).

A história do assentamento começa com a ocupação da fazenda Pedras Grandes em 23 de dezembro de 1986, por um grupo de trabalhadores sem terra, residentes no povoado Sítios Novos, município de Poço Redondo. Classificado pelo INCRA como latifúndio por exploração, o imóvel pertencia ao espólio de Antonio de Souza Leite, repassado a herdeiros, que conservaram o mesmo como reserva de valor, não apresentando níveis de produção e produtividade, além de possuir

dívidas junto ao governo federal: “O fazendeiro que não pagava INCRA, aí até o INCRA mesmo deu direito a nós de lutar aqui e garantiu que desapropriava pra nós.” (Assentado 02 – 57 anos - PA Pedras Grandes).

*Aqui era de Tonho Leite. A Barra da Onça ali parece é que vinte e seis mil tarefas de terra. **Aqui era do mesmo dono da Barra da Onça?** Do mesminho, só, mas aqui só é 1.100... só deu pra 27 parceiro, na base de 70 tarefas pra cada um. O primeiro assentamento, a primeira terra desapropriada foi Barra da Onça, segundo foi Pedras Grandes, agora todos os dois de um dono só (...) (Assentada 04 – 56 anos - PA Pedras Grandes).*

A luta pela terra empreendida pelos trabalhadores de Pedras Grandes ilustra bem a situação de conflito existente no campo sergipano a partir da década de 1980 e semelhante à realidade nacional, foi marcada por episódios de violência, revelando também a revolta e insatisfação da população frente à miséria, a opressão e ao estado de abonado a que foram submetidos ao longo dos séculos.

A ocupação da área hoje correspondente ao assentamento apresenta algumas peculiaridades em relação aos demais assentamentos estudados nesse trabalho, pois decorreu da iniciativa dos trabalhadores que ocuparam o imóvel e exigiram sua desapropriação. Silva e Lopes (1996) confirmam a afirmativa ressaltando que a iniciativa foi dos próprios trabalhadores, em função do conhecimento das experiências de Barra da Onça e Ilha do Ouro. Agiram por conta própria, sem a tutela da Igreja e sem serem induzidos por lideranças sindicais. Esses acontecimentos estão vivos na memória dos assentados como segue os depoimentos:

O povo (...) se juntou, vendo o exemplo de Barra da Onça, que lutaram. Foi gente presa, apanharam, mas ganharam a luta, né?... aí o pessoal se juntou-se: “vamos fazer uma ocupação? Bora”. Aí fizeram umas reuniões escondidas e era escondido mesmo porque o governo era contra, né?... aí faziam uma reunião escondido, aí decidiam, “vamos ocupar hoje”, aí entraram de noite, tem ali o imbuzeiro. (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes).

(...) o pessoal já tinha ido pra Barra da Onça e chamaram pra entrar aqui, que se viesse o governo desapropriava pra nós (...) a decisão de ocupar foi nossa mesmo (...) se reunimo todos e decidimos entrar na terra, depois que entremo na terra foi que veio o apoio de Sindicato, da Igreja, deu apoio a nós, deu ajuda, mas pra vim mesmo foi nós mesmo, sim senhora (...). E

comecemo a fazer roça n/é?... ai uns era favor, outros era contra n/é?
(Assentado 02 – 57 anos - PA Pedras Grandes).

As experiências de luta de outros trabalhadores pelo acesso a terra, a exemplo de Barra da Onça, Ilha do Ouro e Santana dos Frades, fez surgir um coletivo que se identificou “(...) pela soma de características comuns de vida e de trabalho, pela situação de expropriação e subordinação econômica e política” (VALADÃO, 1999, p. 79).

Entenderam que assim como os seus pares, a única maneira de vencer a condição de submissão ao patrão, ao latifúndio era a inserção na luta pela terra. Possuíam ideias comuns, por que também comum eram a condição de expropriado e excluído. A iniciativa representava, pois a possibilidade de dar um novo sentido a vida, de construir novas relações e criar uma autonomia frente à condição de sujeição em que viviam, como segue:

Eu trabalhava pra outras pessoas de diária, eu comprei um terrenozinho que eu falei era perto de lá do Sítio Novo com 8 tarefas de terra, aí eu trabalhava ali naquele pedacinho de terra meu e trabalhava por fora de alugado, antes de entrar aqui. Depois que a gente conseguiu ganhar a terra, aí ficou só trabalhando pra a gente mesmo. (Assentado 03 – 75 anos - PA Pedras Grandes).

Lopes (2007, p. 10) em referência a luta pela terra no estado de Sergipe destaca que os episódios de violência têm sido uma das principais características dos conflitos envolvendo a disputa pela terra “(...) praticada pelos latifundiários e seus jagunços contra os ocupantes, com o beneplácito, conivência ou omissão da Justiça.”

Nos conflitos de Pedras Grandes, essa afirmativa também se confirma como segue as narrativas organizadas por Silva e Lopes (1996, p. 39) sobre o enfretamento entre o proprietário e os trabalhadores:

(...) chegou um dos herdeiros de Antonio de Souza Leite, com alguns capangas ameaçando os trabalhadores (...). Os trabalhadores reagiram. Em poucos minutos surgiu de dentro dos barracos foices, enxadas, machados, espingardas. Um monte de pedra foi formado rapidamente no local por crianças, mulheres, velhos e religiosos da Diocese de Propriá. O fazendeiro viu que se tentasse agredir alguém

fisicamente alguém, ia se dar mal. Bateu em retirada com seus jagunços.

A luta pela posse do imóvel foi um período marcado por uma intensa repressão por parte do Estado: *“Enfrentemos a polícia que tocava fogo no barraco, expulsava a gente. A polícia vinha derrubava os barraco, ai quando eles saíam a gente ia e construía de novo (...) nós apanhou e tudo...”* (Assentado 02 – 57 anos - PA Pedras Grandes).

(...) chegava a polícia e dizia: “Cadê os líderes daqui, cadê os chefes?”. Ai a gente dizia: “Não tem chefe aqui não”. A gente dizia: “Quer conversar com o chefe?”... ai a gente pegava as crianças que tava na frente e mostrava, era as mulher, os meninos, porque se pegasse os chefe era prisão. Eu, como diz a história, com minha cara de besta, era um dos líderes dali. (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes).

As ameaças e a coerção por parte do Estado acompanhou todo o processo de luta pelo acesso a terra. A experiência de resistência no acampamento e a superação das condições impostas pelo meio físico como a seca, o calor, a falta de água e comida, fortaleceu a luta dos trabalhadores pelo acesso a terra:

(...) era muito difícil [no acampamento] porque na ética⁵³ que a gente entrou aqui era um ano seco, tudo muito seco e era meio difícil... mas a alimentação, tudo o sacrifício só. Mas, aqui acolá assim aparecia aquele povo que apoiava a gente e dava uma digitória a gente, dava uma alimentação, ai se criamos pra frente. Até que chego o tempo que foi desapropriado o terreno e cada um pegou seu lotezinho e construímos as casa e ainda hoje... Que é assim, a gente mora aqui, mas os da luta mesmo são poucos. (Assentado 03 – 75 anos - PA Pedras Grandes).

Foi difícil, mas a gente tinha união. Primeiramente era o alimento, porque os fazendeiros não queriam que a gente nem passasse por dentro das terras deles, porque chamava a gente era de os grileiros, de toma apulso. Ai a gente tinha a necessidade do alimento, porque ninguém podia trabalhar pra ganhar e também saúde, porque não tinha médico. A água a gente trazia no carro de boi dos Sítios Novos pra aqui, ainda hoje tá ai o rapaz que colocava água pra gente. E tinha família inteiras, menino, novo, velho, tinha tudo. As famílias morava todo ali dentro, quem queria terra tinha que ter o barraco ali. (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes).

⁵³ A palavra corresponde a época, contudo na oralidade o entrevistado expressou “ética”.

Resistência é a expressões que melhor traduz a luta dos trabalhadores de Pedras Grandes pela construção do território. Resistiram à violência institucionalizada, à coerção e ao poder do latifúndio... Resistiram às adversidades impostas pelo meio continuamente... Resistem ainda hoje à falta de uma infraestrutura capaz de garantir a permanência de seus descendentes na terra.

França (2003, p. 79) em referência a outros assentamentos do Sertão sergipano, mas que tão bem ilustra a realidade de Pedras Grande assevera que mesmo sem uma infraestrutura adequada assiste-se “(...) a uma luta pela terra e uma persistência do trabalhador rural em se manter na terra. Portanto o Nordeste tem utilizado diversas estratégias para garantir a terra e sua permanência nela.” Como segue depoimento: *“Tinha a pedreira... eu achava difícil fazer pão de pedra, eu dizia que meus filhos não comiam um pão desse, mas tive que fazer também pela necessidade, cheguei a quebrar 11 mil pedras”* (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes – Grifo nosso).

(...) passemos três anos morando no barraco de lona, se acabava um plástico nós botava outro, já morando na terra. E água tinha? Água? Ave Maria (...) minha irmã, não tinha água de jeito nenhum, ia buscar nas barragens (...) às vezes pedia um carro tanque, às vezes quando chegava não dava nem um pote pra cada um, passava sede, nós bebia água salgada. Bebia, cozinhava, lavava, tomava banho daquela barragem salgada ali (apontando para a barragem), nós bebia, cozinhava, lavava... de uma água só, senão ia morrer de sede. Nós sofremo muito aqui com problema de água, passou uns cinco anos pra chegar aqui. (Assentado 02 – 57 anos - PA Pedras Grandes).

Aliada a resistência, o processo de autonomia construída ainda na época do acampamento, também se configurou como um elemento essencial para a afirmação desses assentados no território. A construção de uma autonomia e a resistência do grupo estabeleceu outras relações de poder no território, pois, “(...) onde há poder há resistência (...) e esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder (...) e não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência (...)” (FOUCAULT, 1988, p. 89/91). Ao decidirem ocupar a terra, o novo território, passou a possuir:

(...) uma multiplicidade, pois com a posse se estabelece limites que são demarcados numa perspectiva política construindo fronteiras, delimitando áreas de terras que vão representar uma relação político-econômica do espaço. Ao ter sua área demarcada o assentado passa a identificar este espaço como sua propriedade que se juntado ao conjunto do assentamento vai construir um novo território, onde nem todas as relações estabelecidas serão iguais. (MEDEIROS, 2009, p. 220)

A necessidade de permanecer na terra instituiu formas de solidariedade entre os assentados expressas pelo formato de organização do espaço produtivo. Embora cada assentado tenha recebido um lote individual, designou-se uma área com 72 ser tarefas que seriam utilizadas por todos os assentados.

Dessa experiência, contudo, resta somente o trabalho desenvolvido por um grupo de mulheres (...) *que tem uma área que elas fazem um plantio de verdura, mas os homens não tem mais não...*" (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes) e o apelo a memória, como um tempo de união, quando a maior parte dos assentados eram os mesmos personagens que haviam participado da luta pela terra e com ideias comuns: *"Mais pra trás tinha mutirão, trabalho coletivo, mas agora que começou a entrar esses novato acabou."* (Assentado 03 – 75 anos - PA Pedras Grandes). *"(...) foi chegando mais gente de fora, aí muita gente foi desaconçoando. Venderam os lotes, foram chegando gente de fora aí enfraqueceu mais."* (Assentada 05 – 62 anos - PA Pedras Grandes).

(...) aqui a gente tinha uma parte comunitária, que era colocada no nome da associação, que era do tamanho de um lote. Aí essa área ficou urbana porque é das casas, tem 3 tanque, tem uma pedreira que ficou comunitária pra os meninos trabalhar, porque de qualquer maneira, essa pedreira foi uma renda para as famílias, porque ninguém podia, ninguém tinha condições, aí "vamo quebrar pedra" pra vender paralelepípedo, muitos tempo, quebrando pedra e fazendo isso, era uma fonte de renda pra cada um, cada casa ia lá e fazia a sua. Existia o trabalho coletivo, você sabe quando começa o assentamento é bom porque o camarada diz: "Vamos trabalhar comunitário", mas depois todo mundo só quer puxar a sardinha pra sua brasa e terminou acabando. (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes).

A organização espacial do assentamento e da agrovila, segundo os entrevistados foi instituída pelos próprios assentados que coletivamente decidiram o número de ruas, a posição das casas e a área destinada a construção da igreja e da escola. Decidiram por essa organização buscando construir um espaço de

convivência e de ajuda mútua: *“Eu gosto mais assim [da agrovila], porque é mais fácil pra uma visita, mais fácil pra uma reunião, pra a escola dos meninos, pra o estudo dos meninos e é melhor, porque às vezes gente cai doente o vizinho tá encostado.”* (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes). *“Pra mim é bom demais. Porque o que nós passou nessa terra e depois ganhar, a pessoa não vai dizer que é ruim, n/é? Eu gosto de morar aqui. Tem uns anos assim que quando é a completação de ano, a pessoa se junta e tudo.”* (Assentada 05 – 62 anos - PA Pedras Grandes).

Dividido em duas amplas ruas, com casas pequenas, algumas de tijolo cru, o assentamento conserva em sua paisagem aspectos típicos do espaço rural: animais que pastam nos lotes contíguos a área urbana, carros de bois que servem para transportar pessoas e ferramenta, homens e mulheres que se dirigem aos seus lotes para exercício de suas práticas diárias.

O assentamento também conserva o silêncio. Quase não se vê pessoas circulando pelas ruas, certamente recolhidas em suas casas para se protegerem da luminosidade e calor do sol do sertão. Silêncio este quebrado somente pelo barulho dos carros que transitam na recém-construída SE - 407, que liga o assentamento à sede do município de Poço Redondo e ao Povoado Santa Rosa do Ermírio na divisa entre Sergipe e Bahia.

O trabalho no lote, de base familiar, nem sempre absorve todos os membros, pois, muitos filhos de assentados estão “fora” trabalhando em Mato Grosso ou São Paulo, mas “firmas”, nas empresas de construção civil, uma realidade que persiste, conservando em sua natureza a mesma essência: falta de políticas públicas e de infraestrutura para potencializar as unidades produtivas nos períodos de seca como é o caso do assentamento Pedras Grandes: *“[Eles] vão pras firma, quem pode vai pras firma. Eles vai pra São Paulo, pra firma de alvenaria e tudo. Vai pra outros estados, fica aqui não, vai São Paulo, Mato Grosso, construir barragem.”* (Assentado 03 – 75 anos - PA Pedras Grandes).

Trabalham na firma, de vez em quando... lá pra o Mato Grosso... agora tão tudo aqui mais eu voltaram... mas quando o tempo arruína um pouquinho, eles vão pra esses firma aí pro lado do Mato Grosso e São Paulo dão uma trabalhadinha por lá e depois voltam. (Assentado 03 – 75 anos - PA Pedras Grandes).

A agricultura praticada no assentamento segue a lógica produtiva do sertão, ou seja, uma produção para o autoconsumo. O trabalho no lote compreende principalmente o cultivo do feijão, milho, palma, capim, além da criação de gado corte e gado leiteiro, principal fonte de renda das famílias. Soma-se ao rebanho bovino, a criação de pequenos animais como carneiros e galinhas.

O espaço da pecuária é exclusivamente masculino: apartar o gado, cuidar das crias, tirar o leite, faz parte do aprendizado do homem sertanejo, atividades que indicam não somente uma profissão ou o exercício da mesma, mas representatividade de um modo de vida particular, expresso na sua relação com a natureza, no afeto à terra e ao ofício. Às mulheres cabe à tarefa de semear, de cultivar o feijão, de quebrar o milho⁵⁴, de cuidar do quintal, de zelar pela casa, dividindo o tempo entre o trabalho de casa e do roçado.

Umas das características do Alto Sertão sergipano, onde se situa o assentamento Pedras Grande é o baixo índice pluviométrico, que influencia o clima e a formação vegetal. Assim as adversidades climáticas, somadas as condições dos solos, rasos, pedregosos e secos, refletem uma baixa produção quase sempre destinada ao consumo da família e a manutenção do rebanho bovino.

O rebanho numericamente reduzido é criado de forma extensiva e completamente dependente das condições naturais “(...) *tem que ter a ração de milho... planta o milho pra fazer a ração pra no verão ter a palma, quem não tem palma ai fica difícil.*” (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes).

A organização social no assentamento é frágil e tem ocasionado uma série de problemas entre os assentados, tem interferido no seu desenvolvimento. Existe um campo de disputa e de conflito entre os antigos moradores remanescentes da luta e os “novatos” como são chamados pelos primeiros. Das 27 famílias que foram assentadas, somente 7 famílias permanecem no assentamento:

(...) os que eram acampado mesmo do começo da terra, da luta...não tem mais. Se tiver morador do começo mesmo, tem de 6 a 7 pessoas, no meio de 27. Não tem diferença? Tem n/é? Esses mais novos, o que é que ele diz?

⁵⁴ Quebrar o milho corresponde à colheita da espiga do milho já seco. A expressão remete ao som produzido com a ação.

“Não, que eu comprei com o meu dinheiro”. (Assentada 05 – 62 anos - PA Pedras Grandes).

(...) a verdade é esta, dos da luta aqui, se tiver é umas 7 pessoas, dos que enfrentou a luta aqui... os outros tudo foram achando dinheirinho nas benfeitorias, foram vendendo pra alcançar melhora, só que não alcançaram porque por aqui não tem melhor lugar do que aqui, não tem, é tudo igual a isso a pior. A verdade é essa, dos que saíram aqui, muitos só não voltam porque já não pode mais comprar o que venderam aqui. Venderam as melhorias né?...as benfeitorias e não pode mais voltar, não tem com que comparar mais. Dos que venderam eu não sei se tem algum que possa comprar um lote aqui. (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes).

A capacidade de mobilização dos assentados, segundo os entrevistados é reduzida e a intensa participação no passado, cedeu lugar a ações individuais e isoladas. A Associação São Sebastião, criada quando o assentamento foi instituído, antes atuante e que *“Corria atrás dos interesses do pessoal, de projetos, de organização...”* (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes), foi extinta, fato este que terminou por inviabilizar muitos projetos para o PA. Esse fato gerou uma resistência dos assentados, em participar de outras organizações em função de experiências sem êxito, endividamento e desvio de recursos:

(...) a Associação tá endividada com cento e poucos mil reais (...). O presidente e o vice pegaram uma parte do dinheiro que o povo tinha dado e emprestaram a juros. Esse problema já tá com uns sete anos. Pegaram os bens da associação e venderam, o presidente mais o vice. Foram vendo as coisas erradas da Associação, aí o pessoal desanimou, eu mesmo desanimei, porque eu fazia cerca comunitária, criava gado na associação, quando venderam tudo sem combinar comigo, fiquei desgosto, porque perdi tudo que fiz. Se juntava uns quatro, cinco, pegava as coisas e vendia. A associação tinha gado, tinha trator, tinha carroça, arado, palma, dinheiro no banco. (Assentado 02 – 57 anos - PA Pedras Grandes).

(...) de anos em anos, muda os presidente da associação, porque tem o mandato deles de um ano, aí uns muda alguma coisa, outros não muda e não faz nada (...) uns foram parando de pagar a Associação, foram vendo a desorganização e foram saindo, o presidente que era quem devia organizar as coisas tava pegando tudo e vendendo. E passou um rebanho de ano, a gente pensando que eles tinham pagado a dívida (...) (Assentada 04 – 56 anos - PA Pedras Grandes).

Na atualidade tenta-se articular a participação dos assentados em outra associação criada, contudo há ainda uma resistência, principalmente dos homens: *“Aí sabe o que foi que aconteceu? A Associação vieira morreu, então nós as mulheres nos reunimo,*

porque foi mais as mulheres mesmo, formemo uma nova associação, ai os homens tem poucos. Ai, as mulheres tomaram a frente. Tem três anos já.” (Assentada 04 – 56 anos - PA Pedras Grandes).

Contudo convém destacar que a fragilidade da organização social, não interferiu nas relações afetivas e simbólicas presentes no assentamento principalmente entre os moradores mais antigos, os remanescentes da luta e que desde, a época do acampamento estabeleceram relações de parentesco, de vizinhança e de compadrio. A vivência no território fez surgir uma subjetividade, uma identidade, com o espaço construída pela apropriação do território.

O assentamento conserva seus ritos e suas festas que surgiram principalmente pela história da luta, vivência no assentamento e pela presença da Igreja católica, que mesmo não participando da mediação pela posse da terra, ajudou os assentados na construção do território: *“(...) aqui não faz parte do MST não, aqui foi com a diocese, com Dom José Brandão, o bispo que morreu, Frei Enoque, com as irmãs.”* (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes). *“A Igreja nunca foi contra. E ele [Frei Enoque] incentivava o povo. Incentivava o povo, pro povo entrar na luta de terra, que quisesse ter um pedaço de terra.”* (Assentada 04 – 56 anos - PA Pedras Grandes).

Frei Enoque, porque abaixo de Deus primeiramente, a força maior foi Frei Enoque, ele virou pidão pra nós. Nós tem ajuda até hoje da Alemanha, do Chile, de tudo (...) eu agradeço a Igreja, a Diocese e o pessoal que veio ajudar a gente, o pessoal da Holanda, que se você chegar na Holanda, no Chile, na Itália, vai ver que eles vieram visitar aqui. (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes).

A festa do padroeiro São Sebastião no dia 20 de janeiro e a festa da conquista da terra, em 5 de fevereiro são os principais acontecimentos do assentamento, período em que se rememora os acontecimentos da luta do grupo e que serve também para reunir amigos e parentes que moram nas proximidades do assentamento.

A procissão pelas ruas do assentamento, as missas na igreja e a peregrinação ao umbuzeiro, às margens da rodovia, local onde se concentrava o acampamento é carregada de simbolismo:

(...) aquele imbuzeiro que tem ali de junto a casa de João de Bernê é um lugar sagrado... foi o primeiro rancho, ai a gente até decidiu que ia ficar uma tarefa solta pra não matar aquele imbuzeiro. É um lugar sagrado, (...) quando a gente tem a comemoração da ocupação dia 5 de fevereiro, a gente tem a missa, tem a procissão até o imbuzeiro, conta a história pra as crianças e faz uma oração, encomendando a Deus a gente e aqueles que ajudaram a gente. Ai, adespóis, a gente vem pra Igreja e depois tem um almoço comunitário, pra todo mundo, que é o dia celebração pra gente. (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes).

Essa identificação “(...) com os lugares sagrados (...) representa uma das formas mais importantes de dotar um espaço com sentimento e significado.” (LITTLE, 2002, p. 10):

Pra nós é uma comemoração de uma luta, que a gente arriscou a vida e foi em frente com a ajuda de Deus e da comunidade, pra não esquecer mais... porque quando a gente tem uma comemoração na cabeça que passou de luta, de sofrimento, de alegria, foi um momento de alegria, a gente comemora! Foi desapropriado a terra, então foi uma vitória pra nós. E nós não pode esquecer nunca porque vai passando de pai pra filho. A gente sofreu minha fia pra arrumar essa terra. (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes).

O assentamento hoje vive um tempo de espera... Espera pela chuva, pelos bons anos... Espera pela assistência dos órgãos federais e estaduais nas obras de infraestrutura e na viabilização de projetos e que a nova geração e os que chegaram depois da conquista continuem valorizando a terra e se mobilizando pelo crescimento do assentamento “(...) porque eu acredito muito na organização... que é juntar todo mundo, é cobrar dos poderosos (...)”. (Assentada 05 – 62 anos - PA Pedras Grandes).

Esperam ainda que os filhos conservem seus símbolos, seus ritos, suas crenças. O velho imbuzeiro às margens da rodovia, a convivência pacífica, com vizinhos, amigos e compadres. Acreditam que somente com transmissão desses valores, as futuras gerações construirão um sentimento de pertencimento e identidade. Esperam que seus descendentes possam transmitir também aos seus, o amor à terra e a valorização do assentamento como espaço de luta e de direitos.



Assentamento Mangabeira – Umbaúba/SE.
Autora: SOUZA, Angela Fagna Gomes de.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

CAPÍTULO 5

“(...) O FATO E O SENTIMENTO DE PERTENCER ÀQUILO QUE NOS PERTENCE”: EXPRESSÕES DA IDENTIDADE



Assentamento Pedras Grandes – Poço Redondo/SE.
Autora: SOUZA, Angela Fagna Gomes de.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

CAPITULO 5 - “(...) O FATO E O SENTIMENTO DE PERTENCER ÀQUILO QUE NOS PERTENCE”: EXPRESSÕES DA IDENTIDADE

Encaminho-me para análise dos dados alusivos à formação da identidade territorial, cujo referente espacial são os assentamentos rurais, me reportando aos pressupostos teóricos que respaldam este trabalho. A perspectiva da análise adotada concebe que a construção identitária nos assentamentos rurais de Sergipe relaciona-se com processos históricos gerais que envolvem a questão agrária brasileira, cujos desdobramentos incidiram sobre a escala local. Esses desdobramentos que circundam a luta pela terra e o acesso ao território tem como marca significativa a ação dos movimentos sociais que ao proporem outras formas de organização social, contestam identidades que se alicerçam na tradição, na imobilidade ou permanência. Ao proporem outras formas de organização social, os movimentos buscam construir uma nova identidade do sujeito, reconstruindo valores e produzindo espaços por meio desses valores.

Do mesmo modo que o território, os processos que envolvem a identidade territorial nos assentamentos também são históricos, tecidos no ir e vir dos acontecimentos, nas lutas pelo acesso e permanência na terra, nos vínculos territoriais estabelecidos e nas territorialidades construídas.

Essa identidade é principalmente relacional, pois se funda com base na resistência e na contestação de uma realidade posta como legítima, que alimenta ideologias e grupos dominantes: uma identidade que não se enquadra no essencialismo, que não é pura, mas que esta sempre em movimento, sempre se realizando, ao longo dos discursos, práticas, posições, e que se faz e se refaz a partir dos processos e fenômenos que a elas são submetidos.

Pontuamos, pois, que todo “(...) conceito opera a partir de um campo teórico-metodológico específico e é a partir dessas referências que os mesmos permitem-nos fazer uma leitura singular do mundo” (CRUZ, 2011). Destarte a teoria que respalda esse trabalho procura vincular-se à realidade, de modo a permitir um movimento no campo conceitual, capaz de oferecer possibilidades de diálogo entre categorias, conceitos e objeto de estudo (SOUZA, 2013).

Assim utilizou-se como recurso para estabelecer esse diálogo, as falas dos entrevistados, narrativas e declarações, selecionadas para ilustrar os posicionamentos defendidos. Priorizou-se também os aspectos descritivos perceptíveis e particulares de cada ambiente pesquisado, de modo a contemplar os principais pressupostos da pesquisa qualitativa como:

- a) o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; o caráter descritivo do estudo;
- b) a preocupação com o processo e não simplesmente com os resultados e produtos, sendo a busca pelos significados, preocupação essencial desta abordagem;
- c) análise dos dados indutivamente, partindo de um fenômeno social analisado num determinado contexto e a presença de uma teoria, uma concepção delimitada a priori (TRIVIÑOS, 1987).

No caso específico do objeto de estudo, a presença de uma teoria *a priori*, permitiu que os conceitos utilizados buscassem apontar questões específicas que envolvem o objeto de estudo. Nessa perspectiva de diálogo, estabeleceu-se uma linha de entendimento considerando os seguintes aspectos:

- a) A construção dos territórios é marcada pela processualidade histórica e relacional. O território é produto e condição da territorialização. A construção dos territórios dos assentamentos também é histórica e relacional.
- b) A identidade territorial tem como referência o espaço físico e social do assentamento. As territorialidades são construídas a partir do estabelecimento de vínculos territoriais. É um processo construtivo e histórico;
- c) Os processos de identificação e os vínculos de pertencimento se constituem pelas tradições e traduções. Nos assentamentos as tradições se expressam no passado de luta, heranças, raízes, enquanto que as traduções se relacionam as estratégias para o futuro e aos projetos individuais e coletivos;
- d) O sentido de ser assentado mantém uma relação direta com outras identidades.

Destarte a concepção de construção identitária que permeia esse trabalho, ancora-se na premissa da identidade como movimento, dinâmica e relacional.

Compreendê-la requer a apreensão em primeiro plano dos percursos e os processos que incidem sobre a formação e organização do território. Requer também entender a constituição de um assentamento como parte dessa dinamicidade do processo de territorialização, que ao instituir territórios, produzirão territorialidades “(...) manifestações subjetivas e coletivas do uso e apropriação dos territórios.” (CANDIOTTO; SANTOS, 2009, p. 319).

A partir da criação do assentamento, a vida dos assentados assume uma nova dinâmica, surgem novos espaços e novas redes de sociabilidade, refazem-se e reconstroem-se os antigos, e estabelece-se uma nova dinâmica na relação “para fora” do assentamento, na interação com as cidades e com o poder público municipal, e uma nova inserção na dinâmica política local. Mas ao mesmo tempo em que são colocadas diversas “novidades” impõe-se também com grande força sobre o cotidiano dos assentados, uma dinâmica social e cultural muito próxima do padrão até então vivenciada, que ira expressar a cultura desse local. O dia-a-dia da maior parte dessa população vai ser marcada por estratégias de reprodução da unidade familiar, pelos vínculos de parentesco e de vizinhança, pela relação com a cidade, com a religião e com os espaços de lazer (LEITE, et al. 2004).

Ao reorientar suas práticas, produzir significados para sua existência, construir uma nova coletividade, os assentados se inserem na produção contínua desse território. Os assentamentos rurais construídos nas dimensões da luta pela terra representam espaços onde identidades são construídas e territorialidades são continuamente afirmadas.

Nesse sentido este capítulo tem como objetivo compreender os processos que permeiam a construção da identidade territorial nos assentamentos rurais do estado de Sergipe, ancorando-se fundamentalmente nos procedimentos de pesquisa adotados e no aporte teórico e conceitual que sustentam as afirmativas deste trabalho. Será considerado na análise, o processo de construção do território, a identidade territorial e o sentido de ser assentado.

5.1 Assentamentos rurais: territórios construídos

Teorias e conceitos estão imersos num tempo histórico e geográfico, estando intimamente associadas aos processos sociais. São construídos na tentativa de explicar uma realidade dinâmica, que se forja nas relações entre os homens e o espaço. O conceito de território, também expressa essa busca oscilando entre o realismo e o idealismo, entre a ideia e a matéria, entre o conceitual e o operativo.

Haesbaert (2009a) em referência ao conceito de território pontua que o mesmo ao longo da história, se estende no interior de um amplo *continuum* que vai desde a posição estritamente realista, que o considera como um retrato fiel da “realidade” e que, ao ser enunciado, parece carregar consigo o próprio “real”, até, no outro extremo da posição idealista em que o conceito não passa de um instrumento, uma técnica, um “operacionalizador” que não tem outro compromisso senão o de servir ao pesquisador enquanto instrumento de análise (Grifo do autor).

Concebendo o território como o resultado dessas mediações, real/ideal, material/simbólico, assevera-se que os territórios são produtos históricos e como produtos históricos “(...) devemos distinguir os mesmo de acordo com os sujeitos que os constroem (...)” (HAESBAERT, 2004b, p. 03), atentando também para os objetivos e finalidades que permeiam o processo de territorialização. Necessidade, uso, posse, controle, trabalho e apropriação são elementos inerentes ao território. Os territórios exibem formas específicas de apropriação e essa apropriação revela uma funcionalidade.

A organização do território, a construção de uma nova paisagem, em um novo enquadramento, a identificação dos assentados com o espaço, o estabelecimento de vínculos territoriais e a constituição da realidade por meio das territorialidades, são elementos que devem ser considerados para se entender os assentamentos como referente espacial, produtor de identidades.

A formação de um assentamento rural revela, pois a historicidade que permeia os processos de formação de um território. Ele é ao mesmo tempo processo, produto e condição da territorialização das lutas pela terra no Brasil, um momento de definição de novas relações de poder e de enfretamento da questão agrária. A

territorialização, materializada nas lutas pela posse da terra sob a influência, na maioria dos casos, pelas ações dos movimentos sociais, é compreendida como a conquista do território. Um momento de vivência significativa da luta, do empoderamento e conscientização dos trabalhadores, quando os mesmos se descobrem enquanto sujeitos de direito, com capacidade de intervir na realidade, modificar o espaço e as relações sociais: “(...) *nóis descobriu o direito que a gente tinha, ai foi naonde a gente começou a lutar (...) quando a pessoa não tem a terra, mas ele tem o direito a terra, ai vai e conquista aquela terra.*” (Assentado 01 – 62 anos - PA Santana dos Frades).

(...) a gente tava ocupando, era por necessidade da pessoa e essa terra vivia aqui abandonada. Aqui é 2 mil tarefas, o dono pagava o imposto de 200 tarefas, então 1.800 não era dele, era do governo. Na Barra da Onça era 20.500 tarefas, ele pagava de 500 tarefas, 20.000 o governo não sabia que existia. Ai, quando o povo ocupou ai eles acharam ruim. (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes).

(...) a gente começou desde pequeno a ver algumas coisas que meu pai sempre não era muito ligado ao poder local (...) e a gente cresceu ouvindo essa história, de ditadura, de luta... de direitos. Ai a gente começou a participar do grupo de jovens ligado a igreja, ai a gente começou a tomar consciência, ai foi quando aconteceu a resistência de Santana dos Frades e depois teve a luta dos índios Xocós (...) a gente ia pra essas lutas da área de Santana. A gente começou a despertar a consciência política (...) percebeu a necessidade da terra (...) ai a gente começou a discutir a questão da terra (Assentada 03 – 50 anos - PA Vitória da União).

O processo efetivo de territorialização das lutas pela terra, condição para a conquista do território do assentamento, tem como marca a ocorrência de conflitos, envolvendo também uma gama de atores sociais, tais como o Estado, por meio de suas instituições, trabalhadores sem terra, movimentos sociais e instituições religiosas; processos delineados em duas vertentes: na luta pela *afirmação dos limites territoriais*, como no caso dos posseiros, seringueiros, quilombolas, vazanteiros, atingidos por barragens dentre outros e, na luta pelo *acesso ao território*, como é o caso dos trabalhadores sem-terra.

No estudo em questão esses dois processos estão presentes: a luta pela afirmação do território e manutenção do instrumento de produção, que é terra, contra a expropriação; e a luta por mudanças nas relações sociais de produção e de

trabalho, contra a exploração, que o acesso ao território e a conquista da terra engendram. São processos de uma mesma natureza histórica e em ambos os casos, vislumbra-se a possibilidade de reversão das condições impostas pela forma como foi instituída as relações de trabalho e a posse da terra no país: grande propriedade, latifúndio, trabalho escravo e relações desiguais de trabalho.

A construção do território, no caso dos posseiros de Santana dos Frades, se funda na afirmação dos seus limites territoriais, na demarcação das fronteiras físicas e na definição da posse legal. Um espaço construído a partir do vivido, do contexto histórico e do imaginário social, daquilo que é mais forte em sua história: a terra, a cultura, as relações de parentesco e a religiosidade que se entremeia no processo de luta pela posse do território:

(...) a terra nas minhas mãos, em nossas mãos, ela é considerada uma vitória, é uma vitória e uma vitória dada por Deus... é que por nossa força nós não seríamos donos dela de jeito nenhum... tudo que a gente faz... vem de Deus, o dom que o senhor entrega naquele momento naquela hora vem do Espírito Santo. Essa terra significa pra mim grandes coisas, por que pra começar foi Deus que me deu, por que eu nunca pude comprar 2 tarefas de terra, quanto mais 22 n/é?... e Deus me deu ela através dos esforço nosso n/é?... que ele também não vem pegar e dar nas mãos, precisa a gente lutar. (Assentado 01- 62 anos - PA Santana dos Frades).

Se a institucionalização do território foi um fato novo, a apropriação funcional e simbólica, já se fazia presente nas relações estabelecidas no espaço vivido⁵⁵, alicerçadas no uso, na simbologia que a terra representava e representa, nos vínculos estabelecidos com território e nas territorialidades continuamente construídas.

Essas territorialidades expressam a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros da coletividade. Esses posseiros “viveram” e “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993). Essas

⁵⁵ Henri Lefebvre (1986) entende que as representações do espaço são forjadas pelo vivido, concebido e percebido, um processo dialético constituído a partir da apropriação humana do espaço. Quando utilizo a expressão espaço vivido, reporto-me ao processo de construção identitária, com base nas práticas cotidianas, nos vínculos territoriais e suas territorialidades.

especificidades em relação ao vivido e a necessidade de definição dos limites territoriais podem ser descritas pelos depoimentos:

Em muitos cantos, a gente vê que se junta pessoas de um lado, de outro e de outro pra conquistar uma terra, mas a gente aqui, isso é muito diferente, por que (...) o meu bisavô nasceu aqui e morreu, meu avô nasceu aqui e morreu, meu pai nasceu aqui e morreu e eu nasci aqui e ainda tô aqui pronto. (Assentado 01 – 62 anos - PA Santana dos Frades).

(...) um dia pela manhã os trabalhadores, o povo, todo mundo tava na mata e ai disseram: “olha hoje o pessoal vai vir ocupar, vai entrar pra expulsar todo mundo de dentro da terra”... e todo mundo já morava dentro da terra, ia expulsar pra onde? Ser expulso pra onde? Não tinha nem pra onde ir, se já era dali, se tinha nascido tudo ali. (Assentada 02 – 54 anos - PA Santana dos Frades).

A luta pelo acesso ao território, como é o caso dos trabalhadores sem-terra e de outras categorias que se afirmaram em torno dos seus princípios, é guiada por uma concepção sobre a terra e o trabalho como algo indissociável, só havendo legitimidade na terra de trabalho: *“A terra é, era de quem trabalhava. O fazendeiro, quando ele pegou essa terra (...) ele tomou de quem era dono, por que quem é dono da terra n/é?... quem não trabalha pra que quer terra? Não pode, a terra é pra quem trabalha.”* (Assentado 02 – 58 anos - PA Vitória da União).

Os assentamentos Santana dos Frades, Cruiri, Pedras Grandes, Vitória da União e Mangabeira são resultado desse enfrentamento entre trabalhadores e o latifúndio, da luta pelo acesso ao território e a definição dos limites territoriais. O assentamento Mangabeira, embora não tenha se constituído por meio de ocupação, também se enquadra nessa conjuntura, pois abrigou trabalhadores que partilhavam da mesma condição, alijados de processo histórico de acesso a terra: *“(...) eu só tinha o lugar pra morar... tinha só o casco da casa, no terreno do meu sogro... pra trabalhar, trabalhava fora na terra dos outros (...). Meu pai tinha 14 tarefas pra 8 fio, então quase não tinha terra n/é?”* (Assentado 01 – 63 anos - PA Mangabeira).

A territorialização das lutas pelo acesso a terra em Sergipe se avolumaram principalmente a partir de 1985, quando o MST surge como principal força mediadora capaz de reunir trabalhadores em torno de uma bandeira de luta. Essa

territorialização que se verifica a partir desse período tem o significado de acesso a uma fração do território. Segundo Fernandes (1996, p. 238):

(...) se territorializar é um modo eficaz de reação e de demonstração da sua forma de organização. O espaço de luta e resistência é, portanto resultado de um projeto de luta dos trabalhadores rurais sem-terra, de sua sobrevivência como sujeito histórico. Este projeto foi sendo construído por meio da reflexão, e rompendo com a ordem iminente, os sujeitos buscaram compreender a sua forma de participação na sociedade capitalista.

Portanto é necessário reconhecer que as lutas dos trabalhadores encontraram Igreja⁵⁶ e posteriormente nos movimentos sociais, sobretudo o MST uma possibilidade de construir um espaço de socialização política, pois os mesmos possibilitaram a elaboração de práticas, de formas de luta e de enfrentamento nos diferentes níveis das relações sociais.

Essas dimensões ampliaram o sentido da luta pela terra que passa a ser entendida para além das questões econômicas, ou seja, como um projeto sociocultural de transformação de suas realidades, de construção de uma nova identidade, fruto dos conflitos e também das ações desses sujeitos que tem por objetivo causar transformações específicas e gerais nas relações de poder (FERNANDES, 1999). Ao reunirem os trabalhadores em torno desse projeto, o movimento criou possibilidades efetivas de acesso ao território, de construção de um espaço de afirmação enquanto trabalhadores livres e de mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho: *“A gente olhava prum lado ai não tinham como n/é?... arruma alguma coisa n/é?... olhava prum outro lado e não tinham como arrumar, ai eu disse a opção é o sem-terra!”* (Assentado 04 – 41 anos - PA Mangabeira).

(...) a gente vivia trabalhando, saia de casa com a bandeja de farinha, por que o que ganhava não dava pra comer, pra ir trabalhar, chegava lá levava carão do patrão voltava pra casa, no outro dia voltava de novo, quer dizer a vida toda naquilo ali(...) vivia de vender dia de serviço, era diarista, então era um sofrimento... sem fim trabalhava para o fazendeiro e não dava nem para comer, então surgiu o movimento e ai a gente acompanhou o movimento, se organizou e ai partimos pra a luta n/é? (Assentado 01 – 46 anos - PA Vitória da União).

⁵⁶ Como já enfatizado a Igreja Católica, sob influência de Dom José Brandão de Castro, teve um papel fundamental na luta pela terra principalmente no Alto Sertão e no Baixo São Francisco.

(...) eu morava na terra do meu pai e aí o que era do meu pai, era dos meus irmãos tudo, eu não tinha mais condições de comprar mais uma terra que desse para sobreviver, aí eu tive, eu resolvi acompanhar o movimento dos sem-terra e consegui a terra. (Assentado 02 - 58 anos - PA Vitória da União).

Quer seja resultado da luta pela definição de limites territoriais, quer seja resultado da luta pelo acesso ao território, a criação de um assentamento é um novo espaço que se configura, uma outra organização espacial e social. Uma comunidade que faz parte de uma esfera cultural mais ampla nas quais inúmeras significações se entrecortam, produzindo formas específicas de apropriação em grupo ou individual (BRANCO, 2003). Por meio da posse da terra, as famílias, adquirem novas orientações de suas práticas diárias, de trabalho, de relações internas e de relações externas. Um território que passou a existir quando se definiu:

(1) uma relação de apropriação (mais que domínio) das condições naturais e físicas, por uma determinada coletividade e (2) uma organização das relações, de modo a particularizar a coletividade humana como uma comunidade, por isso mesmo, diferenciada de outras e, pelo mesmo critério, a delimitação do acesso, do domínio e da posse ao interior da comunidade constituída. (HEIDRICH, 1998, p. 12).

O território que advém desse processo histórico é resultado das dinâmicas socioespaciais, com perdas, ganhos, avanços, recuos e definição de novas relações, simétricas e também assimétricas. “Precisa-se ocupar, ter posse, fazer uso e conceber a ocupação e uso.” (HEIDRICH, 2009, p. 277).

Esse espaço construído⁵⁷ e ao mesmo tempo em construção é principalmente relacional, com uma multidimensionalidade, para além do Estado, com variantes, trunfos, formas, objetivos e significados. Território que “(...) é antes de ser um fato consolidado, é uma relação e, por isso, está sujeito a instabilidades e posições que *não lhes* são concordantes, aquilo que *lhe* sustenta, seus elos constituintes também *não são* fixos ou absolutos.” (HEIDRICH, 2009, p. 277 – Grifo nosso). A relação geradora do território e das territorialidades, em qualquer acepção sempre envolve poder, às

⁵⁷ A concepção de construção nessa assertiva refere-se à definição de fronteiras, quando da desapropriação da área com a demarcação dos lotes e das áreas de uso coletivo.

vezes menos abrangente, mas sempre presentes no jogo das relações, que mudam de conteúdo constantemente (RAFFESTIN, 1993).

Nos assentamentos esse poder também se manifesta no conjunto das relações entre assentados e instituições e entre estes e seus pares, quer seja no espaço social, político, de trabalho ou da família. As disputas internas por recursos e espaços de representação, as relações entre lideranças e assentados, as relações de gênero, ou mesmo a presença de territorialidades conflitantes⁵⁸, demonstram essas nuances, que se manifestam muitas vezes de forma velada, permeadas por outras relações:

(...) a gente tem o movimento de mulheres que (...) a luta a organização mista é uma coisa, a organização familiar é outra, e a gente tem o movimento. Qual a bandeira de luta do movimento? É acabar com a submissão mesmo, submissão na sociedade. Ai a gente discute tudo, inclusive Agroecologia, gênero, é porque sem mulher não tem Agroecologia e discute geração de renda... porque as mulheres apesar de trabalharem muito, é muito invisível o trabalho da mulher, ninguém [enxerga]... vê assim o trabalho do lote... se você chegar assim o terreiro tiver sujo é a mulher que paga o pato, mas se chegar na roça e vê a roça limpa a mulher num... Olha foi limpo por mulher? É a submissão mesmo n/é... porque queira ou não queira é muito machista n/é?... o sistema, as organizações, inclusive as organizações que tem mulher, mista é muito machista. (Assentada 03 – 50 anos - PA Vitória da União).

E por isso que depois da terra na mão, foi feito, existiu uma comunidade, comunidade esta que deveria até hoje tá muito bem organizada mais os mais velhos vai morrendo, os mais novo vão chegando e não quer acompanhar o ritmo que os velhos deixou, ai a comunidade tá bem devagar. (...) enquanto era comunidade e que todo mundo se juntava pra decidir as coisas tudo isso funcionava, bem, tudo bem. Hoje quando o povo se desuniu e comunidade não existe mais, ai alguém pode querer mandar no grupo, que o grupo não é para ser mandado, nem por um, nem por diretora, nem por professora, nem por ninguém, que no início as coisas era feita assim... a diretora certo que ela manda lá em muitas coisas, mas não em todas, porque pra cês em todas, ela tem areunir o povo da comunidade pra decidir (...) eu fui um membro do comitê, do comitê de apoio, que fica dentro do grupo, pra decidir as coisas(...). (Assentado 01 – 62 anos - PA Santana dos Frades).

(...) às vezes aqui tem alguns conflitos porque nos temos aqui uma casa de farinha que gera renda, n/é?... nos temos um trator também que gera renda e ai existe aquela desconfiança tem pessoas que tomam conta do trator outras

⁵⁸“A territorialidade não implica necessariamente em exclusão ou conflito em relação a outras territorialidades, mas apenas quando coincidir o objeto de sua ocorrência (...). As territorialidades conflitantes, porém podem referir-se ao mesmo objeto, ao uso ou à expectativa de uso, não exatamente por áreas delimitadas, mas por espaços, representados, vividos e seus usos” (HEIDRICH, 2009, p. 273).

que tomam conta da casa de farinha e gera sempre esse conflito, às vezes a gente tem que tentar contorna as vezes n/é? (Assentado 02 – 26 anos - PA Mangabeira).

(...) tá faltando presidente que aqui num tem, pra fazer reunião, pra juntar as pessoas e fazer reunião. Sociação aqui num tem... Aqui não tem sociação? Não, aqui um quer ser melhor que o outro, o crescimento e num se combinam... Por que eu queria que todo mundo se combinasse e todo mundo se orientasse sobre a parte de viver e lutar e aquela campanha crescer. Agora que eu sei o que digo, digo isso todo dia. (Assentada 05 – 54 anos - PA Mangabeira).

Esse poder também se funda na resistência. Resistir é uma forma de poder, pois “(...) onde há poder há resistência (...) e esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder (...). Estes pontos de resistência estão presentes em toda rede do poder (...)” (FOUCAULT, 1988, p. 81). Demarcar um espaço de autonomia em relação ao Estado e também em relação a outros mediadores como ocorreu no PA Vitória da União, seguramente foi um momento de definição de novas relações de poder nos assentamentos, de afirmação de um espaço de representação política, de dinamicidade do processo histórico. Resistir à opressão, ao preconceito e se afirmar enquanto sujeito, também marca essa re-definição de relações:

Olha eu fui trabalhar no colégio da cidade, passei uns dias trabalhando como vigilante no colégio, então as pessoas que trabalhavam lá chegava pra mim e dizia: “olha o morta fome do assentamento, da roça, do acampamento”. N/é?... tinha aquela visão muito assim... Ai eu levava pra lá suco de acerola com leite, levava banana, fazia questão de mostrar pra eles que a gente não passava fome. Que se fosse discutir com eles era pior, discutir com quem não vê? Então mostrava n/é?... ai conversava... vamo em casa ver como a gente mora, como é a minha vida lá, como é que a gente vive dentro do assentamento, trazer alguns companheiros aqui. Então a gente começou essa abertura, dentro da cidade. Hoje a gente somos respeitados dentro da cidade, a gente vê, o pessoal vem aqui, vê como a gente vive. Ser assentado hoje pra mim é motivo de orgulho, por que foi uma luta, foi uma coisa e a gente tá mostrando para a sociedade que o assentamento, que a reforma agrária dá certo, dá certo, que tem tudo para as pessoas melhorar de vida. O que falta muito ainda é essa questão do poder público n/é ajudar mais (...). (Assentado 01 – 46 anos - PA Vitória da União).

Quando a senhora disse a sua família que vinha morar num assentamento o que disseram? Me chamou de doida [risos], foi me chamou de doida, que eu vim morar num buraco, muito esquisito, um buraco, mais ai da gente, ai do povo lá fora se não fosse a gente, por que se eu

morasse lá na rua, vocês tudo mora na rua, não tivesse ninguém ne interior como era que eles ia comer? E hoje o que eles falam? Ah, hoje é diferente!
(Assentada 05 – 55 anos - PA Vitória da União).

O assentamento é, pois esse fluir de relações, pois com a posse se estabelece limites que são demarcados numa perspectiva política construindo fronteiras, delimitando áreas de terras que vão representar uma relação político-econômica do espaço, mas também simbólica e afetiva. As ações coletivas desenvolvidas:

(...) a partir da vivência de experiências comuns, contribuem para a construção de novas identidades. Portanto, a construção dessas novas identidades acontece num espaço coletivo de reflexões, organizações e mobilizações, além de favorecer a descoberta de que caminhar junto pode ser mais eficaz ou recompensador, do que sozinho ou isolado (OLIVEIRA, 2011, p.165/166).

O sentido de pertencer e dar continuidade a uma trajetória que se inicia com o desejo de possuir um lugar de vida e de trabalho e que se materializa com a conquista da terra, ganha sentido quando outras territorialidades são construídas, com seus próprios símbolos e suas próprias significações.

Nesse espaço se constrói uma identidade territorial e social, tendo como referência o espaço do assentamento e as relações que são estabelecidas nesse “(...) território produto e condição da territorialização (...)” (CRUZ, 2006, p. 64), um processo dinâmico que “(...) funciona como sistema de classificação funcional e simbólico, o que implica na definição de fronteiras e na construção de identidades.” (Op. Cit., 2006, p. 64). A identidade territorial nesse espaço é construída com base nas relações funcionais e simbólicas que se estabelecem no assentamento.

5.2 Identidade territorial: território, territorialidades e pertencimento

É nessa perspectiva de entendimento que a identidade territorial se descortina nesse trabalho. A identidade territorial ancora-se fundamentalmente nas relações que se estabelece com o espaço, tanto do ponto de vista material quanto simbólico, expressando formas de apropriação específicas, expressões de uma dada dimensão cultural. Um processo de valorização da dimensão espacial, pressuposto para a

construção identitária. O território, as territorialidades e as identidades são entendidos como processos indissociáveis, como uma “trama”. Apreendemos que a construção de um território pressupõe a criação de vínculos territoriais que por sua vez refletem formas próprias de viver e de pertencer a um território, um espaço social e também cultural (SOUZA, 2013).

A assertiva reafirma as considerações de Claval (1999), ao destacar a influência da cultura na constituição do espaço. Ao se relacionar com o espaço, os indivíduos demarcam seus lugares e suas culturas. O espaço é demarcado, apropriado, institucionalizado, qualificado, sinalizado. O território é a ocupação do lugar do espaço. Essa ocupação, a “demarcação” desse território produzem vínculos territoriais que se expressam não só no uso, ocupação e/ou posse do território, mas também nos sentimentos de afetividade e de pertencimento. Um território, como reitera Haesbaert (2009b) produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e apropriação simbólica, que ora são conjugados e mutuamente reforçados, ora são desconectados e contraditoriamente articulados.

Ao constituir o assentamento, os trabalhadores sem-terra constroem uma nova concepção de espaço, organização, produção, lazer, relação com o mundo e entre as pessoas e com a própria luta. Trazem consigo sua cultura anterior, passando agora pela construção de outras identidades, uma nova territorialidade a partir da organização do assentamento. Ou seja, outras identidades são construídas fundadas no pertencimento ao território e na afirmação de uma identidade social e territorial.

A organização territorial do espaço do assentamento, irá se juntar as práticas, usos, formas de apropriação transmitidas como herança, mas é necessário também criar e incorporar novas formas de sociabilidade. Na medida em que se desencadeia a organização do assentamento e os desafios se apresentam, os assentados tomam consciência da realidade existente e dos desafios de construir um novo espaço (COSTA; SOUZA, 2012).

Deste modo concorda-se com as proposições de Cruz (2006) e Haesbaert (1999), para inserir as identidades construídas nos assentamentos como identidades territoriais, que envolve relações concretas e simbólicas, materiais e imateriais com o

território, resultado de um processo de vivência entre os assentados e o espaço construído, entre o que é vivido e experienciado. Uma identidade construída pelo processo de territorialização “(...) em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto”. (HAESBAERT, 1999, p. 172). Um processo guiado por objetivos e fins específicos: abrigo, fronteira, meio de sobrevivência, espaço de referência simbólica e cultural.

No caso dos assentamentos, a luta pelo acesso ao território, ancorou-se fundamentalmente na busca pelo acesso a terra de vida e trabalho. Um território que significa lar, repouso, abrigo físico, fonte de recursos materiais (matérias-primas), meio de produção, além de representar um espaço de referência e de pertencimento, onde se afirma uma identidade social e territorial, onde se produz “significados” (HAESBAERT, 2005; 2004b):

A gente queria esse assentamento, pra sobreviver (...). Esse assentamento foi o que a gente ocupou e eu andava atrás de uma terra pá cria famia n/é, então nós já tinha andado ai nus canto, ocupa ali, ocupa acolá e sendo despejado e a primeira oportunidade que eu achei foi este assentamento aqui, ai eu fiquei assentado aqui. (Assentado 02 – 58 anos - PA Vitória da União).

(...) a gente se juntou-se, foi pela necessidade de não ter terra pra trabalhar, n/é?.. A necessidade de arrumar terra pra trabalhar, um dia ter assim, o prazer de trabalhar pra mim. Porque quem trabalha pra fazendeiro, só trabalha pra os outros. Fazendeiro não deseja que pobre tenha duas camisas, sempre quando o pobre quer arrumar duas camisas o fazendeiro corta uma para não ter chance. (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes).

Se o referente identitário é o território, toma-se como ponto de análise o assentamento (espaço físico, social e simbólico), como espaço de referência identitária, recortado espaço-temporalmente e onde se tece a experiência social e cultural, onde “(...) são forjadas as práticas materiais (formas de uso, organização e produção do espaço) e as representações espaciais (formas de significação, simbolização e imaginação do espaço)” (CRUZ, 2006, p. 40).

Desse modo, o assentamento representa um espaço de referência identitária, onde se constrói identidades por ser a matriz onde se produz relações objetivas e subjetivas. Enquanto espaço físico (paisagem natural e construída, terra) é fonte de

recursos, meio de produção e de sobrevivência. É o espaço onde se organiza as atividades produtivas e se desenvolvem as relações de trabalho individuais e coletivas.

Enquanto espaço social é no mesmo onde se estabelece relações de sociabilidade e de solidariedade, onde as lealdades primordiais se colocam com um conteúdo, para além das relações de proximidade, parentesco ou de compadrio, para se tornar um elemento essencial à construção contínua do território. Nesse espaço, se desenvolve a experiência coletiva de apropriação e de construção de uma representação social e política.

Já como espaço simbólico e cultural, o assentamento é testemunho de uma história de luta vitoriosa, do empoderamento de um grupo, da definição de novas relações. É a referência de uma memória coletiva, a representatividade e simbologia do sonho transformado em algo concreto, o acesso e/ou posse da terra de vida e de trabalho, o lugar de enraizamento. Mais que espaço físico, fronteira, é um lugar de continuidade, de perpetuação da descendência, de projeção de sonhos e projetos individuais e coletivos, onde práticas sociais são forjadas, onde se cria uma cultura própria de um espaço.

Essa identidade se refere a um território de pertencimento e esse pertencimento se expressa nos laços de afetividade com o espaço apropriado, um espaço que é ao mesmo tempo físico, social e cultural. A identidade é, portanto, uma construção social, cultural e territorial, envolvidos num mesmo processo. Para Souza (2013, p. 213):

(...) o processo de elaboração de uma identidade, é também, o processo de construção do território. Um e outro ocorrem pelas mesmas coordenadas, apreendem e apropriam o espaço e seus elementos, os dotam de significação, simbólica e funcionalmente. A identidade cria as representações do território, o território as converte em práticas cotidianas.

Viver e experienciar o território cotidianamente requer o estabelecimento de vínculos territoriais e a construção de territorialidades. Essa apropriação material e simbólica resulta da luta de um grupo pelo acesso ao território. Esse viver no território alude à construção “(...) do sentimento de pertença e do

autorreconhecimento, o que implica em nós nos reconhecermos como pertencentes a um grupo e a um território específico.” (CRUZ, 2006, p. 39), ou seja, uma consciência socioespacial, que resultou das práticas, vivências e “(...) representações espaciais que envolvem ao mesmo tempo o domínio funcional-estratégico sobre um determinado espaço (finalidades) e a apropriação simbólico/expressiva do espaço (afinidades/afetividades)” (Op. Cit., 2006, p. 40/41). Refere-se ao espaço vivido e construído, por meio dos vínculos territoriais que se estabeleceram com o território e das territorialidades.

As territorialidades são “(...) simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território.” (SAQUET, 2010, p. 127). Ela resulta da ação do sujeito sobre o território, ação que vai permitir “(...) fixação, separação, uso, posse, (...) resultam nas marcas objetivadas pela busca do domínio sobre o espaço.” (HEIDRICH, 2009, p. 275). Enquanto processo histórico são impressões:

(...) simbólicas/subjetivas [e objetivas] das relações sociais e, portanto, produzem e são produtoras dos territórios num processo cíclico. Elas representam mudanças e/ou permanência e estão ligadas às temporalidades. As territorialidades são influenciadas por técnicas e pelo modo de produção, mas se manifestam na cultura, no comportamento, ou seja, ações de indivíduos e grupos sociais. (CANDIOTTO; SANTOS, 2009, p. 323).

São construídas a partir do estabelecimento de vínculos territoriais, um processo construtivo, definido no tempo-espaço. Esses vínculos territoriais resultam das ações ou das práticas sociais, relações criadas material e simbolicamente pela ação dos sujeitos sobre o tempo e o espaço (HEIDRICH, 2009). Variam de acordo com os sujeitos e grupos sociais. Cada grupo de modo específico estabelece relações com seu território. No caso dos assentados, atenta-se para a afirmação desses vínculos, considerando a natureza material e subjetiva, as territorialidades, a identidade territorial e o sentido de ser assentado, uma identidade social.

Esses vínculos produzem o sentimento que tornam o indivíduo parte do seu território. Pertencer, ser assentado, gostar do assentamento, fazer parte da comunidade, o ser do lugar, são sentimentos que tornam estes sujeitos enraizados, conectados ao seu território, ao seu lugar de existência. Portanto, são vínculos criados

e desvelados a partir das nuances da vida social dos sujeitos, na sua relação com espaços de vivência, com o território:

*Eu digo assim, eu fui a primeira a chegar, eu sou a última a sair daqui. Eu acho que a gente cria uma identidade. As minhas meninas dizem assim: “Mãe quando você ficar velhinha vai morar onde?” Eu digo aqui. “Mais quem?” Eu digo só [risos]. **E como é que você acha que se cria essa identidade?** Primeiro porque é uma coisa que é sua e depois pela vivência do dia a dia dos seus vizinhos, dos seus amigos, aí já são compadres, aí já nasce os compadres (...). **Tem muito compadre aí?** Tem um bocadinho [risos]. Entendeu? Essa relação com as crianças eu acho tão bonito quando o pessoal mais jovem fala daqui com orgulho, que mora aqui, que defende, isso é muito bom. **A vivência da luta contribuiu na formação da sua identidade com o assentamento?** Também. E eu quero, eu sempre digo, eu quero que as minhas filhas, nunca destrua isso aqui (...). (Assentada 03 – 50 anos - PA Vitória da União).*

Esse lugar pra mim significa um paraíso, eu gosto muito daqui, não saio pra lugar nenhum, eu tenho muito amor por aqui. Essa terra pra mim é a minha vida, porque eu criei minha família nessa terra e tudo que eu tenho veio dela. Mesmo produzindo pouco por causa da seca. Já casei meus quatro filho e tudo que eu tenho arrumado é na terra. (Assentado 02 – 57 anos - PA Pedras Grandes).

Eu mermo quando entrei praqui eu disse: eu já sei que eu vou morre ali de veio, vou morre ali de veio, vou fazer tudo ali no capricho n/é?... Fiz tudo aqui no capricho pode ver que essa casa aqui é toda espaçosa, é uma casa boa, eu fiz assim porque eu vou ficar aqui até o dia que Deus quiser n/é?... posso dizer que acertei na lota graças a Deus! Porque hoje a família tá com uma casa dessa aqui graças a Deus! Eu já escutei, já escutei... até o pessoal do INCRA já disse a gente que no Brasil ele tá no terceiro lugar esse assentamento, terceiro lugar no Brasil. (Assentado 03 – 60 anos - PA Mangabeira).

Como é morar no assentamento para você? É bom, é maravilhoso (...) é ótimo. **O que você mais gosta daqui?** É a união que a pessoa tem, uns com os outros, o amor, o carinho, dedicação, respeito. Porque aqui é donde a gente organiza tudo, n/é?... tem tudo, a gente planta, no tempo de colher a gente colhe, e tem tudo que a gente quer. Se não tem é porque a gente não se interessa pra fazer. (Assentada 03 – 26 anos - PA Cruiri).

Os vínculos territoriais são componentes essenciais de uma prática no território que tanto pode ser a afirmação de uma territorialidade quanto de uma identidade, como também pode ser uma forma de representação (SOUZA, 2013). Uma relação social e cultural, que o grupo mantém com a trama dos lugares (BONNEMAISON, 2002).

Assim como o território, o estabelecimento de vínculos territoriais é um processo histórico, sendo as territorialidades e as identidades partes fundamentais e indissociáveis desta construção. A identidade e a territorialidade são, portanto, elementos capazes de dinamizar esse processo, pois selecionam um “(...) número de elementos que caracteriza ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo” (CLAVALL, 1999, p. 15).

No caso dos assentamentos, a partir do estabelecimento dos vínculos, construíram-se territorialidades tanto ligadas às práticas funcionais, quanto subjetivas de apropriação do espaço, assim como a identidade territorial construída também mostra essa mediação, o domínio funcional e a apropriação simbólica.

As territorialidades relacionadas as práticas funcionais expressam a organização interna dos assentados, ao construírem seu espaço de referência: formas de produzir e organizar o espaço. Em todos os assentamentos, encontramos territorialidades construídas no espaço produtivo, representadas por formas de trabalho individuais ou coletivas, nas práticas sociais enraizadas ou ressignificadas e também relacionadas aos organismos internos de representação, sobretudo as associações.

Embora algumas estejam desarticuladas, a presença das associações também expressam essas territorialidades. Essas associações tem importância, não só porque são uma espécie de “exigência” do Estado, a “personalidade jurídica” do assentamento, mas porque, sob diversas perspectivas integram grupos de pessoas, orientam a organização do trabalho, integram o assentamento ao mercado, além de criar um espaço de representação política, ao mesmo tempo que conferem aos assentados uma identidade social. As associações direta ou indiretamente, mediam as relações entre os assentados e outras entidades e/ ou atores externos aos assentamentos (LEITE et al., 2004).

Para além do aspecto formal, muitas associações se envolvem nos mais diferentes aspectos da vida do assentamento, seja na interlocução “para fora”, com os diferentes agentes e instâncias governamentais, ou mesmo com os diferentes agentes

e instâncias governamentais (na cobrança de escolas, postos de saúde, estradas, transportes, crédito etc), seja “para dentro” (organização da produção, do trabalho, comercialização) (LEITE, et al. 2004). Soma-se a estas questões, o papel das associações que atuam muitas vezes também na resolução de conflitos internos, na ajuda aos assentados em dificuldades ou mesmo como espaço de representação política:

*Olha a nossa associação ela hoje serve como uma central, ela ajuda a socorrer as vizinhas aqui, tem duas aqui próximas, de outro assentamento, do assentamento Santa Luzia, tem a associação do Projeto São José, tem a associação do Projeto Palha, então todas essas associações, quando tá precisando de ajuda eles corre aqui, aí a gente ajuda a encaminhar projeto, essas coisas, então nossa associação serve pra nós e pros nossos campaneiros vizinhos como se fosse uma central. **Como é a participação da associação em relação ao atendimento dos moradores?** Existe uma procura pela associação, também pela poder político n/é, o nosso companheiro aqui é político, aí o pessoal vem, aí o que ele pode fazer ela faz, o que não, a associação faz n/é... geralmente mais é a associação que encaminha, essa questão hoje tem uma certa legalidade n/é?... então a gente encaminha, aí a gente pede carro de saúde, pede um monte de coisas que a gente consegue aí fora e a associação encaminha via o poder político do município. (Assentado 01 – 46 anos - PA Vitória da União).*

(...) associação (...) tem trazido benefício pra comunidade, como por exemplo, nos trazemos agora quatro mil mudas de laranja através da associação... nos conseguimos agora um projeto da CONAB na qual quase todo assentado quase todo assentado consegui colocar três tonelada de laranja pela CONAB na onde a tonelada de laranja tava custando cem reais, ela colocou a quinhentos reais a tonelada, então é um projeto da CONAB que veio da Bahia, n/é esse projeto tem a sede na Bahia, é então a gente tem agido dessa forma, outra situação importante também a gente consegui trinta e cinco casas de conjunto... tô com a planta aqui já através da associação para beneficiar moradores e filhos de próprio assentado. (Assentado 02 – 26 anos - PA Mangabeira).

*A associação corria atrás dos interesses do pessoal, de projetos, de organização. Eu mesmo fui um líder quatro vezes da associação. **Ela foi formada quando?** Foi no início pra entrar os projetos, foi logo depois que a terra foi desapropriada, mas tá com uns quatro, cinco anos que ela deu pra trás. Quando eu deixei de ser presidente, outros tomou de conta, mas não deu certo. **E o senhor acha que não deu certo por quê?** Por causa do povo, não queriam mais tá em reunião, não queria mais se juntar e a dificuldade é grande na associação dentro de um assentamento. (...) aí acabou. Aí criaram outra associação que a presidente agora é cumade Sônia. (Assentado 02 – 57 anos - PA Pedras Grandes).*

Em relação à consciência socioespacial de pertencimento, elemento constitutivo da identidade territorial, a mesma também reflete essa mediação, se relacionado ao domínio funcional e a apropriação simbólica.

O domínio funcional explicita uma ideologia, as imagens construídas sobre o assentamento e sobre os assentados (positivas ou negativas, internas e externas), as formas organizativas, que podem ter maiores ou menores continuidades com o processo anterior a luta, a formação de redes de relacionamento com o mercado e com outros espaços de representação econômica e política, além das alianças ou rupturas que também refletem esse domínio funcional. O domínio funcional se dá na esfera das relações políticas, institucionais e produtivas, aspectos que refletem a produção espacial:

Olha a gente veio para cá, a gente se organizou em associação, a gente se organizou no partido político, hoje a gente tem dentro assentamento um companheiro que é vice-prefeito do município (...) foi vereador, hoje é vice-prefeito, assentado mora aqui né?... então quer dizer isso ajudou, de uns dias para cá a gente adiantar um pouco as coisas. A gente tem escola, gente tem posto médico, gente tem água encanada, transporte pra transportar os alunos, a pista é aqui é boa de acesso pra tudo (Assentado 01 – 46 anos - PA Vitória da União).

Esse domínio é contínuo. Se no início da criação do assentamento as demandas se voltavam para as negociações com os agentes do governo sobre a organização interna e para obtenção dos créditos de infraestrutura, com o processo de vivência no assentamento, elas se voltam não só para a permanência na terra, mas para o desenvolvimento do assentamento:

(...) na verdade todos nós tem expectativa que a vida melhore né?... e a nossa principal arma aqui é laranja, e a gente espera que laranja (...) ela melhore mais porque ai melhora mais pra gente(...), porque que nossa comunidade tá desenvolvida tão bem? Toda casinha que você for aqui vê uma motinha na frente da casa, em quase toda você vê um carrinho porque foi na época que laranja deu dinheiro, então as pessoas conseguiam comprar suas coisinhas e agora a laranja caiu e as pessoas é só vendendo o que tem (...). (Assentado 02 – 26 anos - PA Mangabeira).

Eu queria que melhorasse cada vez mais, sabe o que a gente precisa aqui? Um posto médico, um dentista, meu sonho era de ver isso aqui ainda acontecer. Pelo menos pra os que estão mais novos, fazer algum beneficio pra aqui pra dentro, até pra nós mesmo. E principalmente pra nossos filhos (...)

os dois mais velhos, ganharam dos sem-terra ali e o outro filho meu não tem terra também. Os jovens vão embora porque não tem trabalho, deveria ter um emprego fixo pra eles, mas não tem. (...). (Assentada 04 – 56 anos - PA Pedras Grandes).

No que diz respeito à apropriação simbólica, a identidade territorial construída no assentamento, além de estar presente nas experiências do espaço vivido, as formas de ser e estar no território, no qual os sujeitos usam e se apropriam de um território comum, partilhado pelas suas experiências cotidianas, também se presentificam na valorização da luta, a representatividade da conquista da terra:

Eu senti muito, muito bom, né?... de eu ter ganhado essa terra, porque a pessoa tendo seu pedaço de terra, tem onde trabalhar, porque a gente trabalha na terra dos outros. Não vai se comparar a pessoa ter seu pedaço de terra, pra trabalhar na terra dos outros. No dia que puder colocar a rocinha bota, no dia que o filho quiser colocar bota, sem precisar tá enjoando os outros. (Assentada 05 – 62 anos - Pedras Grandes).

Foi alegria por que, ele [se referindo ao esposo] trabalhava pra os outros né?... ele trabalhava na fazenda dos outros. (...) ele sempre reclama que a pior vida é a pessoa trabalhar vendendo o dia a outro de trabalhava pra os outros... ai ele pedia tanto a Deus, que queria um pedacinho de terra, é por isso que a gente peguemo mais amor por isso aqui, por que ele trabalhava no que era dos outros e eu convivo com ele, peguei a conviver e aprendi com ele, a ter amor eu aprendi a ter amor com ele, porque ele tinha amor, ele me contava o sofrimento dele, como ele trabalhava, quando trabalhava pra outras pessoas, a humilhação que ele passava e hoje ele tem a dele. Ai ele teve muita alegria, e ainda hoje tem, por que hoje ele disse que trabalha, trabalha pra ele e não para os outros. (Assentada 05 – 55 anos - Vitória da União).

Se você me perguntar vou dizer a você mil vezes? Que gosto tem? O gosto da vitória. Qual a diferença de ser sem-terra e de ter terra. Qual o valor que você dá a categoria, a sua identidade? A minha identidade ela é imensa, é uma identidade de acreditar, de ser lutador, de ter a vida. Se alguém me perguntar o que você é? Eu sou sem terra... eu vim dessa luta, desse sabor, desse perfume (...). Então isso é ser sem terra, é valorizar a identidade do sem-terra e muito sem-terra nega a identidade. (Assentada 02 – 44 anos - Santana dos Frades).

Essa identidade também se expressa no significado do assentamento, da terra, enquanto espaço de trabalho, mas, sobretudo como espaço de construção de uma nova coletividade. Terra e assentamento possuem a mesma significação, são sinônimos, parte de um mesmo processo. Nesse espaço se construiu uma identidade territorial, pelo uso no sentido funcional e pela apropriação no sentido subjetivo:

Essa terra significa o retrato da minha luta. Por isso não tem preço, não tem troca. (Assentado 02 – 54 anos - PA Cruiri).

Quando passou a dizer assim “essa terra é sua de papel passado”, meu Deus!!... Aqui é meu. Tô nas mãos de Deus e daqui ninguém me tira. Eu nasci aqui, lutei pela aqui, morro aqui e me sepultem aqui [se referindo à esposa e outra assentada que participava da entrevista]. (Assentado 05 – 59 anos - PA Santana dos Frades).

Essa terra significa tudo de bom, porque o que a gente quer mais? Significa muita coisa boa pra gente... já pensou hoje nós tá aqui e no que é dos outros amanhã diz assim (...) manda ir embora. Aqui significa muita coisa, eu não sei nem comparar o que é que significa esse pedaço de terra pra gente. Até o dia da gente viver tem que agradecer a Deus, primeiramente a Deus, pra depois ser aos homens. (Assentada 05 – 55 anos - PA Vitória da União).

Agradei muito a Deus e ainda hoje eu agradeço, porque no ano que ganhei, eu trabalhei num pedaço de terra de um fazendeiro ali até ganhar esse galego [se referindo ao filho] que vai fazer 28 anos, eu pagava o serviço pra o fazendeiro, ele cavava e eu semeava e o fazendeiro só aceitava fazer a plantação da gente, depois de fazer a dele. (Assentada 04 – 56 anos - PA Pedras Grandes).

Minha fia, eu falar a verdade, eu dormia e acordava pedia tanto a Deus que arranjasse uma terra, que Deus abriu as porta e eu fiquei alegre, né?... sério mermo, alegre mermo, nós tudo aqui, isso eu gostei bastante. (Assentada 06 – 53 anos - PA Mangabeira).

É nesse fluir, nesse *continuum*, que demarcamos a construção das identidades nos assentamentos. De um lado a imagem daquilo que se formou com o tempo, os valores, a memória, os símbolos (SOUZA, 2013). Do outro lado à imagem daquilo que se quer transmitir, projetar. As possibilidades, o acesso, o devir. Os vínculos de pertencimento se constituem nos assentamentos pelas tradições (o passado de luta, as heranças, as raízes) e pela pelas traduções (os ensinamentos passados aos filhos, estratégias para o futuro e projetos) (HALL, 2011).

Muito mais do que definir “quem somos nós”, essa identidade se funda no “quem nós podemos nos tornar”. A preservação e ao mesmo tempo a mudança são inerentes aos processos identitários que se fundam na resistência. Preserva-se aquilo que é importante para grupo enquanto elemento de reconhecimento, de

identificação, aquilo que lhes dá garantia de existência. Muda-se aquilo que o exclui, aquilo que pode legitimar uma ordem desigual.

Enquanto tradição um aspecto marcante nos assentamentos é a manutenção dos valores que liga esses assentados à terra, a condição de trabalhador e a história da luta e resistência no território. A influência da cultura na organização do espaço do assentamento é marcante e percebida à medida que o assentamento é construído, expressando os jeitos e as práticas que são inerentes à condição de vida de um grupo social que se formou. Um grupo que pela experiência da luta, incorporou a sua cultura, o sentido de autonomia e de resistência: *“E a gente escolheu aqui, fizemos essa agrovila e aqui nós conseguiu com muita luta (...) aqui nós tem água encanada, nós tem energia, tem um colégio (...) conseguiu muitas coisas.”* (A 02 – 58 anos - PA Vitória da União).

(...) o INCRA dava... alguma coisa de dinheiro e orientaram “vocês comprem uma telhas e faz um barraco e cobre” a gente não aceitou (...) a gente juntou nossos dinheiros e a gente comprou um monte de bloco (...) comprou pedra (...) a gente juntou nossos dinheiro... ai foi juntando, comprou telha (...). Ai depois a gente fizemo um projeto, ai foi financiamento do Banco do Brasil pra construir as casas, ai a gente levantou as casas, cobriu, rebocou, deu uma pintura, botou umas madeiras brancas (...) todo mundo já fez desse jeito (Assentada 03 – 50 anos - PA Vitória da União).

A cultura é percebida a partir da relação com a terra e com a construção do assentamento, enquanto espaço físico e social, que enquadra e dá sentido. As ações e práticas vão incorporando outras formas de agir, acrescentado novos elementos à existência cultural. Os elementos do cotidiano, as formas de inserção social e produtiva, a formação de redes, as práticas sociais ressignificadas vão sendo incorporados à sua herança cultural. Esses aspectos denotam a dinâmica da cultura, como reitera Claval (2001, p. 63):

A cultura é soma de comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos, dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outras escala, pelo conjunto oas grupos de quem fazem parte (...). A cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio.

Nessa construção territorial, que é funcional e também simbólica, a preservação de um modo de vida, baseado nas relações de proximidade, a ajuda

mútua e a sociabilidade é o que mantém esse território em constante movimento. Esse, pois são aspectos que expressam a cultura presente nesse espaço, construída por um grupo social com seu território de identificação. Claval (1999) enfatiza que a existência dos grupos sociais só é possível a partir de um território de identificação. Portanto, o sentimento de pertencimento de sujeitos e/ou grupos ao território emerge a partir de formas de representação temporais, espaciais e sócio culturais.

Enquanto grupo social ocorre um processo de identificação, marcado pela processualidade. A origem comum, a comunhão e partilha dos mesmos ideais, não podem ser tomados como aspectos imóveis, pois a identificação é sempre marcada pela contingência, embora existam elementos materiais e simbólicos que a sustentam e pela diferença. “A identificação é, pois um processo de articulação, uma saturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção” (HALL, 2011, p. 106).

É a diferença que marca o processo de identificação entre “nós” e “eles”, os outros, o mundo exterior. Entre quem é assentado e quem não é. Entre os que “participaram” da luta e o que “não participaram”: “(...) *quem teve na luta valoriza mais, porque quem passou pelo que passei mais alguns companheiro nosso* [expressão de reflexão, rememoração]. *Quando tem luta é mais sofrido.*” (Assentado 01 – 70 anos - PA Cruiri). Entre aqueles que “conquistaram a terra” e os que “comparam”: “(...) *as pessoas que vieram depois de uma forma ou de outra compraram [ou] trocou por alguma coisa, foi fácil pra eles, eles já tinham e só fizeram pegar, a gente conquistou, é o sabor da vitória, de conquista, de lutar por uma coisa que você quer.*” (Assentado 01 – 46 anos - Vitória da União). Essa ideia arraigada da luta como componente de uma identidade se expressou entre todos os assentados que participaram do processo de enfretamento e demarcou, de certa forma uma diferença, uma singularidade em relação aos “outros”.

Se sentem diferentes porque fazem parte de um processo histórico e singular, porque a condição de acesso ao território e a apropriação desse território, marca o caráter estratégico e posicional desse processo de construção identitária. Um movimento que é contínuo. Preserva-se para se construir um território com as características daquele grupo, mantendo-se a cultura, os valores, as tradições. Em todos os assentamentos, existe uma preocupação para que a história do assentamento

seja preservada, uma história que “(...) não é pra se acabar nunca não.” (Assentado 03 – 75 anos - PA Pedras Grandes), uma história que precisa alimentar a identidade de gerações futuras.

A preservação da memória tem sido buscada pelos assentados na celebração da festa da conquista da terra, na valorização dos personagens da luta, na preservação dos lugares considerados sagrados, na tradição da luta, no espírito de resistência e no amor a terra conquistada: “A gente falava pra eles que a melhor coisa que tem é a terra, porque através dela a gente consegue o pão, consegue tudo.” (Assentado 02 – 57 anos - PA Pedras Grandes).

(...) eu sempre reúno aqui a raça (...) a gente tá sempre se reunindo, eu estou sempre colocando pra eles o valor das coisas, da vida, da nossa terra, que hoje não é mais minha, é deles né?... que eles têm que defender o assentamento lá fora, quando as pessoas falarem, não calar a boca, falar as vantagens. E eles têm esse apego a terra? Tem o reconhecimento dessa importância? Tem por que eles estão me vendo todo o dia, fazendo, falando, então eles tem. Olha todos os jovens aqui gostam muito disso aqui, todos (...) eles dão muito valor isso aqui. As meninas dela [se referindo as filhas de uma assentada que estava presente no momento da entrevista] estudam em Aracaju, aí esses dias eu tava conversando com ela e tava me dizendo “Almiro eu não vejo a hora de chegar sexta-feira, pra eu vir pra casa”... então quer dizer pra elas lá nunca vai ser bom como aqui (...) tá estudando, mas elas tem essa visão de que aqui é muito bom, então isso é uma riqueza. (Assentado 01 – 46 anos - Vitória da União).

(...) quando eu tô na luta cuidando do pouco que o pai deles deixou, eles vai comigo e faz tudo comigo (...) ele [o filho mais velho], só falou que não quer trabalhar nas cana, porque a maioria dos jovens aqui trabalha nas cana, cortando cana e ele não quer isso. Aí eu digo, então estude pra ter um trabalho digno, para você quando crescer (...) ou mesmo trabalhar na terra que é nossa. (Assentada 03 – 26 anos - PA Cruiri).

Os mais jovens valorizam essa luta pelo acesso a terra? *Nessa parte nós tem outro exemplo, porque aquele outro assentamento ali⁵⁹ é filho de parceiro daqui, nessa parte eu posso dizer uma verdade, porque quando esses meninos tavam casando, moça, rapaz, tinha essa terra aí, fizemos uma reunião ali, vamo ocupar, vamo! Ali é tudo filho de parceiro. Foi valorizado porque viram que os lotes do pai era pequeno pra toda família e foram ocupar ali e foram vitoriosos. (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes).*

⁵⁹ O entrevistado se referiu ao assentamento Caldeirão, que foi criado para abrigar os filhos dos assentados de Pedras Grandes.

A identidade enquanto tradução se expressa principalmente pelos desejos de construção de um espaço que garanta a descendência da família, a permanência dos mais jovens na terra e o desenvolvimento do território. Embora reconheçam as dificuldades para se manter na terra e os problemas enfrentados de infraestrutura, produção, mercado ou mesmo de natureza física como é o caso do PA Pedras Grandes, localizado no Sertão sergipano, constantemente assolado pela seca, os assentados consideram que o acesso a terra, a passagem a condição de “assentado” estabeleceu um novo lugar social para essa população, lugar que precisa ser preenchido pelos filhos.

As traduções se expressam em diversas ordens: no fortalecimento das solidariedades e sociabilidades e das organizações representativas, acesso ao mercado, crédito, obras de infraestrutura e geração de emprego para os mais jovens:

O que você acha que os assentados poderiam fazer para ajudar no desenvolvimento do assentamento? *Mais incentivo (...) muita gente acha que é ter uma terra e acabou (...) a gente vê muita gente triste assim, não gente vamos se alegrar, não tem motivo pra ser triste. Eu acho que, a gente tem que entender a nossa condição de assentado, de trabalhador, de mulher, de homem n/é?... de meio rural tem que entender isso como uma coisa boa e ser alegre. (Assentada 03 – 50 anos - PA Vitória da União).*

Olha eu tenho muitos sonhos (...) eu tenho o sonho dessa associação, fosse legalizada(...) [mas] nós tá devendo é muito (...) tá devendo na receita federal n/é?... ai tá devendo e a gente não tem. O ano passado eu fui olhar e já tava em dois mil e pouco. Tem como negociar só que as condições da associação é pouca. (Assentada 03 – 39 anos - PA Santana dos Frades).

O que é necessário para o assentamento se desenvolver? *A volta do preço da laranja n/é?... depende dos governos eu acredito (...) crie alguma coisa que pode ser porque a gente depende dela n/é?... eu tunei um suco de laranja ali nu posto três reais! E você vende no sitio uma tonelada de laranja por cem reais, não existe um negócio desse! (Assentado 02 – 26 anos - PA Mangabeira).*

As traduções postas como desejos ou mesmo como projetos, denotam a importância da identidade como elemento mobilizador do território, como elemento capaz de dinamizar as relações produtivas e institucionais, mas também as relações entre os assentados.

Traduzir-se, diz respeito às experiências que os homens, vivenciam ao participarem de um grupo, construindo outras “rotas” outros “rumos”. São ações que refletem os processos de territorialização, tanto do ponto de vista coletivo quanto individual. Ao cuidar do seu lote, zelar pelo espaço do assentamento, conservar os valores que são importantes, valorizar a cultura própria do assentamento, reafirma-se uma identidade territorial e social, dotada de movimento, de um sentido de mudança, de um devir.

5.3 O sentido de ser assentado

A construção do sentido de ser assentado neste trabalho é entendida considerando dois aspectos. O primeiro refere-se à concepção de uma categoria institucionalizada pelo Estado e o segundo diz respeito à internalização dessa categoria, a construção de um sentido, que se funda na sua relação com o trabalho e com seu espaço de referência. Um processo de identificação, que é construído nas relações com o espaço apropriado e com os outros.

Enquanto categoria criada pelo Estado, o termo assentado foi instituído para diferenciar os trabalhadores que tiveram acesso a terra via políticas públicas de reforma agrária, envolvendo uma série de mediadores: movimentos sociais, movimento sindical, setores da igreja, ONGs (mediação civil) e agentes governamentais (mediação oficial). A maioria dos assentamentos foram criados como resultado da desapropriação por interesse social, sendo oriundos de conflitos em torno da propriedade da terra. Contudo soma-se também a esse grupo, trabalhadores que tiveram acesso a terra por meio da compra via programas governamentais⁶⁰ ou doação.

De trabalhadores antes sem terra, assalariados, posseiros, arrendatários, meeiros, moradores de condição, passaram a condição de proprietários. Por meio

⁶⁰ O processo que instituiu a compra da terra via mecanismos de mercado é conhecido como Reforma Agrária de Mercado, viabilizada pelos programas Cédula da Terra (1997), Banco da Terra (1998) e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (2002).

dessa institucionalização afirmaram sua condição de trabalhadores livres, donos de sua força de trabalho, não mais sujeitos a exploração e expropriação. Uma categoria que prediz o desempenho de papéis sociais específicos, estabelecidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações sociais.

Ao se tornar assentado, o sujeito passa a desempenhar esses papéis que são inerentes a sua condição. Cuidar do lote, produzir, zelar pelo patrimônio individual e coletivo, garantir o sustento da família, se integrar ao mercado, participar do espaço político e social do assentamento são atribuições do assentado no cumprimento dos seus papéis sociais.

Por se relacionar ao espaço do assentamento, essa categoria é essencialmente territorial. Território de moradia, vida e trabalho. Assentado é todo aquele que por meios diversos teve acesso ao território do assentamento, abarcando também outras categorias relacionadas trabalho como agricultor, lavrador, trabalhador rural, agricultor familiar, pescador, artesão.

Nos assentamentos pesquisados, ao serem questionados sobre qual(is) categoria(s) pertenciam, a percepção sobre esses conceitos pelos assentados foi imprecisa, contudo, o ponto de convergência é a relação com a terra. Nessa tessitura, as formas de se autodefinirem, se entrelaçam, se misturam. Os assentados ao falarem de si mesmos transitam entre estas categorias e se definem de diversas formas, conservando, contudo a ligação com o trabalho e o território construído, posições que se completam na vivência com e no território:

(...) onde eu for eu digo que sou assentada, por nós somos assentadas aqui nesse lugar. Para mim não tem diferença me chamar de uma coisa ou chamar de outra, não tem diferença nenhuma, eu trabalho na terra. (Assentada 03 – 26 anos - PA Cruiri).

Sou artesã e primeira sou agricultora, por que o fundamento mesmo daqui é a agricultora, sou agricultora, assentada e artesã. (Assentada 03 – 39 anos - PA Santana dos Frades).

Eu sou trabalhador. Só que eu me defino assim, trabalhador (...). Assentado, qualquer um, agora eu sou trabalhador. (Assentado 07 – 41 anos - PA Vitória da União).

(...) sou trabalhadora na roça e digo que sou assentada. Eu tenho orgulho de ser assentada, n/é?... tem gente que não gosta não, mas eu tenho orgulho.

Tenho orgulho porque eu nunca tive terra em minha vida e agora eu tô tendo. (Assentada 06 – 53 anos - PA Mangabeira).

(...) que quando a gente vai assim pro médico aí quando pergunta: “você é o que? Você trabalha em quê?”. Eu digo: eu sou agricultora. Você mora na onde?”. Eu também digo: eu moro num assentamento. E pra mim já é um orgulho muito grande. Pra mim é um orgulho dizer eu sou uma agricultora e assentada também! (Assentada 05 – 34 anos - PA Mangabeira).

A categoria assentado enquanto forma institucionalizada incidiu sobre a formulação de uma série de políticas públicas para assegurar a permanência do trabalhador na terra, buscando viabilizar a organização social e produtiva nos assentamentos, via mecanismos de crédito e acesso ao mercado. A condição de assentado possibilitou a essa população, pela primeira vez o acesso a crédito para a produção, ainda que muitas vezes essa integração ao mercado financeiro apresente problemas (LEITE, et al., 2004):

Ser assentado é uma maneira de a gente viver, trabalhando para nós próprio, ter uma maneira de um crédito, nós tivemos muito crédito... embora que foi muito mal administrado, nessa época era a EMDAGRO e a gente só fazia um projeto pra sair ou antes ou depois do tempo e isso complicou muito a situação da gente e quando o movimento tomou posse, a gente melhorou um pouco e támo hoje tendo do que viver. (Assentado 02 – 54 anos - PA Cruiri).

A condição de assentado também garantiu aos trabalhadores o acesso a direitos trabalhistas, mudanças nas relações de trabalho, reconhecimento social e político pelos demais setores sociais, superando uma tensão inicial, muitas vezes marcada por uma visão de que os assentados eram forasteiros, invasores, principalmente nas áreas onde os assentamentos foram criados como resultado de ocupações de terra: *“Logo no início chamavam a gente de invasor, quando nós conquistamos o respeito chegou e todo mundo na cidade tratava a gente bem e até hoje trata a gente bem.” (Assentado 01 – 70 anos - PA Cruiri).*

*(...) o governo sabe que eu tenho um pedaço de terra, porque eu tô com 14 anos que pago o INCRA, que pago o ITR. Eu declarei em 1998/1999, pra mode ficar pagando o imposto de minha terra. **Eu já me aposentei com o meu INCRA.** (Assentado 01 – 70 anos - PA Pedras Grandes – Grifo nosso).*

(...) quando fui me aposentar não tive trabalho por que tinha meu título de terra, não fui pedir a ninguém, conquistei, achei bom e ainda dei a umas quatro colegas, o título da terra pra se aposentar por que elas não tem. (Assentada 04 – 68 anos - PA Cruiri).

Outro aspecto de caráter subjetivo, nas condições de vida apontado pelos assentados, foi o sentido da nova condição, que a posse da terra proporcionou. Além da efetivação de direitos, a posse da terra possibilitou ao assentado uma maior autonomia. O sentimento de ser livre, de ser senhor de seus próprios passos e capacitado a controlar sua vida, deixando de ser submisso ao patrão, foram falas recorrentes quando contrastam seu passado e seu presente, principalmente nas áreas onde predominavam a monocultura e as relações de poder que as marcam.

*(...) quando os fazendeiros briga pra você não ter um pedaço de terra, não é por causa daquela terra que vai fazer falta não, é pela sua autonomia, inclusive política, dizer assim, ninguém manda ni mim, **eu tenho o meu, tenho minha casa, eu tenho minha terra**, eu produzo eu vendo, e eu posso achar o que eu devo achar, posso votar em quem eu quero votar... a briga aqui maior, foi por causa disso (...) **a gente chegou aqui não foi só pra ter um pedaço de terra, mas era pra ter dignidade**, você trabalha **você é respeitado** e a briga toda desse povo não é por causa daquela terra, não era por causa de um pedaço de terra (...) mas é a autonomia, a liberdade... ter um pedaço de terra é ter liberdade... é ser livre (...). (Assentada 03 – 50 anos - Vitória da União – Grifo nosso).*

Ser respeitado, ter crédito, ter valor, ser reconhecido, ter voz, foram expressões comuns frequentemente evidenciadas nas falas dos assentados, expressões, que denotam uma afirmação não apenas de pertencimento a uma categoria social institucionalizada, mas, de reconhecimento enquanto sujeito, marcando o caráter estratégico e posicional da identidade, uma identidade não essencializada e que se revela na “(...) luta pela afirmação da identidade enquanto forma de reconhecimento social da diferença, [ou seja,] a especificidade do grupo (...)” (CRUZ, 2007, p. 99) e do indivíduo, como segue o depoimento:

*(...) **ser assentado é um grande valor**. Antigamente quando eu não era assentado, vivia trabalhando aqui, acolá, a gente não podia comprar nada a ninguém não...comprava assim, se tivesse isso [expressão com os dedos simbolizando dinheiro] e agora em qualquer lugar que eu chegar assim: fulano eu quero tanto ai, eu quero tanto, você me vende? “Vendo” e vende mesmo. Se a pessoa quiser ir no banco tomar um dinheiro emprestado, toma e traz. **Eu acho que é tudo de valor pra pessoa**. E quando a gente vivia assim*

trabalhando aqui, acolá, ninguém tinha essa voz, ninguém tinha voz ativa do cara comprar. Quero comprar! “Não, você trabalha aonde?” Trabalho pra fulano de tal. Ai tem que falar primeiro fulano de tal, pra ele dá a orde pra você comprar. Então não era nós era o cara [o patrão] que ia na frente pra garantir a gente. E agora não graças a Deus, se eu chegar ali, fulano me vende tanto, ele me vende. “Você mora onde?”. Eu moro no assentamento Mangabeira. “Pronto qualquer coisa pode tá aqui, nós tamo junto”. Chega vende mesmo. (Assentado 01 – 63 anos - PA Mangabeira – Grifo nosso).

No que diz respeito à internalização do sentido de ser assentado pelos sujeitos, acredita-se que uma identidade social e territorial foi construída, ao longo das práticas e das posições que cada assentado assume “(...) práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas.”(HALL, 2011, p. 108). Para além dos papéis sociais, essas identidades estão ancoradas nas relações que se estabelecem no e com o território e são permeadas pelo significado atribuído à luta, a terra conquistada e ao território construído. São, pois fontes de significados, edificadas por meio de um processo de individualização, que servem para orientar seus comportamentos individuais e em grupo. Ao se definir como assentado, o sujeito marca sua posição no grupo e também no mundo exterior, reafirma o pertencimento aquele território institucionalizado e cuja apropriação é um processo contínuo.

As identidades fontes de significados para os próprios sujeitos, por eles originadas e construídas por meio de um processo de identificação, se constituíram como fonte de mudanças. As identidades são responsáveis pela organização dos significados, direcionando os papéis sociais desempenhados.

Manuel Castells, no livro *O Poder da Identidade* (2008) destaca que quem constrói a identidade coletiva e para quem essa identidade é construída são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como do seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem.

Um dos aspectos que se constitui como fonte de significado para os assentados, conteúdo simbólico, são as experiências da luta pelo acesso a terra, as vivências no território, as territorialidades estabelecidas e as assimetrias nas relações de poder. Percebeu-se que o sentimento de pertencimento se fortaleceu nas disputas pela terra, quando se forja uma nova dimensão do poder, um poder que subverte a ordem hegemônica e que traz à cena a resistência das classes subalternas.

Deste modo, o processo que era hegemônico, que serve à reprodução do poder, foi interrompido e reorientado no sentido de produzir novas identidades (CRUZ, 2007). Por isso o conteúdo dessa identidade também diz respeito ao posicionamento do grupo nas relações que são estabelecidas na posse e apropriação do território.

Castells (2008) refere-se a essa identidade, como uma identidade de resistência, considerada pelo autor como o tipo mais importante de construção de identidade nas sociedades atuais, pois dão origem a formas de resistência coletiva. Uma identidade criada por sujeitos que se encontram em posições e condições desvalorizadas, subalternas ou estigmatizadas pela lógica da dominação e que resistem e sobrevivem com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade. Uma identidade que marca o surgimento de uma consciência de classes alijadas do poder e do processo político:

Eu tenho orgulho de ser assentado, por que através dos assentamentos e das ocupações eu descobri muitas coisas que eu não sabia e nem entendia e é por isso que hoje em dia eu sinto orgulho de ser assentado, porque primeiro essa terra é, era de quem trabalha. Ai depois que você é assentado (...) de acampamento até hoje eu descobri muitas coisas em relação à terra. (Assentado 02 – 58 anos - PA Vitória da União).

A resistência, a sobrevivência e a busca pela autonomia estão na base dessa construção identitária. Cada grupo social ou sociedade organiza seu significado em função de tendências sociais e projetos enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço. Identidade que se forja na resistência e que deve ser compreendida como resultado das ações de um grupo social, com um conteúdo político e ideológico: “(...) naquele tempo a gente tava diretamente brigando com o poder n/é?... um poder capitalista que oprimia e massacrava mesmo os camponeses na época (...)” (Assentado 01 – 46 anos - Vitória da União).

Então eu, se eu ficasse só lá, pelo sitinho de meu pai trabalhando eu não tinha tomado esse conhecimento que eu tomei, eu me sinto orgulhoso hoje em dia sou assentado e moro aqui no Priapu e digo não tenho essa terra pra negócio (...). Então eu faço como diz o outro, essa terra minha é... tem um ditado que os pessoal diz é de Maroca, ela nem se vende, nem se dá e nem se troca, bem assim é essa terra minha, fica ai. (Assentado 02 – 58 anos - PA Vitória da União).

A identidade enquanto processo esta submetida a uma “(...) historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (HALL, 2011, p. 108). As identidades de resistência também se transformam podendo assumir novos contornos, novos marcos de luta, transformando-se em identidades de projetos, quando “(...) os atores sociais, utilizando-se de qualquer material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade (...)” (CASTELLS, 2008, p. 24). Assim nenhuma identidade se constitui, como uma essência pura, e “(...) nenhuma delas encerra, *per se*, valor progressista ou retrógrado se estiver fora do seu contexto histórico.” (Op. Cit, p. 24 – Grifo do autor). Na dinâmica social, as identidades se cruzam, se entremeiam, revelando sua dinamicidade e hibridismo (ALMEIDA, 2008).

Nos assentamentos as identidades também se transformam como resultado da própria dinâmica da vida. Uns nascem, outros morrem. Muitos abandonam, desistem, vão para outros lugares, mas há os que ficam, que resistem e que começam a reconstruir um território onde as marcas de sua história serão fixadas como marcos de sua identidade (MEDEIROS, 2009).

O sentido de ser assentado se constituiu como uma identidade social (coletiva), pois os assentados pertencem e são identificados como grupo social e se efetivou a partir do uso de um sistema de classificação. Esse sistema de classificação embora institucionalizado pelo Estado, viver no assentamento e ser assentado, determinou também um processo de identificação em que foram “(...) estabelecidos critérios nos quais um conjunto de características que servem como instrumento de distinção do grupo (...)” (ALMEIDA, 2006, p. 15).

Essa diferença, que singulariza o processo de identificação, serviu de base para a construção dessa identidade, marcada a princípio pelo preconceito externo, pela condição de sem-terra e pelo estigma de participar de um movimento social. Contudo essa mesma diferença, serviu de incentivo a afirmação dessa identificação. Os outros e nós são parte de um mesmo processo. Deste conflito, inerente ao processo, constrói-se identidades no jogo das diferenças e semelhanças.

Ao se estabelecer a condição de assentado, para além do nominativo ou da categoria que se cria, estabelecem-se novas relações de convivência com o mundo

interno (o assentamento) e com o mundo externo. Ser assentado tem para o indivíduo o significado de pertencer a algo, de ser responsável pelo resultado de sua luta, de poder continuar com sua descendência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tecer algumas considerações finais sobre a temática em discussão nessa tese, reafirmo a necessidade de retomar a mediação entre os conceitos de território, identidades e assentamentos rurais, em função dos questionamentos que circundavam o objeto de estudo. Esses questionamentos nos guiaram buscando desvelar “(...) as articulações existentes entre as dimensões sociais do território (economia, política, e cultura), entre estas e a natureza exterior do homem, e ao processo histórico e multiescalar de processos territoriais” (SAQUET; GALIOTTO, 2009, p. 42).

Os assentamentos rurais nesse trabalho foram assumidos como territórios construídos nas dimensões da luta pela terra, onde identidades são construídas e territorialidades são estabelecidas em função do vivido territorial. Um território que “(...) não tem o seu significado apenas na materialidade visível e no que é mensurável, e sim no conjunto de relações que pode manter com outros elementos da vida social.” (ALMEIDA, 2009, p. 186).

O primeiro caminho trilhado foi o caminho da construção do território enquanto conceito, um caminhar que tornou-se necessário principalmente em função da diversidade de interpretações que o cercam e da necessidade de “situar” a realidade estudada, numa teoria a priori. As primeiras questões, no rol das inquietações, marcaram a necessária relação entre a teoria inerente ao território e o objeto de estudo. Seriam os assentamentos territórios? Como as relações inerentes ao território se expressam nos assentamentos? São os assentados atores/sujeitos sintagmáticos? Esses atores/sujeitos produzem o território? Qual a representação do território? A institucionalização, o ato de criar um assentamento, também é responsável pela criação do território?

O segundo caminho percorrido foi o caminho das relações de poder. Se o assentamento é um território, esse território tem como um dos aspectos fundantes as relações de poder? Como essas relações se expressam? Como é a relação dos assentados com outras instâncias de poder?

O terceiro caminho seguido foi o caminho referente aos processos identitários. Os questionamentos sobre a identidade, principalmente a identidade territorial, tiveram como norte a concepção da mesma como uma construção histórica e relacional, por meio do estabelecimento de vínculos territoriais e das territorialidades. A identidade dos assentados é uma identidade territorial? Quais são os elementos responsáveis pela construção dessas identidades?

Esses questionamentos surgidos nos caminhos trilhados e a perspectiva de mediação teórica guiaram-se pela assertiva que a formação dos assentamentos rurais no Brasil é resultado da heterogeneidade de situações presentes na questão agrária no país, por isso é diverso e singular.

Um espaço conquistado e produzido, resultado das relações internas e externas e que pela apropriação funcional e simbólica é transformado em território. Esse espaço é chão e identidade, processo e produto, materialização da territorialização da luta pela terra, acesso a uma fração do território. Territórios que se formaram e que contém em si a potência da resistência, resistência esta que redefiniu posições e também uma nova estrutura de poder.

Nesse sentido, a ideia de mediação utilizada tem um conteúdo filosófico, buscando estabelecer uma relação entre a teoria e a realidade, pois “(...) o real problematiza os conceitos, e os conceitos problematizam o real.” (MARTINS, 2011). As questões da tese foram pensadas em duplo processo: a pesquisa de campo, realidade empírica e a pesquisa teórica, realidade conceitual (SOUZA, 2013).

Em se tratando dos assentamentos rurais, os conceitos utilizados sedimentaram a construção da problemática da pesquisa, fundamentada principalmente nos pressupostos, que território é uma construção histórica, relacional, produto e condição da territorialização, e da identidade também como construção histórica, quer seja social ou territorial. As ações de criar ou territorializar são, pois ações efetivas por meio das quais se consegue criar uma rede de sociabilidades para suprir as necessidades básicas da sobrevivência humana, sociais, culturais e econômicas. A territorialização se forma a partir de uma relação concreta com um espaço-tempo determinado (MARTINS, 2011).

A identidade como uma construção histórica se estabelece num conjunto de relações, conjugando aspectos materiais e simbólicos. Ao se estabelecer as relações entre as pessoas e o território, existe uma necessidade de afirmação da identidade enquanto forma de reconhecimento social e do território enquanto espaço de vida e trabalho, onde as territorialidades são construídas por meio do estabelecimento de vínculos territoriais.

Essa territorialização não se traduz somente como uma intervenção política de “um conjunto de indivíduos e grupos” num determinado espaço. Para além dessa intervenção deve-se considerar que somente com a apropriação o território é construído. Essa concepção do território como *devoir*, nos permite inferir que, o assentamento em si não se transforma em território a partir da ação estatal e da institucionalização das fronteiras. O assentamento é apropriação e como *devoir* é um território, pensado, desejado, construído nas relações com o espaço, relações de natureza familiar, social ou institucional.

Se o assentamento é a materialização da luta pela terra, ele é o desdobramento contínuo desse *devoir*. Cada ato novo, cada momento de vida, cada ensaio de convivência entre pessoas com objetivos comuns ou mesmos diferentes, é o ponto de partida para a construção cotidiana desse território, para a afirmação de identidades e dos valores que permeiam a nova vida social.

O sentido de ser assentado, um *status* institucional, mas, sobretudo político, se constituiu como uma identidade social e territorial, pois os mesmos são identificados como grupo social e pertencem a um território, com direitos instituídos e com mudanças nas relações de trabalho.

Uma identidade também com caráter estratégico e posicional. Posseiros, seringueiros, quilombolas, índios, atingidos por barragens, rendeiros, agregados, pequenos proprietários expropriados e seus herdeiros, constituíram a categoria sem-terra, sujeitos políticos com uma concepção sobre a terra e o trabalho como algo indissociável, só havendo legitimidade na terra de trabalho. Uma “(...) concepção distinta daquela que orienta a conduta de quem crê que a terra é um instrumento de enriquecimento por meio da produção ou por meio da especulação.” (MARTINS, 1993, p. 142).

Quer seja resultado da luta como ocorreu em Santana dos Frades, Pedras Grandes, Cruiri e Vitória da União, ou mesmo institucionalizado como ocorreu no PA Mangabeira, a identidade que se construiu em torno do assentamento e da terra, transformou esse território em um espaço de referência dessas múltiplas identidades. Apesar da identidade social, transitar em torno de diferentes categorias, lavrador, trabalhador rural, artesão e assentado, o ponto de convergência é a posse e o acesso ao território, se configurando numa identidade territorial. O assentamento é a matriz espaço-temporal, os meios, os ritmos, as formas de representação, aquilo que enquadra e dá sentido.

A consciência socioespacial de pertencimento se constituiu tendo como referência os vínculos territoriais e as territorialidades expressas, construídas no território e que envolvem num primeiro plano as lutas pelo acesso ao território e depois, num segundo momento, a permanência no mesmo. De natureza funcional e simbólica, as territorialidades, se ancoram nessa dialética. Uma dimensão física, material, a posse, o uso, a produção de redes, o consumo e as relações institucionais e uma dimensão simbólica, a construção de um espaço de vida, de enraizamento de uma cultura, de transmissão dos valores de luta. O assentamento “(...) mais do que um lugar de produção, é um centro de convivência, onde se realiza sonhos, se criam filhos e inclusive enterram os mortos” (MORISSAWA, 2001, p. 227). Um território que é concreto e abstrato. Concreto enquanto área, fronteira e abstrato enquanto abrigo e possibilidades.

Essa consciência de pertencimento também é uma construção histórica, pois se inicia antes mesmo da concretização do território como uma identidade de resistência. Ao se engajar na luta afirmam o desejo de posse de uma terra. Assim assevera-se que essa consciência de pertencimento se deu na luta contra as diferentes formas de exploração.

Ao se tornar assentado afirmam sua r-existência enquanto trabalhar livre, com possibilidades de reconhecimento social. “Ser da terra”, “ser da roça”, “ter meu pedaço de chão”, “ter direitos”, “ter valor”, “ter crédito”, “ser livre.”, expressam essa r-existência. E esse pertencimento a categoria, e ao território é o que distinguem esses sujeitos na esfera social.

O assentamento como espaço de referência identitária representa para os assentados: espaço físico (paisagem natural e construída; terra; fonte de recursos; meio de produção), social (sociabilidade e de solidariedade; espaço de experiências coletivas de apropriação), simbólico (referência da memória coletiva; representatividade da luta e da resistência) e cultural (transmissão de valores; ensinamentos).

Do ponto de vista institucional, os assentamentos se constituem em espaços diferenciados na sua relação com o Estado, pois são uma criação estatal e ficam sujeitos à sua gestão e também a sua ingerência. E essa relação diferenciada que faz existir o assentamento e, por consequência, os assentados, como um segmento social diferenciado (LEITE, et al., 2004). É nesse campo dual e contraditório, que as relações de poder se definem e também se transformam. Nos assentamentos, essa ingerência muitas vezes se configura como a matriz de novas relações de poder por meio do surgimento de formas organizativas e espaços de diálogo a exemplo das associações, grupo de mulheres e grupos de jovens.

Nos assentamentos as relações de poder também se manifestam no conjunto das relações entre assentados e instituições e entre estes e seus pares, quer seja no espaço social, político, de trabalho ou da família. As disputas internas por recursos e espaços de representação, as relações entre lideranças e assentados, as relações de gênero, ou mesmo a presença de territorialidades conflitantes.

Após o processo de desapropriação e a criação oficial do projeto de assentamento, uma nova situação se coloca, trazendo no seu bojo as experiências de vida e de luta das populações envolvidas, bem como elementos econômicos, culturais e políticos das regiões onde se insere. Agora na condição de “assentados” estes setores da população passam a interagir com as novas exigências e normas de funcionamento colocadas pelo Estado.

A autonomia em relação ao poder estatal e a organização desse espaço depende do grau de interação e de organicidade desses sujeitos. Nos assentamentos da pesquisa, essa interação se percebe principalmente no Vitória da União, sob influência do MST, que conseguiu manter um espaço de representação política dos assentados por meio da Associação. Nos demais assentamentos, a exceção do PA Mangabeira, o

enfraquecimento dessa autonomia é visível, um aspecto de certa forma incidiu sobre o processo organizativo do assentamento e no desenvolvimento do assentamento.

De forma geral pode-se destacar alguns apontamentos referentes aos assentamentos pesquisados:

A presença constante dos mediadores e outros órgãos de apoio no processo de luta e na posterior criação do assentamento, praticamente desapareceu em todos os assentamentos da pesquisa. Após a conquista da terra, com a menor urgência de ações muito objetivas, os principais mediadores externos se afastaram gradualmente, permitindo, assim, certo grau de autonomia dos assentamentos. Se por um lado esse afastamento leva a uma autonomia maior por parte dos assentados, tornando-os mais independentes da tutela dos mediadores e instituições (ZANGELMI; SALES, 2009), por outro lado, a menção a ausência dos mesmos é quase sempre é marcada por expressões de desapontamento e certo sentimento de abandono: *“Nunca mais apareceu por aqui não. Nunca mais eu vi a cor de INCRA.”* (Assentada 05 – 62 anos - PA Pedras Grandes). *“Não temos relação com o MST, é muito difícil eles vir aqui.”* (Assentada 03 – 39 anos - Santana dos Frades). *“Já faz tempo que não vem [INCRA]... mas no começo quando eles vinham era bom, porque eles discutem a gestão, discute os problemas e eu acho que a gente sente falta.”* (Assentada 03 – 50 anos - PA Vitória da União).

No PA Vitória da União, o afastamento do MST, se deu em função de divergências internas entre Movimento e algumas lideranças que residiam no mesmo *“(...) a gente não concordava com certas políticas do movimento... por não concordar com algumas coisas a gente se afastou (...)”* (Assentado 01 – 46 anos - PA Vitória da União).

Existe uma influência dos mediadores sociais em relação à internalização da identidade e da construção de um pertencimento ao território. A maioria dos assentados, afirmaram que existe uma diferença fundamental entre quem participou do processo de luta, do enfrentamento e esteve sob a influência dos mediadores, em relação à valorização da terra e da própria condição de assentado. Opinião partilhada inclusive pelos assentados do PA Mangabeira, que não participaram das experiências de ocupação, nem lutaram pela posse da terra: *“(...) acho que quem participou da luta valoriza mais, pelo sofrimento n/é?... eu acho que o sofrimento faz você valorizar tudo na vida n/é?”* (Assentado 04 – 41 anos - PA Mangabeira). *“A minha identidade ela é imensa, é*

uma identidade de acreditar, de ser lutador... Pra mim eu sou tudo porque eu vim do movimento, eu vim dessa luta, desse sabor, desse perfume (...)." (Assentada 02 – 44 anos - PA Santana dos Frades).

A memória coletiva é marcada pelo sofrimento da luta e na resistência em permanecer na terra das lutas. Os depoimentos foram sempre marcados pela ênfase na perseguição, na estigmatização, no constrangimento, e nas dificuldades em sobreviver na terra, principalmente nos primeiros anos: *"(...) esses vinte ano, que nós tamo aqui, foi vinte ano de sofrimento, vinte ano de sofrimento [choro]... até fome nós passou aqui."*(Assentada 05 – 55 anos - PA Vitória da União). *(...) passemos três anos morando no barraco de lona (...) não tinha agua de jeito nenhum, ia buscar nas barragens (...) nós bebia água salgada (...) senão ia morrer de sede."*(Assentado 02 – 57 anos - PA Pedras Grandes).

Os assentados tendem a se lembrar dos acontecimentos como atos de resistência, outros como resultado da predestinação, da influência divina, da fé. Não por coincidência, os primeiros são os mais próximos da organização e ideologia do MST e os segundos mais ligados à questão simbólica e religiosa e a influência da igreja, a exemplo do PA Santana dos Frades: *"A Senhora Santana a gente usou muito o nome dela, não sei como não gostou (...) com certeza ela rogou a Deus por nós."* (Assentado 01 – 62 anos - PA Santana dos Frades).

A organização espacial dos assentamentos, mesmo considerando a autonomia de alguns grupos, reflete as ações do Estado no arranjo espacial e no planejamento. De todos os assentamentos da amostra, o PA Santana dos Frades, é o que mais destoa desse tipo de organização, em função de ser o primeiro assentamento e também por ter sua população já ocupando o território quando o assentamento foi instituído. O PA Vitória da União também apresenta uma singularidade, pois possui duas agrovilas, dois formatos de organização espacial, como descrito no Capítulo 4.

A agricultura praticada é destinada ao auto consumo e também comercializada, utiliza basicamente força de trabalho familiar (pai, mãe e filhos)⁶¹. As mulheres dividem o tempo entre o trabalho no lote e o trabalho doméstico, se dedicando a tarefas mais leves como limpar o terreno, semear e colher. As técnicas

⁶¹ Somente no assentamento Mangabeira, os entrevistados afirmaram que contratam mão de obra.

utilizadas caracterizam-se principalmente pela utilização de ferramentas, baixa produtividade e com raras exceções se utiliza mecanização e mão de obra suplementar a exemplo do assentamento Mangabeira, cuja principal atividade é o cultivo da laranja.

A produção é diversificada, principalmente no Sul e no Baixo São Francisco. Os principais produtos comercializados são o leite (assentamento Pedras Grandes), o coco (assentamentos Santana dos Frades e Cruiri), farinha de mandioca (assentamento Santana dos Frades, Cruiri e Vitória da União), hortaliças e frutas (assentamento Vitória da União) e a laranja (assentamento Mangabeira e Vitória da União). A inserção ao mercado é reduzida e a principal forma de comercialização é através das feiras livres. No caso do PA Mangabeira e Vitória da União, como a atividade citrícola é comercial, o assentamento compõe a cadeia produtiva do *citrus* e a produção integra a rede de comercialização da cadeia.

A sociabilidade, definida pelo prazer da interação e pela solidariedade entre os assentados é um aspecto presente em todos os assentamentos. Os laços de proximidade, o compadrio, as relações entre os vizinhos, parentes e amigos são descritos pelos assentados como um aspecto fundamental a superação das dificuldades e resistência no território. Os laços de pertencimento foram construídos também pelas relações com as pessoas que habitam no território: *“(...) eu tô beirando quatro meses que fui operado (...) quando cheguei aqui a vizinhança tomou de conta... uma chega varre a casa, outra chega lava os pratos, outra chega varre o terreiro... Isso faz parte da minha história.”* (Assentado 01 – 70 anos - Pedras Grandes).

A existência de grupos familiares, ou que já se conheciam antes do assentamento (no período do acampamento), nos permite inferir que houve o deslocamento de grupos de trabalhadores de áreas próximas. O assentamento Cruiri, Pedras Grandes e Vitória da União apresentam essa peculiaridade. No assentamento Santana dos Frades por se tratar de uma área de posseiros, a condição de assentado não implicou na mudança espacial, permanecendo nos limites da grande propriedade em que residiam. O assentamento em que mais se verificou mudança espacial foi o PA Mangabeira, com deslocamento de trabalhadores do município e de municípios vizinhos.

Os vínculos territoriais instituíram territorialidades ligadas às práticas funcionais e subjetivas de apropriação do espaço. As territorialidades construídas ligadas as práticas funcionais expressam a organização interna dos assentados, as formas de produzir e organizar o espaço. Em todos os assentamentos, encontramos territorialidades construídas no espaço de produtivo e na esfera da representação, como é o caso das associações. A presença das associações expressam essas territorialidades, pois integram grupos de pessoas, orientam a organização do trabalho, o acesso ao mercado, além de ser um espaço de representação política.

A identidade territorial reflete as experiências do espaço vivido (ser e estar no território), na valorização da luta e na representatividade da conquista da terra. Terra, assentamento e território possuem a mesma significação, parte de um mesmo processo. Essa identidade se refere a um território de pertencimento (laços de afetividade com o espaço apropriado). É uma construção social, cultural e territorial.

As tradições nos assentamentos se expressam na busca pela manutenção dos valores relacionados à luta pela terra, a resistência no território e a condição de trabalho. A cultura reflete os jeitos e as práticas inerentes à condição de vida no assentamento. Essa cultura incorporou o sentido de autonomia e de resistência.

As traduções são expressões dos desejos, projetos, rotas e rumos em relação a desenvolvimento do assentamento tanto do ponto de vista econômico quanto social. Nesse “traduzir” inclui-se as ações de fortalecimento das solidariedades e sociabilidades e das organizações representativas, acesso ao mercado, crédito, obras de infraestrutura e geração de emprego para os mais jovens.

O sentido de ser assentado mantém uma relação direta com outras identidades. Uma identidade social de resistência que tem como referência a luta pela posse e apropriação do território. Uma identidade também com caráter estratégico e posicional.

Os elementos descritos revelam que os assentamentos rurais de Sergipe podem ser diferenciados, não apenas pela sua organização interna e externa, mas por seu processo de luta pela terra, por suas características gerais de acordo com o território onde estão inseridos, sistemas produtivos, bem como as redes estabelecidas. Em comum, contudo esta a concepção desse espaço plural como territórios construídos

numa dialética que envolve material e imaterial, funcional e simbólico (SAQUET, 2010).

Para além da simples moradia, ser e estar no território, é experienciar um processo de identificação, pela apropriação funcional e também simbólica. A construção desse espaço coletivo estabelece novas territorialidades, partindo do entendimento que a territorialidade se constrói como “(...) o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço de trabalho, do lazer, da família, etc, resultado e condição do processo de cada território.” (SAQUET, 2010, 26). Essas territorialidades, “(...) inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa o ‘espaço’”. (BONNEMAISON, 2002, 107).

A afirmação da identidade de assentado se alicerça, sobretudo pela conquista de um espaço de luta e de resistência, de autonomia e liberdade: “(...) *a gente chegou aqui não foi só pra ter um pedaço de terra, mas era pra ter dignidade, você trabalha você é respeitado e a briga toda desse povo não é por causa daquela terra, não era por causa de um pedaço de terra (...) mas é a autonomia, a liberdade... ter um pedaço de terra é ter liberdade... é ser livre (...)*. (Assentada 03 – 50 anos - Vitória da União – Grifo nosso).

É neste envoltório que demarcamos o processo de construção identitária nos assentamentos. Uma dialética que inclui funcionalidade e simbologia, memória e cotidiano, símbolos e marcas, objetividade e subjetividade, tradições e traduções.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. C. A modernização desigual da agricultura. In:_____. **Abrindo o pacote tecnológico**. São Paulo: Polis, 1986. Cap. 02, p. 76-116.

ALMEIDA, Maria Geralda de; VARGAS, Maria Augusta Mundim. A dimensão cultural do sertão sergipano. In: FRANÇA, Vera Lúcia Alves; DINIZ, José Alexandre Felizola (Orgs). **Capítulos de Geografia de nordestina**. São Cristovão/SE: NPGeo/UFS, 1988.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa. (Orgs.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008.

_____. Diáspora: viver entre-territórios e entre-culturas. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Cap. 8, p. 175/195.

ALMEIDA, Vânia Menezes. **Ensaio sobre a valorização da culinária tradicional local como estratégia identitária-territorial**. Niterói; RJ: 2006.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

AZEVEDO, Antônio Fernando. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

AZEVEDO, Jucicléa Medeiros de. **Culinário do Seridó: um elemento da identidade territorial**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. UFRN. Natal. 2011.

BATTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. In: **Ruris**, Centro de Estudos Rurais. IFCH/UNICAMP, 1, 1, 2007.

BRANCO, Maria Tereza Castelo. **Jovens sem-terra: identidades em movimento**. Curitiba: UFPR, 2003.

BRASIL. **Estatuto da Terra**. Lei nº 4. 504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências (1964). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 22 de Fev. 2013.

_____. **Lei Agrária. Lei nº 8.629**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal (1993). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm>. Acesso em: 28 de Nov. 2012.

_____. **Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985**. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e dá outras providências(1985).. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/481-i-pnra>>. Acesso em: 06 de Mar. 2013.

_____. **II Plano Nacional de Reforma Agrária. Paz, produção e qualidade de vida no meio rural** (2006). Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em: 06 de Dez. 2012.

_____. INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. (Superintendência de Sergipe/SR 23). **Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação**. Sergipe, 2012.

_____. INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. (Superintendência de Sergipe/SR 23). **Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação**. Sergipe, 2014.

_____. INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Sistema de informações sobre projetos de reforma agrária - SIPRA**. [S.l: s.n], 2009.

_____. INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA. Instrução Especial/Incra/nº 03, de 11 de abril de 2005. **Estabelece o Módulo Fiscal para os Municípios constantes da tabela anexa**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 abr. 2005. Seção 1. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/321585/dou-secao-3-12-04-2005-pg-110>. Acesso em: 20 out. 2012.

BONNEMAISON, Joel. **La Géographie culturelle**. Paris: Éditions du CTHS, 2000.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). **Geografia cultural: um século** (03). Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2002. p. 83-131.

BONNEMAISON, Joel; CAMBREZY, Luc. Le Lien Territorial: entre frontières et identités. In: **Géographies et Cultures (Le Territoire)**. Paris: L'Harmattan, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRUM, Argemiro José. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CABRAL, Alexandre Marques. **A teologia da libertação: o cristianismo a favor dos excluídos**. Disponível em: < http://www.achegas.net/numero/doi/a_cabral.htm>. Acesso em: 10 de Mar. 2013.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti; SANTOS, Roseli Alves dos. Experiências geográficas em torno do conceito de território. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Cap. 15, p. 315/340.

CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTRO, Beatriz. Voltar à terra: campesinato, territorialidade e globalização. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CRUZ, Beatriz Nates. **Território e cultura: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais**. Goiânia/GO: Editora UFG, 2009. p. 152-162.

CLAVAL, Paul. **La géographie culturelle**. Paris: Nathan, 1995.

_____. O território na transição da Pós-modernidade. In: **Geographia**. Niterói/RJ, ano I, nº 2, 1999.

_____. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2001.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. A atualidade da questão agrária brasileira: uma discussão sobre os conceitos de reforma agrária e sobre a tipologia dos assentamentos rurais. **Reforma Agrária - Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, vol. 35, Jan./Dez.- 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. 3 ed., São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1996.

COSTA, Davi Silva da; SOUZA, Heron Ferreira. Jovens no rural baiano: perspectivas de análise a partir de múltiplas referências. **ANAIS do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. "Territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro." Universidade Federal de Uberlândia/MG. ISSN: 1983487X. 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/caderno_enga_2012_divulgacao.pdf. Acesso em: 19 de Nov. 2013.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Acampamentos**. 2003. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=23&view=finish&cid=7&catid=18>. Acesso em: 11 de Jan. 2013.

CRUZ, Valter do Carmo. **Pela outra margem da fronteira: território, identidade e lutas sociais na Amazônia**. 2006. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). PósGeo. Universidade Federal Fluminense/UFF. Rio de Janeiro, 2006.

_____. Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 93-122.

_____. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia**. 2011. 368 f. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFF, Niterói, 2011.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil - 1965 - 1985**. São Paulo: Ícone, 1997.

DELGADO, Guilherme; GASQUES, José Garcia; VILA VERDE, C. M. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1996.

DOURADO, Auceia Matos; SILVA, Joab Almeida; SANTANA José Wagner Costa de. **Algumas considerações sobre a teoria da dependência**. Trabalho de conclusão da disciplina Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento. São Cristóvão/SE: NPGeo/UFS, 2010 (Mimeo).

DOURADO, Auceia Matos. **Cambão, cabocó e capangas**: considerações sobre as ligas camponesas. Trabalho de conclusão da disciplina Agricultura e Desenvolvimento Econômico. Campina Grande/PB: MESECON/ UFCG, 2001 (Mimeo).

_____. **O novo rural paraibano**: um estudo de caso sobre as ocupações rurais não agrícolas (ORNAs) em Aparecida/PB. 2003. 217 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Mestrado em Economia – MESECON. UFCG, Campina Grande/PB, 2003.

_____. **O processo de modernização da agricultura brasileira**: aspectos históricos e conceituais. Trabalho de conclusão da disciplina Desenvolvimento Rural no Brasil. São Cristóvão/SE: NPGeo/UFS, 2008 (Mimeo).

_____. **Itinerários teóricos para pensar identidade(s) nos territórios dos assentamentos rurais**. Exame de Qualificação (Artigo). São Cristóvão/SE: NPGeo/UFS, 2012 (Mimeo).

ENGELMANN, Solange; GIL, Aldo Duran. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MS. **Revista Eletrônica do CEMOP**, nº 02, Setembro de 2012. ISSN 2238.

FAUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A história da sexualidade**. A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Gênese e desenvolvimento do MST**. Cadernos de Formação - nº 30. São Paulo: MST, 1998.

_____. **Reforma agrária no Governo Lula**: a esperança. 2003. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf>. Acesso em: 10 de Dez. 2012.

_____. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

_____. **Políticas de assentamentos rurais e luta pela terra do MST**. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/publicacoes/bernardoengamesaredonda.pdf>. Acesso em: 10 de Dez. 2012.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **(Re)tratos discursivos do sem-terra**. Uberlândia: EDUFU, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. **Geografia**. Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. vol. 15, n. 1, jan./jun. 2006.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. Um breve olhar sobre o sertão sergipano. In: SILVA, Tânia Elias Magno da; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Múltiplos olhares sobre o semi-árido nordestino: sociedade, desenvolvimento, políticas públicas**. Aracaju: FAPES, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society: outline of the Theory of Structuration**. Cambridge: Polity Press, 1984.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos).

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Fase/Vozes, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**. Niterói/RJ: Editora da UFF, 1997.

_____. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999. p. 169-189.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: _____. RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. 2. ed. Francisco Beltrão: Editora da UNIOESTE, 2004a. p. 7-25.

_____. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004b. Disponível em: <http://default/files/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf>. Acesso em: 14 de Abr. 2011.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** ANAIS do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2005.

_____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (Org.). **Identidades e territórios:** questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 33-56.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009a, p. 95-120.

_____. **Territórios alternativos.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009b.

_____. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu Silva e Guaraciara Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

_____. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2011. Cap. 03, p. 102-133.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Fundamentos da formação do território moderno. **Boletim Gaúcho de Geografia.** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 23, 1998.

_____. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Cap. 13, p. 271/290.

LEFEBVRE, Henri. **La Production de L'Espace.** Paris: Anthropos, 1986.

LIMA, Rodne de Oliveira. Caio Prado Júnior e a questão agrária no Brasil. **Geografia, Londrina,** v, 8, nº 2, p.123-134, Jul./Dez. 1999.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. 2002. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf>. Acesso em: 28 de Abr. 2013.

LEITE, Sérgio. et al. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LOPES, Eliano Sérgio. Um balanço da luta pela terra em Sergipe- 1985/2005. **Scientia Plena**. Vol. 3, Nº 1, 2007.

_____. Um balanço da luta pela terra em Sergipe - 1985/2005. In: CURADO, Fernando Fleury; LOPES, Eliano Sérgio; SANTANA, Mônica. **Do plural ao singular:** dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe. Aracaju/SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008a. p. 11-29.

_____. Um balanço da luta pela terra em Sergipe - 1985/2005. **Reforma Agrária - Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, vol. 35, Jan/Dez - 2008b.

_____. Um olhar sobre os assentamentos rurais do estado de Sergipe. In: LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonildo Servolo de (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009a, p. 161 a 187.

_____. **História dos movimentos sociais no campo em Sergipe:** uma abordagem preliminar. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=600%3Ahistoria-dos-movimentos-sociais-no-campo-em-sergipe-uma-abordagem-preliminar-&catid=58%3Aobservanordeste&Itemid=414>. Acesso em: 01 de Mar. 2013.

_____. **O gosto amargo da fruta:** crise na citricultura sergipana e (des) organização dos produtores. Relatório. 2009b. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/eliano4.pdf>>. Acesso em: 10 de Dez. 2013.

LOPES, Dulcelaine L. Diário de campo: o registro da reconstrução da natureza e da cultura. In: WITHAKER, Dulce C. A. **Sociologia rural:** questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras á margem, 2002.

KAGEYAMA, Ângela. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. **Reforma Agrária - Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, nº 03, vol. 23, Set/Dez., 1993.

MACHIAVELLI, Nicollò. **O príncipe**. Tradução de Júlia Goldwasser. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Col. Clássicos WMF.

MANTEGA, Guido. Teoria da dependência revisitada: um balanço crítico. In:_____. **Relatório de Pesquisa**. EAESP/FGV/NPP (Núcleo de Pesquisa e Publicações), nº 27, 1997.

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petropolis; RJ: Vozes, 1984.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. Revista **Tempo Social**, São Paulo, USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999.

MARTINS, Geraldo Inácio. **As tramas da des(re)territorialização camponesa: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais**. 2011. 298 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, 2011.

MARTINE, George. Fases e faces da modernização brasileira. In:_____. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília: IDEA / INPES, nº 3, jun. 1990, p. 3-44.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio (Org). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000.

MEDEIROS, Leonildo Servolo de. et al. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

MEDEIROS, Leonildo Servolo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **A luta pela a terra e reforma agrária na história recente do Brasil**. (Mimeo).

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Cap. 10, p. 217/227.

MORLEY, David. Pertenencias. Lugar, espacio e identidade em um mundo mediatizado. In: ARFUCH, Leonor. **Pensar este tiempo: espacios, afectos, pertinencias**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território e história do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista Nera**, ano 10, nº 10, Jan./Jun. 2007.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão popular, 2001.

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem Emancipação”: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura Sousa. (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Civilização Brasileira. 2002.

MONDIN, B. **Os teólogos da libertação**. São Paulo: Paulinas, 1980.

NEVES, Delma Peçanha. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói: Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

O'DWYER, Gisele; MATTOS, Ruben Araújo de. Teoria da estruturação de Giddens e os estudos de práticas avaliativas. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 20 [2]: 609-623, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v20n2/a15v20n2.pdf>. Acesso em: 10 de Dez. 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da Geografia).

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**. 15 (43), 2001.

_____. **A política de reforma agrária no Brasil**. In: _____. Direitos Humanos no Brasil. Relatório. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2009.

_____. **Os mitos sobre o agronegócio no Brasil**. In: Encontro Nacional do MST. 2004. São Miguel do Iguaçu/PR. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 10 de Mar. 2012.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: _____. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

OLIVEIRA, Neilza Barreto de. **Lutando pela terra**: abrindo mão de um poder alternativo. 1996. 455f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, NPGeo/UFS, São Cristóvão/SE, 1996.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. Reflexões sobre o processo de mediação e a transformação de identidades em assentamentos rurais. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano XI, Agosto, 2011, p. 161-169.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Geografia agrária e questão agrária. In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MARQUES, Martha Inez Medeiros, SUZUKI, Júlio César. **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 339-351.

PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. Brasiliense: São Paulo, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática: 1993.

RANGEL, Ignácio. **Questão agrária brasileira**. Recife; PE: CDPE, 1962.

_____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 (vol. 1).

_____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 (vol. 2).

REFORMA AGRÁRIA agoniza. Desempenho vergonhoso do governo Dilma. Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/brasil/institucional/39045-reforma-agr%C3%A1ria-agoniza-desempenho-vergonhoso-do-governo-dilma.html>>. Acesso em: 10 de Out. de 2013.

ROMANO, Jorge Osvaldo. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos: comentários a um debate. In: MEDEIROS, Leonildo Servolo de. et al. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da UNESP, 1994. p. 271-285.

SANTILLI, M. **A aberração dos quatro módulos fiscais**. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/nsa/direto/direto_html?codigo=2011-05-09-093002>. Acesso em: 20 out. 2012.

SANTOS, Marilene. **Práticas sociais de produção e unidades de medidas em assentamentos do nordeste sergipano**. 2005. 80f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, UNISINOS. São Leopoldo/RS, 2005.

SANTOS, Milton. **“Relações espaço-temporais”, no mundo subdesenvolvido**. São Paulo: AGB 1, 1976.

_____. **O papel ativo da Geografia: um manifesto**. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton. et al. (Orgs.): **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Marleide Maria. Territorialização dos movimentos sociais no sertão sergipano. In: ANTONELLO, Ideni Terezinha; VARGAS, Maria Augusta Mundim. (Org.). **Visões do espaço rural**. Aracaju: Triunfo; São Cristóvão: UFS/POSGRAP/NPGEO, 2001.

SANTOS, Núbia Dias dos. A dialética da reforma agrária de mercado em Sergipe: da luta de classes ao velho/novo jogo ideológico do estado. In: CURADO, Fernando Fleury; LOPES, Eliano Sérgio; SANTANA, Mônica. **Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe**. Aracaju/SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008. Cap. 04, p. 71-99.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Começo de novo mundo: sofrimento, luta e vitória dos posseiros de Santana dos Frades (Sergipe)**. Petrópolis: Vozes, 1990.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio; GAGLIOTTO, Ana Rúbia. Abordagens das dimensões do território. In: ALMEIDA, Maria Geralda; CRUZ, Beatriz Nates (Org.) **Território e**

cultura: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais. Goiânia: Cegraf/UFG, 2009. p. 42-54.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SERGIPE. **Plano de Desenvolvimento do Território. Baixo São Francisco Sergipano.** Aracaju: Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN, 2008a.

_____. **Plano de Desenvolvimento do Território. Sul Sergipano.** Aracaju: Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN, 2008b.

_____. **Plano de Desenvolvimento do Território. Alto Sertão Sergipano.** Aracaju: Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN, 2008c.

_____. Embrapa Tabuleiros Costeiros/Departamento Estadual de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe. **Aspectos técnicos dos citros em Sergipe.** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros. 2007.

SILVA, Rosemiro Magno da; LOPES, Eliano Sérgio. **Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe.** Aracaju: EDUFS ; Secretaria de Estado e Ação Fundiária, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2011.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Atual, 1997.

_____. **A questão agrária no Brasil:** o debate tradicional (1500/1960). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil:** o debate na esquerda (1960/1980). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SOBRAL, Maria Neide. **História oral da vida camponesa:** assentamentos de reforma agrária em Sergipe (Da prática social à prática da alfabetização). São Cristovão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

SOUSA, Júnia Marise Matos de; CUNHA, Bruno Gomes. Do acampamento ao assentamento: um olhar sobre reforma agrária e a qualidade de vida no agreste sergipano. In: CURADO, Fernando Fleury; LOPES, Eliano Sérgio; SANTANA, Mônica. **Do plural ao singular:** dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe. Aracaju/SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008. p. 101-145.

SOUSA, Júnia Marise Matos de. **Do acampamento ao assentamento: uma análise da reforma agrária e a qualidade de vida em Sergipe**. 2009. 393f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, NPGeo/UFS, São Cristóvão, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006. p. 77-116.

_____. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de. **Ser, estar, pertencer: vínculos territoriais das gentes que povoam as margens e as ilhas do Rio São Francisco**. 2013. 292f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

SZMRECSÁNY, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1999.

TRAJANO, Janaina. A reforma agrária nos governos FHC e Lula. In: Seminário Nacional Sociologia & Política, II, Curitiba. **Anais...** PPGSOCIO/UFPR; PPGCP/UFPR, 2010. Disponível em: <<http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT06/Janaina%20Trajano.pdf>>. Acesso em 10 Dez. 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Pesquisa qualitativa. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURATO, E. R. Decidindo quais indivíduos estudar. In: _____. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Povoando o território da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil contemporâneo. **Revista Pegada**, vol. 11 nº 2, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada112/01thomaz1102.pdf>>. Acesso em: 01 de Mar, 2013.

VALADÃO, Vânia de Aguiar. **Assentamentos e sem-terra: a importância do papel dos mediadores**. Vitória: EDUFES, 1999.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. **A natureza sertaneja das políticas de desenvolvimento: sertão sergipano do São Francisco**. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-graduação em Geografia/NPGEO, Universidade Federal de Sergipe/UFS, São Cristovão, 1988.

_____. **Desenvolvimento regional em questão: o Baixo São Francisco revisitado**. São Cristovão, SE: UFS/NPGEO, 1999.

_____. Territórios de identidade nos territórios de planejamento. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 99-109, out. 2011. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs.php/anpege08/article/viewFile/150/RAET5>>. Acesso em: 01 de Mar. 2014.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos; 33).

VILAR, José Wellington Carvalho. **O papel da pecuarização no processo de produção do espaço agrário sergipano**. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, NPGEO/UFS, São Cristovão, 1988.

ZAMBERLAM, Jurandir. Reflexões sobre algumas estratégias para viabilização econômica dos assentamentos. In: MEDEIROS, Leonildo Servolo de. et al. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da UNESP, 1994. p. 271-285.

ZANGELMI, Arnaldo José; SALES, Izabella Fátima Oliveira de. Trabalhadores rurais em movimento: a construção de uma nova identidade no assentamento Aruega (Novo Cruzeiro/ MG). **Revista Extensão Rural**, DEAER/PPGEXR – CCR – UFSM, Ano XVI, nº 17, Jan – Jun de 2009.

WHITAKER, Dulce C. A. et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura. In: WHITAKER, Dulce. C. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Wenceslau/São Paulo: Letras à margem, 2002. P. 115/120.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Núcleo de Programa de Pós-Graduação em Geografia
Organização do Espaço Agrário e Regional.



Tese de Doutorado:

VIVER E PERTENCER: TERRITÓRIOS E IDENTIDADES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE SERGIPE

Roteiro de Entrevista

Entrevista nº _____ Data _____

Identificação do Assentamento

1. Nome do assentamento _____
2. N° de famílias _____
3. Município/Território _____

Identificação e perfil do entrevistado – os sujeitos (o eu, o lá, o meu, o nosso)

1. Nome completo.
2. Idade.
3. Sexo.
4. Escolaridade.
5. Estado civil.
6. Número de filhos.
7. Local de nascimento.
8. Origem do assentado (ou da família).
9. Tempo de residência no assentamento.
10. Quantos membros da família residem no assentamento.
11. Já morou em algum outro assentamento?
12. Por que fez a opção por morar nesse assentamento?
13. É proprietário do lote?
14. Como é sua casa? Fez alguma modificação do projeto original?
15. Você gosta do modelo de organização do assentamento? Sim, não e por quê?

Formas de Produção e Trabalho – as práticas e vivências cotidianas

1. Tamanho do lote.
2. Sempre trabalhou na roça (terra)?
3. Todas da sua família trabalham no lote?
4. Produtos cultivados (tipos, usos).
5. Cria animais? (tipos, usos).
6. Como é o trabalho no lote (divisão de tarefas entre homens e mulheres).
7. Tipo de trabalho (familiar/contrata mão de obra).
8. Exerce algum tipo de atividade fora do assentamento?
9. Exerce alguma atividade não ligada à agricultura ou pecuária.
10. Qual a época de maior trabalho?
11. Como é a organização do trabalho nos períodos de chuva e na seca.
12. Você considera o tamanho do lote suficiente para manter a família.
13. Como se apresenta a solidariedade no espaço de trabalho (atividades coletivas).
14. Como é feita a assistência técnica no assentamento.
15. Onde são comercializados os produtos (caso haja excedente).
16. Como é a relação entre as famílias, pessoas (solidariedade e sociabilidade).

Relações Institucionais

1. O Poder público está presente em seu assentamento? De que forma? (escolas, assistência técnica, transporte escolar, saúde, saneamento etc.).
2. Qual a relação os assentados e os órgãos públicos?
3. Existe algum tipo de organização social no assentamento (associação)?
4. Como é a atuação dessa organização social (associação)?
5. Como são as relações dos assentados com as lideranças do assentamento?
6. Quantos assentados participam da associação?
7. Por que o Sr./Sr^a acha que eles participam da associação?
8. E os que não participam quais os motivos?
9. Como são as relações entre a associação e os assentados? E entre os assentados e a associação?
10. Existem conflitos entre assentados e as lideranças do assentamento?
11. Qual a relação dos assentados e os mediadores extremos (MST, INCRA, EMDAGRO, Igreja)?
12. Quais os principais problemas existentes no assentamento?
13. Quais os principais conflitos existentes no assentamento?

Identidade Territorial

1. Forma de acesso a terra (como conseguiu o lote no assentamento).
2. O que você fazia antes de ser assentado? Já trabalhava na terra?
3. Qual a sua relação com o MST/Igreja/sindicato?
4. Como foi sua inserção na luta pela terra (como começou sua história da luta pela terra)?
5. Por que você escolheu esse assentamento para viver (trabalhar).
6. Passou pela experiência do acampamento? Quanto tempo. Quando.
7. Como foi sua vivência no acampamento?

8. Qual foi o seu sentimento quando adquiriu o lote (quando se formou o assentamento).
9. Como é morar no assentamento.
10. Quais os principais problemas do assentamento.
11. Qual o significado da terra para você (atributos valorativos).
12. Você se desfaria do seu lote por algum motivo? Qual?
13. Você trocaria seu lote por um em outro assentamento?
14. Você venderia seu lote para ir morar na cidade?
15. Existe alguma diferença entre quem militou nos movimentos (MST, sindicato, Igreja) em relação a valorização da terra, do assentamento. Quem militou valoriza mais, tem mais amor ou isso não tem relação?
16. A valorização do assentamento, da terra estaria relacionado a quê na sua opinião?
17. Qual o significado que o assentamento tem para você.

Pertencimento

1. Como você se define: agricultor familiar, pequeno produtor, camponês?
2. O que significa ser assentado para você?
3. O que mais gosta no assentamento?
4. Tem vontade de permanecer no assentamento?
5. Gostaria que seus filhos permanecessem no assentamento? Por quê?
6. Quais são seus sonhos em relação ao assentamento e a sua vida?
7. Quais os seus projetos para a sua vida melhorar no assentamento?
8. Quais as ações dos assentados que poderiam ajudar no desenvolvimento do assentamento?
9. Em sua opinião o que poderia ser feito para incentivar os jovens a permanecerem no assentamento?
10. Você acha que existe uma valorização dos mais jovens em relação à luta pela posse da terra?
11. Você passa algum ensinamento para seu filho(s), que considera importante? (vivência comunitária, luta, amor à terra).
12. Quis as tradições mais presentes no assentamento (festas, ritos...).
13. Quais as atividades de lazer aqui no assentamento?
14. Quais as manifestações culturais presentes no assentamento?

APÊNDICE B – Roteiro de Observação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Núcleo de Programa de Pós-Graduação em Geografia
Organização do Espaço Agrário e Regional



Tese de Doutorado:

VIVER E PERTENCER: TERRITÓRIOS E IDENTIDADES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE SERGIPE

Roteiro de Observação

Identificação

1. Nome do assentamento_____
2. N° de famílias_____
3. Território/Município_____

Aspectos da Paisagem/Organização do Assentamento

1. Aspectos da paisagem (relevo, clima, vegetação, rio, lagos...).
2. Organização geral do assentamento (disposição das casas, ruas...).
3. Elementos da organização social (escolas, postos de saúde, igreja, sede de sindicatos).
4. Infraestrutura (rede de esgoto, iluminação, coleta de lixo, transporte).
5. Elementos presentes na paisagem que indicam a presença de mediadores externos (INCRA/MST).
6. Elementos religiosos presentes na paisagem.
7. Elementos que indicam a presença do Estado.

Atividades Produtivas

1. Organização produtiva e do trabalho (forma de cultivo, solidariedades entre assentados, trabalho coletivo, assistência técnica).
2. Outras atividades produtivas (criação de animais, artesanato).
3. Práticas sociais.

Vida Social

1. Elementos da vivência coletiva.
2. Atividades de lazer e outros tipos de sociabilidade.
3. Atividades culturais (festas, folclore).
4. Elementos da vida cotidiana (rotina, trabalho, divisão do trabalho).
5. Solidariedade/sociabilidade.
6. Composição etária (idosos, crianças, jovens, adultos...).

APÊNDICE C - Termo de Concessão de Informações



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Núcleo de Programa de Pós-Graduação em Geografia
Organização do Espaço Agrário e Regional.



Termo de Concessão de Informações

Estou ciente dos objetivos do trabalho de pesquisa intitulado **“Viver e pertencer: territórios e identidades nos assentamentos rurais de Sergipe”**, realizado pela discente AUCEIA MATOS DOURADO, portadora do R.G: 071.115.8207 SSP/BA, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo) da Universidade Federal de Sergipe, tendo como orientadora a Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Mundim Vargas. Autorizo a gravação das informações por mim prestadas nesta entrevista. Concordo com a divulgação dos resultados de tais informações para utilização científica em congressos, encontros, textos, artigos, entre outros. Autorizo ainda a divulgação da minha imagem e/ou informações por mim prestadas. Estou também ciente que posso abandonar minha participação nesta pesquisa em qualquer momento.

Assinatura do Entrevistado (a)